AMM

Jornal Oficial dos Municípios

Associação Mato-grossense dos Municípios - Ano V - Nº 892 - Terça-feira 12 de Janeiro de 2010

Poder Executivo Municipal

Prefeitura Municipal de Acorizal

Prefeitura Municipal de Acorizal
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2010

A Prefeitura Municipal de Acorizal - MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preço para "Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais em Diversas Ruas do Município" às 09:00 hs do dia 27 de janeiro de 2010 na sede da Prefeitura Municipal sito a Av. Nossa Senhora de Brotas s/n Bairro Nova Acorizal, Acorizal-MT. Os interessados a adquirir cópia do edital, deverão recolher junto a Diretoria de Tributos e Arrecadação da Prefeitura a importância não reembolsável de R$ 100,00 (cem reais). Quaisquer informações no endereço supra citado ou no fone (65) 3353-1345.

Acorizal - MT, 12 de janeiro de 2010

Sidinea Figueiredo de Almeida
Presidente da Comissão de Licitação

Prefeitura Municipal de Alto Araguaia

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010

Objeto: Prestação de Serviço com locação de 01 (um) caminhão truco caçamba e 04 (quatro) caminhões toco caçamba para a Secretaria de Infra-Estrutura Urbana e 01 (um) caminhão truco caçamba para a Secretaria de Obras.
Dia: 25/01/2010.
Entrega dos Envelopes: Até as **09:00** horas (Brasília), do dia **25/01/2010**.
Edital Completo: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com.
Abertura do envelope Nº 01: Às **09:00** horas, do dia **25 de Janeiro de 2010**, no endereço acima.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).
Alto Araguaia - MT, 11 de Janeiro de 2010.

Renata Fermino de Oliveira
Pregoeira

CONTRATOS CELEBRADOS EM DEZEMBRO DE 2009.

Contrato: 275/2009
Contratada: Araguaia Construtora ltda ME
Objeto: Contratação de serviços para reforma de ponte em madeira sobre o córrego do mato.
Prazo: 60 dias a contar da ordem de expedição do serviço.
Valor: R$ 7.930,00 (Sete mil, novecentos e trinta reais)
Data: 07/12/2009

Contrato: 276/2009
Contratada: João A de Oliveira ME.
Objeto: Contratação de serviços para reforma da ponte em madeira sobre o córrego Piraputanga.
Prazo: 60 dias a contar da ordem de expedição do serviço.
Valor: R$ 21.382,80 (Vinte e um mil, trezentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos).
Data: 07/12/2009

Contrato: 277/2009
Contratada: Construtora e Prestadora de Serviços Bidi & Bidinho Ltda.
Objeto**:** Contratação de serviços para construção de ponte em madeira sobre o córrego serrinha.
Prazo: 60 (sessenta) dias a contar da data de expedição da ordem de serviço
Valor: R$ 15.850,00 (Quinze mil, oitocentos e cinqüenta reais),
Data: 07/12/2009

Contrato: 278/2009
Contratada: V. de S. Barreto - ME.
Objeto: Captura, aprovação time line, montagem, cola correct, vinheta de abertura e transmissão, computação gráfica, pós produção de imagem, tratamento de áudio, locução off, sonorização, trilha pesquisada, impressão de 200 cópias de dvd e desenvolvimento de arte gráfica para capa, do Rally Esportivo BEROHOKÃ.
Prazo: 30 (trinta) dias
Valor: R$ 69.450,00 (Sessenta e nove mil, quatrocentos e cinqüenta reais).
Data: 23/12/2009
Setor de Licitações // Renata Fermino de Oliveira // Presidente CPL
Alto Araguaia 11/01/2010

Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista

AVISO DE PUBLICAÇÃO
Alto Boa Vista – MT, 27/11/2009.

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna público o EXTRATO DE CONTRATO Nº 058, de 27/11/2009, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural da Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADO: PEREIRA DIAS & PEREIRA DIAS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFORMAÇÃO DE PISTA, CASCALHAMENTO, LIMPEZA LATERAL E LIMPEZA DE LOTE, CONFORME EDITAL, SEUS ANEXOS E PROJETO".

DO VALOR: R$ 130.744,47 (cento e trina mil setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e sete centavos)

DO PRAZO: 03 (três) meses

DATA: 27/11/2009

ASSINAM: Aldecides Milhomem de Cirqueira – Prefeito Municipal e Pereira Dias & Pereira Dias LTDA - Contratado.

ALDECIDES MILHOMEM DE CIRQUEIRA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Alto Garças

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 001/10

O Ex-Presidente da Câmara Municipal de Alto Garças, Senhor João Batista de Araújo e Silva, em cumprimento ao artigo 37 da Constituição Federal e ao Artigo 48 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), torna-se público os anexos definidos pela Portaria Nº 471, de 20 de dezembro de 2000 da Secretaria do Tesouro Nacional, considerando a faculdade prevista no artigo 63 da L.C. 101/2000.

- O anexo I da Portaria 471/2000 em cumprimento ao artigo 52 da LC 101/2000, que trata do Relatório Gestão Fiscal – RGF.

O presente Edital acompanhado de seu respectivo anexo encontra-se a disposição dos interessados na Sede desta Casa de Leis, no Setor de Contabilidade, de segunda à sexta – feira no período das 12:00 às 18:00 horas, conforme determina o Artigo 49 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000.

Alto Garças-MT, 11 de janeiro de 2010.

JOÃO BATISTA DE ARAÚJO E SILVA
Ex- Presidente da Câmara Municipal
Anuênio 2009

Prefeitura Municipal de Apíacas

Aviso de Licitação

A Prefeitura Municipal de Apiacás – MT, através da CPL, torna público, que fará realizar Licitação,pela modalidade **CARTA CONVITE Nº 003/2010**, cujo objeto é aquisição de medicamentos. Data de abertura:19/01/2010 – às 8:00 h. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, Sito Av. Brasil, 1059 – Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT, das 07 as 13 horas. Informações pelo telefone 66-3593-1344 ramal-225

Vilceles Gonçalves
Presidente CPL

Prefeitura Municipal de Araputanga

PORTARIA Nº 01/2010

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.DIVINO GONÇALVES DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições RESOLVE:

ART. 1º - Fica designada e nomeada a Comissão Permanente de Licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93, em seu artigo 51, sendo composta de vereador e servidores do quadro da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso. Sendo estes responsáveis pelas licitações:

Presidente - - SILVIO CARAVIER
Secretária - DIULAI MENDES DE OLIVEIRA
Membro - SHIGUEMITU SATO

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 002 de 02 de janeiro de 2009.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos 04 (quatro) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e dez (2010).

DIVINO GONÇALVES DOS SANTO
Presidente

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº.:001/2009

Parte Contratante: BARRA PREVI – Fundo Mun. de Previd. Social dos Servidores de Barra do Bugres - MT, CNPJ nº.: 03.602.259/0001-09 e **George Augusto Seconello,** CPF nº .:532.007.211-20 - **Objeto:** Prorrogação do Prazo de Vigência – **Prazo:** 12 (doze) meses – **Data**: 30/12/2009 à 31/12/2010 - **Dot. Orç.**:13.2074-3.3.90.39.00 - Barra do Bugres-MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº.:002/2009

Parte Contratante: BARRA PREVI – Fundo Mun. de Previd. Social dos Servidores de Barra do Bugres - MT, CNPJ nº.: 03.602.259/0001-09 e **DURA–LEX SISTEMAS S/C LTDA,** inscrita na CNPJ nº .:86.952.587/0001-54 - **Objeto:** Prorrogação do Prazo de Vigência – **Prazo:** 12 (doze) meses – **Data**: 30/12/2009 à 31/12/2010. – **Dot. Orç.**:13.2074-3.3.90.36.00 -

Barra do Bugres-MT, 30 de Dezembro de 2009.

DECRETO Nº 007/2010

Que dispõe sobre homologação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.

WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pôr Lei.

Considerando o disposto no Art. 13 da Lei Municipal nº 1.858/2009.

D/E/C/R/E/T/A:

Art.1º - Fica Homologado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA do Município de Barra do Bugres.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de janeiro de 2010.

WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria na data supra.

IANDRO RODRIGO MONTEIRO ALMICCI
Sec. Mun. Adm. e Finanças

ANEXO
REGULAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA

CAPITULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, criado pela Lei Municipal n° 852, de 05 de julho de 1991, com as alterações da Lei Municipal nº 1.858, de 19 de junho de 2009 e observadas as disposições da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, será administrado de acordo com as normas regulamentadas deste Decreto.

Art. 2º O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, será gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, cabendo-lhe fixar as diretrizes, critérios e prioridades para a aplicação das disponibilidades financeiras existentes, conforme disposto na Lei nº 1.858/09 e Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, compreendendo prioritariamente:

I- programa de proteção especial às crianças e aos adolescentes com direitos fundamentais ameaçados ou violados nas hipóteses do art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, cujas necessidades de atenção extrapolam o âmbito de atuação das políticas sociais básicas e da assistência social;

II- projetos de pesquisas, de estudos, de consultoria, de capacitação e treinamento de recursos humanos necessários à elaboração e implementação de planos específicos de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

III- projetos de comunicação, de documentação e divulgação de ações de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

IV- programas e serviços nominados no inciso V do artigo 8º da Lei Municipal nº 1.858, de 19 de junho de 2009; e

V- em caráter supletivo e transitório, de acordo com as deliberações do CMDCA, projetos de políticas sociais básicas e de assistência social especializada para crianças e adolescentes que delas necessitarem.

Art. 3º O FMDCA é constituído das seguintes receitas:

I- dotação consignada anualmente no orçamento municipal e as verbas adicionais que a lei vier estabelecer no decurso de cada exercício;

II- recursos decorrentes de convênios, acordos e contratos firmados entre o município e instituições privadas e publicas federais, estaduais e internacionais e estrangeiras para repasse a entidades governamentais e não governamentais executoras de programas e projetos de atendimento a criança e ao adolescente;

III- os valores provenientes das multas previstas nos artigos 214 e 245 ao 258 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como eventualmente de condenações advindas de delitos enquadrados na Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995 e alterações posteriores;

IV- transferências de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual da Criança e do Adolescente;

V- doações de pessoas físicas ou jurídicas, conforme o disposto no artigo 260 da Lei 8.069, de 13/07/1990;

VI- produto de aplicação dos recursos disponíveis oriundos de venda de materiais, publicações e realização de eventos;

VII- rendimento oriundo de aplicações financeiras;

VIII- recursos de qualquer outra origem que lhe sejam destinadas, ou que venham a ser instituídas.

CAPITULO II
DAAPLICAÇÃO DE RECURSOS

Art. 4º Os recursos do FMDCA serão aplicados em programas, serviços e projetos compatíveis com a finalidade prevista no art. 2º deste regulamento, não podendo ser aplicado na manutenção e reequipamento do CMDCA ou do Conselho Tutelar.

Parágrafo único. Os rendimentos resultantes de aplicação dos recursos do FMDCA terão a mesma destinação e vinculação dos recursos originários.

Art. 5º A utilização dos recursos do FMDCA, em programas, serviços e projetos devidamente especificados pela entidade solicitante, está condicionada à deliberação do CMDCA.

Parágrafo único. A entidade beneficiária será responsável legalmente pela utilização dos recursos.

Art. 6º A transferência de recursos do FMDCA a entidades governamentais e não governamentais far-se-á mediante convênios, acordos, ajustes ou de outros atos similares, com observância da legislação vigente e de critérios, normas e planos aprovados pelo CMDCA.

Art. 7º Os recursos do FMDCA, previstos no artigo 3º deste regulamento, serão depositados em conta bancária especial, sob a denominação "PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES - PMBB - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA", em agências do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

Art. 8º Os recursos do FMDCA, conforme deliberações do CMDCA destinar-se-á:

I- custeio total ou parcial de ações, programas, serviços e projetos especiais de atendimento a criança e ao adolescente;

II- aquisição de equipamento e material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas, serviços e projetos;

III- construção reforma, ampliação, instalação, aquisição ou locação de imóveis para o uso de órgãos, entidades ou instituições cadastradas e/ou conveniadas pelo CMDCA;

IV- desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações programas, serviços e projetos;

V- desenvolvimento de programas, de estudos, de pesquisas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, relacionados com a criança e o adolescente;

VI- atendimento de despesas diversas de caráter urgente e inadiável necessárias à execução das ações de atendimento mencionadas no art. 2º do presente Regulamento.

Art. 9º. A escrituração contábil do Fundo far-se-á com base em documentação hábil, segundo normas e padrões estabelecidos na legislação pertinente, com elaboração de balancetes mensais e balanços anuais.

Parágrafo único. O saldo positivo do FMDCA, apurado em balanço em cada exercício financeiro, será transferido, a crédito do mesmo, para o exercício seguinte.

CAPITULO III

DA GESTÃO

Art. 10. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA constará no orçamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho – SMDST e ficará subordinado operacionalmente à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ordenadora de despesas.

Parágrafo único. O FMDCA ficará vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme preceitua o artigo 88, inciso IV do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 11 – São atribuições do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em relação ao FMDCA:

I – elaborar o Plano de Ação Municipal dos direitos da criança e do Adolescente e o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo;

II – estabelecer os parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação dos recursos;

III – acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do FMDCA;

IV – avaliar e aprovar os balancetes mensais e o balanço anual do FMDCA;

V – solicitar a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e a avaliação das atividades a cargo do Fundo;

VI – mobilizar os diversos segmentos da sociedade no planejamento, execução e controle das ações do FMDCA;

VII – fiscalizar os programas desenvolvidos com recursos do Fundo, requisitando para tal, Auditoria do poder Executivo sempre que necessária;

VIII – aprovar convênios, ajustes, acordos e/ou contratos a serem firmados com recursos do Fundo;

IX – publicar na imprensa oficial do município, em jornais de circulação local, ou afixar em locais de fácil acesso à comunidade, todas as resoluções do CMDCA, referentes ao Fundo.

Art. 12. São atribuições da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em relação ao FMDCA:

I- registrar os recursos orçamentários próprios do município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;

II- registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou por doação ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III- manter o controle escritural das aplicações financeiras, levadas a efeito no Município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV- executar o cronograma de liberação de recursos específicos, segundo as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V- trimestralmente, apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o registro dos recursos captados pelo Fundo, bem como de sua destinação;

VI- apresentar os planos de aplicação e a prestação de contas ao Estado ou Município, conforme origem das dotações orçamentárias;

VII- excepcionalmente, a pedido expresso do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três (03) dias úteis a contar da solicitação, apresentar prestação de contas relativas ao FMDCA;

VIII- assessorar o CMDCA na elaboração da proposta orçamentária a ser aprovada para o ano subseqüente, nos prazos e forma definidos pela Lei das Diretrizes Orçamentárias;

IX- manter os controles necessários à execução orçamentária do FMDCA, referentes a empenho liquidação e pagamento de despesas e recebimento de receitas;

X- coordenar a realização de estudos, em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente, de previsão de receita anual do FMDCA e outros com vistas à captação de recursos;

XI- processar e formalizar, segundo as normas administrativas, a documentação destinada ao pagamento de contratos, convênios, subvenções e auxílios financeiros;

XII- elaborar e atualizar o plano de contas do FMDCA;

XIII- elaborar os demonstrativos de execução orçamentária e financeira conforme legislação vigente;

XIV- organizar e manter toda a documentação e toda escrituração contábil do FMDCA de forma clara, precisa e individualizada, obedecendo à ordem cronológica da execução orçamentária;

XV- promover, em articulação com o Setor de Patrimônio do Município o tombamento de bens com observância da legislação do Sistema Municipal de Administração;

XVI- realizar estudos de previsão de receita do FMDCA, promovendo a captação de recursos;

XVII- promover expediente visando instruir os procedimentos que dependam de licitação em estreita observância a legislação vigente;

XVIII- prestar contas da movimentação financeira do FMDCA, ao CMDCA, juntando documentação própria;

XIX- controlar e liquidar as despesas, efetuar pedidos de compras e elaborar processos de pagamento, quando autorizado;

XX - conferir e conciliar os extratos das contas bancárias e controlar sua movimentação;

XXI- assinar conjuntamente com o Prefeito Municipal, cheques, empenho e ordem de pagamento de despesas do FMDCA;

XXII- desenvolver outras atividades indispensáveis à concepção das finalidades do FMDCA.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13. Constituem ativos do FMDCA:

I- disponibilidade monetária em bancos ou em Caixa Especial, oriundas das receitas especificadas no art.3º;

II- direitos que porventura vierem a constituir;

III- bens móveis e imóveis com ou sem ônus, destinados à execução de programas, serviços e projetos previstos no art. 2º deste Regulamento.

Parágrafo único. Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao FMDCA.

Art. 14. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo único. Para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo.

Art. 15. Constituem despesas do Fundo:

I – o financiamento total ou parcial dos programas de proteção especial constantes do Plano de Aplicação;

II – o atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, observado o inciso V do art. 3º deste Regulamento.

Art. 16. As demonstrações contábeis e orçamentárias do Fundo, exigidas pela lei nº 4.320/64, integrarão a contabilidade geral do Município.

Parágrafo único. A documentação referida no "caput" desse artigo deverá ser encaminhada dentro do prazo legal ao órgão competente da Administração Municipal e ao Tribunal de Contas do Município.

Art. 17. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá vigência ilimitada.

Parágrafo único. Na hipótese da extinção do FMDCA, seus bens e direitos reverterão ao patrimônio do Município de Barra do Bugres/MT, depois de satisfeitas as obrigações assumidas com terceiros.

Art. 18. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO nº. 002/CMDCA/2010

Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA** de Barra do Bugres – MT, reunido no dia **17 de dezembro de *2009,* em reunião ordinária,** no uso de suas atribuições legais com base no seu Regimento Interno, na Lei Municipal nº 841/90, reestruturada pela Lei Municipal nº 1.858, de 19 de junho de 2009, e Lei Federal nº 8069/90, de 13 de julho de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regulamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, constante no Anexo I.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE

Barra do Bugres/MT, 08 de Janeiro de 2010.

TÂNIA MARIA FERREIRA MENDES
Presidente do CMDCA de Barra do Bugres - MT

Prefeitura Municipal de Carlinda

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL N.º: 001/2010

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA MATERIAIS DE CONSUMO E GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER ERSAS SECRETARIAS, PROGRAMAS ASSISTENCIAIS, UNIDADES DE PSF E POSTOS DE SAÚDE DESTE EXECUTIVO**.**

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 22/01/2010
HORÁRIO: 08:00 HORAS.
VALOR ESTIMADO: R$ 373.539,65 (trezentos e setenta e três mil quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos)
LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DA PREF. MUN. DE CARLINDA/MT.
ENDEREÇO: AV. TANCREDO A. NEVES SN.º - CENTRO – CARLINDA/MT.

· EDITAL COMPLETO PODERÁ SER OBTIDO PELOS INTERESSADOS NO MESMO ENDEREÇO, NO HORÁRIO DAS 08:00 ÀS 12:00 HORAS, MAIORES INFORMAÇÕES PELO FONE: 66 3525-2012/2000.

Carlinda/MT, em 11 de janeiro de 2010
ELAINE JUVINIANO DE LIMA
PREGOEIRA
PUBLIQUE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
ESTADO DE MATO GROSSO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:
PREGÃO PRESENCIAL N.º: 002/2010
OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E ÓLEO LUBRIFICANTE PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DESTA PREFEITURA.
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 22/01/2010
HORÁRIO: 14:00 HORAS.
VALOR ESTIMADO: R$ 1.285.302,58 (um milhão duzentos e oitenta e cinco mil trezentos e dois reais e cinqüenta e oito centavos)
LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DA PREF. MUN. DE CARLINDA/MT.
ENDEREÇO: AV. TANCREDO A. NEVES SN.º - CENTRO – CARLINDA/MT.

· EDITAL COMPLETO PODERÁ SER OBTIDO PELOS INTERESSADOS NO MESMO ENDEREÇO, NO HORÁRIO DAS 08:00 ÀS 12:00 HORAS, MAIORES INFORMAÇÕES PELO FONE: 66 3525-2012/2000.

Carlinda/MT, em 11 de janeiro de 2010
ELAINE JUVINIANO DE LIMA
PREGOEIRA
PUBLIQUE-SE

Prefeitura Municipal de Colíder

DECRETO Nº. 002/2010

"DISPÕE SOBRE O RECESSO ADMINISTRATIVO DE INICIO DE ANO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, Senhor CELSO PAULO BANAZESKI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarado Recesso Administrativo de inicio de ano no período compreendido entre os dias 04 a 31 de janeiro de 2010.

Art. 2º Durante o período de recesso administrativo funcionarão em regime de exclusividade os serviços considerados de natureza essencial e os serviços administrativos internos que forem considerados necessários para o encerramento e abertura de exercício financeiro.

Parágrafo único: Os secretário municipais deverão organizar a escala de plantão dos serviços públicos essenciais.

Art. 3º O horário de funcionamento da prefeitura municipal, ai compreendendo a Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, demais secretarias e órgão sediados no Paço Municipal, no período compreendido entre 04 a 31 de janeiro de 2010, será das 08h00m as 17h30m.

Parágrafo Único: No período compreendido entre o dia 04 a 31 de janeiro de 2010, o atendimento ao público será das 09h00m as 11h30m.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, em 04 de janeiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02/2009
HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES PARA O CONCURSO.

A Comissão do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Colider Estado de Mato Grosso, torna público o que segue.
1. INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS
1.1. Os candidatos que se inscreveram conforme as instruções do Edital de Concursos Nº **01/2009** e que efetuaram o pagamento da taxa de inscrição até o dia **04/11/2009**, tiveram as suas inscrições homologadas e seus nomes constam na lista – **Inscrições Homologadas do Concurso** – a qual está à disposição dos candidatos, na internet, no site www.colider.mt.gov.br e na **Prefeitura Municipal de Colider Estado de Mato Grosso** – Travessa dos Parecis nº 60 – Centro – CEP: 78.500-000, Colide – MT.
2. INSCRIÇÕES DE CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA QUE SOLICITARAM DIREITO À RESERVA DE VAGA
2.1. Inscrições homologadas com direito à reserva de vaga para portadores de deficiência.
Por haverem encaminhado atestado médico dentro do prazo conforme o previsto no Edital de Abertura das Inscrições, foram homologadas, **com direito à reserva de vagas para portadores de deficiência,** as inscrições dos candidatos relacionados a seguir.
Inscrições homologadas com direito à reserva de vagas para deficientes

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME		
0167	991.133 SSP-MT	814.346.261-72	GRASIELE BARBOSA FERREIRA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0168	975.424 SSP-MT	474.011.171-34	ALCYR IRAIA BEIMONTE	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR

Nº INSC	RG	CPF	NOME	CARGO
0001	002145948 SSP-MT	034726664-98	PAULA K. SALES DE OLIVEIRA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0002	1461315-8 SSP-MT	913544391-04	MARILZA APARECIDA NUNES	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0003	1248564-0 SSP-MT	009.262.041-30	SIELEI NEVES DE MATOS	ZELADORA
0004	1280068-6 SSP-MT	880.704.411-00	ANTONIA MARIA TAVARES	ZELADORA
0005	000797769 SSP-MS	558.538.201-25	CLEIDE PEREIRA DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0006	2018482-4 SSP-MT	012.638.601-33	IVANETE PEREIRA DA SILVA	ZELADORA
0007	548.702 SSP-MT	394.040.481-00	IRENE JEREMIAS MARQUES	ZELADORA
0008	1847732-1 SSP-MT	017.608.601-31	ELIANE FELIX	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0009	801767 SSP-MT	949.692.991-53	TELMA FERREIRA DE SOUZA	COZINHEIRA
0010	533151 SSP-MT	395.437.061-15	ISABEL TARIFA FELIX	TEC. EM ENFERMAGEM
0011	1059059-5 SJ-MT	786.290.121-53	ROSEMIRA ALVES DA SILVA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA.
0012	1191579-0 SJ- MT	836.978.101-20	FRANCISCA OLIVEIRA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
0013	1565056-1 SSP-MT	004.770.121-83	MARIA DALMORO JORDÃO PINHEIRO	AUX. SERV. GERAIS
0014	617039 SSP-MT	925072551-53	SEBASTIANA ALVES FERNANDES	ZELADORA
0015	6276861-4 SSP-PR	025.534.359-08	ANDREIA SIMONE VIEIRA NEITZKE	TEC. EM ENFERMAGEM
0016	1593105-6 SSP-MT	006.566.371-37	LENICE DE ANDRADE FIDELIS	ZELADORA
0017	1474412-2 SSP-MT	976.500.131-20	DIEGO ROBERTO DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
0018	1745516-2 SSP-MT	015.741.711-51	JULIO CESAR DE OLIVEIRA	TEC. EM ENFERMAGEM
0019	001111548 SSP-MT	848.548.551-34	NEIVA PEREIRA	ZELADORA
0020	2342969-0 SSP-MT	045.873.961-84	SIMONE LUZIA CONSTANTINO	AUX. SERV. GERAIS
0021	2133966-0 SSP-MT	033.305.871-21	ROZEANE CONCENCIO VILLA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0022	276306020043 SSP-MA	030.130.981-71	GENILSON PEREIRA PESSOA	AGENTE DE TRÂNSITO
0023	2022132-0 SSP-MT	033.834.471-38	JAQUELINE VERONICA B. DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0024	2300113-5 SSP-MT	041.239.731-59	JONATHAN DA SILVA COTTEVIQUES	AUX. SERV. GERAIS
0025	1783704-9 SSP-MT	015.581.321-80	ROSILNE ELIZA DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS
0026	1318088-6 SSP-MT	981.163.121-20	SIMONI PEREIRA COSTA	AUX. SERV. GERAIS
0027	2180126-6 SSP-MT	044.308.871-36	LUCILNE ELIZA DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS
0028	1457257-5 SSP-MT	964.640.891-53	ENEIAS PRADO FREITAS	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0029	1686460-3 SSP-MT	021.917.821-67	ANA PAULA FARIAS	ZELADORA
0030	1170577-9 SSP-MT	027.264.941-45	SIRLENE BENTO DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0031	1777111-0 SSP-MT	026.362.841-84	ILSELIA FERNANDES SARAIVA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0032	1283124-7 SSP-MT	005.177.871-80	HELENA ALEXANDRINO DIAS DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0033	2180255-6 SSP-MT	038.272.261-20	MARCIA CRISTINA DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
0034	1178982-4 SSP-MT	877.643.181-91	ELENICE APARECIDA MARTINS DA SILVA BELTRAME	ZELADORA
0035	1427118-4 SSP-MT	001.636.541-07	MAURIZA MENDES FERREIRA	AUX. SERV. GERAIS
0036	1624676-4 SSP-MT	000.426.241-77	ROSELAINE APARECIDA DE MORAES SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0037	706082 SSP-MT	537.883.381-72	APARECIDA DA CRUZ	ZELADORA
0038	1607182-4 SSP-MT	010.849.231-14	MARCIA APARECIDA MARTINS	AUX. SERV. GERAIS
0039	2321299-3 SSP-MT	044.880.191-45	GUIOMAR CAETANO MARTINS	AUX. SERV. GERAIS
0040	1939765-8 SSP-MT	031.325.241-66	VIVIANE DINARTI DE SOUZA LOPES	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0041	587356 SSP-MT	481.959.791-49	MARIA APARECIDA DIAS SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0042	1089467-5 SJ-MT	839.205.791-00	VIRGINIA RODRIGUES SANTANA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0043	1691270-5 SSP-MT	744.891.351-49	JOSE CARLOS DOS SANTOS	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0044	929883 SSP-MT	631.766451-04	EDNA APARECIDA RAMOS DE CARVALHO	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0045	1559788-1 SSP-MT	878.789.501-30	VILMA LOPES DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0046	1165666-2 SSP-MT	651.767.901-49	IVANDA BARBOSA BATISTA AUGUSTO	ZELADORA
0047	28220815-X SSP-MT	254.558.258-10	CRISTINA GONÇALVES BARBOSA	AUX. SERV. GERAIS
0048	1729257-3 SSP-MT	650.272.991-68	MARLENE FRANCISCO VIEIRA	ZELADORA
0049	1948060-1 SSP-MT	031.714.961-00	FRANCIELI DE SOUZA LEANDRO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0050	90546350 SSP-PR	795.454.831-72	SUELI MENDES DE SÁ	AUX. SERV. GERAIS
0051	1719233-1 SSP-MT	011.559.531-77	CLAUDEMIR ALVES DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
0052	1097379-6 SJ-MT	903.379.481-00	MARCIA CRISTINA FAVERO	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0053	30444467-4 SSP-SP	247.410.478-06	LIZANGELA BEHMER	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0054	2218832-0 SSP-MT	034.998.671-17	CLEIDE CANDIDO DE MELLO	AUX. SERV. GERAIS
0055	1425672-0 SSP-MT	522.768.481-20	EDNAMARA DIAS	ZELADORA
0056	2086153-2 SSP-MT	043.105.881-40	LOHANY MICHELY DOS REIS	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0057	1686456-5 SSP-MT	024.364.201-65	SANDRA VIEIRA BARGA	ZELADORA
0058	1367436-6 SSP-MT	886.372.471-72	VILMA FERREIRA DE SOUZA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0059	1664561-8 SSP-MT	011.304.561-10	ANDREIA RODRIGUES VIANA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0060	1891631-7 SSP-MT	020.089.451-03	VIVIANE DEBORA DA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
0061	1907200-6 SSP-MT	009.199.921-96	AGUINALDO DA SILVA VENANCIO	AGENTE DE TRÂNSITO
0062	2050963-4 SSP-MT	031.714.821-42	EDILSON DA SILVA BRITO	AUX. SERV. GERAIS

0063	1226160-2 SJ-MT	966.472.051-87	ROSILDA PROPERCIO LEONARDI	ZELADORA
0064	2061475-6 SSP-MT	029.458.091-33	LICIMEIRE FERMIANO DE SOUZA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0065	1232788-3 SJ-MT	848.671.161-49	AURIA DRUZIAN	ZELADORA
0066	34134930-6 SSP-MT	962.120.801-78	CLEBER DOS SANTOS OLIVEIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0067	1759940-7 SSP-MT	034.430.401-95	REGIANE TOMPOROSKI	ZELADORA
0068	1353363-0 SSP-MT	015.060.471-81	SIRLENE FERREIRA DA CRUZ	ZELADORA
0069	553627 SSP-MT	395.435.601-53	ROSA SEVERIANA TIBURSKI	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0070	731696 SSP-MT	482.506.941-04	NEIDE MARTINS DE MACEDO	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0071	1791780-8 SSP-MT	022.929.261-56	VANESSA FERNANDES DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0072	1036182-0 SJ-MT	784.926.371-53	ZILDA LEMES PEREIRA	ZELADORA
0073	529917 SSP-MT	393.923.171-15	ROSINEI DOS REIS SILVA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0074	34174668-X SSP-MT	323.005.088-69	SILVANEI JOSE RODRIGUES DOS SANTOS	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0075	4987272-0 SSP-MT	706.304.379-04	ANA LUCIA DELAI	AGENTE DE TRÂNSITO
0076	1624713-2 SSP-MT	000.235.251-69	ROSELY PEREIRA DE OLIVEIRA	AUX. SERV. GERAIS
0077	1400713 SSP-PR	363.047.351-20	LUCIA TEREZA CORREA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0078	1509584-3 SSP-MT	998.187.281-49	JOANA JULIA GODOY ZEBALHO	ZELADORA
0079	1703411-6 SSP-MT	021.678.001-26	MARCELO FERNANDES NICOLETI	AGENTE DE TRÂNSITO
0080	1323812-4 SSP-MT	016.358.531-84	OSNITA BUTZKE	ZELADORA
0081	1151368-3 SJ-MT	855.039.751-20	MOABE NUNES CAMARGO DE ARAUJO	AGENTE DE TRÂNSITO
0082	1509547-9 SSP-MT	975.800.581-20	LOEL DOS SANTOS	AUX. SERV. GERAIS
0083	1661309-0 SSP-MT	010.138.341-00	THALES SEVERIANO TIBURSKI	PROF. LIC. HISTÓRIA
0084	9506403 SSP-SP	314.016.271-53	RUBENS SOUSA DE OLIVEIRA	ZELADORA
0085	1351201 SSP-MA	604.417.631-20	MARIA IONE DE SOUSA ALMEIDA	ZELADORA
0086	2024821-0 SSP-MT	033.234.461-43	FRANCIELI APARECIDA DE OLIVEIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0087	1409932-2 SSP-MT	732.626.761-87	ELITON ANDERSON TARGA	AGENTE DE TRÂNSITO
0088	1141208-9 SJ-MT	538.054.101-15	VANDA LUZ DOS SANTOS	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0089	29951643-X	875.315.341-34	MARCIO EDER VACARO DE AQUINO	AGENTE DE TRÂNSITO
0090	2182832-6 SSP-MT	038.083.591-61	ELDER MARTINS SANTANA	FISCAL DE TRIBUTOS
0091	1896799-0 SSP-MT	021.252.171-39	VANESSA CARON	AUX. SERV. GERAIS
0092	1624680-2 SSP-MT	005.178.151-41	NATALINA XAVIER GONÇALVES	AUX. SERV. GERAIS
0093	9586641 SSP-MT	631.500.691-49	MARIA ROZAILDE DE JESUS SANTOS	AUX. SERV. GERAIS
0094	34445075-2 SSP-MT	000.822.311-41	MARINALVA DA SILVA VIEIRA	AUX. SERV. GERAIS
0095	1443151-3 SSP-MT	927.857.431-72	DOMINGAS APARECIDA SOARES	AUX. SERV. GERAIS
0096	1158863-2 SJ-MT	968.631.881-04	MARCIELI FAVERO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0097	1293939-0 SSP-MT	973.748.901-25	OLIVIA BENICIO BETARELLI	AUX. SERV. GERAIS
0098	1443140-8 SSP-MT	957.101.081-20	MARIA APARECIDA DE CASTRO DOMINGOS	ASSISTENTE SOCIAL
0099	408947 SSP-MT	395.430.801-00	MARIA EUNICE DA SILVA	COZINHEIRA
0100	551259 SSP-MS	465.719.221-34	LEONOR PEREIRA DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0101	1126653-8 SJ-MT	928.152.351-53	ROBERTO JOSE GOMES	AUX. SERV. GERAIS
0102	1495096-0 SSP-MT	003.965.661-62	INES APARECIDA DA ROSA PEREIRA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0103	000849702 SSP-MS	809.558.191-72	FABIO ANTONIO GIMENEZ MONGELO	AGENTE DE TRÂNSITO
0104	1393816-9 SSP-MT	924.337.231-91	GIVANILDO BISPO DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
0105	1297935-0 SSP-MT	894.362.961-34	GENIVALDO DE SOUZA	AGENTE DE TRÂNSITO
0106	1171897-8 SJ-MT	899.911.681-68	REVERTON RUZZON RIBEIRO	TEC. EM ENFERMAGEM
0107	1469233-3 SSP-MT	975.304.761-49	JULIANA RODRIGUES DE SOUZA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0108	1880328-8 SSP-MT	009.856.841-86	LECI PEREIRA DA SILVA	ZELADORA
0109	2176326-7 SSP-MT	034.650.991-25	ELIKAENE DA SILVA SOUSA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0110	1362332-0 SSP-MT	960.591.091-87	IRENE MENDES DOS SANTOS	AUX. SERV. GERAIS
0111	1061275-0 SJ-MT	784.669.461-87	MARIA DE FATIMA DA SILVA	ZELADORA
0112	1822095-9 SSP-MT	018.804.061-79	DALMIR JOSE SARTORI	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0113	M-5959977 SSP-MG	835.208.131-49	MARLI MENDES DE CARVALHO	AUX. SERV. GERAIS
0114	1192550-7 SJ-MT	838.926.051-49	LURDES COSER	ZELADORA
0115	1922603-9 SSP-MT	029.056.221-05	LUCINEIDE QUIETINHO DOS REIS	ZELADORA
0116	1646733-7 SSP-MT	027.316.311-63	MARISA MORAES DE SOUSA FLORENCIO	ZELADORA
0117	1991536-5 SSP-MT	044.344.741-11	PATRICIA MENDES GOMES	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0118	5046116-5 SSP-MT	725.364.039-04	CARMELITA FEREIRA GOMES ALVES	ZELADORA
0119	1969998-0 SSP-MT	024.129.451-79	CLAUDINEIA ANA DO NASCIMENTO	AUX. SERV. GERAIS
0120	1575931-8 SSP-MT	005.569.781-02	JOSIMARA APARECIDA DUARTE	AUX. SERV. GERAIS
0121	2164342-3 SSP-MT	040.180.631-64	FERNANDA GRANZOTI MOREIRA	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
0122	1957252-2 SSP-MT	040.522.481-80	SIMONE MELO DE SOUZA	ZELADORA
0123	1400979-0 SSP-MT	019.888.061-86	AISLYNN ANNE DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0124	2133945-7 SSP/MT	033.228.601-08	ANA PAULA ZAMONER	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0125	1222925-3 SJ-MT	007.323.551-25	ROSELI DE SOUZA REVERSE	ZELADORA
0126	1423649-4 SSP-MT	000.201.131-02	SANDRA CRISTINA COUTO	ZELADORA
0127	1395276-5 SSP-MT	929.616.061-87	ROSELY MARIA DA SILVA	ZELADORA
0128	1222835-4 SSP-MT	856.862.201-15	LUZIA VIEIRA DOS SANTOS	AUX. SERV. GERAIS
0129	16812774 SSP-MT	054.438.528-41	IRACI DA SILVA	ZELADORA
0130	1622907-0 SSP-MT	008.639.071-64	WILMA GOMES DOS SANTOS	ZELADORA
0131	000517946 SSP-MT	566.671082-98	GIANE CRISTINA VENTURA DOS SANTOS	ZELADORA
0132	1512400-2 SSP-MT	000.426.381-27	EVANIA CORDEIRO RIBEIRO	INSTRUTOR DE CURSOS LIVRES
0133	1661578-6 SSP-MT	806.883.731-00	PONCILHA MONTEIRO GONÇALVES	ZELADORA
0134	1095692-1 SJ-MT	790.217.191-34	SANDRA APARECIDA RIBEIRO NOVAES	ZELADORA
0135	2020585-6 SSP-MT	029.872.931-86	GESY FORTUNATO DOS SANTOS	ZELADORA
0136	1859792-0 SSP-MT	018.805.791-97	JOÃO PAULO MARQUES ARAGÃO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0137	1191552-8 SJ-MT	884.678.481-20	LUCIANO OLIVEIRA DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
0138	5566547-8 SSP-MT	695.234.529-91	VANDA APARECIDA DOS SANTOS	TEC. EM ENFERMAGEM
0139	1834299-0 SSP-MT	020.899.321-55	FERNANDES AQUINO DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
0140	1182076-4 SJ-MT	593.540.701-91	MARISTELA HERMEL	AUX. SERV. GERAIS
0141	1512170-4 SSP-MT	000.822.451-00	LORACI GONÇALVES FERREIRA	AUX. SERV. GERAIS
0142	0832046-2 SSP-MT	987.468.201-91	ROSANGELA MARIM ESCORCIO	AUX. SERV. GERAIS
0143	1887885-7 SSP-MT	026.944.181-63	MARCIA MARIA DOS SANTOS	AUX. SERV. GERAIS
0144	1359363-3 SSP-MT	913.449.991-15	IVANETE BOTELHO DE SOUZA	ZELADORA
0145	32599420 SSP-MT	280.885.188-06	CAROLINA SOPRANO ANTONIO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0146	1695297-9 SSP-MT	011.528.961-56	ERONICE DA SILVA ARAUJO	ZELADORA
0147	1226058-4 SSP-MT	840.570.761-15	MONICA PEGORARO	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0148	1367417-0 SSP-MT	975.216.551-68	APARECIDA DE OLIVEIRA GOMES	AUX. SERV. GERAIS
0149	0951041-9 SSP-MT	883.968.001-20	MARIA LUCIA DE ALMEIDA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0150	1041324-3 SJ-MT	771.830.961-49	MARIA GONSALVES DA SILVA	ZELADORA
0151	1507634-2 SSP-MT	997.852.261-15	ZILDA BRESSAN DE OLIVEIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0152	1253147-2 SSP-MT	003.145.161-66	MARCOS BARBOSA DE SOUZA	ZELADORA
0153	1425645-2 SSP-MT	026.922.811-01	ADENILSA APARECIDA DE SOUZA	ZELADORA
0154	1103185-9 SJ-MT	001.216.081-40	MARIA DE FATIMA SOUZA	AUX. SERV. GERAIS
0155	2262528-2 SSP-MT	039.538.601-27	GRACIELE APARECIDA VIEIRA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0156	1226223-4 SJ-MT	949.523.291-00	EDNA BONETTI DA CRUZ	ZELADORA
0157	868820 SSP-MT	567.162.061-91	FÁBIO ARANHA	AUX. SERV. GERAIS
0158	964229 SSP-MT	772.712.541-53	EUNICE DOS SANTOS ANDRADE	AP. ADM. ED. NUT.

				ESCOLAR
0159	1043663-4 SJ-MT	008.188.041-30	MARIA LUCIA BORGES MOTA	ZELADORA
0160	1344697-5 SSP-MT	905.230.831-49	ELISANGELA DO NASCIMENTO	TEC. EM ENFERMAGEM
0161	1315922-4 SSP-MT	841.449.711-04	ODAIR SEBASTIÃO COSTA	AGENTE DE TRÂNSITO
0162	0648636-3 SSP-MT	468.675.201-97	LORILENE FALCHETTI	FISCAL TRIBUTÁIO
0163	1476533-0 SSP-MT	650.578.561-20	MARIA CLARICE DA SILVA PIETROSKI	ZELADORA
0164	1752984-0 SSP-MT	034.233.731-99	CRISTINA PRATES PINHEIRO	ZELADORA
0165	1577884-3 SSP-MT	006.878.341-80	ELISANGELA SERENCOVIK FERNANDES	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0166	1601413-8 SSP-MT	018.372.751-73	VALDINEI JONI DIEDRICH FELSKI	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0167	991.133 SSP-MT	814.346.261-72	GRASIELE BARBOSA FERREIRA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0168	975.424 SSP-MT	474.011.171-34	ALCYR IRAIA BEIMONTE	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0169	1293619-7 SSP-MT	007.323.471-06	NAILZA DE OLIVEIRA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0170	1542458-8 SSP-MT	002.947.711-58	EDNA JOSE DE LIMA BERNARDO	ZELADORA
0171	1359909-7 SSP-MT	922.541.441-20	SANDRA CRISTINA CARDOSO	AUX. SERV. GERAIS
0172	923097 SSP-MT	604.420.931-87	LEVI SATIL	AUX. SERV. GERAIS
0173	1084617-4 SJ-MT	580.775.291-00	CLEONICE APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA	ZELADORA
0174	1530720-4 SSP-MT	002.435.341-83	NEUZA BORGES DE OLIVEIRA CANGUÇU	ZELADORA
0175	34445052-1 SSP-MT	019.890.291-32	MARIA HELENA VIEIRA	ZELADORA
0176	1629947-7 SSP-MT	030.529.571-39	FABIANA DE MELO DIAS	AUX. SERV. GERAIS
0177	001573488 SSP-MT	028.917.961-01	ANA ROSA DE SOUZA CRUZ	AUX. SERV. GERAIS
0178	1964821-9 SSP-MT	024.916.471-09	ANDREIA RENATA GODOY DE OLIVEIRA	TEC. EM ENFERMAGEM
0179	1419715-4 SSP-MT	008.798.401-61	ELISANGELA DOS SANTOS APOLINARIO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0180	1419707-3 SSP-MT	014.575.581-90	ANGELA MARIA DE SOUZA	ZELADORA
0181	919058 SSP-MT	799.736.981-34	GILCLEY MIRANDA	AGENTE DE TRÂNSITO
0182	437239 SSP-MT	328.955.691-34	ESMERALDA EVARISTO DE LIMA	ZELADORA
0183	9270407-6 SSP-PR	913.083.131-87	JOACI MOREIRA PEDROZO	FISCAL DE TRIBUTOS
0184	1815445-0 SSP-MT	032.790.011-37	FRANCIELI LOPES MORAIS	AUX. SERV. GERAIS
0185	0928625-0 SSP-MT	570.045.101-82	JANETE MARIA DE OLIVEIRA BELMONTE	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0186	1424316-4 SSP-MT	941.613.641-72	GILMAR DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
0187	1601217-8 SSP-MT	735.635.601-53	NOELI MARTINS PEREIRA	ZELADORA
0188	2098609-2 SSP-MT	031.292.211-96	VANESSA DE OLIVEIRA	ZELADORA
0189	801752 SSP-MT	667.633.551-49	MARLI APARECIDA RODRIGUES	ZELADORA
0190	2016598-6 SSP-MT	027.973.041-10	ALCIONE MACHADO DOS SANTOS	ZELADORA
0191	584576 SSP-MT	503.922.631-49	SOLANGE TORRES	COZINHEIRA
0192	438051 SSP-MT	513.815.081-20	EUNICE MACENA DE JESUS	AUX. SERV. GERAIS
0193	2045690-5 SSP-MT	031.518.011-02	EUNELIA ALVES DE RAMOS FERNANDES	ZELADORA
0194	1363880-7 SSP-MT	913.023.741-68	EDILEUZA CORNELIO DA CRUZ	ZELADORA
0195	0435843-0 SSP-MT	966.547.241-00	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	ZELADORA
0196	11766867 SJ-MT	836.162.411-20	VALERIA SIBELI SCAQUETI	AGENTE DE TRÂNSITO
0197	2241466-5 SSP-MT	041.239.711-05	ANA PAULA FERREIRA DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0198	3948185-5 SSP-PR	534.145.359-04	VANDO PEREIRA DE AZEVEDO	AUX. SERV. GERAIS
0199	000697680 SSP-MS	985.049.679-72	APARECIDA ANGELICO DE ARAUJO	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0200	760495 SSP-MT	514.701.441-15	ROSA VUOLLO DE ARAUJO	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0201	1983490-9 SSP-MT	020.506.061-76	ADIMILSON CONCENCIO PEREIRA	TEC. EM ENFERMAGEM
0202	1601501-0 SSP-MT	018.723.581-36	SILVANA CRISTINA PAIVA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0203	1904440-2 SSP-MT	036.216.451-79	SILVIA REGINA PAIVA	ZELADORA
0204	0612095-4 SSP-MT	580.774.801-87	SUELI LAURINDA DOS SANTOS BETSCH	AUX. SERV. GERAIS
0205	1396367-8 SSP-MT	004.196.111-00	ELIVELTO MARQUES MADRUGA	AGENTE DE TRÂNSITO
0206	1686297-0 SSP-MT	979.760.751-87	IRANI RODRIGUES PEÇANHA	ZELADORA
0207	34192890-2 SSP-SP	225.978.628-60	ANA LUCIA DIAS CAMPANHOLO	ENFERMEIRO
0208	MG-10166183 SSP-MG	040.788.646-00	WAGNER COLI BUENO	ENFERMEIRO
0209	1415240-1 SSP-MT	931.441.641-00	LUCIA DE PAIVA CAETANO	ZELADORA
0210	1293891-2 SSP-MT	011.505.391-35	LUCIMAR MARIA DA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
0211	1887180-1 SSP-MT	019.749.521-42	ROSANGELA GOMES DE ARAUJO	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0212	1089529-9 SJ-MT	968.656.871-91	SANTINA LOURENÇÃO	ZELADORA
0213	1505646-5 SSP-MT	004.736.011-92	PATRICIA ZAMIAN DOS SANTOS	ANALISTA TRIBUTÁRIA
0214	910240 SSP-MT	766.856.751-87	SILVINO DA ROCHA	AP. ADM. ED. MOTORISTA D
0215	1329691-4 SSP-MT	941.045.811-00	ANDERSON ALVES DE SOUZA ROSA	GERENTE DE PROJETOS
0216	1041313-8 SJ-MT	387.998.809-97	CARLOS CESAR SERRILHO	FISCAL DE TRIBUTOS
0217	0842046-7 SSP-MT	805.394.081-15	WANDERLEI FERREIRA DE AZEVEDO	AGENTE DE TRÂNSITO
0218	44249395-9 SSP-MA	752.879.193-87	MARIA DO ROSARIO DE FATIMA SA FERREIRA	AUX. SERV. GERAIS
0219	2017274-5 SSP-MT	033.346.401-08	DEVANI LUZIA DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0220	1913395-2 SSP-MT	021.065.621-28	LEILA PETELER LEMOS	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0221	1898350-2 SSP-MT	005.881.981-96	APARECIDA DA SILVA ROCHA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0222	1646641-1 SSP-MT	948.857.961-72	NILZA SILVINO DOS SANTOS	COZINHEIRA
0223	2141051-8 SSP-MT	948.779.201-53	MADALENA VENTURA	AUX. SERV. GERAIS
0224	2105550-5 SSP-MT	027.232.021-86	MARLENE VENTURA	AUX. SERV. GERAIS
0225	1660338-9 SSP-MT	005.429.781-80	LUCIANA ALVES DOS SANTOS SILVA	ZELADORA
0226	836467 SSP-MT	930.013.471-04	NILTA QUEIROZ DE OLIVEIRA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0227	1695398-3 SSP-MT	022.554.431-80	EUCLINES SILVINO DOS SANTOS	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0228	2157510-0 SSP-MT	041.340.571-08	MARIA GISELI BATISTA DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0229	2076965-2 SSP-MT	030.343.331-02	NELCIMARA GONÇALVES DO NASCIMENTO	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0230	1973862-5 SSP-MT	033.689.181-41	ROSILENE BATISTA LOPES DA SILVA	ZELADORA
0231	1488759-2 SSP-MT	009.618.861-88	IVONETE GONÇALVES DE SOUZA	AGENTE DE TRÂNSITO
0232	2045733-2 SSP-MT	730.086.482-15	ANGELITA DOS SANTOS LACERDA	AUX. SERV. GERAIS
0233	2007908-7 SSP-MT	033.067.221-54	SIMONE BORGES DE OLIVEIRA	ZELADORA
0234	1255227-5 SSP-MT	976.503.151-34	MARIA JOSE RIBEIRO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0235	2063265-7 SSP-MT	030.440.751-81	ANGELICA APARECIDA BENTO	AUX. SERV. GERAIS
0236	1542440-5 SSP-MT	003.112.401-19	MARLENE GUEDES RIBEIRO	POF. LIC. CIÊNCIAS FISICAS E BIOLÓGICAS
0237	1495413-3 SSP-MT	987.480.091-72	KELLY CRISTINA MARTINS RODRIGUES	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0238	1608711-9 SSP-MT	012.638.711-78	JOSELI MARTINS DE FREITAS	AUX. SERV. GERAIS
0239	1054947-1 SJ-MT	780.986.101-87	SILVIO APARECIDO DE FARIAS	AP. ADM. ED. MOTORISTA D
0240	0878571-6 SSP-MT	569.457.101-06	SUELI FERREIRA LACERDA RONCONI	ZELADORA
0241	1709590-5 SSP-MT	842.936.831-00	SELMA ARAUJO DE SOUZA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0242	001089806 SSP-MS	036.707.339-06	ELIZETE DOS SANTOS TAVARES	ZELADORA
0243	4540376-9 SSP-PR	638.479.579-53	APARECIDO GONÇALVES ROCHA	FISCAL DE RODOVIÁRIA
0244	1887923-3 SSP-MT	022.479.301-23	ANA MARIA PLACIDO	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
0245	1367426-9 SSP-MT	014.113.151-97	ROSANGELA RODRIGUES SARAIVA SOUZA	AGENTE DE TRÂNSITO
0246	1656756-0 SSP-MT	962.966.661-87	MARIA FLOR DE MAIO SILVA	AP. ADM. ED. MAN.

				INFRA ESTRUTURA
0247	1070297-0 SSP-MT	788.747.421-34	ALTAIR ANTONIO DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0248	2078743-0 SSP-MT	036.860.551-55	LUCIANA LOPES PEREIRA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0249	2078447-3 SSP-MT	030.314.551-00	DAYANE MONTEIRO	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0250	1226043-6 SJ-MT	005.715.421-07	MAQUENO DE JESUS TAUFFER	PROF. LIC. PEDAGOGIA 40H
0251	1607691-5 SSP-MT	029.212.341-81	ROBSON DO NASCIMENTO	AGENTE DE TRÂNSITO
0252	1420865-2 SSP-MT	959.036.231-15	ROBINSON CAMARGO	TEC. EM ENFERMAGEM
0253	0712961-0 SSP-MT	534.908.431-34	EDILEUSA DE ARRUDA PLÁCIDO	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0254	0826166-0 SSP-MT	537.513.021-15	ROSMEIRE BATISTA	AUX. SERV. GERAIS
0255	1455120-9 SSP-MT	003.853.941-10	LUCIANA DA SILVA SANTANA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0256	1706449-0 SSP-MT	015.807.741-56	ANDREIA APARECIDA ALVES	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0257	1901390-6 SSP-MT	957.377.581-68	SANDRA JUNQUEIRA DA SILVA	ZELADORA
0258	30906622-0 SSP-SP	272.503.728-07	JUCICLEIDE ALVES DOS SANTOS	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0259	46370927-5 SSP-SP	378.933.188-05	TAMIRES CRISTINA JACÓ	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0260	1970595-6 SSP-MT	024.564.831-38	GISLAINE DE SOUZA PEREIRA	AUX. SERV. GERAIS
0261	1427104-4 SSP-MT	943.011.581-20	CLAUDETE DE SOUZA SORAES	AUX. SERV. GERAIS
0262	33355097-3 SSP-SP	046.898.454-25	UITAMAR CARLOS COSTA DA SILVA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0263	1316011-7 SSP-MT	036.249.619-69	REGINA MERISSI VIEIRA MONTE MOR	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0264	1646636-5 SSP-MT	887.284.981-00	TERESINHA PEREIRA DA MOTA	ZELADORA
0265	17063364-7 SSP-MT	005.176.281-12	VALDINEIA APARECIDA PERES	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0266	1941691-1 SSP-MT	023.400.091-03	ANILSON BRITO DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
0267	1574991-6 SSP-MT	013.993.891-57	MARCOS PRATES DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
0268	1533217-9 SSP-MT	018.980.021-69	ROSEMAR LUIZ FERREIRA	AUX. SERV. GERAIS
0269	1457419-5 SSP-MT	957.377.821-15	SANDRA LUCIA DE OLIVEIRA	AUX. SERV. GERAIS
0270	868286 SSP-MT	828.913.201-82	MARIA HELENA DA SILVA	ZELADORA
0271	965155 SSP-MT	651.343.621-49	ALDECY LIMA DOS SANTOS	ZELADORA
0272	1359201-7 SSP-MT	920.105.981-72	SILVANA CORREA SOUZA	AGENTE DE TRÂNSITO
0273	1325875-3 SSP-MT	937.959.981-15	ELIZANGELA GOMES FERREIRA	ZELADORA
0274	1763348-6 SSP-MT	020.309.601-01	EDNA AUGUSTO	ZELADORA
0275	001246832 SSP-MT	012.305.391-90	LOURDES FREITAS DA SILVA	ZELADORA
0276	2024802-4 SSP-MT	027.481.801-94	JOSIELI APARECIDA VIEIRA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0277	1043703-7 SSP-MT	631.708.411-49	DANIEL GARRIDO	AP. ADM. ED. MOTORISTA D
0278	1138817-0 SSP-MT	884.669.571-20	LENIR GONÇALVES	AUX. SERV. GERAIS
0279	1344543-0 SSP-MT	856.342.391-68	ALESSANDRO DOS SANTOS BRAGA	GERENTE DE PROJETOS
0280	1408524-0 SSP-MT	938.159.131-87	MIRANDA MARIA SALGUEIRO	AUX. SERV. GERAIS
0281	1561105-1 SSP-MT	004.478.301-98	ALZIRA FERREIRA DA SILVA	ZELADORA
0282	1822075-4 SSP-MT	018.005.561-52	ROSINEIDE BATISTA LOPES DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0283	1443190-4 SSP-MT	011.524.891-94	MARLENE APARECIDA RODRIGUES GARRIDO	ZELADORA
0284	2141080-1 SSP-MT	037.256.541-74	AMANDA BRUNA DE SOUZA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0285	1473784 SSP-MT	956.668.001-59	ELIENE DOS SANTOS BRAGA	AUX. SERV. GERAIS
0286	1495122-3 SSP-MT	989.569.221-87	ROSENI RODRIGUES DE SOUZA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0287	1651643-5 SSP-MT	017.860.271-00	ANDREIA APARECIDA FRANCISCO	ZELADORA
0288	1671688-4 SSP-MT	016.820.931-40	ELIANE APARECIDA DOS SANTOS	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0289	1941700-4 SSP-MT	031.373.701-08	GESILANE CARLOS SOARES	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0290	1987260-7 SSP-MT	026.750.491-82	ANGELA MARIA DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0291	34453334-4 SSP-SP	278.824.828-89	LUZIRENE MASCIMENTO SILVA	ZELADORA
0292	1747817-0 SSP-MT	020.412.211-27	WILSON SILVINO DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
0293	1706317-5 SSP-MT	031.643.431-08	GISLAINE COSTA HARTMANN	AUX. SERV. GERAIS
0294	1622898-7 SSP-MT	011.482.581-59	JOSETE DA CONCEIÇÃO AMARO	ZELADORA
0295	13919179 SSP-MG	078.452.976-07	RISIONEI FERREIRA LOPES	AGENTE DE TRÂNSITO
0296	1507642-3 SSP-MT	000.235.451-94	GERSON DOS SANTOS DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
0297	001444183 SSP-MS	867.222.711-53	ANDRÉA LEITE DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0298	1148983-9 SSP-MT	997.864.861-53	CLAUDIRENE CRISTINA CARVALHO	ANALISTA TRIBUTÁRIA
0299	35542705-9 SSP-SP	791.571.301-91	CLARICE DUTRA DE ALMEIDA	ZELADORA
0300	1283502-1 SSP-MT	934.393.691-53	ELI ROBERTO PAZIM	AGENTE DE TRÂNSITO
0301	1904399-6 SSP-MT	033.945.451-28	CRISTIANE DE OLIVEIRA RAMOS	AUX. SERV. GERAIS
0302	1455130-6 SSP-MT	655.676.681-04	EDGARD PEDRO SANTANA	AP. ADM. ED. MOTORISTA D
0303	1047757-8 SSP-MT	838.977.391-00	MARIA DE FATIMA DOS SANTOS	AUX. SERV. GERAIS
0304	1248685-0 SSP-MT	871.159.131-53	LOURDES FERREIRA DOS SANTOS	AUX. SERV. GERAIS
0305	1195859-6 SSP-MT	956.744.461-72	FERNANDO RODRIGUES DOS REIS	AGENTE DE TRÂNSITO
0306	2031892-8 SSP-MT	029.101811-46	ALESSANDRA DUTRA DE ALMEIDA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0307	1179032-6 SSP-MT	840.537.471-04	LÉIA TEIXEIRA CARDOSO	ZELADORA
0308	1624568-7 SSP-MT	023.095.031-00	EDIMAR APARECIDO RIBEIRO	AGENTE DE TRÂNSITO
0309	2387319-1 SSP-MT	045.697.531-40	ANA PAULA DA SILVA DE ANDRADE	ZELADORA
0310	1318362-1 SSP-MT	856.800.361-34	VANDERLÉIA DE SOUZA SANTOS PINHEIRO	AUX. SERV. GERAIS
0311	V369566-7	729.996.591-72	RAQUEL ALANOCA DE DE MATTOS	ENFERMEIRO
0312	1669605-0 SSP-MT	990.578.241-91	OLAVO APARECIDO NUNES FIGUEIREDO	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0313	1077109-3 SSP-MT	809.411.411-87	VANIR DA SILVA SANTANA VISCHI	ZELADORA
0314	1424066-1 SSP-MT	011.428.421-00	JONATAS JOSÉ CARDOSO	FISCAL DE TRIBUTOS
0315	1093134-1 SSP-MT	913.332.291-00	CRISTIANI ANDREOTTO COALHO	ZELADORA
0316	1192580-9 SSP-MT	931.420.211-91	IVONETE BERGAMIM	AUX. SERV. GERAIS
0317	1031573-0 SSP-MT	964.591.901-00	ALEX SANDRO RODRIGUES MURADOR	ANALISTA TRIBUTÁRIA
0318	2152346-0 SSP-MT	034.345.451-31	MARIA HILDANE RODRIGUES DE ALMEIDA	AUX. SERV. GERAIS
0319	1916211-1 SSP-MT	022.509.291-30	ESTEFHANIE SOUZA DE OLIVEIRA	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
0320	1847884-0 SSP-MT	017.608.561-00	MARIA DAS GRAÇAS VIEIRA	TEC. EM ENFERMAGEM
0321	964284 SSP-MT	783.051.361-91	CLAUDIA APARECIDA DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS
0322	2022104-5 SSP-MT	032.011.781-28	ROSIMAR FERREIRA COSTA	AUX. SERV. GERAIS
0323	1875967-0 SSP-MT	021.798.691-93	ANA PAULA BEZUM	ASSISTENTE SOCIAL
0324	2105439-8 SSP-MT	036.134.571-21	CLAUDINEIA SILVA MORAIS	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
0325	1195869-3 SSP-MT	631.763.001-15	LAIRTO DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
0326	2112006-4 SSP-MT	900.232.501-00	LUCIMAR FERREIRA COSTA	AUX. SERV. GERAIS
0327	1629736-9 SSP-MT	022.776.261-47	IDALINA DE MORAES DE SILVA	ZELADORA
0328	2106506-3 SSP-MT	033.257.011-83	ELISANGELA DE FATIMA ALVES	ZELADORA
0329	1431161-5 SSP-MT	012.116.001-73	ANA PAULA PONCIANO	ZELADORA
0330	1705840-6 SSP-MT	017.467.711-19	ANDREIA DIAS JACINTO	TEC. EM ENFERMAGEM
0331	1400739-8 SSP-MT	007.047.101-02	MICHELLE A. DE SOUZA ROSA	TEC. EM ENFERMAGEM
0332	76319006 SSP-PR	948.709.851-87	JOANA CRISTINA ROHDEN	TEC. EM ENFERMAGEM
0333	585.436 SSP-MT	420.280.351-53	MARIA APARCIDA AGUIAR	ZELADORA
0334	1650574-3 SJ.-MT	437.600.311-53	MARGARIDA DE OLIVEIRA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0335	17516213 SSP-MT	024.783.861-60	GLAUCIA F.FRANCIELLE G. MACHADO	ZELADORA
0336	1643684-9 SSP-MT	009.417.961-16	LUCINEIA MAGIOLO PAIVA	ZELADORA
0337	1896838-4 SSP-MT	016.932.671-36	ROSIMEIRE VIEIRA DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0338	1510791-4 SSP-MT	979.761.131-00	ANDREIA M. RIZZATO DOS ANJOS	ZELADORA
0339	1713665-2 SSP-MT	013.682.351-31	ELEZANE A. FERRAZ DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS
0340	1796226-9 SSP-MT	022.301.871-63	GEINE MONICA PEREIRA	AUX. SERV. GERAIS
0341	22441067-8 SJSP-MT	009.003.171-75	JOSI A. DOMINGOS ARANHA	AUX. SERV. GERAIS

0342	2032110-4 SSP-MT	032.816.141-16	CRISLAINE QUEZIA DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0343	1547780-0 SSP-MT	014.147.111-58	NEILA AMARAL DA FONSECA	ZELADORA
0344	1409799-0 SSP-MT	593.493.361-20	DENILCE FERNANDES SAVI GITOTI	COZINHEIRA
0345	2059490-9 SSP-MT	029.287.251-80	JOSEMAR BAMBUL DE SOUZA	AGENTE DE TRÂNSITO
0346	001226036 SJSP-MS	903.316.641-00	JOSE SIMOES DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0347	2273953-0 SSP-MT	039.851.281-70	GISLAINE ELI SILVA OLIVEIRA	AUX. SERV. GERAIS
0348	1781667-0 SSP-MT	014.846.311-88	VALDIR SALUSTIANO DA SILVA	ANALISTA TRIBUTÁRIA
0349	1455172-1 SSP-MT	010.511.391-39	JULIA VIANA MIRANDA	ZELADORA
0350	2022156-8 SSP-MT	029.647.901-24	ROSILMA PRAXANDES DA SILVA	ZELADORA
0351	1896745-0 SSP-MT	027.973.031-48	EDILANY SOUZA CARFI	ZELADORA
0352	1158888-6 SJ- MT	627.733.481-68	LUZIA MENDES AMARAL	AUX. SERV. GERAIS
0353	1565045-6 SSP-MT	905.489.141-68	NEIDE MATIAS NASCIMENTO	AUX. SERV. GERAIS
0354	1755636-8 SSP-MT	951.754.401-44	BRUNELDY BUTZKE	ZELADORA
0355	1225957-8 SJ.MT	843.235.311-68	ANTONIO FERREIRA LEMES	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0356	979126 SSP-MT	886.808.861-49	ALENI SILVINA COSTA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0357	1747982-7 SSP-MT	019.417.381-09	KARINA GATO DA COSTA	ZELADORA
0358	1667648-3 SSP-MT	991.486.171-72	EDILENE FAGUNDES DALMOLIN	ZELADORA
0359	1586743-9 SSP-MT	014.201.481-84	JOÃO RODRIGO DA SILVA GONÇALVES GENUÁRIO	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0360	1957255-7 SSP-MT	043.059.541-76	ESTER MELO DE SOUZA	ZELADORA
0361	903013 SSP-MT	581.598.271-72	JOAQUINA DE OLIVEIRA LEITE	ASSISTENTE SOCIAL
0362	1592988-1 SSP-MT	023.284.571-93	CIBELE DE FREITAS CONSONE	INSTRUTOR DE CURSOS LIVRES
0363	911481 SSP-MT	581.598.511-20	ANA ORGANISTA DIM	AUX. SERV. GERAIS
0364	1418418-4 SSP-MT	951.781.981-15	CELIA LUZIA SOARES	ZELADORA
0365	1866557-8 SSP-MT	010.080.851-46	EDILENE DOS SANTOS	ZELADORA
0366	1318027-4 SSP-MT	934.487.831-53	MARCIO PAIXÃO SANTA ROSA	AGENTE DE TRÂNSITO
0367	1316179-2 SSP-MT	891.014.641-91	ADRIANA APARECIDA DE FREITAS COSTA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0368	43021362 SSP-PR	009.618.811-19	MARIA DE FÁTIMA BOSCHIN SILVA	ZELADORA
0369	1380616-5 SSP-MT	975.206.831-68	CLEONIR DRUCZKOWSKI	ZELADORA
0370	1108068-0 SSP-MT	799.724.701-72	ELIANE DE SOUZA MONTEIRO	ZELADORA
0371	1429967-4 SSP-MT	956.678.301-91	ELIZA BATISTA NOVAIS	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0372	1734618-5 SSP-MT	018.122.811-45	CATIA CAVALCANTE GAMA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0373	1192588-4 SSP-MT	864.401.951-15	CELIO ROBERTO PINTO	TEC. EM ENFERMAGEM
0374	1691285-3 SSP-MT	013.833.191-03	DIONES DE OLIVEIRA BARBOSA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0375	1316157-1 SSP-MT	941.356.811-15	VANESSA DA SILVA GONÇALVES	ZELADORA
0376	1623074-4 SSP-MT	010.155.641-19	ARIANA RODRIGUES DA SAILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
0377	2215683-6 SSP-MT	029.787.54184	FABIO AMORIM SANTOS	AUX. SERV. GERAIS
0378	964.782 SSP-MT	631.703.291-20	GENARO SOUTO DA SILVA	FISCAL DE OBRAS E ESTRADAS
0379	1046767-0 SJ-MT	785991051-91	MARIA IZABEL BARBOSA. DE OLIVEIRA	COZINHEIRA
0380	1043648-0 SSP-MT	761.798.261-53	ROSIMEIRE ANACLETO DE PAIVA	AUX. SERV. GERAIS
0381	1478573-0 SSP-MT	001.012.351-27	ROSELI DOS SANTOS LORENSON	AUX. SERV. GERAIS
0382	336.831 SSP-GO	211.231.011-91	ALTAIR RIBEIRO DE FREITAS BASAIA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0383	1255232-1 SSP-MT	007.838.901-17	NIVALDO SEVERIANO DE OLIVEIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0384	1661341-4 SSP-MT	010.505.541-75	LUCIANA CRISTINA BARBOSA CAMANHO	AUX. SERV. GERAIS
0385	549.087 SSP-MT	767.810.381-68	MAISA PEREIRA NEVES	COZINHEIRA
0386	1163350-6 SSP-MT	018.980.231-66	ELISABETE APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS	ZELADORA
0387	1672420-8 SSP-MT	030.543.021-13	MARLA APARECIDA PEREIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0388	1444767-3 SSP-MT	985.298.031-91	SIDINEIA DE ARAUJO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0389	1343459-4 SSP-MT	946.984.731-87	ADRIANA FOGLIATTO	ASSISTENTE SOCIAL
0390	26.531.534-7 SSP-SP	151.209.698-95	ANGELA MARIA DA PAIXÃO	ENFERMEIRO
0391	1962076-4 SSP-MT	033.406.481-31	ELIZETE BRAZ DA SILVA	ZELADORA
0392	6.436.199-6 SSP-PR	995.168.709-10	CLAUDIA APARECIDA PACHECO DOS SANTOS	ZELADORA
0393	1593022-0 SSP-MT	015.447.811-30	DEIZE RAFAELA ANTONIO	AUX. SERV. GERAIS
0394	1200476-6 SSP-MT	007.200.001-57	CARDECK CARVALHO DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO
0395	0616261-4 SSP-MT	487.936.981-00	MARIA DE LOURDES DE JESUS	TEC. EM ENFERMAGEM
0396	34.340.573-8 SSP-SP	029.099.971-54	PAULA MARQUES DINIZ	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0397	1603743-0 SSP-MT	006.878.241-17	ROGÉRIO RIBEIRO DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
0398	1695332-0 SSP-MT	011.915.991-08	CRISTINA GERMANA DA MATA	ZELADORA
0399	1344590-1 SSP-MT	913.681.111-49	ROSELI RIBEIRO MEDEIROS	AUX. SERV. GERAIS
0400	6.984.744-7 SSP-PR	021.793.709-89	ANTONIO MARCOS CASADEI GUEDES	FISCAL DE OBRAS E ESTRADAS
0401	219.367 SSP-MT	004.462.831-50	BEATRIZ DE OLIVEIRA	ZELADORA
0402	1660032-0 SSP-MT	011.007.091-77	ISAURA SANTOS DA SILVA	ZELADORA
0403	2111654-7 SSP-MT	032.076.881-36	VERÔNICA MARIA DA ROCHA SILVA	ZELADORA
0404	1344418-2 SSP-MT	920.327.101-53	ELENIR DE SOUZA CAMARGO	TEC. EM ENFERMAGEM
0405	7.206.720-7 SSP-PR	031.295.559-60	VERDIANE ZANELLA	PROF. LIC. HISTÓRIA
0406	2364311-0 SSP-MT	021.956.051-03	MAURALICE PEREIRA DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0407	1882849-3 SSP-MT	023.819.321-78	AURIQUES APARECIDO NUNES SOARES	AGENTE DE TRÂNSITO
0408	1509518-5 SSP-MT	982.650.671-00	MARIA LEILA LEMES DA SILVA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0409	1947654-0 SSP-MT	036.435.861-08	ALDAIR ANTONIO DE LIMA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0410	23.872.849-3 SSP-SP	121.714.148-04	LAUDECIR MARTINS DE ARRUDA CAMASSUTI	ASSISTENTE SOCIAL
0411	1469133-7 SSP-MT	010.491.471-89	ADILIA VIANA DE SOUZA	ZELADORA
0412	3.911.012-1 SSP-PR	590.707.739-53	BENEDITO APARECIDO CARDOSO	GERENTE DE PROJETOS
0413	1948050-4 SSP-MT	009.540.871-19	JEAN CARLOS DALL AGNOL	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0414	8.939.060-5 SSP-PR	956.735.391-34	FERNANDA APARECIDA SEIXAS TARGA	AGENTE DE TRÂNSITO
0415	1195884-7 SSP-MT	944.276.071-87	MARCIA JUCELIA GRACO	AGENTE DE TRÂNSITO
0416	233.7218-4 SSP-MT	043.220.114-97	GEDEAN DA SILVA OLIVEIRA	AUX. SERV. GERAIS
0417	35.670.590-0 SSP-SP	293.313.688-01	GELISSANDRA ALENCAR SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
0418	2007960-5 SSP-MT	746.461.841-68	SIMONE PEREIRA DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
0419	0801730-1 SSP-MT	581.619.701-06	ELIS REGINA MOLINA	AGENTE DE TRÂNSITO
0420	1962336-4 SSP-MT	029.872.461-88	ADELIA DA SILVA	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
0421	1093108-2 SSP-MT	941.362.541-72	VIVIANE MARCOS BALAN	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0422	1.885.536 SSP-AL	036.056.914-55	FÁBIA CRISTINA ARAÚJO DE ALENCAR	AGENTE DE TRÂNSITO
0423	1882340-8 SSP-MT	020.126.911-29	VANESSA FERNANDA DA SILVA	POF. LIC. CIÊNCIAS FISICAS E BIOLÓGICAS
0424	1469171-0 SSP-MT	011.591.741.13	NIDIA HALATENO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0425	1095756-1 SSP-MT	851.919.221-15	ANTONIO LUCIANO DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0426	000823039 SSP-RO	014.597.071-09	VIVIANE APARECIDA DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0427	8.164.226-5 SSP-PR	052.337.539-52	TATIANE FERREIRA DE ALMEIDA	ENFERMEIRO
0428	1.370.413 SSP-AL	038.140.444-79	ELISANGELA MARIA DE SOUZA CALISTO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0429	1995989-3 SSP-MT	026.726.601-40	WESLEI TIAGO PIRES DA SILVA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0430	2089942-4 SSP-MT	030.306.611-30	LETICIA TADIOTTO SAMPAIO	FISCAL DE TRIBUTOS
0431	1593104-8 SSP-MT	005.177.971-43	GIVONETE FILOMENA DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0432	1669571-2 SSP-MT	033.702.011-60	CRISTIANA ALVES	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0433	1446471-3 SSP-MT	952.802.351-72	OSVALDO DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO

0434	1472732-3 SSP-MT	912.924.501-00	SIMONE APARECIDA LISBOA DE SÁ	ZELADORA
0435	1831735-9 SSP-MT	697.950.452-53	VIVIAN RIBEIRO ANTONIO	AUX. SERV. GERAIS
0436	1527245-1 SSP-MT	001.471.551-18	LEONICE PISKOR DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS
0437	903.315 SSP-MT	804.717.571-87	JANDELSON ALUIZO	FISCAL DE OBRAS E ESTRADAS
0438	1042235-8 SSP-MT	627.703.221-68	MARCIA BRAGA DE SOUSA	ZELADORA
0439	2105323-5 SSP-MT	031.643.441-80	CLEITON DO NASCIMENTO SANTOS	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0440	1530715-8 SSP-MT	002.435.111-32	ADALBERTO DO NASCIMENTO SANTOS	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0441	1493825-1 SSP-MT	994.014.441-53	CIDALINA BARRAGAN AVANÇÇO	AUX. SERV. GERAIS
0442	1260669-3 SSP-MT	895.294.721-53	CONNIE REGINA DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
0443	1948175-6 SSP-MT	027.767.191-40	JESSICA PARRON	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
0444	1907246-5 SSP-MT	033.970.381-46	DIONY PINHEIRO PEREIRA	AUX. SERV. GERAIS
0445	318.336 SSP-MT	280.575.621-53	MARILENA PRECILIANA DE ARAUJO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0446	1559322-3 SSP-MT	860.629.211-72	ALEXANDRE DIAS BARREIROS	AGENTE DE TRÂNSITO
0447	1363853-0 SSP-MT	973.747.331-00	ROSENI MACENA DE JESUS	AUX. SERV. GERAIS
0448	965.226 SSP-MT	537.936.761-53	SELMA DE JESUS OLIVEIRA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0449	1660324-9 SSP-MT	011.122.391-11	SIRLENE DE SOUZA DA SILVA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0450	1661547-6 SSP-MT	016.259.241-86	SILVANA DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0451	1815217-1 SSP-MT	044.880.171-00	CRISTIANE VITAL DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0452	1857078-0 SSP-MT	010.081.121-35	LUCINEIA TEIXEIRA DIAS DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS
0453	28.519.009 X SSP-SP	199.975.338-01	ROSENILDA ALEXANDRE DE ALMEIDA	AUX. SERV. GERAIS
0454	1534187-9 SSP-MT	029.872.541-05	RAKEL LEMES DO NASCIMENTO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0455	1428414-6 SSP-MT	864.371.781-91	APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0456	1036943-0 SSP-MT	883.941.311-15	LUCILIA ALVES DOS SANTOS NASCIMENTO	ZELADORA
0457	724.391 SSP-MT	771.016.181-20	ROSANGELA MARIA MAZOLINI BORRO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0458	36.520.326-9 SSP-SP	009.418.881-50	ROZALINA JARDIM COSTA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0459	13495577 SSP-MT	726.113.161-04	PETRUS PIERINI FINGOLO RASCADO	ANALISTA TRIBUTÁRIA
0460	2197385-7 SSP-MT	033.444.841-76	PATRICIA CORREIA BATISTA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0461	32.293.739-5 SSP-MT	001.307.248-15	MARIA DE FATIMA BIBO	ZELADORA
0462	1544303-5 SSP-MT	002.749.651-19	EUNICE SOUZA DOS REIS	ZELODORA
0463	505.465 SSP-MT	363.040.181-34	JOSÉ INÁCIO DE MELO	AUX. SERV. GERAIS
0464	1148122-6 SSP-MT	893.052.301-30	JANDIRA ALBANO	AUX. SERV. GERAIS
0465	1607719-9 SSP-MT	006.094.971-62	ELIANI DA SILVA SOARES	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0466	979.108 SSP-MT	878.651.811-91	SELMA FATIMA EUGENIO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0467	40.819.559-9 SSP-SP	44.930.998-60	ROSIMEIRE GUBANI BONATO	AUX. SERV. GERAIS
0468	1751622-6 SSP-MT	025.555.351-01	TAYS REGINA TARGA	FISCAL DE TRIBUTOS
0469	4834294 SSP-PA	976.959.392-34	MARCIA SANDMANN	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0470	1777098-0 SSP-MT	016.567.841-06	EDILAINE CANDIDO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0471	28.917.718-2 SSP-SP	184.247.958-06	ROSINERI FERREIRA DA SILVA	ZELADORA
0472	0552406-7 SSP-MT	395.311.631-20	ATAIDE CLEMENTE DE ALVARENGA	AGENTE DE TRÂNSITO
0473	2295667-0 SSP-MT	041.292.241-07	DAYANE SILVA CANDIDO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0474	1179157-8 SSP-MT	858.920.921-00	RIGLEIA NUNES VILAS BOAS	AUX. SERV. GERAIS
0475	1469129-9 SSP-MT	973.754.031-04	MARIZANGELA ALVES LOPES	AUX. SERV. GERAIS
0476	2193020-1 SSP-MT	922.585.811-68	UBIRACI DAS CHAGAS	AGENTE DE TRÂNSITO
0477	1656795 SSP-MT	964.720.731-04	NILCEIA PEREIRA ROCHA	ZELADORA
0478	1855395-8 SSP-MT	018.721.451-40	FERNANDA ALVES DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0479	1328702-8 SSP-MT	902.521.011-20	IVONETE CARNEIRO PIRES	ZELADORA
0480	1535806-2 SSP-MT	721.109.611-04	IRENE MARIA SOUZA DA CRUZ	AGENTE DE TRÂNSITO
0481	1326006-5 SSP-MT	028.324.781-90	SILVANIA SALVADOR DOS SANTOS	ZELADORA
0482	626.775 SSP-MT	631.498.001-10	DALMI GOMES FERREIRA	AUX. SERV. GERAIS
0483	1852695-0 SSP-MT	018.024.791-39	JOSILENE GOMES MILITÃO DE SOUZA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0484	1730535-7 SSP-MT	016.811.521-26	DEBORAH CAREN DA SILVA PINTO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0485	1431475-4 SSP-MT	941.273.361-53	MARTA CASTRO SANCHES	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0486	1686229-5 SSP-MT	014.402.561-28	VALDECIR DONATO FLORENCIO	AGENTE DE TRÂNSITO
0487	5.635.798-0 SSP-MT	793.031.379-49	ELENICE APARECIDA BORRO MENOSSI	COZINHEIRA
0488	9.147.054 SSP-SP	042.893.498-62	APARECIDA RODRIGUES KAWAKAMI	AUX. SERV. GERAIS
0489	576.685 SSP-MT	420.024.001-72	APARECIDO VIEIRA ALVES	FISCAL DE RODOVIÁRIA
0490	1316129-6 SSP-MT	021.616.241-64	MARI APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA	ZELADORA
0491	1448206-1 SSP-MT	776.918.221-20	ANGELA DA SILVA LIMA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0492	1283062-3 SSP-MT	420.282.801-15	MARIA DE FATIMA FERNANDES DOS SANTOS	ZELADORA
0493	15.127.988 SSP-SP	913.216.111-53	TERESA ALVES MARTINS	ZELADORA
0494	0605624-5 SSP-MT	570.059.311-49	ELENIR FARIA BENTO	TEC. PATOLOGIA LAB. E ANÁLISE CLÍNICA
0495	1916165-4 SSP-MT	926.885.001-04	MIRIAN CONTINI FRAGOSO	ZELADORA
0496	1118242-3 SSP-MT	838.735.201-25	GERSON APARECIDO RIBEIRO	AGENTE DE TRÂNSITO
0497	1925982-4 SSP-MT	033.685.971-67	IZABEL CAETANO MARTINS	AUX. SERV. GERAIS
0498	1603685-9 SSP-MT	007.940.411-16	LENICIA LOPES DE MORAES	ZELADORA
0499	1816516-8 SSP-MT	032.981.281-55	ITALO MOREIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0500	1857196-4 SSP-MT	037.571.231-31	RICARDO AUGUSTO LIMA	AGENTE DE TRÂNSITO
0501	1755311-3 SSP-MT	019.812.721-94	VANDA CAMPOS DE OLIVEIRA	AUX. SERV. GERAIS
0502	549113 SSP-MT	514.702.251-15	MARCIA APARECIDA ELIAS CASTELHÃO	TEC. EM ENFERMAGEM
0503	1460491-4 SSP-MT	957.342.101-10	ROSANA DE JESUS COSTA GERMANN	TEC. EM ENFERMAGEM
0504	1713581-8 SSP-MT	006.878.311-64	VANESSA APARECIDA MENOSSI	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0505	1584793-4 SSP-MT	836.260.691-08	EDINEIA FERNANDES RIGO SILVA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0506	1945703 SSP-PR	863.552.671-49	MARIA DO SOCORRO DA SILVA	ZELADORA
0507	1917490-0 SSP-MT	023.606.811-33	CRISTIANE BARBOSA RODRIGUES POSTAL	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0508	2105556-4 SSP-MT	041.282.931-21	ADRIANA BARBOSA RODRIGUES	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0509	1734609-6 SSP-MT	013.832.711-43	ADILSON ARAUJO	AGENTE DE TRÂNSITO
0510	1891842-5 SSP-MT	029.017.821-59	RAYNER HENRIQUE DE ARAUJO	AGENTE DE TRÂNSITO
0511	1789346-1 SSP-MT	002.756.091-03	DORALICE PADILHA DE AGUIAR	AUX. SERV. GERAIS
0512	1691081-8 SSP-MT	025.311.091-29	LAIS KELLI DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0513	505507 SSP-MT	326.314.991-15	TEREZA MARTINS DA SILVA NUNES	AUX. SERV. GERAIS
0514	1344455-7 SSP-MT	940.388.641-20	CARLOS ALBERTO GOMES	AGENTE DE TRÂNSITO
0515	644101 SSP-MT	514.704.621-68	EDER CAPELARI DA PURIFICAÇÃO	AGENTE DE TRÂNSITO
0516	1947559-4 SSP-MT	747.232.861-87	ERIKA JULIANE ARANDA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0517	1248569-1 SSP-MT	787.224.461-68	SILVANO FRANCISCO DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
0518	1388392-5 SSP-MT	928.408.091-68	ELAINE ADELAIDE DA SILVA	ZELADORA
0519	0919034-1 SSP-MT	881.202.011-91	VANDA FERNANDES AGUIAR	COZINHEIRA
0520	2105307-3 SSP-MT	006.094.421-80	CLECI PEDRALLI DE OLIVEIRA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0521	23020776-8 SSP-MT	783.143.801-72	DIVA OLIVEIRA DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT.

				ESCOLAR
0522	706122 SSP-MT	580.821.901-91	ELIZABETE BARBOZA DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0523	1136455-6 SSP-MT	812.414.961-53	LUCINEIA NUNES DOS SANTOS	ZELADORA
0524	1695237-5 SSP-MT	017.467691-30	RITA MENDES DE OLIVEIRA	AUX. SERV. GERAIS
0525	001683729 SSP-MS	032.179.171-11	CARLOS WELLINGTHON PAÇO	AGENTE DE TRÂNSITO
0526	5961445-2 SSP-PR	844.263.579-34	DERLI GONÇALVES MACHADO	AUX. SERV. GERAIS
0527	1964803-0 SSP-MT	029.944.401-56	ORLI MONTEIRO DOS SANTOS	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0528	1937120-9 SSP-MT	022.273.091-99	MARIA ANTONIA COSTA MARINHO DE SOBRAL BRANDÃO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0529	32415414-8 SSP-SP	255.875.148-46	IVONE RELVA	ENFERMEIRO
0530	2001306-0 SSP-MT	027.964.191-50	ROSANA DIAS DOS SANTOS	PROF. LIC. LETRAS/INGLES
0531	2133948-1 SSP-MT	033.228.671-10	VANESSA PENHA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0532	2158382-0 SSP-MT	036.038.401-35	AMELIA LEITE	AP. ADM. ED. MAN INFRA ESTRUTURA
0533	2161930-1 SSP-MT	996.539.151-34	ELIETE DE SOUZA GARCEZ	AUX. SERV. GERAIS
0534	1130909-1 SSP-MT	823.073.931-53	VERONICA APARECIDA DA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
0535	2022145-2 SSP-MT	012.034.781-43	TANIA FRANCIELEN DA SILVA PINTO DE FREITAS	AUX. SERV. GERAIS
0536	1745422-0 SSP-MT	011.711.061-22	SILVIA REGINA PEREIRA DE CARVALHO	ZELADORA
0537	1261427-0 SSP-MT	913.199.001-00	ROSIMEIRE SILVA DOS SANTOS	TEC. EM ENFERMAGEM
0538	1866607-8 SSP-MT	020.410.711-33	SUZANA DA SILVA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0539	2138153-4 SSP-MT	033.533.951-48	KETILA SOARES DE MEIRA	AP. ADM. MAN. INFRA ESTRUTURA
0540	1672525-5 SSP-MT	026.895.361-96	WILLIAN RAFAEL DE LIMA	FISCAL DE TRIBUTOS
0541	978900 SSP-MT	905.405.901-00	LUZABEL HONORATO FAGUNDES	AUX. SERV. GERAIS
0542	14616384 SSP-SP	774.832.861-72	MARIA ISMAR DE FREITAS	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0543	2138203-4 SSP-MT	021.339.601-71	ANDREA MARCIA DA SILVA	ZELADORA
0544	2111977-5 SSP-MT	032.299.271-09	KASSIA THATIELLI PAIVA ARAUJO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0545	2076961-0 SSP-MT	031.325.251-38	GRACIELI CRISTINA BETARELLI	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0546	2088589-0 SSP-MT	038.083.571-18	JEOVANA DE SOUZA	ZELADORA
0547	1774034-7 SSP-MT	016.933.801-02	VANDIELIDA DA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
0548	1962174-4 SSP-MT	024.664.791-41	ALINE DE SOUZA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0549	1464812-1 SSP-MT	960.520.661-72	EDSSEIO DA SILVA CARMO	AGENTE DE TRÂNSITO
0550	2183595-0 SSP-MT	036.117.111-01	EDNA BATISTA PEREIRA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0551	11425060-8 SPC-RJ	080.707.297-40	FERNANDA MENEZES DA FONSECA	ANALISTA TRIBUTÁRIA
0552	1643654-7 SSP-MT	023.075.901-70	ANDREIA CAMARA DE SOUZA	ZELADORA
0553	1344580-4 SSP-MT	047.889.431-74	NASIANE VIEIRA DE BARROS	ZELADORA
0554	1987148-1 SSP-MT	026.750.511-60	VALDINEIA TEIXEIRA DIAS	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0555	3729270 PC-GO	832.062.481-91	ADENY ROSA DO CARMO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0556	1533234-9 SSP-MT	940.422.251-87	JOSE CARLOS FERREIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0557	1593110-2 SSP-MT	026.847.151-73	RUTE CORREA DOS SANTOS	TEC. EM ENFERMAGEM
0558	001530276 SSP-MS	025.901.981-08	ROBSON CANDIDO DE OLIVEIRA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0559	1707028-7 SSP-MT	012.638.441-03	PATRICIA VALE DE LIMA	AUX. SERV. GERAIS
0560	001656705 SSP-MS	028.683.111-21	ALAN RAMÃO MARTINS LOPES CARRARA	FISCAL DE OBRAS E ESTRADAS
0561	1857158-1 SSP-MT	018.979.941-25	ELISANGELA FERREIRA TEIXEIRA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0562	2100946-5 SSP-MT	030.522.541-38	ADRIANA ANGELO FERREIRA	AP. ADM. ED. NUT.

				ESCOLAR
0563	1191560-9 SSP-MT	840.470.541-00	CELIA REGINA MAGALHÃES	TEC. EM ENFERMAGEM
0564	2408557-0 SJ-MT	968.625.561-34	LIDIA MENDES DA SILVA	ZELADORA
0565	2100799-3 SSP-MT	035.098.151-57	KEILA SMIDT GALDINO	ZELADORA
0566	2262391-4 SSP-MT	041.276.181-59	CELMA PEREIRA MOTA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0567	001441194 SSP-MS	006.459.361-46	QUITERIA DE ARAUJO SANTOS	AUX. SERV. GERAIS
0568	524410 SSP-MS	448.638.611-68	EVA BONIFACIA VIERA	ZELADORA
0569	2008033-6 SSP-MT	030.209.611-65	SANDRA PEREIRA MOTA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0570	1658690-5 SSP-MT	019.897.391-80	CREUZA PEREIRA DOS SANTOS	AUX. SERV. GERAIS
0571	1380584-3 SSP-MT	982.650.911-68	SIDNEIA RODRIGUES DOS SANTOS	ZELADORA
0572	2255404-ES SSP-ES	126.860.377-50	ANDERSON GONCALVES DE SOUZA	FISCAL DE TRIBUTOS
0573	00901 PM-MT	008.270.091-51	CRISTIANE CELESTINO BORGES	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0574	1855490-3 SSP-MT	018.369.091-52	CRISTIANE LEITE DA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
0575	1359479-6 SSP-MT	989.378.041-15	LENILDA DO AMARAL	ZELADORA
0576	1394411-8 SSP-MT	931.474.221-00	REGIANE APARECIDA DE SOUZA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0577	2105463-0 SSP-MT	031.643.411-64	CLESYANE TEIXEIRA DE SOUZA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0578	952650 SSP-MT	202.524.711-72	JAZON ALVES SANDES	AUX. SERV. GERAIS
0579	5301817-3 SSP-PR	020.323.401-07	JANETE MADALENA MACHADO	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0580	19741992002-4 SSP-MA	018.295.831-07	ANDREIA GONÇALVES DE SOUZA	INSTRUTOR CURSOS LIVRES
0581	1041445-2 SJ-MT	837.101.081-87	RONALDO CORREIA LIRA	AP. ADM. ED. MOTORISTA D
0582	1880246-0 SSP-MT	024.957.481-04	ANDRESSA DELBONE RODRIGUES	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0583	36960770-3 SSP-SP	952.930.861-20	ROSELI LOPES LEMOS	ZELADORA
0584	1093138-4 SJ-MT	025.771.621-11	SERAFINA GOMES DOS SANTOS	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0585	868011 SSP-MT	604.485.631-34	CELSO ANTONIO DE OLIVEIRA	ANALISTA TRIBUTÁRIA
0586	1546392-3 SSP-MT	021.983.031-24	JORGE LUIZ MELLO JUNIOR	GERENTE DE PROJETOS
0587	2225497-8 SSP-MT	047.557.171-16	SOLANGE DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0588	1840329-8 SSP-MT	023.988.061-70	DIEGO CESAR PARISI MAFRA	AP. ADM. ED. MOTORISTA D
0589	1916258-8 SSP-MT	667.629.011-15	JOSE EDUINO ENGSTER	AUX. SERV. GERAIS
0590	4033639 PC-PR	700.244.052-72	ALEX DE ALMEIDA DE PAULA	TEC. EM ENFERMAGEM
0591	1330924-2 SSP-MT	848.975.701-15	ROSILDA DA SILVA WOLF	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0592	1431268-9 SSP-MT	980.194.901-59	JULIANA PEREIRA DOS SANTOS	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
0593	1802850-0 SSP-MT	023.925.781-25	RICARDO JOSE DAMASCENO	AGENTE DE TRÂNSITO
0594	1471667-4 SSP-MT	936.647.141-00	SIMONE APARECIDA GONÇALVES	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0595	157883-4 SSP-MT	570.056.211-15	MARLI DOS SANTOS FERREIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0596	1608805-0 SSP-MT	007.839.211-01	IVONETE ISABEL DE SOUZA	ZELADORA
0597	2061516-7 SSP-MT	043.172.641-88	HUTISCLEIA APARECIDA DE SOUZA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0598	1455065-2 SSP-MT	001.822.041-03	ALEXANDRE DE FREITAS CONSONE	AGENTE DE TRÂNSITO
0599	1378318-1 SSP-MT	000. 822.341-67	LUCINEIA DE OLIVEIRA BARBOSA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0600	2006582-5 SSP-MT	027.531.901-60	ELIANE DE FIGUEIREDO NERY	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0601	1513485-7 SSP-MT	906.497.961-87	SERGIO APARECIDO SALGUEIRO	FISCAL DE OBRAS E ESTRADAS
0602	33.373.514-6 SSP-SP	144.815.348-42	CELIA ARRUDA DO CARMO	ZELADORA
0603	1278353-6 SSP-MT	787.281.421-87	WALDELICE ALVES DA SILVA	COZINHEIRA
0604	1947972-7 SSP-MT	036.215.621-25	EDINEIA MARTINS DOS SANTOS	AP. ADM. ED. NUT.

				ESCOLAR
0605	1593101-3 SSP-MT	024.097.561-82	MARIANE MARQUES DE SOUZA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0606	1976285-2 SSP-MT	024.273.271-23	CAROLINE MARCHESINO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0607	1344570-7 SSP-MT	007.323.431-19	IVONETE SARTORI DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
0608	1880351-2 SSP-MT	033.208.261-07	CRISLAINE APARECIDA DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0609	250.365 SSP-MS	650.278.411-91	ELZA LIMA DOS SANTOS	ZELADORA
0610	968.108 SSP-MT	627.702.921-53	VALDOMIRO SANTANA CARDOSO	AUX. SERV. GERAIS
0611	2134999-1 SSP-MT	033.221.381-19	EDUARDO BATISTA PEREIRA	AUX. SERV. GERAIS
0612	655.621 SSP-MT	604.410.971-20	VILME SERENCOVICK FERNANDES	AGENTE DE TRÂNSITO
0613	1796256-0 SSP-MT	567.222.901-82	ILSON MOREIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0614	1577860-6 SSP-MT	009.618.271-73	SIDINEIA DE CASTRO SILVA	ZELADORA
0615	1796609-4 SSP-MT	040.509.481-76	VANESSA DA SILVA	ZELADORA
0616	1015521-0 SSP-MT	827.469.581-04	VALTER MARTINS CARDOSO	GERENTE DE PROJETOS
0617	1563239-3 SSP-MT	005.178.221-99	ELENA DOS SANTOS SILVA	ZELADORA
0618	1151101-0 SSP-MT	894.854.831-04	MARCOS FERREIRA TEIXEIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0619	0724381-2 SSP-MT	631.784.861-00	MARIA DE LOURDES OLIVEIRA	ENFERMEIRO
0620	0911449-1 SSP-MT	522.331.461-15	MARINALVA APARECIDA MARTINS DA SILVA	ENFERMEIRO
0621	1461344-1 SSP-MT	011.361.051-31	ANDRESON ANDRE DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
0622	964539 SSP-MT	631.368.051-00	LUCILENE SANTANA GONÇALVES	ZELADORA
0623	1279219-5 SSP-MT	830.571.451-91	EMILIA TEREZA GONÇALVES NETO	AP ADM ED MOTORISTA D
0624	2105491-6 SSP-MT	031.715.261-07	FERNANDA QUINTINO MATOS	FISCAL DE RODOVIÁRIA
0625	509112 SSP-MT	010.080.741-01	JOSEFA DOS SANTOS POLTRONIERE	ZELADORA
0626	1880391-1 SSP-MT	017.148.701-03	SANDRA OLIVEIRA PEREIRA	ZELADORA
0627	2097752-2 SSP-MT	030.300.901-24	VALERIA CRISTINA ESGARAVATI	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0628	671449 SSP-MT	522.340.881-00	MARIA DE FATIMA DE SOUZA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0629	144774-6 SSP-MT	012.639.231-51	SILVANA DOMINGUES DE ARAUJO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0630	1292980-8 SSP-MT	629.897.821-68	LUCIANA GOMES DE OLIVEIRA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0631	1443301-0 SSP-MT	613.748.659-15	ELZA SALETE CORREIA DE CAMPOS	ZELADORA
0632	1887375-8 SSP-MT	019.686.341-42	SUELEN DAIANA DE ARAUJO CANOVA	GERENTE DE PROJETOS
0633	1802831-4 SSP-MT	022.441.251-57	MARCIA CEZARIO DIAS	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0634	766901 SSP-MT	839.127.701-15	ROSANA APARECIDA DA SILVA	ZELADORA
0635	1455077-6 SSP-MT	952.509.301-82	LUIZ LOPES CONSONE JUNIOR	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0636	0968076-4 SSP-MT	859.770.041-68	ELIANA DE FATIMA MOLINA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0637	1474435-0 SSP-MT	008.188.191-62	EDINALVA DA SILVA CASTRO	ZELADORA
0638	1367323-8 SSP-MT	012.374.811-98	MACALI FRANCISCATO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0639	439840 SSP-MT	003.605.781-95	VERA LUCIA TEIXEIRA DA SILVA	ZELADORA
0640	2105503-3 SSP-MT	009.070.701-08	SELMA MARIA RAMOS PAULINO	ZELADORA
0641	2310645-0 SSP-MT	042.978.601-80	PATRICIA BORTOLAZZI BARBOSA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0642	1751632-3 SSP-MT	030.517.851-21	EDERSON RODRIGUES DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
0643	2024941-1 SSP-MT	027.518.351-39	RODRIGO SOARES DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0644	1443294-3 SSP-MT	013.592.551-76	SILVANA APARECIDA RODRIGUES	TEC. EM ENFERMAGEM
0645	18211971-3 SSP-MT	016.811.461-50	SILVANA ALVES MACEDO DA COSTA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0646	1005963-6 SJ-MT	781.100.331-72	CONCEIÇÃO TOLEDO DA SILVA	ZELADORA
0647	1939714-3 SSP-MT	022.442.831-43	ADRIELLE PAMALO SILVA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0648	1790380-7 SSP-MT	016.036.271-70	CRISTIANO SILVA DOS SANTOS	AP. ADM. ED. MAN.

				INFRA ESTRUTURA
0649	31294652006-9 SSP-MT	038.764.253-60	SUELI FERREIRA SANTOS	ZELADORA
0650	2063189-8 SSP-MT	994.732.161-49	NEILA MARIA DO NASCIMENTO VIEIRA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0651	750731 SSP-MT	604.626.801-00	PEDRO INACIO DE MELO	AUX. SERV. GERAIS
0652	1547839-4 SSP-MT	003.279.241-79	VANDERLEIA ALVES NUNES	ZELADORA
0653	1344544-8 SSP-MT	535.875.881-04	MARILEIA BAMBIL DE SOUZA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0654	6826794-3 SSP-PR	022.247.359-28	APARECIDA PRADO	FISCAL DE TRIBUTOS
0655	2131238 SSP-PR	555.550.639-20	MARINALDO GOMES ARAGÃO	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0656	4435336 PC-PR	776.257.062-49	SUZANA MARIA SCHUISTAK	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0657	1482536-8 SSP-MT	979.761.481-68	EDNEUZA BATISTA DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0658	2141070-4 SSP-MT	034.904.541-03	POLIANA DA SILVA NASCIMENTO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0659	001001077 SSP-MS	840.603.601-04	TATIANA OMIZOLO	TEC. EM ENFERMAGEM
0660	1601445-6 SSP-MT	979.426.421-00	ITAMAR ALVES MARTINS	AGENTE DE TRÂNSITO
0661	1163341-7 SJ-MT	872.339.911-20	CELIA REGINA FRANCISCATO SARDELLI	ZELADORA
0662	2020452-3 SSP-MT	009.070.911-05	ADRIANA FARIAS DA SILVA	PROF. LIC. LETRAS/INGLES
0663	1571961-8 SSP-MT	007.839.381-79	KEILA VIEIRA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0664	1571974-0 SSP-MT	029.872.781-10	SANDRA VIEIRA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0665	1793582-2 SSP-MT	015.968.671-75	JUNIR ALVES DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
0666	25198.573-8 SSP-SP	245.667.458-80	ALEXANDRE PEOVÃO DE OLIVEIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0667	2009832-4 SSP-MT	029.212.311-66	FLAVIO DIAS ANTONIO	FISCAL DE OBRAS E ESTRADAS
0668	1661348-1 SSP-MT	960.666.101-63	LUZIA PAULINA DOS REIS SANTOS	ZELADORA
0669	1551194-4 SSP-MT	003.605.941-23	DALVA BARBOSA MARTINS	ZELADORA
0670	1444908-0 SSP-MT	035.044.471-41	ANA PAULA GONÇALVES DA COSTA	ZELADORA
0671	1705828-7 SSP-MT	007.047.131-28	CRISTIANE MARTINS GASI ARAUJO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0672	40153640 SSP-PR	459.052.741-34	GABRIEL DOS SANTOS	MOTORISTA CAT. C
0673	5.416.890-0 SSP-PR	571.269.841-20	TANIA REGINA DE OLIVEIRA	POF. LIC. CIÊNCIAS FISICAS E BIOLÓGICAS
0674	1198749-9 SSP-MT	002.494.331-25	JULIANA DE SOUZA E SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
0675	0545868-4 SSP-MT	395.508.261-04	JOSÉ CARLOS ABRÃO COUTINHO	AGENTE DE TRÂNSITO
0676	1947969-7 SSP-MT	025.103.511-22	CLEOMIR SCARABELOT SIMIANO	AGENTE DE TRÂNSITO
0677	1424583-3 SSP-MT	950.066.991-91	ZENILDE DOS SANTOS	TEC. EM ENFERMAGEM
0678	1651609-5 SSP-MT	006.878.171-70	SONIA APARECIDA MIRANDA	ZELADORA
0679	1129701-8 SSP-MT	005.994.551-60	CLAUDIMAR RODHOLFO DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
0680	2105483-5 SSP-MT	033.945.431-84	LUCIENE DA SILVA OLIVEIRA	ZELADORA
0681	1847842-5 SSP-MT	018.004.861-97	EDICLEIA CAETANO BINTERCOURT	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0682	1192590-6 SSP-MT	970.716.501-44	CLAUDEMIR DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
0683	2310857-6 SSP-MT	036.135.041-46	TIAGO DA SILVA GOUVEIA	INSTRUTOR DE CURSOS LIVRES
0684	612.088 SSP-MT	004.860.269-81	IVONE FERREIRA BRILHANTE	ZELADORA
0685	801.634 SSP-MT	651.343.111-53	LUCINEIA ALVES DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL
0686	1611641-0 SSP-MT	003.703.061-62	JOEL TRINDADE DE OLIVEIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0687	1697763-7 SSP-MT	013.832.871-47	DIANA SOARES DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0688	1126733-0 SSP-MT	875.321.071-91	MARCOS DEPIERI PEREIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0689	1624540-7 SSP-MT	010.716.011-05	JUSSARA APARECIDA DUARTE	AUX. SERV. GERAIS
0690	1776678-8 SSP-MT	037.091.711-13	GIOVANIA CASSIANO PEREIRA	ZELADORA
0691	1745408-5 SSP-MT	025.618.181-01	SUZICLEI MARTINS TORO GASI	AP. ADM. ED. NUT.

				ESCOLAR
0692	1391638-6 SSP-MT	918.885.491-49	FABIO ALVES PESSOA	AGENTE DE TRÂNSITO
0693	1660123-8 SSP-MT	011.009.291-00	ROZANA DE ALMEIDA MEDEIROS	AUX. SERV. GERAIS
0694	925.834 SSP-MT	411.206.471-34	MARIA ELENA DE SOUZA	ZELADORA
0695	1283121-2 SSP-MT	957.485.551-15	VELANI LUNA DE ANDRADE	ZELADORA
0696	3.607.678-0 SSP-PR	495.168.769-00	ELIANA MARIA DE OLIVEIRA	ZELADORA
0697	1995994-0 SSP-MT	023.315.301-22	CLAUDINEIA ALVES DA SILVEIRA	TEC. EM ENFERMAGEM
0698	1042154-8 SSP-MT	780.971.501-15	ROZANGELA JULIANI	ENFERMEIRO
0699	238007 SSP-RA	926.537.312-15	RENATO SILVA DE MELO	AGENTE DE TRÂNSITO
0700	1907233-3 SSP-MT	035.778.741-20	PAULO RICARDO GOMES DE SOUZA	AGENTE DE TRÂNSITO
0701	798.425 SSP-SE	929.718.305-00	GARDÊNIA DA SILVA	ZELADORA
0702	2039371-7 SSP-MT	030.254.481-05	KELLIANE CORREA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0703	850.635 SSP-MT	537.886301-59	ROSELY BENICIO DE SOUZA	AGENTE DE TRÂNSITO
0704	723.698 SSP-MT	604.637.321-20	MARIA DE LOURDES MOTA	ZELADORA
0705	2113768-4 SSP-MT	031.630.061-67	GREICIELE VOLPATO DE SANTANA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0706	1622297-0 SSP-MT	023.903.421-08	INESITA APARECIDA PONCIO	ZELADORA
0707	1582806-9 SSP-MT	006.228.981-08	CRISTIANE PLÁCIDO	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0708	1615340-5 SSP-MT	015.378.361-37	LUCILENE FERREIRA DA ROCHA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0709	1446424-1 SSP-MT	957.211.341-00	NAILDA DE OLIVEIRA NASCIMENTO	ZELADORA
0710	1878696-0 SSP-MT	016.358.931-35	ANDREIA FLORIANO DE OLIVEIRA HERRERO	ZELADORA
0711	2039346-6 SSP-MT	031.104.371-20	JULIANA DA SILVA CUNHA	AGENTE DE TRÂNSITO
0712	1243776-0 SSP-MT	850.353.861-04	RUBENS MARINELLI	AGENTE DE TRÂNSITO
0713	1880452-7 SSP-MT	030.189.591-08	MARCIANO DARIO AFONSO PEREIRA GOMES DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
0714	1149051-9 SSP-MT	935.601.251-20	PAULO DE ALBUQUERQUE VOLPATO	ENFERMEIRO
0715	640844 SSP-MT	473.980.941-91	SELETE RIBEIRO RODRIGUES	ZELADORA
0716	1847812-3 SSP-MT	019.195.941-32	JUDITE RIBEIRO MOREIRA	COZINHEIRA
0717	1400967-6 SSP-MT	997.865.081-49	JULIANA FERNANDA DE FREITAS	ENFERMEIRO
0718	24.292.793-2 SSP-SP	155.398.548-61	MARTA DIAS PEREIRA CRUZ	TEC. EM ENFERMAGEM
0719	1603740-5 SSP-MT	005.774.571-44	CLAUDIANE PINTO PENA	TEC. EM ENFERMAGEM
0720	1643676-8 SSP-MT	009.070.971-38	JOSIANE GADZISKI	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0721	1448178-2 SSP-MT	928.016.411-20	LIDIANE PINTO PENA	AUX. SERV. GERAIS
0722	1403430-1 SSP-MT	012.187.421-43	DILVA MARIA ZINI	ZELADORA
0723	852.917 SSP-MT	595.004.091-00	ELZA MOROTI	TEC. EM ENFERMAGEM
0724	1924070-8 SSP-MT	005.904.161-70	MARCOS CESAR DA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
0725	226.376 SSP-MT	395.435.361-04	ARILTON JOSÉ DE LIMA	MOTORISTA CAT. C
0726	1907241-4 SSP-MT	023.315.311-02	JEAN MICHELL DA SILVA CARDOSO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0727	1469313-5 SSP-MT	005.609.701-88	ERIDAN SOARESDA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
0728	2000004093040 SSP-AL	043.612.304-55	GILLEANE SOARES DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0729	1509472-3 SSP-MT	992.208.141-53	JUVELINO ANTONIO DE SOUZA	AGENTE DE TRÂNSITO
0730	1040756-1 SSP-MT	016.933.771-52	LAURA PARAVA DE SÁ	COZINHEIRA
0731	1972532-9 SSP-MT	365.322.663-53	IRENILDE SILVA BIZZOTTO	GERENTE DE PROJETOS
0732	1226213-7 SSP-MT	925.679.751-87	GISLEINE RUZZON RIBEIRO	POF. LIC. CIÊNCIAS FISICAS E BIOLÓGICAS
0733	1469260-0 SSP-MT	008.188.001-43	ANIELI FERNANDA AGUIAR ALCÂNTARA	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
0734	1728521-6 SSP-MT	020.430.111-46	SIRLEI BERENICE KLEEMANN	ZELADORA
0735	2074696-2 SSP-MT	031.714.881-83	ZELGILDA RAMIRES RAMOS	AUX. SERV. GERAIS
0736	1458178-7 SSP-MT	001.196.041-83	MARLI PEREIRA DA SILVA	ZELADORA
0737	1763546-2 SSP-MT	015.400.621-12	JAQUELINE TEIXEIRA DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0738	1695282-0 SSP-MT	022.508.841-02	SANDRA DAPPER	AUX. SERV. GERAIS
0739	1425630-4 SSP-MT	987.066.241-20	VALDIRENE DOS SANTOS DE ALMEIDA	AUX. SERV. GERAIS
0740	1706988-2 SSP-MT	018.723.641-01	RITA CASSIA CINTE FERNANDES	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0741	17/R-1.013.632 SSP-SC	670.451.549-68	LUCIVANA SUFFIATTI	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0742	1140945-2 SSP-MT	973.361.571-49	RONIVALDO GUEDES	AGENTE DE TRÂNSITO
0743	223.616 SSP-MT	253.957.691-53	ADEMIR DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0744	358.075 SSP-MT	314.308.051-53	NOIMAR BARBIERO	AGENTE DE TRÂNSITO
0745	1551367-0 SSP-MT	980.231.871-04	ROSIENE APARECIDA RIBEIRO	TEC. EM ENFERMAGEM
0746	1280485-1 SSP-MT	002.435.501-11	ADENILSON DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS
0747	2105411-8 SSP-MT	031.714.731-51	LUCINEIA DE SOUZA MEDEIROS	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0748	2121087-0 SSP-MT	039.946.411-52	ELIANE RODRIGUES NIEUWENHOFF	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0749	1382325-6 SSP-MT	926.180.571-04	ROSA PINHEIRO	ZELADORA
0750	1419685-9 SSP-MT	953.065.361-15	VALDETE MARQUES DA SILVA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0751	1180885-3 SSP-MT	950.597.761-15	DOUGLAS BATTISTI ARCHER	GERENTE DE PROJETOS
0752	1682409-1 SSP-MT	018.645.101-61	LEVI JOSÉ VENTURA	GERENTE DE PROJETOS
0753	4.475.922-5 SSP-PR	526.784.319-91	EDGAR BATISTA NOBRE	AGENTE DE TRÂNSITO
0754	1946394-4 SSP-MT	002.489.441-93	CLAUDIA FREITAS DE OLIVEIRA	ZELADORA
0755	1495125-8 SSP-MT	949.591.101-04	JUNIOR CESAR NASCIMENTO	AGENTE DE TRÂNSITO
0756	2063123-5 SSP-MT	747.394.411-87	EDINALVA APARECIDA PEREIRA DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0757	2.050.734 SSP-GO	426.680.421-00	LILIA CARRILHO DE CASTRO SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0758	2138917-9 SSP-MT	040.356.761-01	ALINE DIAS CARVALHO	AUX. SERV. GERAIS
0759	4140767 SSP-GO	007.120.721-01	NANCIY CANDIDO MORENO	GERENTE DE PROJETOS
0760	1863231-9 SSP-MT	984.776.762-91	SANDRA ALVES DE SOUZA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0761	1546287-0 SSP-MT	003.279.081-30	MARTA HELENA ABRA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0762	1868261 SSP/PB	914.783.724-20	ISMAEL FREIRE DA COSTA	AGENTE DE TRÂNSITO
0763	1528266-0 SSP-MT	002.611.521-22	EIDY VANIA ASSIS	ANALISTA TRIBUTÁRIA
0764	1871996-1 SSP-MT	010.201.201-69	VILMA LEITE DE ARAUJO	AUX. SERV. GERAIS
0765	1359802-3 SSP-MT	935.928.841-15	LUCIMAR MARIA GARCEZ	AUX. SERV. GERAIS
0766	1783898-3 SSP-MT	025.582.441-67	PRESCILA LANG DE MORAES	AGENTE DE TRÂNSITO
0767	1621198-7 SSP-MT	012.359.321-25	HILDA CORTEZ DE LIMA	ZELADORA
0768	1973839-0 SSP-MT	027.156.611-69	GISELE BATISTA DOSSO	INSTRUTOR DE CURSOS LIVRES
0769	11705752 SSP-MT	838.574.191-72	CLAUDINEIA BARIZON PERIM	AGENTE DE TRÂNSITO
0770	1587401-0 SSP-MT	006.202.901-02	RAQUEL GONZALEZ CALUNGA	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL – THD
0771	1948187-0 SSP-MT	028.509.591-97	SELMA ARAUJO DA SILA DOS SANTOS	ZELADORA
0772	1134157-2 SSP-MT	007.838.721-35	IVANILDA APARECIDA DA SILVA	ZELADORA
0773	1847710-0 SSP-MT	429.646.441-87	CLEONICE FIDELIS FERREIRA	TEC. EM ENFERMAGEM
0774	21053960 SSP-MT	031.643.421-36	ANTONIO APARECIDO DIAS MUNIZ	AUX. SERV. GERAIS
0775	17530210 SSP-MT	041.412.671-80	LETICIA APARECIDA MOREIRA	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
0776	2089977 SSP-MT	033.725.561-00	KATIA BERNARDO RIBEIRO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0777	1516771-2 SSP-MT	000.741.061-12	NEUCILENE DE ALMEIDA CASTRO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0778	1790406-4 SSP-MT	021.905.961-65	LUCILENE APARECIDA SOARES	FISCAL DE OBRAS E ESTRADAS
0779	19867069 SSP-MT	026.409.691-61	NELSON RAMIRO DE ARAUJO FILHO	AGENTE DE TRÂNSITO
0780	19837984 SSP-MT	004.838.391-08	THAYS REGINA ROMOALDO DA VEIGA	AUX. SERV. GERAIS
0781	1226155-6 SJ-MT	513.813.031-53	CELIA REGINA INACIO FERRAZ	TEC. EM ENFERMAGEM
0782	1195868-5 SJ-MT	016.819.601-84	ILSON HENRIQUE MOREIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0783	1660379-6 SSP-MT	002.435.381-70	LILIAN WECK MIRANDA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0784	1222889-3 SJ-MT	021.273.111-40	ZILDA RIBEIRO RODRIGUES	COZINHEIRA

0785	1331176-0 SSP-MT	846.253.091-15	SELMA APARECIDA DOMINGOS MATOS	AUX. SERV. GERAIS
0786	2123642-9 SSP-MT	021.401.451-78	JOCIELI DE FREITAS NORONHA	ZELADORA
0787	1030028-7 SSP-MT	945.083.131-91	ISRAQUEL DE ALMEIDA RODRIGUES	AUX. SERV. GERAIS
0788	1425643-6 SSP-MT	015.968.721-79	MARIA APARECIDA ALEXANDRE	ZELADORA
0789	1134856-9 SSP-MT	027.432.709-00	CESAR EUGENIO BONJOUR	FISCAL DE TRIBUTOS
0790	2266845-4 SSP-MT	041.208.441-45	SILVIA REGINA DOS SANTOS ALEXANDRE	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0791	154944-6 SSP-MT	003.422.451-39	SUELI SANTOS DA SILVA FERREIRA	ZELADORA
0792	1614528-3 SSP-MT	009.265.821-06	DENIELLE FERNANDES DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0793	809959 SSP-TO	019.945.711-52	JOSE MILTON DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
0794	1855472-5 SSP-MT	028.473.821-27	SONIA MARIA FERREIRA DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0795	1987286-0 SSP-MT	747.910.871-00	DAIANE DOS SANTOS	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0796	1614496-1 SSP-MT	008.798.381-83	MAURICIO MARIA BISPO	AP. ADM. ED. MOTORISTA D
0797	1344501-4 SSP-MT	000.426.271-92	MARIA NEUSA APARECIDA MOLINARI	ZELADORA
0798	1866561-6 SSP-MT	956.854.131-49	IZABEL CRISTINA MOLINARI	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0799	1771664-0 SSP-MT	017.954.231-10	GEVANIR BAMBIL DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0800	1732072-0 SSP-MT	025.266.121-44	CLAUDINEIA DOS REIS	FISCAL DE TRIBUTOS
0801	1532133-9 SSP-MT	007.047.371-40	SIMONE ANDREOTTO CAVEQUIA	ENFERMEIRO
0802	1759998-9 SSP-MT	026.726.611-11	WAGNER MONTEIRO DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
0803	1547038-5 SSP-MT	006.727.211-80	KATIANA CELERINO DA FONSECA AZEVEDO	ANALISTA TRIBUTÁRIA
0804	4446606-6 SSP-PR	946.764.371-53	MARIA DOROTEIA DE OLIVEIRA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0805	1887990-0 SSP-MT	027.973.061-63	ROSIANE GONÇALVES DE SOUZA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0806	1364078-0 SSP-MT	956.434.351-87	ANDERSON TANCREDO INDERE DE OLIVEIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0807	1658635-2 SSP-MT	014.395.241-22	ELAINE JULIAO	PROF. LIC. LETRAS/INGLES
0808	1002947 SSP-MT	656.677.491-04	ROBERTO DA SILVA ISABEL	AGENTE DE TRÂNSITO
0809	1444859-9 SSP-MT	868.475.701-72	MARIA IRACI DA SILVA ALVES	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0810	1380587-8 SSP-MT	935.312.651-72	APARECIDA DE FATIMA MOURA DE CARVALHO	AGENTE DE TRÂNSITO
0811	1887362-6 SSP-MT	022.263.041-85	ROSIRENE FRANCISCA DOS SANTOS	ZELADORA
0812	1237717-1 SSP-MT	886.401.161-72	ALCIR FERNEDA	AGENTE DE TRÂNSITO
0813	1796235-8 SSP-MT	015.668.381-42	NILZA MARIA DA SILVA BARBOSA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0814	1916354-1 SSP-MT	010.081.081-03	DAIANE ELIAS DOS SANTOS	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
0815	1156563-2 SJ-MT	812.126.901-68	VLADEMIR BERTOGNA DIAS	FISCAL DE TRIBUTOS
0816	1587395-1 SSP-MT	005.933.021-09	JORDANIA DELLATESTA JACINTO	INSTRUTOR CURSOS LIVRES
0817	964760 SSP-MT	419.776.021-34	APARECIDO JACINTO DO PRADO	AUX. SERV. GERAIS
0818	1297715-2 SSP-MT	039.129.831-35	NEUSA DOS SANTOS DO PRADO	AUX. SERV. GERAIS
0819	1455179-9 SSP-MT	005.430.541-10	ROSILDA PEREIRA DA SILVA	ZELADORA
0820	712232 SSP-MT	567.220.361-20	ERLI BENICIO DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS
0821	1947936-0 SSP-MT	567.545.231-15	MARIA APARECIDA SILVA DE AZEVEDO	ZELADORA
0822	29394362-X SSP-SP	581.679.431-00	RICARDO ALEXANDRE DONINI	ENGENHEIRO FRORESTAL
0823	2010071-0 SSP-MT	036.216.441-05	PATRICIA PEREIRA DA SILVA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0824	2161933-6 SSP-MT	034.676.691-58	DATANE CRISTINA PACHECO	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
0825	2155251-7 SSP-MT	036.695.371-04	JOICIANE SANTOS GRANZOTO	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
0826	1163357-3 SJ-MT	872.471.351-15	PAULO CEZAR SARDELLI	ZELADORA
0827	59557602 SSP-PR	031.853.989-63	RUDNEY GIL GALBIATI	INSTRUTOR CURSOS LIVRES
0828	5604663 PC-PA	966.844.702-63	ALAN DIEGO FROTA	AGENTE DE TRÂNSITO
0829	751662 SSP-MT	626.966.531-00	NANCI RIBEIRO DE OLIVEIRA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0830	1372671-4 SSP-MT	957.486.601-72	VERA LUCIA ARANHA	ZELADORA
0831	0809906-5 SSP-MT	533.673.325-34	DARCI PEREIRA DOS SANTOS	TEC. EM ENFERMAGEM
0832	507400 SSP-MT	362.793.741-49	EVA ALVES FERREIRA	ZELADORA
0833	2074674-1 SSP-MT	030.306.581-80	LUCILENE LUIZ GOMES	ZELADORA
0834	2105348-0 SSP-MT	031.714.831-14	WELYTON ARAGÃO PINHEIRO	AGENTE DE TRÂNSITO
0835	927444 SSP-MT	631.789.071-49	ODAIR JOSE DE MOURA	AGENTE DE TRÂNSITO
0836	2277197-2 SSP-MT	045.840.871-99	IVANILDO FERREIRA DA SILVA	FISCAL DE TRIBUTOS
0837	1855578-0 SSP-MT	029.505.661-46	PAULO HENRIQUE CORREA TIZZO	AGENTE DE TRÂNSITO
0838	1592970-1 SSP-MT	010.201.141-93	VAGNO MONTEIRO DE ALMEIDA LISBOA	AP. ADM. ED. MOTORISTA D
0839	1307604-3 SSP-MT	650.638.721-15	NEIDE RODRIGUES	TEC. EM ENFERMAGEM
0840	219354 SSP-MT	161.928.931-87	FRANCISCO DE ASSIS FILHO	AGENTE DE TRÂNSITO
0841	329585 SSP-MS	357.613.931-15	CILSO PEREIRA DOS SANTOS	ANALISTA TRIBUTÁRIA
0842	1672391-0 SSP-MT	018.979.871-88	MARIA APARECIDA RAMOS	AUX. SERV. GERAIS
0843	2225506-0 SSP-MT	042.917.721-65	LEONICE ANTUNES MOREIRA	AUX. SERV. GERAIS
0844	1507684-9 SSP-MT	000.198.261-33	MARIA MADALENA SEMELER	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0845	031290152006-0	038.344.653-80	EZEQUIAS FERREIRA SANTOS	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0846	6218044-7 SSP-PR	879.304.209-49	LUCIMAR DO NASCIMENTO	AUX. SERV. GERAIS
0847	653158 SSP-MT	621.351.201-20	MARIA DE LOURDES ALENCAR DA SILVA	ZELADORA
0848	2105399-5 SSP-MT	031.715.711-61	BRUNA DA SILVA SOUZA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0849	001240313 SSP-MS	005.389.461-80	ELIANE CONCHA VIEIRA DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0850	000663104 SSP-MS	559.889.541-20	ISRAEL DE LIMA MADEIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0851	809873 SSP-MT	534.866.091-49	PERCILIA DO CARMO FERREIRA	ZELADORA
0852	1699149-4 SSP-MT	025.208.641-41	DIEGO MATIAS DA SILVA	INSTRUTOR DE CURSOS LIVRES
0853	1756034-9 SSP-MT	014.059.031-55	SILVANA DE JESUS	ZELADORA
0854	1707000-7 SSP-MT	604.414.881-53	MARIA SUELI DE LIMA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
0855	2012148 SSP-PR	415.118.321-34	JOSE APARECIDO DOS SANTOS	GERENTE DE PROJETOS
0856	1093133-3 SSP-MT	875.517.301-25	VANDERLEI DA SILVA	ANALISTA TRIBUTÁRIA
0857	1809030-3 SSP-MT	973.976.521-15	MARILENE DE FATIMA DE JESUS	ZELADORA
0858	2024895-4 SSP-MT	030.143.671-17	GISLAINE PINHEIRO DA SILVA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0859	1765692-3 SSP-MT	025.689.121-46	NILVA MEDEIROS DA SILVA LIMA	ZELADORA
0860	001714063 SSP-MS	029.872.611-44	SIMONE DE SOUZA	ZELADORA
0861	1802857-8 SSP-MT	948.884.001-30	REGINALDO DE SOUZA MILITÃO	AGENTE DE TRÂNSITO
0862	1364024-0 SSP-MT	007.838.681-03	REGINALDO GONÇALVES VIEIRA	AUX. SERV. GERAIS
0863	0928534-2 SSP-MT	814.209.431-20	DELVANI COSTA PARRIÃO	ZELADORA
0864	2193012-0 SSP-MT	002.615.331-93	ZILDA HONORATO DO NASCIMENTO SILVA	ZELADORA
0865	1916207-3 SSP-MT	031.778.281-99	REGIANE NICOLAU DE SOUZA FIGUEIREDO	ZELADORA
0866	2333995-0 SSP-MT	004.604.751-42	ALAM APARECIDO GOMES	AGENTE DE TRÂNSITO
0867	741851 SSP-MT	913.938.411-04	JOSEFA NEIDE DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
0868	1446447-0 SSP-MT	001.730.071-12	JOSE DE ASCIS DA SILVA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0869	2241237-9 SSP-MT	044.880.181-73	JOSILEIDE LUZIA DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0870	1916967-1 SSP-MT	007.323.421-47	ANA LUCIA SELESTINO	ZELADORA
0871	1745411-5 SSP-MT	033.085.021-01	JUSSARA MARTINS RODRIGUES	AP. ADM. ED. NUT.

				ESCOLAR
0872	1571967-7 SSP-MT	957.238.621-20	ODAIR JOSE SILVERIO	AGENTE DE TRÂNSITO
0873	1443316-8 SSP-MT	932.648.951-53	IDENE APARECIDA SILVERIO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0874	437763 SSP-MT	419.780.131-91	ANTONIA PEREIRA	ZELADORA
0875	1261451-3 SSP-MT	894.691.781-49	CRISTIANE ROSA CARBO	TEC. EM ENFERMAGEM
0876	1378324-6 SSP-MT	895.292.001-53	CLODOALDO ALVES ARANHA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0877	1697621-5 SSP-MT	628.738.812-91	NEUSA JOSELIA DA SILVA	ZELADORA
0878	39787724-9 SSP-MT	384.788.348-85	NILVANIA PEREIRA DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0879	1948003-2 SSP-MT	026.826.231-40	SILMERIA DE AZEVEDO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0880	1118265-2 SJ-MT	803.282.701-30	ANGELA MARIA LOPES	ZELADORA
0881	4504729-6 SSP-PR	864.472.709-53	MARIA CRISTINA PIZOLATO LEMOS	ENFERMEIRO
0882	813047 SSP-MT	557.474.501-15	ROZINEIA DE FRNÇA SELINGRIN	ZELADORA
0883	1093116-3 SJ-MT	912.902.361-00	ROGERIO NEGRÃO BENTO DE OLIVEIRA	TEC. EM ENFERMAGEM
0884	1847881-6 SSP-MT	024.316.841-13	CLEISIVAN NUNES REINALDO	TEC. EM ENFERMAGEM
0885	1621109-0 SSP-MT	010.008.981-05	NAIR ALVES JACOBUCY	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0886	3007145-0 SSP-PR	446.047.859-53	HAROLDO TAUMATURGO GARCIA DE SOUZA	FISCAL DE TRIBUTOS
0887	1359487-7 SSP-MT	724.978.311-49	DORANY NETO DE OLIVEIRA SILVA	ZELADORA
0888	1029204-7 SJ-MT	627.732.321-00	MARCELO DE OLIVEIRA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0889	1248523-3 SSP-MT	844.567.109-00	MARLY PEREIRA DIREITO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0890	1417475-8 SSP-MT	932.724.721-34	RAMEZZ TONON ANASTACIO	AGENTE DE TRÂNSITO
0891	135970-9 SSP-MT	970.578.351-91	VALDEIR DIAS DE LA TORRE	AGENTE DE TRÂNSITO
0892	1161555-9 SJ-MT	830.745.381-04	ROSA FRANCISCO DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0893	7788581-1 SSP-PR	008.602.461-24	PRISCILLA ROSANE RODRIGUES	ASSISTENTE SOCIAL
0894	1689405-7 SSP-MT	987.469.361-49	ELIETE PEREIRA DOS SANTOS	ZELADORA
0895	2031931-2 SSP-MT	001.384.461-05	ADRIANA VIANA DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS
0896	2028006-8 SSP-MT	033.748.911-44	JOYCE MILKA DE SOUZA	INSTRUTOR DE CURSOS LIVRES
0897	1536443-7 SSP-MT	002.437.081-90	JOZIELE CRISTINA MADEIRA VITORINO	AUX. SERV. GERAIS
0898	1697665-7 SSP-MT	012.638.591-27	LEANDRO FRANÇA MENDES	AGENTE DE TRÂNSITO
0899	1546602-7 SSP-MT	910.928.921-68	MARCIA SILVERIO	ZELADORA
0900	2070993-5 SSP-MT	031.436.391-21	BRUNA ALVES BATISTA DA SILVA	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
0901	1622855-3 SSP-MT	004.697.471-70	SAMUEL SARAIVA DA PAZ	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0902	1052068-6 SJ-MT	789.669.301-15	LUCIENE MARIA DUARTE	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0903	2105430-4 SSP-MT	031.799.331-35	CLEBERSON DA SILVA ARAUJO	AGENTE DE TRÂNSITO
0904	1601332-8 SSP-MT	024.664.761-26	DOUGLAS BISPO DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
0905	2020476-0 SSP-MT	029.872.761-76	ROSANA PORTO DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0906	618718 SSP-MT	442.274.261-20	EDNA DE FATIMA DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0907	1469205-8 SSP-MT	010.080.811-59	JANISLEI CRISTINA PIRES	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
0908	1542454-5 SSP-MT	979.426.181-53	ELAINE HELDES FERNEDA BORGUETTI	TEC. EM ENFERMAGEM
0909	1476544-6 SSP-MT	976.721.651-00	SILVIA PAULA PERATELLI	ZELADORA
0910	2041013-1 SSP-MT	030.543.011-41	JUSSILENE PATRICIA ALMEIDA BARBOSA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0911	1328863-6 SSP-MT	973.363.511-15	VALQUIRIA MARTINS DOS SANTOS	COZINHEIRA
0912	1525133-0 SSP-MT	638.992.641-34	NEUZA ALVES DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS
0913	1956622-6 SSP-PR	461.891.309-68	JOÃO VICENTE DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0914	2135023-0 SSP-MT	033.314.621-28	DAISE ROBERTA DE SOUZA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0915	436115 SSP-MT	650.583.301-30	MARIA JOSÉ BOTELHO DE SOUZA	ZELADORA
0916	2157610-6 SSP-MT	036.757.081-52	ANDREIA MIQUELETTI DA COSTA	AUX. SERV. GERAIS
0917	796910 SSP-MT	322.164.672-00	ADELVIÇO MARQUES SOBRINHO FILHO	MOTORISTA CAT. C
0918	1745326-7 SSP-MT	017.148.691-99	DARÇONE PEXE PLENS	GERENTE DE PROJETOS
0919	2111853-1 SSP-MT	031.477.301-07	CRISTIANO CUSTODIO JORGE	AGENTE DE TRÂNSITO
0920	1605195-5 SSP-MT	010.098.871-73	ELIANE APARECIDA MAGALHÃES	AUX. SERV. GERAIS
0921	2057904-7 SSP-MT	031.315.511-94	EDER DE CAMARGO DELUSKI	FISCAL DE TRIBUTOS
0922	1671109-2 SSP-MT	010.969.521-65	ILTON LUIS FERREIRA SANCHES	TEC. EM ENFERMAGEM
0923	1695353-3 SSP-MT	012.187.491-56	ROBERSON SILVA DE OLIVEIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0924	1601470-7 SSP-MT	008.133.311-02	RONALDO VIEIRA DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
0925	1036247-9 SJ-MT	767.899.181-91	SANDRA APARECIDA CINTE SAWADA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0926	2344053-8 SSP-MT	045.281.201-19	NATALY AZENATE PALHARES DE OLIVEIRA	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
0927	1029315-9 SJ-MT	946.771.901-00	MARIO HERRERO DOMINGOS	AUX. SERV. GERAIS
0928	317928 SSP-MT	352.790.791-20	TEREZA DAS CHAGAS	TEC. EM ENFERMAGEM
0929	1320520-0 SSP-MT	000.845.881-28	MARLENE NEVES DE SOUZA	ZELADORA
0930	1318730-9 SSP-MT	018.626.241-86	MARISE MALAGURTI ZANON	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
0931	2268989-3 SSP-MT	016.879.331-89	ELMA BEZERRA DOS SANTOS GOMES	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0932	1759908-3 SSP-MT	031.358.791-43	ROBSON NOGUEIRA DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
0933	2133968-6 SSP-MT	036.134.991-26	LIDIA BENICIO DE ALMEIDA	ZELADORA
0934	17488072001-7 SJ-MT	020.739.063-03	JAKELINE BARBOSA MOREIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0935	1863328-5 SSP-MT	020.974.881-88	MARCIEL ALVES FONCECA	AGENTE DE TRÂNSITO
0936	2045914-9 SSP-MT	029.872.451-06	EMILY DA SILVA SOUZA	AUX. SERV. GERAIS
0937	2152117-4 SSP-MT	038.591.091-62	WESLLEY CARLOS DE MORAIS	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0938	2135352-2 SSP-MT	005.855.951-51	TIAGO CUIM DE BRITO	MEDICO CLINICO GERAL
0939	1663434-9 SSP-MT	026.803.151-70	PAULO CESAR SALES PIEROBON	AGENTE DE TRÂNSITO
0940	1093143-0 SSP-MT	913.459.011-00	JAQUELINE MARTINS DE LIMA	ANALISTA TRIBUTÁRIA
0941	10932690 MT	913.475.481-49	JORDANA MARTINS DE LIMA	AGENTE DE TRÂNSITO
0942	1255366-2 SSP-MT	989.569.651-53	RENATA APARECIDA LEITE JESUS	MEDICO CLINICO GERAL
0943	1822965-2 SSP-MT	019.417.781-51	LUZIA CERENCOVICH FERNANDES	ZELADORA
0944	1254541-4 SSP-MT	021.342.431-20	ADELIA BARBOSA RAMOS FERREIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0945	1928671-6 SSP-MT	021.785.801-57	CELIS REGINA FERREIRA DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
0946	1786249-3 SSP-MT	943.290.601-91	SUELI DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0947	1930746-2 SSP-MT	022.785.421-76	FERNANDO DE SOUZA MARQUES	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0948	1464840-7 SSP-MT	964.663.401-04	IZABEL GERMANO DA SILVA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0949	1136561-7 SJ-MT	925.607.091-04	FABIANA GARCIA	ENFERMEIRO
0950	1382304-3 SJ-MT	862.738.331-68	LINDOMAR CAVASINI	AUX. SERV. GERAIS
0951	21.777.913 SSP-SP	534.864.801-97	ANA LUCIA COUTO	TEC. EM ENFERMAGEM
0952	766.891 SSP-MT	537.938.621-00	MARCOS OLIVEIRA DA COSTA	AGENTE DE TRÂNSITO
0953	1896736-1 SSP-MT	030.147.441-90	DIEGO DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
0954	16436512 SSP-MT	009.991.851-01	CELITO CACIANO BOEIRA BAZZAN	AGENTE DE TRÂNSITO
0955	1469330-5 SSP-MT	973.749.461-04	MARIA APARECIDA DOS SANTOS JOSÉ	AUX. SERV. GERAIS
0956	1088051-8 SJ-MT	932.725.701-44	REGIANE RODRIGUES DOS SANTOS	PROF.LIC. CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLOGICAS
0957	1359793-0 SSP-MT	957.150.021-68	MARIA MARTA CACIANO DA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
0958	1948005-9 SSP-MT	022.809.521-22	ALESSANDRA TELES DE SOUZA	ZELADORA
0959	Y080725-6 DPF	007.084.659-60	YOUG ERA KIM	ODONTÓLOGO
0960	1771732-9 SSP-MT	014.735.471-48	ANDREIA DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0961	35.468.010-9 SSP-MT	006.014.641-92	PAULO ROBERTO NICACIO	ENGENHEIRO

				FLORESTAL
0962	1970604-9 SSP-MT	024.421.891-94	ROBSON ALEXANDRE DE MELO	AGENTE DE TRÂNSITO
0963	1460446-9 SSP-MT	003.855.761-45	ELISANGELA DIAS SABÓIA	PROF. LIC. LETRAS/INGLES
0964	3.841.688-0 SSP-PR	504.860.209-91	APARECIDA DE LOURDES DECHICHI SASAZANA	PROF. LIC. GEOGRAFIA
0965	579.209 SSP-MT	415.352.941-91	DOLORES SUNIGA	ZELADORA
0966	1443109-2 SSP-MT	932.753.311-91	VALDETE DE SOUZA SANTOS	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0967	1455277-9 SSP-MT	927.551-941-20	MARISA DE SOUZA SANTOS	AUX. SERV. GERAIS
0968	513014 SSP-MT	351.020.551-00	APARECIDA MARIA DOS SANTOS	ZELADORA
0969	1658751-0 SSP-MT	009.539.761-22	FABIO APARECIDO RODRIGUES	ANALISTA TRIBUTÁRIA
0970	1828892-8 SSP-MT	850.291.651-34	MARILENA RIBEIRO DOS REIS	ZELADORA
0971	1448141-3 SSP-MT	962.926.601-68	CATIA LIRLENE DE SOUZA ENGSTER	ZELADORA
0972	1041395-2 SJ-MT	580.771.701-53	APARECIDA LUCIA RIBEIRO	ZELADORA
0973	918.838 SSP-MT	005.538.551-66	TALITA DE OLIVEIRA	ODONTÓLOGO
0974	1234230-0 SJ-MT	823.768.831-72	EDINETE MARTINS DE OLIVEIRA	TEC. EM ENFERMAGEM
0975	1955974-7 SSP-MT	011.301-911-41	MARCIA MARTINS RODRIGUES	ZELADORA
0976	496.361 SSP-MT	513.813.701-87	FRANCISCO MARÇAL DOS SANTOS	AUX. SERV. GERAIS
0977	20862792 SSP-MT	029.925.421-64	ANTONIO CARLOS FALQUETO TOMÉ	AGENTE DE TRÂNSITO
0978	1916971-0 SSP-MT	027.925.571-33	FERNANDA KARINA DE ALMEIDA	TEC. EM ENFERMAGEM
0979	1455073-3 SSP-MT	964.750.301-63	SILVIA MARIA FERMINO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
0980	1891796-8 SSP-MT	028.858.861-45	ANTONIO PEDRO MOTA	AGENTE DE TRÂNSITO
0981	1514404-6 SSP-MT	020.232.891-06	ANGELITA DIAS BARBOSA DE SOUZA	ZELADORA
0982	1455122-5 SSP-MT	002.765.641-11	CLAUDINEIA NOGUEIRA DA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
0983	1030020-1 SJ-MT	772.728.541-20	EVANDRO SANTOS BOZIN	AGENTE DE TRÂNSITO
0984	4721115 PC-PA	558.343.530-53	NOEMI TEREZINHA FROTA	TEC. EM ENFERMAGEM
0985	1031571-3 SSP-MT	805.500.291-68	APARECIDA SILVA DOS SANTOS	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0986	2061496-9 SSP-MT	940.135.862-15	PATRICIA PAULA DOS SANTOS	TEC. EM ENFERMAGEM
0987	654.620 SSP-MT	453.058.111-04	FATIMA COSTA DE OLIVEIRA	TEC. EM ENFERMAGEM
0988	13164904 SSP-MT	964.597.781-91	ANDERSON LUIZ MARTINS	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
0989	323.567 SSP-MT	328.938.091-20	FRANCISCO ALFREDO SEMELER	AP. ADM. ED. MOTORISTA D
0990	533.152 SSP-MT	765.081.021-68	MARIA ILZA DA SILVA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0991	9013700008-MT	593.089.071-49	IZAULINA DE OLIVEIRA	ZELADORA
0992	1293926-9 SSP-MT	887.258.391-87	SANDRA SAMPAIO LOMBARDI	ZELADORA
0993	2086302-0 SSP-MT	007.323.631-44	ADILANI COSTA BATISTA	AUX. SERV. GERAIS
0994	1367350-5 SSP-MT	011.773.211-73	ANGELITA DOS SANTOS	TEC. EM ENFERMAGEM
0995	1898332-4 SSP-MT	018.005.571-24	ELTON LUCAS NUNES DE OLIVEIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
0996	1384031-2 SSP-MT	830.713.771-34	NELSON MARTINS	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
0997	1.787.609 SSP-PR	513.815.531-87	CONCEIÇÃO FELIX DA ROCHA	AUX. SERV. GERAIS
0998	576714 SSP-MT	419.772.461-68	JOSÉ COSTA FILHO	AUX. SERV. GERAIS
0999	13/R-712.445 SSP-SC	848.687.401-72	CLARA ROYER MOREIRA	TEC. VIG. SANIT. E SAUDE AMBIENTAL
1000	11913147-7 SSP-MT	702.201.821-91	LAURICE ALVES	GERENTE DE PROJETOS
1001	1686210-4 SSP-MT	007.323.601-29	ADENIZE PRADO DOS SANTOS	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1002	1924072-4 SSP-MT	021.684.461-48	LIDIANE DOSSO BONIN	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1003	1701261-9 SSP-MT	015.378.351-65	MARLENE RODRIGUES DA CUNHA	TEC. EM ENFERMAGEM
1004	1763284-6 SSP-MT	012.639.021-54	DIANE MARTINS DURÇO	AGENTE DE TRÂNSITO
1005	4094370 SSP-SC	006.944.331-95	JULIANE MONFROI	GERENTE DE PROJETOS
1006	19293283 SSP-MT	014.871.171-59	ADALTO JOSÉ PEREIRA	GERENTE DE PROJETOS
1007	763.977 SSP-MT	385.753.889-91	ADRIANE CASSIA CARBONERA	TEC. EM ENFERMAGEM
1008	2110623-1 SSP-MT	032.043.381-18	EDILAINE DA ROCHA SILVA	ZELADORA
1009	1.878.752 SSP-SC	844.829.669-91	MARLEI SENGER BOGONI	POF. LIC. CIÊNCIAS FISICAS E BIOLÓGICAS
1010	1474414-7 SSP-MT	002.494.511-07	VALDENIR DE OLIVEIRA BATISTA	AUX. SERV. GERAIS
1011	3855655 PC-PA	008.210.891-96	ANDREA CAMPOS DE MACEDO	AGENTE DE TRÂNSITO
1012	1094640-3 SJ-MT	794.156.951-53	JOÃO CARLOS SUDRE	AP. ADM. ED. MOTORISTA D
1013	1316004-4 SSP-MT	907.910.371-34	ANGELA DE MELO	INSTRUTOR DE CURSOS LIVRES
1014	1328850-4 SSP-MT	901.983.791-53	ELIANE ALVES PEREIRA DINIZ	AUX. SERV. GERAIS
1015	1661196-9 SSP-MT	010.311.721-06	MARCELA ALVES PEREIRA	AUX. SERV. GERAIS
1016	1054870-0 SSP-MT	784.037.151-53	PATRICIA YAGUCHI	ENFERMEIRO
1017	2266729-6 SSP-MT	032.085.691-73	MARIA CRISTINA COSTA MARTINS	ZELADORA
1018	36.672.357-1 SSP-SP	502.453.251-15	JOSE ANTONIO DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS
1019	4.125.122-0 SSP-PR	895.164.861-34	APARECIDA DE FÁTIMA GROSSI	ASSISTENTE SOCIAL
1020	0692517-0 SJ-MT	537.645.601-34	ULISSES ANTONIO LEMES DO PRADO	MEDICO CLINICO GERAL
1021	3.660.329-1 SSP-PR	856.293.089-04	VERA LUCIA RODRIGUES CASTILHO	TEC. EM ENFERMAGEM
1022	1608947-2 SSP-MT	007.838.841-41	RIVALDO DA SILVA ALVES	AGENTE DE TRÂNSITO
1023	1776796-0 SSP-MT	023.349.391-37	ELIANE RAQUEL TSCHOPE	TEC. EM ENFERMAGEM
1024	MG 13.782.982 SSP-MG	896.403.491-00	ROGÉRIO NUNES DA SILVA	ENFERMEIRO
1025	4.365.261-3 SSP-PR	843.074.399-53	YARA CRISTINA SCALIANTE	ENFERMEIRO
1026	2029344-5 SSP-MT	038.550.111-09	THAIS DE SOUZA ROCHA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1027	4.548.006-2 SSP-PR	649.081.949-04	JOSE ELIAS DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
1028	1271497-6 SSP-MT	923.344.821-53	MARCOS CARDOSO DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
1029	1921885-0 SSP-MT	033.287.071-58	LUCAS SILVA PEIXOTO	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1030	2285898-9 SSP-MT	021.192.331-10	ROUDNEY RAMOS FERREIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
1031	1150322-0 SJ-MT	956.791.031-68	GISELI CRISTINA DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO
1032	1983381-4 SSP-MT	714.876.382-72	DENILSON DE ALMEIDA DE PAULA	TEC. EM ENFERMAGEM
1033	33.989.362-X SSP-SP	330.042.488-75	RODRIGO ALVES DE SOUZA	PROF. LIC. LETRAS/INGLES
1034	41.261.098-X SSP-SP	335.596.238-47	MARCOS FELIPE KANESHIRO	ODONTÓLOGO
1035	1996827-2 SSP-MT	025.974.791-29	PRECILA DAPONT	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1036	801.747 SSP-MT	513.817.371-53	NEUSA ROMUALDO DOS SANTOS	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1037	18.325.920 SSP-SP	152.492.338-99	CLEUSA BRAGA DE ALMEIDA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1038	1763564-0 SSP-MT	031.136.171-46	ZENILDE PONCIANO	ZELADORA
1039	1980602-7 SSP-MT	025.223.511-84	HELITON RUBENS	AGENTE DE TRÂNSITO
1040	2180298-0 SSP-MT	041.438.471-75	KARINE FERNANDA PAGLIOCO DE ALMEIDA	AUX. SERV. GERAIS
1041	1063332-4 SJ-MT	968.642.061-49	MATILDE RODRIGUESDA CUNHA	AUX. SERV. GERAIS
1042	000507899 SSP-RO	562.358.522-15	MARLENE LOIZES LOPES	ZELADORA
1043	1534125-9 SSP-MT	014.173.721-25	DEVANILDO CAETANO MARTINS	AUX. SERV. GERAIS
1044	1121591-7 SJ-MT	694.467.681-87	EDINETH CRISTINA DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
1045	1261508-0 SSP-MT	977.131.391-68	MARINALVA DA SILVA VIANA SOUZA	ZELADORA
1046	964.765 SSP-MT	395.438.201-63	ELZA MARIA DOS SANTOS	ZELADORA
1047	1097375-3	011.122.471-30	ANGELA DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS
1048	13104589 SSP-SP	047.496.088-90	ROSA MARIA PEXE	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1049	0723759-6 SSP-MT	819.845.611-20	MARIA LUCIA BORGES CAVEQUIA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1050	1242599-0 SSP-MT	861.963.321-04	JOSE ILDO DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
1051	903.322 SSP-MT	650.232.851-20	ADRIANA CAVEQUIA	ASSISTENTE SOCIAL
1052	1149064-0 SJ-MT	956.927.201-59	JOSE RENATO DA SILVA TOME	AGENTE DE TRÂNSITO
1053	1098451-8 SJ-MT	865.887.611-04	ROSENI DE OLIVEIRA PORTO DOS SANTOS	ZELADORA
1054	1535794-5 SSP-MT	003.488.441-66	LUIZ CARLOS DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
1055	1475268-9 SSP-MT	977.973.751-00	RICARDO SCALABRIN TONIETO	ANALISTA TRIBUTÁRIA
1056	1221009-9 SJ-MT	877.467.861-20	CLAUDEMIR DE CARVALHO	AGENTE DE TRÂNSITO
1057	1261445-9 SSP-MT	055.294.959-07	FABIANA REGINA FRANCISO	ODONTÓLOGO

1058	41.383.950-3 SSP-SP	224.593.528-40	LETICIA FERREIRA FEITOSA	ENFERMEIRO
1059	1111840-7 SJ-MT	002.494.531-50	CLEUZA ANDRADE DE JESUS	ZELADORA
1060	2074704-7 SSP-MT	037.226.701-79	EDIONE BAPTISTA BRAGA	AGENTE DE TRÂNSITO
1061	2131970-7 SSP-MT	031.173.511-83	EDMARA FERREIRA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1062	7.148.433-5 SSP-PR	030.565.679-12	JOELMA DOS SANTOS	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1063	1466284-1 SSP-MT	971.849.001-97	MARIA MAGALI PEREIRA DA FONSECA	AUX. SERV. GERAIS
1064	5688458 PC-PA	015.378.331-11	ELIANE PINTO PENA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1065	07969643 SSP-MT	503.960.211-15	VAGNER RODRIGUES	ASSISTENTE SOCIAL
1066	1318436-9 SSP-MT	793.030.721-20	MAURICIO MARINS	AGENTE DE TRÂNSITO
1067	808.856 SSP-MT	523.087.151-20	ELIZABETI FERREIRA DA SILVA	ENFERMEIRO
1068	1669595-0 SSP-MT	009.528.081-29	EDILANE OLIVEIRA DA FONSECA FREITAS	AUX. SERV. GERAIS
1069	1999012-0 SSP-MT	036.206.851-85	ANA LUCIA PRUDENTE ALVES	TEC. EM ENFERMAGEM
1070	1400500-0 SSP-MT	015.381.751-85	LUCIANA PRUDENTE ALVES	AGENTE DE TRÂNSITO
1071	1400725-8 SSP-MT	010.080.631-77	ANA PAULA NOQUELE DE ALMEIDA	AGENTE DE TRÂNSITO
1072	1335521-0 SSP-MT	010.505.491-71	KELLEN DA SILSVA SOUSA	ENFERMEIRO
1073	808.825 SSP-MT	534.871.841-68	TEREZINHA CARVALHO DA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
1074	1796242-0 SSP-MT	015.967.811-06	NEUSA MARIA DA SILVA BARBOSA	ZELADORA
1075	0723022-2 SSP-MT	474.099.081-49	MARIA APARECIDA DE JESUS ARAUJO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1076	1939365-2 SSP-MT	028.878.631-93	MARCIA RODRIGUES DA CUNHA	AUX. SERV. GERAIS
1077	1243776-0 SSP-MT	850.353.861-04	RUBENS MARINELLI	FISCAL DE TRIBUTOS
1078	672.375 SSP-MT	534.868.541-00	NILTON CEZAR FERRARI	PROF. LIC. GEOGRAFIA
1079	1605423-7 SSP-MT	020.833.271-52	LUCIANO DA SILVA PEREIRA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1080	1538974-0 SSP-MT	004.789.391-59	ARLENE DAS DORES DE ARRUDA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1081	2280989-9 SSP-MT	041.654.681-18	GREICIELE MESSIAS DE SOUZA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1082	019859 SSP-MS	254.967.511-87	JORGE LAUTERER ROMEIRO	AGENTE DE TRÂNSITO
1083	1356107-3 SSP-MT	919.955.311-20	IVANETE DA SILVA PIMENTA	ZELADORA
1084	4449065-0-SSP-PR	627.478.199-49	MARIA DE FATIMA CAMARGO	TEC. EM ENFERMAGEM
1085	234541-1-SSP-PI	004.129.113-10	ERIKA TATIANE CARVALHO DOS SANTOS	ZELADORA
1086	1419719-7-SSP-MT	026.934.271-00	ANA PAULA DE SOUZA	ZELADORA
1087	4018616-6-SSP-PR	945.481.379-04	ROSEVANI VALERIO CALVI	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1088	2364313-7-SSP-MT	045.568.331-08	SUELI DOS SANTOS BATISTA FERNANDES	ZELADORA.
1089	1382317-5-SSP-MT	925.779.621-34	JOSÉ CARLOS NICOLETI.	AUX. SERV. GERAIS
1090	1344512-0-SSP-MT	000.822.251.76	DELMA APARECIDA PLACIDO	TEC. EM ENFERMAGEM
1091	1536158-6-SSP-MT	022.071.911-09	VALDIRENE LOPES FERREIRA	ZELADORA.
1092	10767266-SJ-MT	935.031.991-87	ZENAIDE LUCIANO MOREIRA.	ZELADORA.
1093	92172-0-SSP-MT	503.515.591-91	TEREZINHA JESUS DE ANDRADE.	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1094	1451836-8-SSP-MT	006.901.071-45	LUDIMILLA CARVALHO VILELA	ODONTÓLOGO
1095	1126954-5-SJ-MT	959.632.861-15	NATAL DIAS FILHO.	GERENTE DE PROJETOS
1096	1160786-6-SSP-MT	859.404.961-72	ROSENILDA PEREIRA DA SILVA DE SOUZA.	TEC. EM ENFERMAGEM
1097	1388535-9-SSP-MT	929891601-91	ADÃO APARECIDO DA SILVA	AP. ADM. ED. MOTORISTA D
1098	71536-2-SSP-MT	481.965.411-04	AGUIDA APARECIDA DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL.
1099	1075294-3-SSP-MT	293.052.508-84	MARCIA DAS CHAGAS.	AGENTE DE TRÂNSITO
1100	1669631-0-SSP-MT	012.034.861-62	ANDERSON MARQUES ZANOVELLO	AGENTE DE TRÂNSITO
1101	1178957-3-SJ-MT	835061521-49	JAIME PEREIRA LIMA	TEC. EM ENFERMAGEM
1102	52196-2-SSP-MT	362.222.081-34	MARCOS AURÉLIO BANIN	AUX. SERV. GERAIS
1103	3373604-5-SSP-PR	911.092.139-72	JOANA CONSTANTINO NETA DE OLIVEIRA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H

Prefeitura Municipal de Comodoro

DECRETO N.º 003/2010
DE: 04.01.2010

"Declaro em situação anormal, caracterizada como situação de emergência na área afetada por erosão do tipo NI.GEV – 13.306, conforme a Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos -CODAR, no município de Comodoro, Estado de Mato Grosso e dá outras providências."

MARCELO BEDUSCHI, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o agravamento da erosão na Zona Urbana, em decorrência das fortes enxurradas provenientes de chuvas, já no início da estação chuvosa, que vem colocando em riscos os moradores do entorno, conforme croqui anexo;

CONSIDERANDO como conseqüência deste desastre, danos humanos, materiais e ambientais e os prejuízos econômicos e sociais constantes do Formulário de Avaliação de danos, anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO que o executivo municipal tem enviado todos os esforços e ações para conter enorme erosão urbana, exaurindo sua capacidade operativa e financeira;

CONSIDERANDO o levantamento na área de risco feita pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, por meio do Formulário de Avaliação de Danos – **AVADAN**,

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada a existência de **Situação Anormal** provocada por desastre caracterizada como Desastre Nível - III

Parágrafo Único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo formulário de Avaliação de Danos e pelo croqui da Área Afetada, anexo a este decreto.

Art. 2º. Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do município, sob a Coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil COMDEC e que autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de resposta aos desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de respostas aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo Único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República /federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I – penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II – usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo Único. Será responsabilidade do agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares

comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível, essas propriedades serão trovadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo viger por um prazo de 90(Noventa) dias.

Parágrafo Único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2010.

Marcelo Beduschi
Prefeito Municipal

EDITAL 001/2010/DRH
De: 11.01.2010

MARCELO BEDUSCHI, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 58, incisos V, XI e XII, combinado com art. 148, inciso I, alínea "a", e com os arts. 88, Parágrafo Único, inciso III, e 97 da Lei Orgânica do Município, e no que couber, com os arts. 152, § 1º, incisos I, II e III, §§ 2º e 3º; 153; 154, incisos I e II da Lei Municipal nº 685/2001 (PCCS/Servidores), e alterações posteriores, e regulamentados pelo **Decreto nº ------069, de 18 de dezembro de 2009** e,

CONSIDERANDO os resultados do Processo Seletivo Simplificado de que trata o **Edital nº. 038, de 18 de dezembro de 2009** para a contratação de prestadores de serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento na legislação epigrafada, para não prejudicar o Serviço Público Municipal, tendo-se em vista o não preenchimento total das vagas abertas no último concurso público realizado pela Administração Pública Municipal, e de acordo com a Comunicação Interna das Secretarias Municipal de Saúde; de Educação e Esportes; de Administração; de Obras e Serviços Públicos; de Finanças, de Desenvolvimento Rural, de Turismo, Cultura e Meio Ambiente e de Ação Social, Trabalho e Cidadania, para este fim deflagrados,

FAZ SABER a quem interessar possa,

QUE OS RESULTADOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, PELA ORDEM DE PRECEDÊNCIA DAS INSCRIÇÕES/REQUERIMENTOS, E ANÁLISE DOS RESPECTIVOS *CURRICULUM VITAE* E DOS DOCUMENTOS ANEXADOS AOS MESMOS, SÃO OS QUE SEGUEM:

CARGO/FUNÇÃO: COPEIRA

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Rosemayre Diziderio da Silva	Admissão Imediata
02	Rosangela Moreira de Souza	Admissão Imediata
03	Maria Aparecida Raspante	Admissão Imediata
04	Jovelita Maria Borges	Admissão Imediata
05	Elizangela dos Santos Silva	Admissão Imediata
06	Eleni Pereira Mendes	Cadastro Reserva
07	Claci Teresinha Marquardt	Cadastro Reserva
08	Rosileny Viana da Silva Oliveira	Cadastro Reserva
09	Valdirene Cândida Moreira	Cadastro Reserva
10	Marizete de Souza Coelho	Cadastro Reserva
11	Maria Aparecida Batista	Cadastro Reserva
12	Valeria da Silva	Cadastro Reserva
13	Elenita Cardoso da Silva	Cadastro Reserva

CARGO/FUNÇÃO: OFICIAL ADMINISTRATIVO

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Tatiane Bellan	Admissão Imediata
02	Raquel Machado Lima	Admissão Imediata
03	Maria Andressa Lage	Admissão Imediata
04	Denise Lessa da Silva Souza	Cadastro Reserva
05	Juanildo Roda Ventura	Cadastro Reserva
06	Rita Maria da Silva	Cadastro Reserva
07	Neuza Cardoso da Silva	Cadastro Reserva
08	Fabiana Aparecida Martins	Cadastro Reserva
09	Claudia Adriani Correia	Cadastro Reserva
10	Marcela Lima Elias	Cadastro Reserva
11	Marines Jucelia Vicentini	Cadastro Reserva
12	Fabiane Quoos de Souza	Cadastro Reserva
13	Izaura Teixeira de Assis	Cadastro Reserva

CARGO/FUNÇÃO: RECEPCIONISTA

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Rafaela Pinheiro	Admissão Imediata
02	Eneis Dolores Amador da Silva	Admissão Imediata
03	Alexandra Aparecida Ferreira	Admissão Imediata
04	Maria Souza da Silva	Admissão Imediata
05	Raimunda dos Santos Sales	Cadastro Reserva
06	Elzenir Souza do Carmo	Cadastro Reserva
07	Kelli Gleice Oliveira dos Santos	Cadastro Reserva
08	Kelli Joana Guilherme	Cadastro Reserva
09	Rosilaine Lopes de Oliveira	Cadastro Reserva
10	Alessandra Evangelista da Silva	Cadastro Reserva
11	Leidy Anne da Silva Pohu	Cadastro Reserva
12	Dirley Martins dos Santos Yoneda	Cadastro Reserva
13	Luciana Quixaba da Silva	Cadastro Reserva
14	Juliana Gregório de Souza	Cadastro Reserva
15	Rosineth Assunção Sampaio	Cadastro Reserva
16	Cristiane de Souza	Cadastro Reserva

CARGO/FUNÇÃO: TELEFONISTA

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Lucivane Coura da Silva	Admissão Imediata
02	Evaneide Maira Alves de Almeida	Admissão Imediata
03	Marinalva Gomes Cardoso	Admissão Imediata
04	Cristiana Moretti Veloso	Cadastro Reserva

CARGO/FUNÇÃO: GARI

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Domingos Santos da Silva	Admissão Imediata
02	Elzeni Gasparini	Admissão Imediata
03	Nilzemar Lima da Silva	Admissão Imediata
04	Aparecida Krike Veloso	Admissão Imediata
05	Clarice Feliciano da Gama	Admissão Imediata
06	Manoel Mamainde	Cadastro Reserva
07	Leonardo da Silva Gonçalves	Cadastro Reserva
08	Adriana dos Santos Leonidas	Cadastro Reserva

CARGO/FUNÇÃO: INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Moises Otoniel Campos Arruda	Admissão Imediata
02	Joel Dall Alba	Admissão Imediata

CARGO/FUNÇÃO: OFICIAL DE MANUTENÇÃO

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Oziel da Silva Sather	Admissão Imediata
02	Ângela Lopes de Oliveira Teodoro	Admissão Imediata
03	Leandro Barbosa Lopes	Cadastro Reserva

CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM III

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Eliane dos Santos Silva	Admissão Imediata
02	Luciana Souza Viana	Admissão Imediata
03	Ronaldo Rodrigues de Andrade	Admissão Imediata
04	Raquel dos Santos Kipp	Cadastro Reserva
05	Jucineia Moura de Campos	Cadastro Reserva
05	Lucia Bauer de Souza	Cadastro Reserva
06	Paulo Sergio Bezerra	Cadastro Reserva
07	Vânia de Freitas Ferreira Silva	Cadastro Reserva

CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE FARMÁCIA

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Ronilson Martins Rodrigues	Admissão Imediata

CARGO/FUNÇÃO: MEDICO CLINICO GERAL

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Luiz Antonio Dionello	Admissão Imediata
02	Romualdo de Andrade Kelm	Admissão Imediata

CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE LABORATÓRIO

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Mateus Augusto S. Piovezan	Admissão Imediata

CARGO/FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE –M.A. 44-MASUTTI

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Francisco Resende Melo Neto	Admissão Imediata

CARGO/FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE –M.A. 30-CABIXI

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Rosangela Amélia Teodoro	Admissão Imediata

CARGO/FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE –M.A. 33-CENTRO

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Maria Iracema Barroso de Menezes	Admissão Imediata
02	Maria Lucia do Nascimento Pielak	Cadastro Reserva
03	Cassiane da Gama Prietto	Cadastro Reserva
04	Lindomarcia Lima de Oliveira	Cadastro Reserva

CARGO/FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE –M.A. 10- PSF – NOVA VACARIA – CIDADE VERDE

CLAS.	NOME SITUAÇÃO	
01	Ivone Carmona de Arruda Ferreira	Admissão Imediata
02	Maria Aparecida Ribeiro Moura	Cadastro Reserva
03	Rosane Mota Gomes	Cadastro Reserva

CARGO/FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE –M.A. 45-BAIRRO VACARIA –PSF VACARIA

CLAS.	NOME SITUAÇÃO	
01	Ivanilsa Mendes	Admissão Imediata
02	Allette Lici de Lima	Cadastro Reserva
03	Cleomara Barbosa	Cadastro Reserva
04	Maria Dias Barbosa	Cadastro Reserva
05	Joilber Thainan Boni Soares	Cadastro Reserva

CARGO/FUNÇÃO: JARDINEIRO

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Vanderley da Silva Barros	Admissão Imediata
02	Sivaldo de Araujo	Admissão Imediata
03	Renato Tavares da Silva	Cadastro Reserva
04	João Paulo da Silva	Cadastro Reserva

CARGO/FUNÇÃO: SERVENTE DE OBRAS

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Edílson da Silva Gomes	Admissão Imediata
02	Eudre Filomena	Admissão Imediata
03	Gerson Gomes da Soledade	Admissão Imediata
04	Deidimar da Silva Fernandes	Cadastro Reserva
05	Adeilson Pereira Teodoro	Cadastro Reserva
06	Riander Gomes Ferreira	Cadastro Reserva
07	Eduardo Amadeu Martins	Cadastro Reserva

CARGO/FUNÇÃO: CARPINTEIRO

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Adonias João de Souza	Admissão Imediata

CARGO/FUNÇÃO: PEDREIRO

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Francisco Alves Terto Junior	Admissão Imediata
02	Vilson da Costa	Admissão Imediata
03	Aparecido Jorge	Admissão Imediata

CARGO/FUNÇÃO: PINTOR PREDIAL

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Edson Dalti dos Santos	Admissão Imediata
02	Anacleto Soares Dantas	Admissão Imediata

CARGO/FUNÇÃO: EDUCADOR SOCIAL

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Andréia Regina Costa Campos	Admissão Imediata
02	Vera Lucia da Silva Navarro	Admissão Imediata
03	Rosangela Zaias	Cadastro Reserva

CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE SECRETARIA

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Thais Camila Moura Souza	Admissão Imediata
02	Thais Cavalcanti da Silva	Cadastro Reserva
03	Raquel Serra Ruz	Cadastro Reserva
04	Lucimar Moraes	Cadastro Reserva

CARGO/FUNÇÃO: SEPULTADOR

CLAS.	NOME	SITUAÇÃO
01	Manoel Marcelino da Silva	Admissão Imediata

FAZ SABER, que os Candidatos classificados se submeterão aos termos do **Edital nº 038, de 18 de dezembro de 2009**, para a contratação imediata ou gradual, de acordo com a necessidade e a conveniência da Administração Pública Municipal, até a nomeação, posse e lotação/vinculação dos candidatos aprovados/classificados no CONCURSO PÚBLICO em tramitação, se for o caso, que demandarão tempo, e podem ser em número insuficiente, ou no máximo até 31 de dezembro de 2010, e ainda estarão sujeitos a aprovação em capacitação preliminar no Órgão/Unidade competente do Poder Executivo/Prefeitura, mediante instruções/orientações concedidas, inclusive de caráter experimental, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da apresentação e o início das atividades, e aprovação em estágio probatório de 60 (sessenta) dias, se a contratação for, pelo menos, o triplo deste período, para aferição das habilidades/atitudes demonstradas, assiduidade, pontualidade e produtividade, atestada pelo superior hierárquico ao qual o candidato estará subordinado, em ambos os períodos sendo a mesma tácita, se não houver manifestação da autoridade competente ao término dos prazos máximos estabelecidos; **e que** os candidatos aprovados, mas não classificados para admissão imediata, de que trata o Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital, constituirão um Cadastro Reserva, e poderão ser aproveitados gradualmente, de acordo com as necessidades e conveniências da Administração Pública Municipal, durante o corrente ano (2010), não havendo candidatos aprovados/classificados no CONCURSO PÚBLICO em tramitação, se for o caso, e que possam tomar posse legal e formalmente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 11 dias do mês de janeiro de 2010.

Marcelo Beduschi
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Curvelândia

LEI N° 266 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CURVELANDIA PARA O EXERCÍCIO DE 2010.

LAIR FERREIRA, Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, estima a receita bruta em R$ 10.377.000,00 (Dez Milhões e Trezentos e Setenta e Sete Mil Reais), sendo R$ 1.037.000,00 (Um

Milhão e Trinta e Sete Mil Reais) a dedução para a formação do Fundeb e a receita líquida em R$ 9.340.000,000 (Nove Milhões e Trezentos e Quarenta Mil Reais), e fixa a despesa em R$ 9.340.000,000 (Nove Milhões e Trezentos e Quarenta Mil Reais), sendo destinado o total para a Administração Direta.

Artigo 2º - A receita orçamentária será realizada, mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras fontes de recurso, na forma da legislação em vigor, e de acordo com as especificações a seguir:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1-Por Categoria Econômica

Receitas Correntes	R$	8.348.860,00
(-) Dedução para formação do Fundeb...	R$	1.037.000,00
Receitas de Capital.....	R$	1.888.140,00
Receitas Intra-Orçamentária.....	R$	140.000,00
Total	R$	9.340.000,00

2 - Por Fontes

1 RECEITAS CORRENTES	8.348.860,00
1.1Receitas Tributárias	201.000,00
1.2Receitas de Contribuições	285.000,00
1.3Receita Patrimonial	79.600,00
1.6Receita de Serviços	76.000,00
1.7Transferências Correntes	7.650.860,00
1.9Outras Receitas Correntes	56.000,00
2. RECEITA DE CAPITAL	1.888.140,00
2.2Alienação de Bens	10.000,00
2.4Transferências de Capital	1.878.140,00
7 RECEITA CORRENTE INTRA-ORÇAMENTARIA	140.000,00
7.1Receita Corrente Intra Orçamentária	140.000,00
9 DEDUÇÃO DA RECEITA	1.037.000,00
9.1Dedução de Receitas	1.037.000,00
TOTAL	9.340.000,00

Artigo 3º - A despesa será realizada de acordo com a especificação dos Anexos desta lei, constantes do Programa de Trabalho e segundo a sua natureza, conforme discriminadas a seguir:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1 - Por Órgãos da Administração

ÓRGÃO	VALOR R$
Câmara Municipal	405.000,00
Gabinete do Prefeito	345.000,00
Secretaria Munic. de Adm. Planejamento e Finanças	791.900,00
Secretaria Munic. de Educação, Cultura Desporto e Lazer	2.674.400,00
Secretaria Munic. de Saúde	1.721.300,00
Secretaria Munic. de Desenvolvimento Sustentável	1.981.000,00
Secretaria Munic. de Turismo e Meio Ambiente	445.000,00
Secretaria Munic. de Assistência Social	596.500,00
TOTAL	9.340.000,00

2 - Por Categoria Econômica

DESPESAS CORRENTES		6.914.600,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	3.210.300,00
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	26.500,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.677.8000,00
DESPESAS DE CAPITAL		2.046.100,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	1.972.100,00
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	74.000,00
RESERVAS		379.300,00
9.9.99.99.00.00	Reserva de Contingência	379.300,00
TOTAL		9.340.000,00

3 - Por Funções

CÓD	FUNÇÃO	ORÇAMENT
01	Legislativa	405.000,00
04	Administração	1.776.900,00
08	Assistência Social	596.500,00
09	Previdência	300.000,00
10	Saúde	1.721.300,00
11	Trabalho	93.400,00
12	Educação	2.392.500,00
13	Cultura	42.000,00
15	Urbanismo	405.000,00
16	Habitação	179.000,00
17	Saneamento	112.000,00
18	Gestão Ambiental	15.000,00
20	Agricultura	238.000,00
23	Comercio e Serviços	290.000,00
25	Energia	35.000,00
26	Transporte	473.000,00
27	Desporto e Lazer	164.900,00
28	Encargos Especiais	100.500,00
TOTAL		9.340.000,00

4 - Por Programas:

0001	Processo Legislativo	R$	405.000,00
0003	Administração Geral	R$	2.771.900,00
0004	Agricultura	R$	23.800,00
		R$	2.050.500,00
0015	Urbanismo	R$	42.000,00
0017	Preservação de Recursos Naturais Renovaveis	R$	15.000,00
0040	Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental	R$	1.066.500,00
0041	Ensino Infantil	R$	181.000,00
0042	Educação Básica	R$	1.100.000,00
0044	Ensino Superior	R$	45.000,00
0046	Desporto e Lazer	R$	164.900,00
0050	Operações Especiais	R$	100.500,00
0057	Habitação	R$	214.000,00
0075	Serviço de Utilidade Pública	R$	1.721.300,00
0076	Saneamento	R$	112.000,00
0081	Assistência	R$	689.900,00
0088	Transporte Rodoviário	R$	473.000,00
TOTAL		**R$**	**9.340.000,00**

Art. 4º - Fica os Poderes Executivo e Legislativo autorizados, nos termos da Constituição Federal e da legislação federal em vigor a:

I – Vetado

II – Vetado

Parágrafo único – Vetado.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito – Curvelândia/MT, 18 de Dezembro de 2009.

Lair Ferreira
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Denise

AVISO DE RATIFICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2010

O MUNICÍPIO DE DENISE/MT, devido a um erro na digitação torna público ratificação da data de julgamento da licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de nº. 005/2010, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO DEVIDAMENTE CAPACITADO PARA ATENDER JUNTO AO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO CENTRO**. Sendo a data de abertura e julgamento transferida para o dia 27/01/2010 às 08:00

horas, sito a Praça Brasília, nº. 111, Centro, Denise/MT., a pasta completa contendo o Edital na integra, estará a disposição dos interessados, pelo valor não reembolsável de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) recolhidos aos cofres públicos.

Denise-MT, 12 de Janeiro de 2010.

Alexsandro Oliveira Aragão
Presidente da CPL

AVISO DE RATIFICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 006/2010

O MUNICÍPIO DE DENISE/MT, devido a um erro na digitação torna público ratificação da data de julgamento da licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de nº. 006/2010, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO DEVIDAMENTE CAPACITADO PARA ATENDER JUNTO AO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO JARDIM BOA ESPERANÇA**. Sendo a data de abertura e julgamento transferida para o dia 27/01/2010 às 13:00 horas, sito a Praça Brasília, nº. 111, Centro, Denise/MT., a pasta completa contendo o Edital na integra, estará a disposição dos interessados, pelo valor não reembolsável de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) recolhidos aos cofres públicos.

Denise-MT, 12 de Janeiro de 2010.

Alexsandro Oliveira Aragão
Presidente da CPL

AVISO DE RATIFICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2010

O MUNICÍPIO DE DENISE/MT, devido a um erro na digitação torna público ratificação da data de julgamento da licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, de nº. 007/2010, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO DEVIDAMENTE CAPACITADO PARA ATENDER JUNTO AO POSTO DA SAÚDE JOSÉ LOURENÇO FILHO**. Sendo a data de abertura e julgamento transferida para o dia 27/01/2010 às 15:00 horas, sito a Praça Brasília, nº. 111, Centro, Denise/MT., a pasta completa contendo o Edital na integra, estará a disposição dos interessados, pelo valor não reembolsável de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) recolhidos aos cofres públicos.

Denise-MT, 12 de Janeiro de 2010.

Alexsandro Oliveira Aragão
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Diamantino

ANEXO DE METAS FISCAIS
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS OBRAS EM ANDAMENTO

LOCALIZAÇÃO	OBRA	SITUAÇÃO	ORGÃO RESPONSÁVEL	VALOR DA OBRA R$	% EXECUTADO	MEDIDO R$	SALDO R$
Conceição	Pavimentação Asfaltica	Em execução	Secretaria de Obras	208.244,15	100%	100.000,00	100.000,00
Bairro da Ponte	Reforma da Escola Estadual Irmã Lucinda Facchini	Em execução	Secretaria de educação	149.488,52	77,74	116.208,94	33.279,58
Novo Diamantino	Escola Estadual Serra Azul	Em Execução	Secretaria de educação	619.863,17	89,32	553.718,48	66.144,69

Diamantino 22 de dezembro de 2009

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010
AVISO DE LICITAÇÃO

OBJETO: ***Contratação de empresa especializada para Aquisição de Madeiras, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos.***

CREDENCIAMENTO: das 08:30 (oito horas e trinta minutos) às 09:00 (nove horas) de 25 de janeiro de 2010.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E INICIO DA SESSÃO: às 09:00 horas, do dia 25 de janeiro de 2009.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº2.341, Bairro Jardim Eldorado, setor de Licitações, Fone:65.3336.6400, www.diamantino.mt.gov.br.**UNDAMENTO LEGAL:** Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Diamantino- MT, 10 de janeiro de 2010.

Fabio Tomekiti Fukushima
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Figueirópolis D' Oeste

DECRETO 038/2009 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE-MT.

O Excelentíssimo Senhor LAYR MOTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, no uso de suas atribuições, com base na Lei 475/2009:

Resolve:

Cód. do Cargo	Cargo	Atribuições e Competências
001	Assistente Social	Serviços de Assistência Social, elaboração e execução de projetos que visem o bem estar social em todas as faixas etárias.
002	Auditor Interno	Auditoria Pública Municipal, conforme a Lei específica.
003	Auxiliar Administrativo	Lavanderia, Limpeza, manutenção, serviços de cozinha, de correios e xérox. Outras de interesse do município, definida pelo Poder Executivo.
004	Farmacêutico	Atendimento, Manutenção, organização e atualização da Farmácia do Posto de Saúde. Atendimento ao Público. Manter controle de entrada e saída de medicamentos.
005	Gari	Limpeza de vias públicas- coleta de lixo- manutenção de serviços de cemitério, praças e demais logradouros públicos. E outras determinadas pelo Executivo Municipal de interesse do município.
006	Médico, Clínico Geral	Atendimento médico hospitalar, emergencial, análises, consultas, e encaminhamentos médicos. Emissão de receitas, e pedidos de exames clínicos laboratoriais de rotina.

007	Operador de Motoniveladora	Serviços de motoniveladora
008	Professor/Pedagogo	Atividades de Docência e/ou Supervisão e Coordenação Escolar.
009	Professor de Língua Portuguesa	Atividades de Docência
010	Professor de Matemática	Atividades de Docência
011	Professor de Ciências Físicas e Biológicas	Atividades de Docência
012	Professor de História	Atividades de Docência
013	Professor de Geografia	Atividades de Docência
014	Professor de Língua Estrangeira	Atividades de Docência
015	Professor de Educação Física	Atividades de Docência
016	Técnico em Vigilância Sanitária	Serviços de orientação, Vigilância Sanitária, acompanhamento, trabalho de campo. Emissão de relatórios, notificações, laudos técnicos, multas e similares.

Art. 2º- Aos Cargos em Comissão e de Chefia Imediata, de Livre Nomeação e Exoneração terão suas funções definidas na Lei Municipal Nº 475/2009 que trata da Estrutura administrativa da Administração Municipal e atribuições dos mesmos.

Art. 3º- Aos Servidores lotados nos cargos acima relacionados deverão prestar serviços na Administração Municipal, com funções pré-estabelecidas, acrescidas das demais funções deliberadas pelo Poder Executivo Municipal, para atender necessidades de emergência.

Art. 4º- Esta Portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação...

Figueirópolis D'Oeste, 10 de dezembro de 2009.

LAYR MOTA DA SILVA
PREFEITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO 003/2010
CONCURSO PÚBLICO 001/2009.

O Excelentíssimo Senhor LAYR MOTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, usando de suas atribuições legais, e cumprindo os princípios da legalidade, da publicidade, da transparência e da honestidade, e ainda buscando orientar a todos os interessados, faz saber que:

O Relatório dos Candidatos com Inscrições deferidas para o Concurso Público 001/2009, a ser realizado neste dia 17 de janeiro de 2010, por ordem de cargos, tal quanto o local e horário das Provas, encontram-se publicados no mural oficial da Prefeitura, da Câmara Municipal e no site oficial do município. www.figueiropolisdoeste.mt.gov.br.

Figueirópolis D'Oeste, MT, 11 de janeiro de 2010.

LAYR MOTA DA SILVA
PREFEITO.

PORTARIA 001/2010, DE 04 DE JANEIRO DE 2010.

O Exmº Sr. LAYR MOTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ART 1º -Nomear para ***Compor a Comissão Permanente de Licitação (CPL) do Município de Figueirópolis D'Oeste – MT,*** a partir de 04 de Janeiro de 2010. Nos Termos da Lei 8.666/93. Os Membros abaixo.

PRESIDENTE: *DÁSIO JOSÉ DOS REIS*
SECRETÁRIO: *PAULO CÉSAR DA CONCEIÇÃO*
MEMBRO *: VANDERLEY DE SOUZA*
MEMBRO SUPLENTE: DANDRA RENATA SOUZA LIMA

ART. 2º- Esta Portaria passa a vigorar na data de sua publicação...

Figueirópolis D'Oeste – MT, em 04 de Janeiro de 2010.

LAYR MOTA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL.

FIGUEIRÓPOLIS D 'OESTE-MT
JANEIRO 2010

PORTARIA 002/2010 - DE 04 DE JANEIRO DE 2010.

O Exmº Sr. LAYR MOTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a legislação vigente;

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor: PAULO CÉSAR DA CONCEIÇÃO, para responder pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do município de Figueirópolis D'Oeste, MT, a partir de 04 de janeiro de 2010.

Registre-se;
Publique,se;
Cumpra-se;

Figueirópolis D'Oeste - MT, em 04 de janeiro de 2010.

LAYR MOTA DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA/GAB/ 004/2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA E FISCALIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2010- PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES PÚBLICOS".

O Excelentíssimo Senhor LAYR MOTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, no uso de suas atribuições legais;
Resolve:

Art. 1º- Fica composta a Comissão Examinadora e Fiscalizadora do Processo Seletivo Simplificado 001/2010, para a Contratação de Servidores Públicos. Esta Comissão deverá atuar na fiscalização de todas as etapas do Processo seletivo, conforme explícito abaixo, mediante a titularidade de seus membros, de acordo com as seguintes categorias:

Art. 2º- A Comissão a que se refere o artigo acima, será assim constituída:
PRESIDENTE: Valdir Nonato de Oliveira
MEMBROS: Maria Aparecida de Oliveira Souza
Paulo César da Conceição.

Art. 3º- Os membros desenvolverão suas ações de acordo com as especificidades e definições da Comissão Examinadora e Fiscalizadora do processo Seletivo Simplificado 001/2010, visando a contratação temporárias de servidores públicos.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, aos 04 dias do mês de janeiro de 2010.

LAYR MOTA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA 005/2010 - DE 04 DE JANEIRO DE 2010.

O Exmº Sr. LAYR MOTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a legislação vigente;

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor: LUCINEI REZENDE, para O Cargo de MOTORISTA DE GABINETE DO PREFEITO do município de Figueirópolis D'Oeste, MT, a partir de 04 de janeiro de 2010.

Registre-se;
Publique,se;
Cumpra-se;

Figueirópolis D'Oeste - MT, em 04 de janeiro de 2010.

LAYR MOTA DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA 006/2010 - DE 04 DE JANEIRO DE 2010.

O Exmº Sr. LAYR MOTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a legislação vigente;

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor: CARLOS CELSO PELEGRINI, para O Cargo de ASSESSOR JURÍDICO – PEDS 4- do município de Figueirópolis D'Oeste, MT, a partir de 04 de janeiro de 2010.

Registre-se;
Publique,se;
Cumpra-se;

Figueirópolis D'Oeste - MT, em 04 de janeiro de 2010.

LAYR MOTA DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA 003/2010 – 04 DE JANEIRO DE 2010.

SÚMULA: Nomeia o pregoeiro, Pregoeiro substituto e respectiva equipe de apoio para realização de licitação, na modalidade Pregão, no âmbito do Poder executivo do Município de Figueirópolis D'Oeste - MT, para o exercício financeiro de 2010.

O Exmº Sr. LAYR MOTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as normas gerais de direito público, e na forma da lei de licitações, expede a seguinte Portaria, onde resolve:

Art. 1º- Nomear o Pregoeiro Oficial, Pregoeiro Substituto e respectiva equipe de apoio para a realização de licitação, na modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo do Município de Figueirópolis D'Oeste, MT, no decorrer do exercício de 2010, conforme abaixo identificado pelos seguintes servidores:

1- PREGOEIRO OFICIAL: Paulo César da Conceição
2- PREGOEIRO SUBSTITUTO:: Dandra Renata Souza Lima
3- EQUIPE DE APOIO.
a- Dásio José dos Reis
b- Rosely Antunes Santana
c- Juliana Aparecida Peres

Parágrafo único: O Pregoeiro Substituto substituirá o Pregoeiro Oficial em todos os seus impedimentos.

Art. 2º- Caberá ao Pregoeiro e a respectiva Equipe de Apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos preceitos gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, consoante as alterações que lhe forem dadas.

Art. 3º-O Pregoeiro e sua respectiva Equipe de Apoio, por seus membros, de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo estes serviços considerados como de relevantes ao interesse público.

Art. 4º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário, e em especial a Portaria 08/2009 de 05/01/2009.

Registre-se;
Publique,se;
Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito, 04 de janeiro de 2010.

LAYR MOTA DA SILVA
PREFEITO

Prefeitura Municipal de General Carneiro

LEI MUNICIPAL N.º 617/2009 De 04 de Dezembro de 2009.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO PARA O QUADRIÊNIO 2010/2013.

MAGALI AMORIM VILELA DE MORAES, Prefeita Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições conferidas em Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte lei.

Art. 1º **Esta Lei institui o Plano Plurianual para o período de 2010 a 2013, no cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, constituído pelos anexos integrantes desta lei, que será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.**

Art. 2º **A Lei de Diretrizes Orçamentária de cada Exercício Financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no projeto de Lei Orçamentária.**

Art. 3º **Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária, o Poder Executivo poderá fazer alteração do Plano Plurianual com inclusão, exclusão ou alteração de programas, indicadores, resultados esperados, projetos, metas e montante de investimentos autorizado pelo Poder Legislativo.**

Art. 4º **Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposição.**

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

General Carneiro/MT, 04 de Dezembro de 2009.

Magali Amorim Vilela de Moraes
PREFEITA MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.º 618/2009 De 04 de Dezembro de 2009.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de GENERAL CARNEIRO para o Exercício de 2010.

MAGALI AMORIM VILELA DE MORAES, Prefeita Municipal de GENERAL CARNEIRO, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - O orçamento fiscal do município de GENERAL CARNEIRO, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita e fixa a Despesa em R$ 12.870.000,00 (doze milhões e oitocentos e setenta mil), discriminados anexos integrantes desta Lei.

Artigo 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta lei, com o seguinte desdobramento:

Administração Direta	Valores
RECEITASCORRENTES	10.688.800,00
RECEITA TRIBUTARIA	540.000,00
RECEITASDE CONTRIBUIÇÕES	190.800,00
RECEITA PATRIMONIAL	208.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	125.000,00
TRANSFERÊNCIASCORRENTES	9.439.000,00
OUTRASRECEITASCORRENTES	186.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.850.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00
TRANSFERÊNCIASDECAPITAL	1.800.000,00
RECEITASCORRENTES-INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	331.200,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	301.200,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	30.000,00
TotaldaAdministraçãoDireta	12.870.000,00
TOTAL GERAL:	12.870.000,00

Artigo 3º - A Despesa da administração direta será realizada segundo a discriminação dos quadros “Programa de Trabalho” e “Natureza da Despesa”, integrantes desta Lei, e as

autarquias e fundações em seus respectivos orçamentos aprovados por decreto executivo.

POR FUNÇÕES DE GOVERNO	
Administração Direta	
01 - LEGISLATIVA	670.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	1.484.888,00
08-ASSISTÊNCIA SOCIAL	557.000,00
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	660.000,00
POR FUNÇÕES DE GOVERNO	
Administração Direta	
10 - SAÚDE	2.050.750,00
12 - EDUCAÇÃO	2.944.250,00
13 - CULTURA	90.000,00
15 - URBANISMO	1.474.000,00
16 - HABITAÇÃO	400.000,00
17 - SANEAMENTO	1.244.000,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	300.000,00
20 - AGRICULTURA	180.000,00
26 - TRANSPORTE	368.224,00
27-DESPORTO E LAZER	140.000,00
28-ENCARGOSESPECIAIS	200.000,00
99-RESERVADECONTINGÊNCIA	106.888,00
TotaldaAdministraçãoDireta	12.870.000,00
TOTAL GERAL:	12.870.000,00
POR SUBFUNÇÕES	
Administração Direta	
031- AÇÃO LEGISLATIVA	670.000,00
122-ADMINISTRAÇÃOGERAL	2.200.000,00
242 - ASSISTÊNCIAAO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	293.000,00
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	130.000,00
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	134.000,00
272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	660.000,00
301 - ATENÇÃO BÁSICA	1.227.750,00
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	698.000,00
303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	50.000,00
304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	50.000,00
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	25.000,00
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	60.000,00
331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	124.888,00
361 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.103.000,00
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	391.250,00
367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	30.000,00
392 - DIFUSÃO CULTURAL	30.000,00
423 - ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	80.000,00
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.374.000,00
452 - SERVIÇOS URBANOS	368.224,00
453 - TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	580.000,00
482 - HABITAÇÃO URBANA	400.000,00
512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1.244.000,00
542 - CONTROLE AMBIENTAL	280.000,00
543 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	20.000,00
601 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	50.000,00
606 - EXTENSÃO RURAL	50.000,00
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	140.000,00
813 - LAZER	100.000,00
841 - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	180.000,00
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	20.000,00
999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	106.888,00
Total da Administração Direta	12.870.000,00
TOTAL GERAL:	12.870.000,00
POR CATEGORIA ECONÔMICA	
Administração Direta	
DESPESAS CORRENTES	7.753.888,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.599.224,00
RESERVA LEGAL RPPS	410.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	106.888,00
Total da Administração Direta	12.870.000,00
TOTAL GERAL:	12.870.000,00
POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO	
Administração Direta	
01 - CAMARA MUNICIPAL	690.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO	590.000,00
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	11.590.000,00
Total da Administração Direta	12.870.000,00
TOTAL GERAL:	12.870.000,00

Artigo 4º - Os orçamentos das despesas das administrações indiretas poderão ser expandidos até os limites das efetivas arrecadações.

Artigo 5º - O Poder Executivo está autorizado a:

a) realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada, nos termos legais da legislação em vigor.

b) abrir créditos suplementares, até o limite de 20% (vinte por cento) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei 4.320/64.

c) abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previsto na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei.

d) abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação considerada a tendência do exercício.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

General Carneiro/MT, 04 de Dezembro de 2009.

Magali Amorim Vilela de Moraes

PREFEITA MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 287/2009
OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de licenciamento ambiental para o município de Guarantã do Norte/MT.
DATA: 07/12/2009
CONTRATADA: GASPARINI E SILVA LTDA ME
VALOR GLOBAL: R$ 7.200,00

CONTRATO Nº 288/2009
OBJETO: Aquisição de tecidos e aviamentos e contratação de empresa para serviços de confecção de uniformes.
DATA: 07/12/2009
CONTRATADA: REZER FRUTUOSO & CIA LTDA - EPP
VALOR GLOBAL: R$ 5.531,00

CONTRATO Nº 289/2009
OBJETO: Contratação de Serviço Técnico Especializado para acompanhamento e Avaliação do Projeto de Modernização da Administração Tributária e dos Setores Sociais Básicos PMAT.
DATA: 10/12/2009
CONTRATADA: INSTITUTO DE PESQUISA DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - IPED
VALOR GLOBAL: R$ 7.900,00

CONTRATO Nº 290/2009
OBJETO: Serviços de Manutenção e conservação de veículos alocados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Propriedade da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte / MT.
DATA: 16/12/2009
CONTRATADA: PAULO SCHIMDEL - ME
VALOR GLOBAL: R$ 47.381,00

CONTRATO Nº 291/2009
OBJETO: Aquisição de veículo automotor, zero quilômetro, com especificações para transporte escolar, por meio de apoio financeiro, no âmbito do Programa Caminho da Escola
DATA: 17/12/2009
CONTRATADA: INDUSCAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CARROCERIAS LTDA
VALOR GLOBAL R$ 198.500,00

CONTRATO Nº 292/2009
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de reforma e ampliação da **Escola Municipal Indígena Karanhim**, localizada na divisa do município de Guarantã do Norte/MT com o estado do Pará-Reserva Indígena Kayapó, com área para reforma de 126,00m² e área de ampliação de 1.029,12m² tudo conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico e financeiro e planta.
DATA: 17/12/2009
CONTRATADA: CONSTRUTORA JURUENA LTDA
VALOR GLOBAL R$ 247.678,43

CONTRATO Nº 293/2009
OBJETO: Aquisição de materiais para manutenção de veículos, combustíveis e lubrificantes automotivos, material elétrico e eletrônico, para manutenção de motocicletas alocadas na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT
DATA: 23/12/2009
CONTRATADA: NILSON RABELO MOREIRA – ME
VALOR GLOBAL R$ 4.107,00

CONTRATO Nº 294/2009
OBJETO: Aquisição de material de consumo; ferramentas; sementes, mudas de plantas e insumos; material químico, material para manutenção de bens móveis; material para manutenção de bens imóveis e materiais permanentes para atender necessidades operacionais das Secretarias Municipal de Educação, Cultura e Desporto, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e da Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT
DATA: 23/12/2009
CONTRATADA: ALIANÇA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
VALOR GLOBAL R$ 9.394,85

CONTRATO Nº 295/2009
OBJETO: Aquisição de material elétrico e eletrônico; máquinas, utensílios e equipamentos e estimativa de peças para veículos alocados na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura de propriedade da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT
DATA: 28/12/2009
CONTRATADA: NAF PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA
VALOR GLOBAL R$ 13.106,00

CONTRATO Nº 296/2009
OBJETO: Aquisição de material elétrico e eletrônico; máquinas, utensílios e equipamentos e estimativa de peças para veículos alocados na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura de propriedade da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT
DATA: 28/12/2009
CONTRATADA: AUTO PEÇAS TAMOIOS LTDA
VALOR GLOBAL R$ 32.871,69

CONTRATO Nº 297/2009
OBJETO: Aquisição de gêneros de alimentação, material de copa e cozinha, material de limpeza e higienização para atender as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Secretaria Municipal de Saúde de Guarantã do Norte/MT
DATA: 28/12/2009
CONTRATADA: SUPERMERCADO REI DO NORTE LTDA - ME
VALOR GLOBAL R$ 14.282,38

CONTRATO Nº 298/2009
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de levantamento topográfico da Malha rodoviária na área leste do município de Guarantã do Norte/MT, em conformidade com o mapa de localização, com apontamentos das obras de arte correntes e especiais e apresentação de relatório específico de cada rodovia e com fotos dos locais das obras de arte, tudo em conformidade com as disposições no Edital e seus Anexos
DATA: 28/12/2009
CONTRATADA: WIN - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
VALOR GLOBAL R$ 20.000,00

CONTRATO Nº 299/2009
OBJETO: Aquisição de aparelho espectrofotômetro para atender necessidades do Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT
DATA: 28/12/2009
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BEVILAQUA LTDA
VALOR GLOBAL R$ 8.357,50

CONTRATO Nº 300/2009
OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de promoção de eventos, para a realização do Reveillon 2009, a ser realizado na cidade de Guarantã do Norte/MT, nos dias 30 e 31 de dezembro de 2009
DATA: 29/12/2009
CONTRATADA: J.C.F. FERNANDES - ME
VALOR GLOBAL R$ 116.640,00

CONTRATO Nº 301/2009

OBJETO: Aquisição de mobiliário geral e aparelhos e utensílios domésticos para atender necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Educação, cultura e desporto da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, constantes no anexo I, tudo em conformidade com as disposições no Edital e seus Anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais
DATA: 29/12/2009
CONTRATADA: CAPITAL COMERCIO E REP. DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA – EPP
VALOR GLOBAL R$ 11.835,00

CONTRATO Nº 302/2009
OBJETO: Aquisição de tecidos e aviamentos, material de expediente, material de cama, mesa e banho, material de copa e cozinha e contratação de empresa para serviços de confecção de camisetas, capas de colchão, constantes no anexo I, tudo em conformidade com as disposições no Edital e seus Anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais
DATA: 29/12/2009
CONTRATADA: REZER FRUTUOSO & CIA LTDA - EPP
VALOR GLOBAL R$ 43.851,30

Guarantã do Norte/MT, 31 de dezembro de 2009.

Mercidio Panosso
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2008
OBJETO: Prorrogação de prazo e valor inicialmente pactuado
DATA: 30/11/2009
CONTRATADA: ACPI ASS.CONS.PLANEJ. & INFORMATICA LTDA
VALOR: R$ 72.226,00 (setenta e dois mil duzentos e vinte e seis reais)

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2008
OBJETO: Prorrogação de prazo e valor inicialmente pactuado
DATA: 30/11/2009
CONTRATADA: ACPI ASS.CONS.PLANEJ. & INFORMATICA LTDA
VALOR: R$ 16.241,00 (dezesseis mil duzentos e quarenta e um reais)

Guarantã do Norte/MT, 30 de novembro de 2009.

Mercidio Panosso
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 281/2009
OBJETO: Contratação de médico autorizador para vistoriar e autorizar os Laudos de Emissão de AIH juntamente com Prontuário Médico, de acordo com as regras do SUS – Sistema Único de Saúde, no Hospital Municipal de Guarantã do Norte/MT.
DATA: 02/12/2009
CONTRATADA: ORTRAUMA ASSISTENCIA MEDICA LTDA
VALOR GLOBAL R$ 1.000,00
**Reproduz-se por ter saído incorreto.*

Guarantã do Norte/MT, 07 de dezembro de 2009.

Mercidio Panosso
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Juína

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER EXECUTIVO

XII - propor a revogação ou anulação do processo licitatório à autoridade competente.

Art. 3.º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio, no Exercício de **2009**, nas licitações na modalidade de Pregão, no âmbito do Poder Executivo do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, os seguintes servidores públicos municipais:

NOME	CARGO	MATRÍCULA
GILVÂNIA MOREIRA DUTRA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO II	21598
JOSÉ CARLOS DIVINO	AGENTE ADMINISTRATIVO II	54
LUIS BRAZ DE LIMA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	1746
ADEMIR CASTRO MARTINS	ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS	1776
DENISE TANIA BROCCO	AGENTE ADMINISTRATIVO II	65

§ 1.º Para cada processo de licitação na modalidade Pregão, deverão atuar, no mínimo, de **2 (dois)** integrantes da Equipe de Apoio, dentre eles **1 (um)** servidor público municipal de carreira, convocados pelo Pregoeiro no prazo de **48 (quarenta e oito)** horas ante do início da sessão.

§ 2.º Excluídos os atos que importem em julgamento ou deliberação, compete a Equipe de Apoio:

I - prestar assistência ao pregoeiro, dando suporte às atividades que lhe incumbem executar;

II - formalizar atos processuais, por determinação do Pregoeiro;

III - realizar diligências diversas, determinadas pelo Pregoeiro;

IV - assessorar o Pregoeiro nas sessões do certame, na redação de atas, relatórios, pareceres, entre outros;

V - realizar o exame de propostas quanto aos aspectos formais, sugerindo ao Pregoeiro a classificação ou a desclassificação; e,

VI - em relação à habilitação em cada certame licitatório, analisar os documentos à luz do que estatuir o edital, emitindo parecer destinado a subsidiar a decisão a ser adotada pelo Pregoeiro.

3

Avenida Deputado Hitler Sansão, nº 240, Centro, Juína-MT
Cx. Postal 01 – CEP - 78.320-000 - Fone: (66) 3566-8300
Site : www.prefeituradejuina.com.br E-mail: administração@prefeituradejuina.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER EXECUTIVO

Art. 4.º O Pregoeiro e os integrantes da Equipe de Apoio, na atuação que lhes foi designada, devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, inscritos no art. **37**, da Constituição Federal, que orientam toda a atividade estatal, atuando sempre com diligência, competência e eficiência, evitando atos que importem em lesão ao interesse público, sob pena de responderem por tais atos nas esferas administrativa, cível e criminal.

Art. 5.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º **032**, de **02** de **janeiro** de **2009**.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **13** de **abril** de **2009**.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO na data supra em local de costume.

Avenida Deputado Hitler Sansão, nº 240, Centro, Juína-MT
Cx. Postal 01 – CEP - 78.320-000 - Fone: (66) 3566-8300
Site : www.prefeituradejuina.com.br E-mail: administração@prefeituradejuina.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER EXECUTIVO

PORTARIA N.º 710, de 27 de abril de 2009.

SÚMULA: Dispõe sobre a emissão de Títulos Definitivos objetos de Contrato Administrativo de Compra de Imóveis do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, demais leis e pelo inciso **III**, do art. **83**, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Esta portaria visa regularizar o procedimento de emissão de Títulos Definitivos objeto de Contrato Administrativo de Compra de Imóveis do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, em especial, quando da ocorrência de cessão de direitos e obrigações do contrato para terceiros.

Art. 2.º Para fins de regularização, a Municipalidade autorizará a emissão de Título Definitivo em nome de terceiros cessionários, por força de escrituras particulares de cessões de direitos e obrigações dos Contratos Administrativos de Compra de Imóveis, desde que estes estejam devidamente pagos até a data de **18** de **setembro** do corrente ano e a autorização do interessado tenha sido protocolada no Departamento competente até a data de **30** de **setembro** de **2009**.

Parágrafo Único. Para fins de autorização da emissão, o compromissário-comprador ou o cessionário dos direitos e obrigações dos Contratos Administrativos de Compra de Imóveis deverá utilizar o modelo de Requerimento de Autorização constante do **ANEXO ÚNICO**, da presente Portaria, passando desta a ser parte integrante.

Art. 3.º O Requerimento de Autorização deverá ser instruído com cópia da Cédula de Identidade, do **CPF/MF** e do comprovante de residência do cessionário e com o documento original da escrituras particulares de cessões de direitos e obrigações do Contrato.

§ 1.º O Diretor do Departamento de Controle Urbano ao receber o Requerimento de Autorização deverá analisar se o está devidamente instruído e, ato contínuo, autuará registrará o Requerimento em auto próprio, e fará a remessa dos mesmos no prazo de **24 (vinte e quatro)** horas ao Prefeito Municipal para deferimento do solicitado, com relatório sucinto onde conste:

1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER EXECUTIVO

a) o número da Lei Municipal que autorizou a compra e venda do imóvel;

b) o número da concorrência de alienação de imóvel público, ou da Dispensa de Licitação, se for o caso; e,

c) informações sobre o estado e situação do Contrato Administrativo de Compra de Imóveis.

§ 2.º O Prefeito Municipal, no prazo de **24 (vinte e quatro)** horas do recebimento do Requerimento, por despacho fundamentado, deferirá ou não o pleiteado.

Art. 4.º Não será deferido o Requerimento de Autorização de emissão de Título Definitivo em nome de terceiros cessionários quando a posse do imóvel ou a legalidade do Contrato Administrativo for questionada por qualquer razão até que estes fatos sejam apreciados administrativa ou judicialmente.

§ 1.º Do mesmo modo não será emitido Título Definitivo em nome do compromissário-comprador quando a legalidade do Contrato Administrativo for questionada.

§ 2.º O Diretor do Departamento de Controle Urbano deverá informar, no prazo do **§ 1.º**, do art. **3.º**, da presente Portaria, a existência ou não de eventuais questionamentos sobre a posse do imóvel ou da legalidade do Contrato Administrativo.

Art. 5.º Deferido o Requerimento de Autorização, o Título Definitivo do imóvel deverá ser emitido pela Municipalidade no nome do terceiro cessionário.

Art. 6.º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **27** de **abril** de **2009**.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume.

2

Avenida Deputado Hitler Sansão, nº 240, Módulo I - Juína-MT
CNPJ/MF n.º 15.359.201/0001-57 - Cx. Postal 01 – CEP.: 78.320-000 - Fone: (66) 3566-8300
Site : www.prefeituradejuina.com.br E-mail: administração@prefeituradejuina.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER EXECUTIVO

ANEXO ÚNICO
Portaria n.º 710/2009

DEPARTAMENTO DE CONTROLE URBANO

REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO DE AUTORIZAÇÃO

EMISSÃO DE TÍTULO DEFINITIVO NO NOME DO CESSIONÁRIO

EXMO. SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUINA-MT:

DADOS DO REQUERENTE	
NOME:	
ESTADO CIVIL:	
CÉDULA DE IDENTIDADE:	
CNPJ/CPF/MF:	
ENDEREÇO:	
DADOS DO CESSIONÁRIO	
NOME:	
ESTADO CIVIL:	
CÉDULA DE IDENTIDADE:	
CNPJ/CPF/MF:	
ENDEREÇO:	
DADOS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO E DO IMÓVEL OBJETO DA CESSÃO	
NÚMERO DO CONTRATO:	
LOTE N.º:	
QUADRA:	
LOCALIZAÇÃO:	

Pelo presente e na melhor forma de direito, com base na Escritura Particular de Compra e Venda firmada com o compromissário-comprado do Contrato Administrativo citado acima, que segue em anexo a este requerimento, solicito que seja autorizado por esta Municipalidade a emissão de Título Definitivo em nome do **CESSIONÁRIO** acima qualificado.

Juína-MT, de de **200** .

REQUERENTE/SIGNATÁRIO

3

Avenida Deputado Hitler Sansão, nº 240, Módulo I - Juína-MT
CNPJ/MF n.º 15.359.201/0001-57 - Cx. Postal 01 – CEP.: 78.320-000 - Fone: (66) 3566-8300
Site : www.prefeituradejuina.com.br E-mail: administração@prefeituradejuina.com.br

Prefeitura Municipal de Lambari D' Oeste

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010

O Pregoeiro da Prefeitura de Lambari D'Oeste/MT, comunica a todos que às **10:00 h**, do dia **27/01/2010**, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 002/2010, e receberá os envelopes de habilitação e de Proposta de Preço visando a **"Contratação de serviços de 02 (dois) médicos compreendendo, clinica geral e médico da família a serem prestados no PSF 1 e PSF 2 nas unidades de Saúde do Município de Lambari D'Oeste – MT".** O Edital completo e seus anexos poderão ser adquirido na Prefeitura através de REQUERIMENTO, Maiores informações pelo telefone 3 228 – 1178 ou pele email: ventura_rubens@hotmail.com, no horário comercial das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas.

Lambari D'Oeste/MT em 12 de Janeiro de 2010.

Rubens Ventura –
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Matupá

AVISO DE RETIFICAÇÃO LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2010

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados **ONDE-SE LÊ "TOMADA DE PREÇO 002/2010 abertura para dia 26/01/2010" LEIA-SE "PREGAO PRESENCIAL 002/2010 data de ABERTURA DIA 21 DE JANEIRO DE 2010" do** Pregão Presencial – Prestação de Serviços Médicos -. Em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde. Maiores Informações através do Edital **nº. 003/2009**, junto a sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-1037/1114 das 07:00 às 11:30 hs.

Matupá – MT, 11 de JANEIRO de 2010.

CARLOS ABRAAO GAIA
Pregoeiro Oficial

Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 001/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2010

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, através da Pregoeira Oficial, nomeado pela Portaria nº 002/2010, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade, ***PREGÃO PRESENCIAL sob n.º 001/2010***, do tipo **menor preço por lote,** em observância à Lei nº 10.50/2002, ao Decreto nº 3.555/2000, pela Lei Complementar nº 123/06, e pelo Decreto Municipal nº 051/2009, além de subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93, com as devidas alterações e demais normas pertinentes. Visando a Contratação de empresa para fornecimento de combustível (gasolina, diesel e álcool), no atendimento durante o exercício de 2010, para atender a frota municipal, a serviço no município, distrito de Japuranã e Assentamentos. E aquisição de óleo lubrificante, graxas, filtros, e outros para veículos leves e pesados da frota municipal, objetivando atender as secretarias e departamentos da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT,de acordo com as especificações, quantitativos e condições gerais estabelecidos no Anexo I-Termo de referencia, deste instrumento convocatório. Os envelopes contendo as Propostas e documentações deverão ser entregues até as 8:00 (oito horas) do dia ***28 de janeiro de 2010 (terça-feira)***, na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT. A sessão terá inicio às 8:30 horas, na mesma data e local. A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados no site WWW.novabandeirantes.mt.cnm.org.br, ou pessoalmente no endereço acima. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação na Av. Comendador Luiz Meneghel nº 62 ,centro, CEP.78.565-000, Nova Bandeirantes-MT, ou telefone (66)3572-1950, Fax(66)3272.1955,- "e-mail" regina_esc.globo@hotmail.comEste endereço de e-mail está protegido contra spambots. Você deve habilitar o JavaScript para visualizá-lo. , até 02 dias úteis antes da abertura.

Nova Bandeirantes - MT, 12 de janeiro de 2009.

Regina de Souza Mendonça
Pregoeira

DECRETO Nº 006/2010

Súmula: "Dispõe sobre a homologação do resultado final do Concurso Público Edital nº 001/2009 da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes MT".

O Sr. Valdir Pereira dos Santos**, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;**

Considerando que, o Concurso Público de Nova Bandeirantes, teve uma Comissão Organizadora que atendeu todas as fases previstas no Edital 001/2009;

Considerando que, o Concurso Público de Nova Bandeirantes, teve uma Banca Examinadora e todos os Recursos foram avaliados e atendidos conforme Edital 001/2009;

Considerando que, todas as etapas foram cumpridas dentro da normalidade e da previsão legal, conforme os ditames do Edital nº 001/2009;

Considerando, a necessidade de empossar servidores concursados no quadro de pessoal do município,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar o resultado final do Concurso Público Edital nº 001/2009, da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes.

Art. 2º. A listagem do resultado final encontra-se anexo à este Decreto em ordem de cargos e de classificação.

Art. 3º. Os candidatos *"classificados"* farão parte de um cadastro de reserva do município e poderão ser chamados à ocupar vagas se eventuais candidatos "*aprovados*" manifestarem desinteresse na vaga ou haver necessidade de ampliação de vagas, durante o período de validade do referido concurso.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e por afixação na forma de costume e ainda, publicação no site do município.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes MT, 08 de janeiro de 2010

Valdir Pereira dos Santos
Prefeito Municipal

RESULTADO OFICIAL DO CONCURSO PUBLICO EDITAL Nº 001/2009 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

Nº INSC.	NOME CANDIDATO	CARGO	LOCAL	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
397	DANIELE BAVARESCO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	147,5	APROVADO
45	GISSELI VILAS BOAS COSTA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	111,0	1º CLASSIFICADO
407	ISAQUE KUSS TEIXEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	110,0	2º CLASSIFICADO
171	FRANQUES ROSA RIBEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	105,5	3º CLASSIFICADO
112	JOSÉ HENRIQUE SOUZA ALVES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	77,5	DESCLASSIFICADO
271	LENICE CIRINO DE OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	76,0	DESCLASSIFICADO
49	HUELTON SANTOS DA LUZ	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	43,0	DESCLASSIFICADO
361	EDNA SANTANA CORREIA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	0,0	DESCLASSIFICADO
298	MARINALVA ALMEIDA GOMES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	0,0	DESCLASSIFICADO
131	ABHNER CUBA RIBEIRO SOARES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	154,5	1º APROVADO
136	REGINA DE SOUZA MENDONÇA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	147,5	2º APROVADO
63	MARIA HELENA MELO DE MAGALHÃES SANTIAGO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	147,0	3º APROVADO
159	GLAUCIA APARECIDA SAMPAIO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	145,0	4º APROVADO
454	ELISANDRA KUSS TEIXEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	143,5	5º APROVADO
496	DANIELI CRISTINA MULLER	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	143,5	6º APROVADO
302	CELIO APARECIDO PEREIRA DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	139,5	7º APROVADO
116	PAULA MEDINA SOARES DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	138,0	8º APROVADO
18	JESSICA MARCIELLA ALMEIDA RODRIGUES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	137,0	9º APROVADO
344	JANIELLE FERNANDES DOS SANTOS MATOS	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	135,5	10º APROVADO
328	DAMARIS DE JESUS DAMÁSIO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	135,0	11º APROVADO
262	CLAUDEMIRIA VAZ DE MORAES FERREIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	133,5	12º APROVADO
380	JARLENE INACIO DE MEDEIROS	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	132,5	13º APROVADO
371	FABIANA APARECIDA RODRIGUES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	132,0	14º APROVADO
451	JOSE WANDER LACERDA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	129,0	15º APROVADO
107	OLIMPIO BACK	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	128,0	16º APROVADO
283	MARIA DANIELE DE MOURA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	127,5	17º APROVADO
82	DENISE MARIA ALVES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	125,5	1º CLASSIFICADO
227	FLAVIANE NAIARA DE ASSIS FERREIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	125,0	2º CLASSIFICADO
11	ROSEANE CANDIDA PAIS DE OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	122,0	3º CLASSIFICADO
70	VERONICA VAZ DE MORAIS	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	122,0	4º CLASSIFICADO
98	FELICIA ROMERO FERNANDES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	121,0	5º CLASSIFICADO
84	ANDREIA CONCEIÇÃO RODRIGUES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	120,5	6º CLASSIFICADO
320	MARIA DENISE DE MOURA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	119,5	7º CLASSIFICADO
223	OSMIREILA PEREIRA CANDIDO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	118,0	8º CLASSIFICADO
48	JULIO CESAR BERALDI DE ANDRADE	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	115,0	9º CLASSIFICADO
347	ZELIA MARIA DE JESUS DAMÁSIO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	114,5	10º CLASSIFICADO
230	JANAINA RODRIGUES DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	112,5	11º CLASSIFICADO
404	LUZIA DE CAVALHO DOS SANTOS	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	110,5	12º CLASSIFICADO
412	ADELIANI LEOPOLDINO CASTILHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	110,0	13º CLASSIFICADO
374	FLAVIA GOMES ALVES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	110,0	14º CLASSIFICADO

RESULTADO OFICIAL DO CONCURSO PUBLICO EDITAL Nº 001/2009 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

Nº INSC.	NOME CANDIDATO	CARGO	LOCAL	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
323	PRISCILA GRIGGIO DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	110,0	15º CLASSIFICADO
349	MARIA APARECIDA FERNANDES ALVES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	109,5	16º CLASSIFICADO
221	ANA MARIA GOMES RIBEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	109,5	17º CLASSIFICADO
163	RIQUIELE PIRES FRASSETTO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	108,0	18º CLASSIFICADO
352	CAMILA DO NASCIMENTO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	107,5	19º CLASSIFICADO
287	EDINALVA RIBEIRO MARCOLINO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	105,0	20º CLASSIFICADO
385	ANTONIO ISMAIR RUTH SCHMIDIT MARTINS	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	104,5	21º CLASSIFICADO
400	ORLANDO DIAS LIMA JUNIOR	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	104,0	22º CLASSIFICADO
316	SUELEN MOURA RAMPAZZO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	103,5	23º CLASSIFICADO
103	ROSELI ANTONIA FERNANDES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	102,0	24º CLASSIFICADO
267	SABRINA RIBEIRO DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	102,0	25º CLASSIFICADO
199	JUCILENE FRASSETTO SCHMOLLER BUCHMANN	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	100,0	26º CLASSIFICADO
437	GEANE DE SOUZA BENTO ALVES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	98,0	27º CLASSIFICADO
388	ELISANGELA MASSOCATO MARTINS	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	97,5	28º CLASSIFICADO
28	ADRIANA DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	94,5	29º CLASSIFICADO
447	HUGO RODRIGUES DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	92,5	30º CLASSIFICADO
282	VILMA DE JESUS AMORIM	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	90,0	31º CLASSIFICADO
419	CESAR AUGUSTO PERIGO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	89,0	32º CLASSIFICADO
114	MICHEL PANASSOL DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	88,0	33º CLASSIFICADO
390	MARCELO MALHEIROS DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	87,5	34º CLASSIFICADO
290	SIRLEI ROSA DE ARAUJO DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	84,0	35º CLASSIFICADO
317	NILENE LIMA DA SILVA SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	82,5	36º CLASSIFICADO
126	ADALBETO ALVES DA COSTA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	80,0	37º CLASSIFICADO
20	DAIANE FERREIRA DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	117,0	DESCLASSIFICADO
202	ADRIA CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	107,0	DESCLASSIFICADO
308	SILVANE BRUMATI BRANDES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	105,0	DESCLASSIFICADO
66	MAIARA PORFIRIO DE DEUS	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	102,5	DESCLASSIFICADO
311	CARLOS VINICIUS GOMES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	100,5	DESCLASSIFICADO
137	JULIANA DE MORAES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	100,0	DESCLASSIFICADO
439	DANIELA CRISTINA ALVES COSTA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	100,0	DESCLASSIFICADO
415	ROSILENE GONZAGA DE ARAUJO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	98,5	DESCLASSIFICADO
440	EDVAM OLIVEIRA LUIZ	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	97,5	DESCLASSIFICADO
57	DANIELA TEODORO CANDIDO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	97,5	DESCLASSIFICADO
392	LUCIENE BATISTA SOUTO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	95,5	DESCLASSIFICADO
306	PAULA JAQUELINE RAMOS COSTA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	95,0	DESCLASSIFICADO
161	JONAS GONÇALVES THEODORO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	93,0	DESCLASSIFICADO
393	MARIA DE FATIMA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	92,5	DESCLASSIFICADO
130	ROZELI MERCILIA DE OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	92,5	DESCLASSIFICADO
339	MARCILENE CIRINO DE OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	92,0	DESCLASSIFICADO
325	SANDRA CRISTINA PEREIRA PINHEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	90,5	DESCLASSIFICADO

RESULTADO OFICIAL DO CONCURSO PUBLICO EDITAL Nº 001/2009 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

Nº INSC.	NOME CANDIDATO	CARGO	LOCAL	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
430	SUZANA BECKER BREMM	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	90,0	DESCLASSIFICADO
186	LUCINEIA APARECIDA DA ROCHA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	87,0	DESCLASSIFICADO
204	ROSIMEIRE DE OLIVEIRA GOMES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	85,0	DESCLASSIFICADO
71	EDNALDO FLORENTINO DE MELLO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	85,0	DESCLASSIFICADO
326	ANTONIA REJANE GONÇALVES LIMA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	85,0	DESCLASSIFICADO
69	ADRIANE LEANDRA DE LIMA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	85,0	DESCLASSIFICADO
148	ROSINEIA DE SOUZA CARMO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	83,5	DESCLASSIFICADO
337	ESLAY DA SILVA SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	80,5	DESCLASSIFICADO
493	ROSALIA RODRIGUES M. DOS SANTOS	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	79,5	DESCLASSIFICADO
251	ANA PAULA BORGES DOS ANJOS SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	79,5	DESCLASSIFICADO
457	MARIA CELIA DOS SANTOS ROSA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	78,0	DESCLASSIFICADO
149	ISABELA JESUS BRITO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	78,0	DESCLASSIFICADO
90	FRANCISCO VIEIRA DE ARAUJO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	77,5	DESCLASSIFICADO
375	ANA PAULA GOMES ALVES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	77,5	DESCLASSIFICADO
343	LUCIANA DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	77,0	DESCLASSIFICADO
416	ROBSON PAULINO DE OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	75,5	DESCLASSIFICADO
330	ANDRESSA GISIELLE GRIGGIO DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	71,0	DESCLASSIFICADO
492	ALAN RICARDO DOS SANTOS CHITTI	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	70,5	DESCLASSIFICADO
305	ALINE MOREIRA TAVARES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	70,0	DESCLASSIFICADO
401	LUCIENE DE VASCONCELOS	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	70,0	DESCLASSIFICADO
469	VALQUIRIA CASSIMIRO DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	70,0	DESCLASSIFICADO
169	WEUDER MOREIRA ROCHA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	59,5	DESCLASSIFICADO
1	LENIR TERESINHA RIGON	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	55,0	DESCLASSIFICADO
488	JOSCINEI LOURENÇO RIBEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	52,5	DESCLASSIFICADO
402	EDNEIA LOPES BUENO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	50,0	DESCLASSIFICADO
418	JANES CÉLIA ALVES	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	47,5	DESCLASSIFICADO
285	ERIANE CUSTODIO DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	47,5	DESCLASSIFICADO
46	JESARELI TEODORO LUIZ	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	47,5	DESCLASSIFICADO
436	VALMIR ANTONIO RAUBER	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	41,5	DESCLASSIFICADO
113	ROSINEIDE DE SOUZA CARMO	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	39,5	DESCLASSIFICADO
413	PATRICIA MARIA DA CRUZ	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	35,0	DESCLASSIFICADO
164	NAIR BUSS	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	0,0	DESCLASSIFICADO
422	WEIDI TEOBALDO LEITE	AGENTE ADMINISTRATIVO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	0,0	DESCLASSIFICADO
315	ANTONIO BUENO VIEIRA	AUXILIAR DE ENC. DE ÁGUA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	130,5	1º APROVADO
438	EDILSON CAETANO DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE ENC. DE ÁGUA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	130,0	1º CLASSIFICADO
284	VALDEIR DONIZETE CASSIANO	AUXILIAR DE ENC. DE ÁGUA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	103,0	2º CLASSIFICADO
381	INACIO DEVAIR DOS SANTOS RUTH	AUXILIAR DE ENC. DE ÁGUA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	90,0	3º CLASSIFICADO
101	ODINEI PICON	AUXILIAR DE ENC. DE ÁGUA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	87,5	4º CLASSIFICADO
410	JURANDIR DA SILVA	AUXILIAR DE ENC. DE ÁGUA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	80,0	5º CLASSIFICADO
449	JONAS APARECIDO DOS SANTOS	AUXILIAR DE ENC. DE ÁGUA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	105,5	DESCLASSIFICADO

RESULTADO OFICIAL DO CONCURSO PUBLICO EDITAL Nº 001/2009 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

Nº INSC.	NOME CANDIDATO	CARGO	LOCAL	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
309	NILSON ALBRING	AUXILIAR DE ENC. DE ÁGUA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	70,0	DESCLASSIFICADO
99	ADENILSON THEODORO	AUXILIAR DE ENC. DE ÁGUA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	70,0	DESCLASSIFICADO
278	RUBEN DE SOUZA	AUXILIAR DE ENC. DE ÁGUA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	65,0	DESCLASSIFICADO
342	JESO AMORIM BEZERRA	AUXILIAR DE ENC. DE ÁGUA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	60,0	DESCLASSIFICADO
318	MARCOS JOSE MOREIRA DIAS	AUXILIAR DE ENC. DE ÁGUA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	0,0	DESCLASSIFICADO
190	ROSANA APARECIDA DIAS	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM	PSF. DISTRITO JAPURANÃ	70,0	DESCLASSIFICADO
214	MARLI MORGAN DOS SANTOS	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM	PSF. DISTRITO JAPURANÃ	0,0	DESCLASSIFICADO
135	ANA CELIA DA SILVA ROCHA	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAÚDE	114,0	1º APROVADO
72	VANIA CRISTINA SANTOS LUIZ	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAÚDE	97,0	2º APROVADO
442	LUCIENE RODRIGUES DE OLIVEIRA	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAÚDE	113,5	DESCLASSIFICADO
293	SOLINETE PEREIRA DA SILVA	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAÚDE	102,0	DESCLASSIFICADO
4	ANA MARIA FREI MORAES	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAÚDE	85,0	DESCLASSIFICADO
13	LUCINEIA DE OLIVEIRA CORSETTI	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAÚDE	82,0	DESCLASSIFICADO
500	ESTONIO DE JESUS MATOS	TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAÚDE	75,0	DESCLASSIFICADO
322	LÚCIA DE SOUZA	TÉCNICO(A) EM HIG. DENTAL	SECRETARIA DE SAÚDE	125,5	1º APROVADO

OBS. Os candidatos classificados listarão no cadastro de reserva e poderão ser chamados para ocupar a vaga se houver a desistência de candidatos aprovados ou se houver ampliação de vagas no período de validade do concurso público.

Nova Bandeirantes MT 08 de janeiro de 2010

Domingos Augusto Sella

Presidente da Comissão Especial de Organização do Concurso Público - CEOCP

RESULTADO OFICIAL DO CONCURSO PUBLICO EDITAL Nº 001-2009 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

Nº INSC.	NOME CANDIDATO	CARGO	LOCAL	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
486	SERGIO DE OLIVEIRA	BRAÇAL	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	80,0	1º APROVADO
6	ARGEMIRO RODRIGUES DOS SANTOS	BRAÇAL	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	52,0	1º CLASSIFICADO
206	EDER PEREIRA CARRIEL	BRAÇAL	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	0,0	DESCLASSIFICADO
40	PAULO BACK	GARI	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	80,0	1º APROVADO
33	PAULINO DA SILVA	GARI	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	68,0	2º APROVADO
441	JOSIEL MANOEL DOS SANTOS	GARI	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	40,0	DESCLASSIFICADO
336	ANISIO KARCZMARSKI MORANGUEIRA	GARI	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	28,0	DESCLASSIFICADO
452	SILVIO LUIZ DA SILVA	GUARDA-VIGIA	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	88,0	1º APROVADO
213	IRINEU DA COSTA	GUARDA-VIGIA	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	84,0	1º CLASSIFICADO
41	CLALZERINO FERREIRA DA COSTA	GUARDA-VIGIA	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	0,0	DESCLASSIFICADO
443	ELIZEU CAETANO DE OLIVEIRA	GUARDA-VIGIA	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	92,0	1º APROVADO
89	DHIORGE BRUN	GUARDA-VIGIA	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	84,0	1º CLASSIFICADO
266	LUIZ ROBERTO LEAL	GUARDA-VIGIA	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	80,0	2º CLASSIFICADO
348	APARECIDO PEREIRA	GUARDA-VIGIA	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	80,0	3º CLASSIFICADO
78	EVANDRO PINTO DE SOUSA	GUARDA-VIGIA	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	80,0	4º CLASSIFICADO
14	JEOVANE ALVES SIMPLICIO	GUARDA-VIGIA	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	80,0	5º CLASSIFICADO
77	RENATO FABRIS	GUARDA-VIGIA	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	80,0	6º CLASSIFICADO
176	TIAGO PEREIRA DE LIMA	GUARDA-VIGIA	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	80,0	7º CLASSIFICADO
263	JOVERSEU PEREIRA DE OLIVEIRA	GUARDA-VIGIA	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	76,0	8º CLASSIFICADO
51	CARLOS ROBERTO AUGUSTO	GUARDA-VIGIA	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	64,0	9º CLASSIFICADO
179	JELDAR CORREIA DE OLIVEIRA	GUARDA-VIGIA	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	52,0	10º CLASSIFICADO
104	OSMAR MORGAN	GUARDA-VIGIA	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	44,0	DESCLASSIFICADO
151	ELIAS MOREIRA	GUARDA-VIGIA	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	0,0	DESCLASSIFICADO
398	VALDECIR DE SOUZA	GUARDA-VIGIA	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	0,0	DESCLASSIFICADO
255	CARLOS ALMIR DA SILVA	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	100,0	1º APROVADO
215	DIOGO FERNANDES GARCIA	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	92,0	2º APROVADO
257	OSMAR JOSE RIBEIRO	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	88,0	3º APROVADO
307	DOUGLAS RODRIGUES DA SILVA	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	88,0	4º APROVADO
273	ADRIANO PEREIRA FREITAS	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	88,0	5º APROVADO
304	ANTONIO DO CARMO	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	80,0	1º CLASSIFICADO
105	CLEBER TEOBALDO LEITE	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	80,0	2º CLASSIFICADO
300	EDERSON DE FREITAS	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	80,0	3º CLASSIFICADO
231	RANDEL CESAR DA COSTA	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	76,0	4º CLASSIFICADO
44	ADELIO VIGILATO VILAS BOAS	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	5º CLASSIFICADO
421	OSVALDO DE OLIVEIRA	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	6º CLASSIFICADO

RESULTADO OFICIAL DO CONCURSO PUBLICO EDITAL Nº 001-2009 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

Nº INSC.	NOME CANDIDATO	CARGO	LOCAL	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
329	RODNEI BEZERRA NUNES	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	7º CLASSIFICADO
487	ANTONIO BALBINO	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	8º CLASSIFICADO
191	APARECIDO FERNANDES DA SILVA	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	9º CLASSIFICADO
21	FERMÍNO CASTILHO LAZINHA	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	68,0	10º CLASSIFICADO
219	JOAO ADRIANO VIEIRA DOS SANTOS	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	68,0	11º CLASSIFICADO
64	VALDINEI CIRINO DE OLIVEIRA	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	68,0	12º CLASSIFICADO
8	ANTONINHO AFONSO ALVES	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	64,0	13º CLASSIFICADO
60	DJALMA BORGES DA SILVA	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	64,0	14º CLASSIFICADO
9	ANTONIO BERNARDO DE FARIA	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	64,0	15º CLASSIFICADO
196	GERISNALDO FLORENTINO DE MELLO	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	64,0	16º CLASSIFICADO
83	JOSÉ ROBERTO DE SÁ	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	60,0	17º CLASSIFICADO
340	EDSON GOMES DE SOUZA	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	60,0	18º CLASSIFICADO
252	DORCIDO JOSE BERTUOL	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	56,0	19º CLASSIFICADO
68	ADILSON MEDINA VITTI	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	48,0	DESCLASSIFICADO
140	VALDIR GOMES DOS SANTOS	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	40,0	DESCLASSIFICADO
47	MANOEL FRANCISCO DA SILVA	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	36,0	DESCLASSIFICADO
435	REGINALDO GONÇALVES	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	28,0	DESCLASSIFICADO
22	MANOEL FERREIRA DA SILVA	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	20,0	DESCLASSIFICADO
334	LAUCENI ANTONIO DE SÁ	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	0,0	DESCLASSIFICADO
65	ANTONIO SIMÃO	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	0,0	DESCLASSIFICADO
216	JOSE MARTINS DA SILVA	GUARDA-VIGIA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	0,0	DESCLASSIFICADO
118	JOSIANE MACHADO	MERENDEIRA	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	80,0	1º APROVADO
144	ROSELI OLIVEIRA CORREIA CANDIOTO	MERENDEIRA	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	76,0	1º CLASSIFICADO
172	DENISE ROSA SORGATTO	MERENDEIRA	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	64,0	2º CLASSIFICADO
277	MARIA ANGELITA BUCHMANN	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	96,0	1º APROVADO
395	ENELDES MAGALHAES SOUZA ROCHA	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	84,0	2º APROVADO
123	BERENICE RODRIGUES DA SILVA	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	84,0	1º CLASSIFICADO
444	ROSANA APARECIDA DA SILVA CRUZ	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	84,0	2º CLASSIFICADO
364	VANESSA GERALDI	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	84,0	3º CLASSIFICADO
62	FATIMA CHUINA TOMAZELLI	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	80,0	4º CLASSIFICADO
386	JOSIANI CORDEIRO	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	80,0	5º CLASSIFICADO
445	ROSENIR APARECIDA DA SILVA CRUZ	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	80,0	6º CLASSIFICADO
272	PAULA TERESINHA W. CARDOSO	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	76,0	7º CLASSIFICADO
73	INÊS RIBEIRO DA SILVA	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	8º CLASSIFICADO
321	MARIA CELIA TONOLI SOARES	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	9º CLASSIFICADO

RESULTADO OFICIAL DO CONCURSO PUBLICO EDITAL Nº 001-2009 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

Nº INSC.	NOME CANDIDATO	CARGO	LOCAL	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
187	MARIA JOSE CARLOTA DA COSTA	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	10º CLASSIFICADO
121	SÔNIA MARA BARROS	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	11º CLASSIFICADO
145	SOLANGE MIGUEL DOS SANTOS	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	12º CLASSIFICADO
110	IVANI MARIA DA SILVA FERREIRA SOUZA	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	68,0	13º CLASSIFICADO
53	VALDETE GRIGIO DA SILVA	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	68,0	14º CLASSIFICADO
446	ROSIMAR LAGES DOS SANTOS	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	68,0	15º CLASSIFICADO
414	ANDREIA APARECIDA MARQUES	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	68,0	16º CLASSIFICADO
7	MARIA DE FATIMA DOS S. GIOVANNI	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	64,0	17º CLASSIFICADO
210	MARIA DONIZETE QUINA	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	64,0	18º CLASSIFICADO
52	DNEUZA GOIS BEZERRA NUNES	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	64,0	19º CLASSIFICADO
229	MARIA DE FATIMA ALEXANDRINO	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	60,0	20º CLASSIFICADO
153	ANGELICA PATRICIA DOS SANTOS	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	60,0	21º CLASSIFICADO
461	VIVIANE DA SILVA	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	56,0	22º CLASSIFICADO
37	MARINA BENVINDA MIRANDA DOS REIS	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	56,0	23º CLASSIFICADO
379	EDENICE TEODORO LEITE LUIZ	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	56,0	24º CLASSIFICADO
411	INA CAETANO DA SILVA	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	52,0	25º CLASSIFICADO
155	NELCY DOS SANTOS TRINDADE MOURA	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	52,0	26º CLASSIFICADO
480	IZABEL SALLES BEZERRA NEIVERTH	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	40,0	27º CLASSIFICADO
27	LUCRECIA PERES MACEDO	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	56,0	DESCLASSIFICADO
450	SILVIA HELENA BRACA	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	36,0	DESCLASSIFICADO
141	NILZA NUNES MENDONÇA FERREIRA	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	12,0	DESCLASSIFICADO
405	ELESSANDRA ARMI	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	0,0	DESCLASSIFICADO
96	MARINA BERTOLETO M. DE OLIVEIRA	MERENDEIRA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	0,0	DESCLASSIFICADO
92	JUCELINO PEREIRA DOS SANTOS	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	92,0	1º APROVADO
156	VALDERCI CIRINO DE OLIVEIRA	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	88,0	1º CLASSIFICADO
224	CARLOS CESAR DE OLIVEIRA	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	84,0	2º CLASSIFICADO
366	JOEL BELÉM DE ASSIS	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	84,0	3º CLASSIFICADO
324	LEANDRO ARAUJO CARMELLO	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	84,0	4º CLASSIFICADO
158	NATAL ALEXANDRE DE ALMEIDA	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	80,0	5º CLASSIFICADO
232	FERNANDO BISPO DOS SANTOS	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	76,0	6º CLASSIFICADO
235	DIEGO FEDRIGO ROBUSTE	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	72,0	7º CLASSIFICADO
333	VALDECY FERNANDES DOMINGOS	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	72,0	8º CLASSIFICADO
264	EZEQUIEL LUCIANO TIBURCIO	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	72,0	9º CLASSIFICADO
279	MIRIANE BOAVENTURA	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	72,0	10º CLASSIFICADO
335	NELSON IVAN NUNES	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	72,0	11º CLASSIFICADO

RESULTADO OFICIAL DO CONCURSO PUBLICO EDITAL Nº 001-2009 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

Nº INSC.	NOME CANDIDATO	CARGO	LOCAL	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
133	ANA PAULA DOS SANTOS DE CARVALHO	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	68,0	12º CLASSIFICADO
244	SEVERINO DOS SANTOS ALVES	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	68,0	13º CLASSIFICADO
201	CLEITON JOSE DA CRUZ	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	68,0	14º CLASSIFICADO
30	NILVA GONÇALVES	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	56,0	15º CLASSIFICADO
362	JANDERSON THOMAZINE	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	56,0	16º CLASSIFICADO
192	ODAIR SOARES DOS SANTOS	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	52,0	17º CLASSIFICADO
86	MARINALVA FERREIRA COSTA	VIVEIRISTA	SECRETARIA DE AGRICULTURA	52,0	18º CLASSIFICADO
59	DANIELA VILAS BOAS SOARES	ZELADOR(A)	ESC. MUN. PARAISO DO NORTE	84,0	1º APROVADO
79	ANGELA MARIA FEDRIGO SARTORI	ZELADOR(A)	ESC. MUN. PARAISO DO NORTE	80,0	1º CLASSIFICADO
174	ELAINE FERREIRA VIANA	ZELADOR(A)	ESC. MUN. PARAISO DO NORTE	76,0	2º CLASSIFICADO
382	ZILEIDE DA SILVA BENTO	ZELADOR(A)	ESC. MUN. PARAISO DO NORTE	72,0	3º CLASSIFICADO
42	IZABEL TOLENTINO SOARES	ZELADOR(A)	ESC. MUN. PARAISO DO NORTE	72,0	4º CLASSIFICADO
76	TANIA JANUARIO	ZELADOR(A)	ESC. MUN. PARAISO DO NORTE	72,0	5º CLASSIFICADO
409	CELI CORREA DE OLIVEIRA LEAL	ZELADOR(A)	ESC. MUN. PARAISO DO NORTE	64,0	6º CLASSIFICADO
128	JANETE DE ALMEIDA	ZELADOR(A)	ESC. MUN. PARAISO DO NORTE	64,0	7º CLASSIFICADO
125	MARINEIS MIRANDA PORFIRIO	ZELADOR(A)	ESC. MUN. PARAISO DO NORTE	64,0	8º CLASSIFICADO
29	MARIA APARECIDA FERREIRA PIMENTA	ZELADOR(A)	ESC. MUN. PARAISO DO NORTE	60,0	9º CLASSIFICADO
178	CLAUDIA MARIA CIRINO	ZELADOR(A)	ESC. MUN. PARAISO DO NORTE	68,0	DESCLASSIFICADO
310	MARIA LUCIA FERREIRA GUIMARÃES	ZELADOR(A)	ESC. MUN. PARAISO DO NORTE	36,0	DESCLASSIFICADO
351	MARIA BATISTA LEAL	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	96,0	1º APROVADO
74	ROSENI INACIA LAGE	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	88,0	2º APROVADO
396	LEOMILDA BERTUOL	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	88,0	3º APROVADO
16	ELINIMARA SODRE	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	88,0	4º APROVADO
183	DEBORA CLAUDINO CHORRO DA CRUZ	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	88,0	1º CLASSIFICADO
109	ROSELI SALES FERNANDES	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	84,0	2º CLASSIFICADO
177	DINA DE SOUZA SANTOS	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	80,0	3º CLASSIFICADO
356	MARILEIA ALVES DA SILVA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	80,0	4º CLASSIFICADO
91	ROSILENE APARECIDA DOS S. DOMINGOS	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	80,0	5º CLASSIFICADO
50	ANA DIRCE CORDEIRO VIDAL	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	76,0	6º CLASSIFICADO
198	MARIA APARECIDA DA SILVA DE SOUZA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	76,0	7º CLASSIFICADO
166	NEIDE ALVES DA SILVA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	76,0	8º CLASSIFICADO
373	IRACEMA LUIZ RIBEIRO CUNHA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	76,0	9º CLASSIFICADO
259	TAIZA IANE ANUTO	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	76,0	10º CLASSIFICADO
152	IVETE CORREIA DE OLIVEIRA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	11º CLASSIFICADO
85	MARIA SIRLEY RIBEIRO NUNES	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	12º CLASSIFICADO

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

AV. HIST. RUBENS DE MENDONÇA, 3.920 - CPA -TEL: (65)2123-1200 / FAX: (65)2123-1228 - CEP: 78.000-070 - CUIABÁ - MT

Portal: **www.amm.org.br** e-mail: **jornaloficial@amm.org.br**

RESULTADO OFICIAL DO CONCURSO PUBLICO EDITAL Nº 001-2009 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES					
Nº INSC.	NOME CANDIDATO	CARGO	LOCAL	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
39	ANDREIA CLEMENTE DA SILVA ALVES	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	13º CLASSIFICADO
456	MARGARETE MENEZES DUTRA BERTUOL	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	14º CLASSIFICADO
212	ARLENE GOMES DOMINGOS	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	15º CLASSIFICADO
15	CLEIDE DE SOUZA GOMES	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	16º CLASSIFICADO
458	ADRIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	17º CLASSIFICADO
423	MARTA ERNESTINA GONÇALVES	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	18º CLASSIFICADO
24	ILZETE PEREIRA DOS SANTOS	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	19º CLASSIFICADO
299	JANETE GONÇAVES	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	20º CLASSIFICADO
431	ROSENI GOMES DO NASCIMENTO	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72,0	21º CLASSIFICADO
281	JUCINEIA MARQUES RODRIGUES CAPICHE	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	68,0	22º CLASSIFICADO
420	SILVANA MENDONÇA FERREIRA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	68,0	23º CLASSIFICADO
181	SILVIA VALIATI DA SILVA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	68,0	24º CLASSIFICADO
394	ARLETE FLORENTINO DE MELLO	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	68,0	25º CLASSIFICADO
185	ANA CLAUDIA DA ROCHA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	68,0	26º CLASSIFICADO
433	ELISETE DA SILVA MARES CARLOS	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	68,0	27º CLASSIFICADO
19	ROSALINA VIEIRA REIS	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	68,0	28º CLASSIFICADO
182	ROSINEIDE APARECIDA DA SILVA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	68,0	29º CLASSIFICADO
341	ELBIA AMORIM BEZERRA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	68,0	30º CLASSIFICADO
150	JOANA OLIVEIRA SANDES DE LIMA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	68,0	31º CLASSIFICADO
237	MARIA INES GOMES	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	64,0	32º CLASSIFICADO
338	MARIA MADALENA CASSIANO DA SILVA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	64,0	33º CLASSIFICADO
238	DORLI TERESINHA LEISING BREINE	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	64,0	34º CLASSIFICADO
38	MARCELI TROFINO	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	64,0	35º CLASSIFICADO
465	ANGELITA CARLOTA SILVA OLIVEIRA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	64,0	36º CLASSIFICADO
160	INES ANDREOLA LEITE	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	60,0	37º CLASSIFICADO
147	ARISTIDES PEREIRA DE MENDONÇA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	60,0	38º CLASSIFICADO
87	ELENICE ROMIM GIMENES	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	60,0	39º CLASSIFICADO
424	APARECIDA PAULA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	60,0	40º CLASSIFICADO
403	FRANCISCA LUIZ	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	60,0	41º CLASSIFICADO
2	MICHELE DO ROCIO BARBOSA FILIPOSKI	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	56,0	42º CLASSIFICADO
432	TATIANI NEVES DOS SANTOS	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	56,0	43º CLASSIFICADO
94	MARIA DAS GRAÇAS SILVA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	56,0	44º CLASSIFICADO
58	MARIA PESSOA RODRIGUES	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	52,0	45º CLASSIFICADO
168	EDINEIA MARIA DA SILVA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	52,0	46º CLASSIFICADO
494	ROSANE TEREZINHA HEBERLE	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	48,0	47º CLASSIFICADO

RESULTADO OFICIAL DO CONCURSO PUBLICO EDITAL Nº 001-2009 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES					
Nº INSC.	NOME CANDIDATO	CARGO	LOCAL	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
462	VERANICE DA SILVA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	44,0	48º CLASSIFICADO
226	MARIUZA PAULINO MACHADO	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	44,0	49º CLASSIFICADO
124	HILOI LIMA DA SILVA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	64,0	DESCLASSIFICADO
455	VIVIANE CRISTINA DA SILVA REGO	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	60,0	DESCLASSIFICADO
12	ROSA FEITOSA PIMENTA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	56,0	DESCLASSIFICADO
448	FERNANDA DE FATIMA DUTRA FURLAN	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	48,0	DESCLASSIFICADO
459	ANA MARIA DA SILVA MARES DOS SANTOS	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	40,0	DESCLASSIFICADO
197	MARCIANA VEDIGAL	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	36,0	DESCLASSIFICADO
146	QUITERIA ALVES DA C. DE MENDONÇA	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	36,0	DESCLASSIFICADO
357	TANIA ARAUJO COELHO	ZELADOR(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	0,0	DESCLASSIFICADO

OBS. Os candidatos classificados listarão no cadastro de reserva e poderão ser chamados para ocupar a vaga se houver a desistência de candidatos aprovados ou se houver ampliação de vagas no período de validade do concurso público.

Nova Bandeirantes MT, 08 de janeiro de 2010

Domingos Augusto Sella

Presidente da Comissão Especial de Organização do Concurso Público - CEOCP

RESULTADO OFICIAL DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2009 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES					
Nº INSC.	NOME CANDIDATO	CARGO	LOCAL	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
387	DANIEL TEODORO CANDIDO	ELETRICISTA VEICULAR	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	194,5	1º APROVADO
195	LUCIANO CAVALCANTE DE J. BERNABE	MECÂNICO II	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	144,5	1º APROVADO
108	CLÓVIS ROSA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	SECRETARIA DE SAÚDE	144,5	1º APROVADO
280	ANTONIO WAGNER MEDINA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	SECRETARIA DE SAÚDE	138,0	1º CLASSIFICADO
389	WILSON PINHEIRO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	SECRETARIA DE SAÚDE	104,5	DESCLASSIFICADO
314	CARLOS ROBERTO MARTINS PEREIRA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	SECRETARIA DE SAÚDE	0,0	DESCLASSIFICADO
468	GUSTAVO DIGIORGINIS DA SILVA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	SECRETARIA DE SAÚDE	0,0	DESCLASSIFICADO
372	RUBENS DE OLIVEIRA	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	168,5	1º APROVADO
26	JOSELHO RIBEIRO DA SILVA	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	128,5	1º CLASSIFICADO
5	NELSON RODRIGUES FERREIRA	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	110,0	2º CLASSIFICADO
67	NATAL REIS DE SOUZA	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	126,0	DESCLASSIFICADO
35	ORLANDO BORCK FLORES	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156,5	1º APROVADO
173	JOSIMAR CORDEIRO	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	146,5	1º CLASSIFICADO
142	MILTON LEAL	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	142,0	2º CLASSIFICADO
167	JOÃO APARECIDO SALGUEIRO	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	140,0	3º CLASSIFICADO
93	FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	139,0	4º CLASSIFICADO
55	ELVIRO PEREIRA SOARES	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	138,5	5º CLASSIFICADO
165	LUIS MAURO DE ARAUJO	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	138,5	6º CLASSIFICADO
154	FERNANDO LUIZ PINHEIRO	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	134,5	7º CLASSIFICADO
102	JOSÉ NASCIMENTO SANTOS	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	134,5	8º CLASSIFICADO
10	ROMUALDO GUDULUNAS HONORIO	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	133,0	9º CLASSIFICADO
359	MATIAS ALONSO DO NASICMENTO	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	132,5	10º CLASSIFICADO
175	EURICO BORCK FLORES	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	124,0	11º CLASSIFICADO
194	CARLOS DE JESUS BERNABÉ	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	123,5	12º CLASSIFICADO
218	ATAIDE PIRES	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	113,0	13º CLASSIFICADO
345	ODILHO VIEIRA DA SILVA	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	101,0	14º CLASSIFICADO
434	REINALDO GONÇALVES	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	91,0	15º CLASSIFICADO
180	ALTAIR ALMEIDA COELHO	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	117,0	DESCLASSIFICADO
80	HELIO OMAR SARTORI	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	90,0	DESCLASSIFICADO
157	ANTONIAS GOMES DA SILVA	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,0	DESCLASSIFICADO
100	EDIVALDO ALVES DA COSTA	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,0	DESCLASSIFICADO
473	JEFERSON VEBER	MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,0	DESCLASSIFICADO
288	ELIAS PIRES DE MORAES	OPERADOR DE MÁQUINAS I	SEC. AGRICULTURA JAPURANÃ	155,0	1º APROVADO
43	JOÃO BATISTA DA SILVA	OPERADOR DE MÁQUINAS I	SEC. AGRICULTURA JAPURANÃ	134,0	1º CLASSIFICADO
23	OSMAR BIZIO	OPERADOR DE MÁQUINAS I	SEC. AGRICULTURA JAPURANÃ	132,0	2º CLASSIFICADO
289	ANTONIO DE MEIRA CASSIMIRO	OPERADOR DE MÁQUINAS I	SEC. AGRICULTURA JAPURANÃ	112,0	3º CLASSIFICADO
260	VILSON PATRICIO	OPERADOR DE MÁQUINAS I	SEC. AGRICULTURA JAPURANÃ	98,0	DESCLASSIFICADO
56	DEVAIR PEREIRA GONÇALVES	OPERADOR DE MÁQUINAS I	SEC. AGRICULTURA JAPURANÃ	88,0	DESCLASSIFICADO
193	ADRIANO FERREIRA DE SOUZA	OPERADOR DE MÁQUINAS I	SECRETARIA DE AGRICULTURA	160,0	1º APROVADO
228	JURANDIR DE SOUZA	OPERADOR DE MÁQUINAS I	SECRETARIA DE AGRICULTURA	150,0	1º CLASSIFICADO
31	MARCIO DE SOUZA ALMEIDA	OPERADOR DE MÁQUINAS I	SECRETARIA DE AGRICULTURA	150,0	2º CLASSIFICADO
54	MIGUEL ARCANJO DE JESUS	OPERADOR DE MÁQUINAS I	SECRETARIA DE AGRICULTURA	140,0	3º CLASSIFICADO

RESULTADO OFICIAL DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2009 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES					
Nº INSC.	NOME CANDIDATO	CARGO	LOCAL	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
205	MARIO DONIZETE RAMPAZZO	OPERADOR DE MÁQUINAS I	SECRETARIA DE AGRICULTURA	138,0	4º CLASSIFICADO
211	MARCOS ROBERTO SCARIOT	OPERADOR DE MÁQUINAS I	SECRETARIA DE AGRICULTURA	136,0	5º CLASSIFICADO
464	MILTON JOSE ALBRING	OPERADOR DE MÁQUINAS I	SECRETARIA DE AGRICULTURA	136,0	6º CLASSIFICADO
95	FÁBIO JOSÉ FERNANDES	OPERADOR DE MÁQUINAS I	SECRETARIA DE AGRICULTURA	130,0	7º CLASSIFICADO
291	ANTONIO CARLOS FERNANDES	OPERADOR DE MÁQUINAS I	SECRETARIA DE AGRICULTURA	124,0	8º CLASSIFICADO
240	EDERSON PINTO RISTOF	OPERADOR DE MÁQUINAS I	SECRETARIA DE AGRICULTURA	120,5	9º CLASSIFICADO
119	ALMIR JOSÉ RHODEN	OPERADOR DE MÁQUINAS I	SECRETARIA DE AGRICULTURA	52,0	DESCLASSIFICADO
225	CRISTIANO REGENTE DA SILVA	OPERADOR DE MÁQUINAS I	SECRETARIA DE AGRICULTURA	0,0	DESCLASSIFICADO

OBS. Os candidatos classificados listarão no cadastro de reserva e poderão ser chamados para ocupar a vaga se houver a desistência de candidatos aprovados ou se houver ampliação de vagas no período de validade do concurso público.

Nova Bandeirantes MT 08 de janeiro de 2010

Domingos Augusto Sella
Presidente da Comissão Especial de Organização do Concurso Público-CEOCP

RESULTADO OFICIAL DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001-2009 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

Nº INSC.	NOME CANDIDATO	CARGO	LOCAL	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
243	BEATRIZ ALVES DE OLIVEIRA	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	84,0	1º APROVADO
354	PRISCILA APARECIDA SANTANA	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	76,0	1º CLASSIFICADO
378	FAGNER GARCES RIBAS	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	68,0	2º CLASSIFICADO
88	VERÔNICA APARECIDA CASSIANO	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	60,0	3º CLASSIFICADO
239	SALETE TERESINHA WAGNER	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	60,0	4º CLASSIFICADO
265	MARCIA SOUZA SILVA TIBURCIO	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	56,0	5º CLASSIFICADO
391	FRANCIELE PARDIM CARDOSO	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	56,0	6º CLASSIFICADO
275	ODELIA LEITE VIEIRA	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	52,0	7º CLASSIFICADO
134	SIDINEIA PEREIRA DE MELO	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	52,0	8º CLASSIFICADO
368	MARILDA MARQUES	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	52,0	9º CLASSIFICADO
331	LEONI PEREIRA CANDIDO	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	44,0	10º CLASSIFICADO
32	EZEQUIEL GOMES DOS SANTOS	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	44,0	11º CLASSIFICADO
384	DIEGO CAVALCANTE PEREIRA	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	40,0	12º CLASSIFICADO
358	FATIMA TEREZINHA DE SANT'ANA	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	56,0	DESCLASSIFICADO
270	JOSIANE DE JESUS AMORIM	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	48,0	DESCLASSIFICADO
249	OLGA INES LONGO SCHMOELLER	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	44,0	DESCLASSIFICADO
81	LUCIMARA MACHADO	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	40,0	DESCLASSIFICADO
207	KESIA PEGORETTI MIGUEL BARBOSA	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	40,0	DESCLASSIFICADO
463	NILCEIA FEITOSA PIMENTA	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	36,0	DESCLASSIFICADO
127	ELIENE BARBOSA SOUSA	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	20,0	DESCLASSIFICADO
117	ADRIANA SOUZA FREITAS	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	0,0	DESCLASSIFICADO
233	LILIANE KAREN GOMES DEODATO	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	0,0	DESCLASSIFICADO
350	MAURICIO FERREIRA VIANA	AGENTE DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	0,0	DESCLASSIFICADO
17	ALBA VALERIA CAETANO D. ALBERTIM	AUXILIAR EM ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAUDE	68,0	1º APROVADO
370	MARIA LOPES	AUXILIAR EM ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAUDE	64,0	2º APROVADO
467	ILMA IRACI LIMA	AUXILIAR EM ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAUDE	56,0	1º CLASSIFICADO
138	ANA SOUZA OLIVEIRA DE CARVALHO	AUXILIAR EM ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAUDE	52,0	2º CLASSIFICADO
61	NEIDE CECILIA BOGO	AUXILIAR EM ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAUDE	48,0	3º CLASSIFICADO
246	ANASTACIA ELINA LOPES	AUXILIAR EM ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAUDE	48,0	DESCLASSIFICADO
276	MARIA JOSINETE DA SILVA	AUXILIAR EM ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAUDE	44,0	DESCLASSIFICADO
111	DIEMI ALVES DE OLIVEIRA	AUXILIAR ODONTOLOGICO	SECRETARIA DE SAUDE	76,0	1º APROVADO
453	PRISCILA MARIA MORAES	AUXILIAR ODONTOLOGICO	SECRETARIA DE SAUDE	40,0	1º CLASSIFICADO

OBS. Os candidatos classificados listarão no cadastro de reserva e poderão ser chamados para ocupar a vaga se houver a desistência de candidatos aprovados ou se houver ampliação de vagas no período de validade do concurso público.

Nova Bandeirantes MT 08 de janeiro de 2010

Domingos Augusto Sella
Presidente da Comissão Especial de Organização do Concurso Público-CEOCP

RESULTADO OFICIAL DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2009 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

Nº INSC.	NOME CANDIDATO	CARGO	LOCAL	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
242	NARJARA ALINE BRAZ DA SILVA	ADVOGADO(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	156,0	1º APROVADO
258	THIAGO PEREIRA DOS SANTOS	ADVOGADO(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	136,0	1º CLASSIFICADO
208	SABINO RIBEIRO SOARES NETO	ADVOGADO(A)	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	123,0	2º CLASSIFICADO
268	ROSIMEIRE RIBEIRO CÂNDIDO	ASSISTENTE SOCIAL	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL	163,0	1º APROVADO
355	SONIA MARIA MACHADO DE PAULA	ASSISTENTE SOCIAL	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL	137,5	1º CLASSIFICADO
346	SANDRA PINHEIRO NAZARO QUEIROZ	BIOQUIMICO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	115,5	1º APROVADO
363	JORGE MARCELO FAVINE	CONTROLE INTERNO MUNICIPAL	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	145,5	1º APROVADO
274	ADEMIR CAIONI	CONTROLE INTERNO MUNICIPAL	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	123,0	1º CLASSIFICADO
286	CLEIA SALAPATA GARZELLA	CONTROLE INTERNO MUNICIPAL	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	105,0	2º CLASSIFICADO
122	KELYN APARECIDA BOSKA	CONTROLE INTERNO MUNICIPAL	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	100,5	3º CLASSIFICADO
499	ALEXANDRE MAGNO GUIMARAES	CONTROLE INTERNO MUNICIPAL	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	0,0	DESCLASSIFICADO
484	MARTA ALVES MARTINS	CONTROLE INTERNO MUNICIPAL	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	0,0	DESCLASSIFICADO
367	REGIANE MARQUEZ	CONTROLE INTERNO MUNICIPAL	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	0,0	DESCLASSIFICADO
3	MARCELIO DOS REIS MACHADO	ENFERMEIRO(A)	PASCAR ASSENT. JAPURANÃ	83,5	DESCLASSIFICADO
261	TANIA CRISTINA GONÇALVES	ENFERMEIRO(A)	PSF. DISTRITO JAPURANÃ	112,5	1º APROVADO
294	MARCIO HENRIQUE DE SOUZA	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	164,0	1º APROVADO
132	MINÉIA DOS SANTOS	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	150,0	2º APROVADO
481	CRISTINA SANTOS PEREIRA	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	147,5	3º APROVADO
501	DOUGLAS CERENCOVICH	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	145,5	4º APROVADO
369	THAIS MARTINS PAZ	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	142,5	1º CLASSIFICADO
475	MARCIA HARUKO YAMAMOTO YOSHIKAWA	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	142,5	2º CLASSIFICADO
477	REGIANE APARECIDA DA SILVA	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	138,0	3º CLASSIFICADO
498	LASIANE MENDONÇA AGUIAR	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	120,0	4º CLASSIFICADO
377	ANFILOFIA SILVA SOUZA	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	116,0	5º CLASSIFICADO
479	TATIANA SARTOR DANDOLINI	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	112,5	6º CLASSIFICADO
25	ELISA MACHADO SIQUEIRA	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	112,0	7º CLASSIFICADO
476	PAULO ALBUQUERQUE VOLPATO	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	105,0	8º CLASSIFICADO
478	JOSIANE GONÇALVES	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	104,5	9º CLASSIFICADO
482	BRUNO RAFAEL CUSTÓDIO	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	97,0	10º CLASSIFICADO
297	MARIA APARECIDA DE LIMA	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	96,5	11º CLASSIFICADO
502	DELZENIR DE SOUZA ARAUJO CERENCOVICH	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	95,0	12º CLASSIFICADO
503	ELAINE PASSOS DA CRUZ	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	95,0	13º CLASSIFICADO
474	KEIDSON DE ALBUQUERQUE VOLPATO	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	92,5	14º CLASSIFICADO
376	FABIA GRACIEL CONCHY	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	120,5	DESCLASSIFICADO
295	MUNIZ NAZARÉ DOS SANTOS	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	112,0	DESCLASSIFICADO
472	KEILA MARIA SOUZA SILVA	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	0,0	DESCLASSIFICADO
471	TANIA LIMA ALVARENGA	ENFERMEIRO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	0,0	DESCLASSIFICADO
222	CARLOS ALBERTO PACOLA DE CARVALHO	MÉDICO VETERINÁRIO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	140,0	1º APROVADO
466	CLAUDIO CESAR AMBROSIO	MÉDICO VETERINÁRIO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	125,0	1º CLASSIFICADO
353	HUGO ANTONIO DE PAULA E SILVA	MÉDICO VETERINÁRIO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	115,0	2º CLASSIFICADO
312	LEONARDO LINCOLN DE MELO CHAGA	MÉDICO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	157,5	1º APROVADO
313	DANIELE APARECIDA TAUFER	MÉDICO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	155,0	2º APROVADO

RESULTADO OFICIAL DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2009 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

Nº INSC.	NOME CANDIDATO	CARGO	LOCAL	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
162	LIDIA PITALUGA PEREIRA	NUTRICIONISTA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	153,0	1º APROVADO
490	CECILIA DA GUIA NUNES	NUTRICIONISTA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	143,0	1º CLASSIFICADO
383	ADRIANA LORENZETTI	ODONTÓLOGO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	137,5	1º APROVADO
217	SILVÉRIA MARTINS GUIDAO QUIXABEIRA	ODONTÓLOGO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	125,0	2º APROVADO
491	CÉLIA RODRIGUES DE LIMA SANTOS	ODONTÓLOGO(A)	SECRETARIA DE SAÚDE	120,0	3º APROVADO
483	PRICILA DA SILVA	PROFESSOR(A) ESPANHOL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	140,5	1º APROVADO
120	GISELE JORGE DA CRUZ	PROFESSOR(A) ESPANHOL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	115,5	1º CLASSIFICADO
406	APARECIDA ALVES DA SILVA RODRIGUES	PROFESSOR(A) ESPANHOL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	108,0	2º CLASSIFICADO
489	MADALENA SANTANA DE ARRUDA	PROFESSOR(A) ESPANHOL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	101,0	DESCLASSIFICADO
303	GERALDO CEREGATO GONÇALVES	PROFESSOR(A) GEOGRAFIA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150,5	1º APROVADO
360	LUCIMAR RANZULA MARTINS PEREIRA	PROFESSOR(A) GEOGRAFIA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	122,5	1º CLASSIFICADO
485	WALDINEY TERTO DE MORAIS	PROFESSOR(A) GEOGRAFIA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	112,5	DESCLASSIFICADO
170	ELIETE GOMES LOPES	PROFESSOR(A) MATEMÁTICA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	142,5	1º APROVADO
245	ELAINE JOSE DA CRUZ	PROFESSOR(A) MATEMÁTICA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	132,5	2º APROVADO
495	ANTONIO GREGORIO DOS SANTOS MARTINO	PROFESSOR(A) MATEMÁTICA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	127,5	1º CLASSIFICADO
327	MARCIO FRANCO	PROFESSOR(A) MATEMÁTICA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	107,0	DESCLASSIFICADO
253	MARCIA APARECIDA DOS SANTOS	PROFESSOR(A) MATEMÁTICA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,0	DESCLASSIFICADO
292	DOUGLAS HENRIQUE DE ASSIS FERREIRA	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	152,5	1º APROVADO
269	DEVACIR VAZ DE MORAES	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	127,5	1º CLASSIFICADO
200	MAURO DOS SANTOS	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	127,0	2º CLASSIFICADO
332	MARIA BEZERRA PAES	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	124,5	3º CLASSIFICADO
129	VANDA DE CAMPOS BRITO	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	124,0	4º CLASSIFICADO
408	ANA PAULA OTENIO	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	120,0	5º CLASSIFICADO
143	ELAINE MARCELINO RAMALHO	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	115,5	6º CLASSIFICADO
139	CELESTINA LÚCIA PASTRO ERHARDT	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	112,0	7º CLASSIFICADO
426	PATRICIA PEREIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	108,0	8º CLASSIFICADO
241	NILCEIA FRANCIOLI	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	85,0	9º CLASSIFICADO
256	LILIAN MARIA NUNES DE SOUSA	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	84,5	10º CLASSIFICADO
399	ILSE TEREZINHA BAUMGARTNER	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	98,0	DESCLASSIFICADO
296	MAILZA DOS SANTOS GONÇALVES	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	57,5	DESCLASSIFICADO
429	ANTONIO CARLOS THEODORO	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. ARIOSTO DA RIVA	0,0	DESCLASSIFICADO
250	RUBINEIA GEHRING	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	162,0	1º APROVADO
220	WAGNO ROSA RIBEIRO	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	145,5	2º APROVADO
236	SANDRA BARBOSA DA SILVA	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	137,5	3º APROVADO
460	ELENIR CARMEM RANSAN BRASIL	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	125,0	1º CLASSIFICADO
428	SANDRA LUCIA BERTOLO	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	122,5	2º CLASSIFICADO
470	TANIA CLEMENTE DA SILVA	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	119,5	3º CLASSIFICADO
427	MAGDA ROSA RIBEIRO DE MELO	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	117,5	4º CLASSIFICADO
417	NELMA PEREIRA DE LIMA	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	105,0	5º CLASSIFICADO
234	BEATRIZ CORREA HABOWSKI	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	97,5	6º CLASSIFICADO
75	MARIANGELA MORGAM FEITOSA	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	119,5	DESCLASSIFICADO
189	SUELI CORREIA DE SOUZA	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	113,0	DESCLASSIFICADO

RESULTADO OFICIAL DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2009 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

Nº INSC.	NOME CANDIDATO	CARGO	LOCAL	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
319	MALVIDIA APARECIDA DE ARAUJO	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	112,5	DESCLASSIFICADO
188	LEIDAMAR VIEIRA DE FREITAS	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	105,5	DESCLASSIFICADO
254	APARECIDA RODRIGUES DE LIMA	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	100,0	DESCLASSIFICADO
97	LUSIMAR APARECIDA LIMA DO NASCIMENTO	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	87,5	DESCLASSIFICADO
203	JOAQUIM JOSE DOS SANTOS	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	60,0	DESCLASSIFICADO
301	LEANDRO DA SILVA TOMAZ	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	42,5	DESCLASSIFICADO
247	LEOLAINE TELES COLLE	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	0,0	DESCLASSIFICADO
248	NEIDE ENARA SIMA	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. JOSÉ LUIZ CANDIDO	0,0	DESCLASSIFICADO
36	MANOEL MENDONÇA DE SOUZA	PROFESSOR(A) PEDAGOGO(A)	ESC. MUN. PARAISO DO NORTE	119,5	DESCLASSIFICADO
497	ANGELA APARECIDA FRANZON	TEC. DE CONT. ADM. FINANCEIRO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	127,5	1º APROVADO
209	ELIEL KUSS	TEC. DE CONT. ADM. FINANCEIRO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	127,5	2º APROVADO
365	GEIZA VIVIANE MARCILIO	TEC. DE CONT. ADM. FINANCEIRO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	120,5	1º CLASSIFICADO
34	BRUNO DOS SANTOS QUINA	TEC. DE CONT. ADM. FINANCEIRO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	114,0	2º CLASSIFICADO
425	CLARICE RODRIGUES DE MATTOS	TEC. DE CONT. ADM. FINANCEIRO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	105,5	3º CLASSIFICADO
106	SELIN DE FATIMA BOSKA MORENO	TEC. DE CONT. ADM. FINANCEIRO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	83,0	DESCLASSIFICADO

OBS. Os candidatos classificados listarão no cadastro de reserva e poderão ser chamados para ocupar a vaga se houver a desistência de candidatos aprovados ou se houver ampliação de vagas no período de validade do concurso público.

Nova Bandeirantes MT 08 de janeiro de 2010

Domingos Augusto Sella
Presidente da Comissão Especial de Organização do Concurso Público - CEOCP

Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia

TERMO ADITIVO/2009

CONTRATANTE **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO Edmilson Yorio Otake - ME
OBJETO Prestação de Serviços de Laboratório
VIGENCIA 31/12/2006 a 29/01/2010
FUNDAMENTO **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**

Prefeito Municipal **JAMAR DA SILVA LIMA**

TERMO ADITIVO/2009

CONTRATANTE **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO Lavanderia Alba LTDA EEP
OBJETO O presente contrato tem como objetivo a Contratação de uma empresa especializada na lavagem das Roupas do Centro Municipal de Saúde e Hospital Santa Maria, 30 quilos de roupas por dia até o final do exercício vigente. Considerando o **TAC** (termo de ajuste de Conduta) entre a Prefeitura Municipal/Hospital Maternidade Santa Maria/ Vigilância Sanitária Estadual e Mistério Público.
VIGENCIA 31/12/2009 a 25/01/2010
FUNDAMENTO **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**
Prefeito Municipal **JAMAR DA SILVA LIMA**

Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2010
PROCESSO 001/EPP/2010

A EPP faz saber aos interessados que se encontra aberta a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2010**, que tem como objeto a "***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA NESTE MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ DO NORTE - MT, REFERENTE AOS MESES DE FEVEREIRO À DEZEMBRO DE 2010***". *Data de abertura das Propostas: 22/01/2010 Horário: 09h00Min; Local: Sala de Licitações. Edital Completo e seus anexos, disponível aos interessados na Av. São Paulo nº.89, centro nesta Cidade de Nova Canaã do Norte – MT, mediante prévio recolhimento da importância NÃO REEMBOLSÁVEL de R$100,00(cem reais), através de guia emitida pelo Setor de Tributação e paga na Agência do Sicredi, Banco do Brasil ou Casa Lotérica, até 3 dias úteis antes do dia da abertura dos envelopes*

.

Zenilda Alves da Silva
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2010
PROCESSO 005/EPP/2010

A EPPL faz saber aos interessados que se encontra aberta a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2010**, que tem como objeto a "***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES***. *Data de abertura das Propostas: 21/01/2010 Horário: 09h00Min; Local: Sala de Licitações. Edital Completo e seus anexos, disponível aos interessados na Av. São Paulo nº.89, centro nesta Cidade de Nova Canaã do Norte – MT, mediante prévio recolhimento da importância NÃO REEMBOLSÁVEL de R$100,00(cem reais), através de guia emitida pelo Setor de Tributação e paga na Agência do Sicredi, Banco do Brasil ou Casa Lotérica, até 3 dias úteis antes do dia da abertura dos envelopes*

.

Zenilda Alves da Silva
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2010
PROCESSO 006/EPP/2010

A EPP faz saber aos interessados que se encontra aberta a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2010**, que tem como objeto a "***AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA, ÓLEO DIESEL E ÁLCOOL PARA O ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS DESTA MUNICIPALIDADE.***. *Data de abertura das Propostas: 21/01/2010 Horário: 10h30Min; Local: Sala de Licitações. Edital Completo e seus anexos, disponível aos interessados na Av. São Paulo nº.89, centro nesta Cidade de Nova Canaã do Norte – MT, mediante prévio recolhimento da importância NÃO REEMBOLSÁVEL de R$100,00(cem reais), através de guia emitida pelo Setor de Tributação e paga na Agência do Sicredi, Banco do Brasil ou Casa Lotérica, até 3 dias úteis antes do dia da abertura dos envelopes*

.

Zenilda Alves da Silva
Pregoeira

DECRETO LEGISLATIVO N.º 003/2009

SÚMULA : DISPÕE SOBRE O JULGAMENTO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2008.

O Senhor **ADALBERTO DE AMORIM COELHO**, Presidente da Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no pleno exercício do Processo Legislativo, e no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL **" APROVOU "** E ELE **" PROMULGA "** O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO :

ART. 1.º - Por força deste **DECRETO LEGISLATIVO**, ficam **" APROVADAS "**, as **CONTAS** da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, **referentes ao exercício de 2008.**

ART 2.º - As Contas a que se refere o Art. 1.º do presente Decreto Legislativo, são pertinentes aos processos enumerados **6.838-1/2009, 3.026-0/2008 (2 VOLUMES), 4.803-8/2008, 7.071-8/2008, 7.894-8/2008, 10.178-8/2008, 11.924-5/2008, 13.874-6/2008, 15.465-2/2008 (2 VOLUMES), 17.045-3/2008, 18.953-7/2008, 20.449-8/2008, 2.334-5/2009, 897-4/2008, 584-3/2008, 400.141-9/2008,** do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

ART. 3.º - Por força deste Decreto Legislativo Prevalecerá o **Parecer n.º 57/2009, PRÉVIO FAVORÁVEL,** à aprovação das Contas da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte,, Estado de Mato Grosso, referentes ao exercício de 2.008, emitido pelo Egrégio. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Sessão de Julgamento realizada no dia 29-09-2009

ART. 4.º -Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação

ART. 5.º -Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte/MT, 23 de dezembro de 2009.

ADALBERTO DE AMORIM COELHO
Presidente da Câmara Municipal

Registrada na Secretaria da Câmara Municipal, e publicada por afixação no local de costume na data supra.

LAIR GEROTTO DE MEDIEROS MESSIAS
1ª Secretária da Câmara Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2010
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2010

A CPL faz saber aos interessados que se encontra aberta a Licitação na modalidade de Tomada de Preço **sob** nº. 001/2010**, que tem como objeto a** "CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DOS ASSENTAMENTOS VERANEIO E SANTA EDWIRGENS, NESTE MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ DO NORTE - MT"**. Data de abertura das propostas:** 29/01/2010**; Horário:** 08h00min**; Local: Sala de Licitações. Edital completo disponível aos interessados na Av. São Paulo nº. 89, centro, nesta Cidade de Nova Canaã do Norte – MT, mediante o recolhimento no valor de R$ 100,00 (cem reais), não Reembolsáveis.**

IZARU BELARMINO LEITE
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde

DECRETO Nº 011/2010
De 11 de Janeiro de 2010.

SÚMULA: FICA NOMEADA A SRA. **TÂNIA BARROS ALMEIDA,** PARA OCUPAR O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE REGULAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

ARTIGO 1º - Fica nomeada a Sra. **TÂNIA BARROS ALMEIDA,** para ocupar o cargo de Chefe de Divisão de Regulação, lotada na Secretaria de Saúde e Saneamento do Município de Nova Monte Verde-MT.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação , revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde-Mt, 11 de Janeiro de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 012/2010
De 11 de Janeiro de 2010.

SÚMULA: FICA NOMEADA A SRA. **JUCIELI PONTES ALEXANDRE FUZINATO,** PARA OCUPAR O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

ARTIGO 1º - Fica nomeada a Sra. **JUCIELI PONTES ALEXANDRE FUZINATO,** para ocupar o cargo de Chefe de Divisão de Almoxarifado, lotada na Secretaria de Saúde e Saneamento do Município de Nova Monte Verde-MT.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação , revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde-Mt, 11 de Janeiro de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
Prefeita Municipal

LEI nº 431/2010.
DATA: 11 de janeiro de 2010.

SÚMULA:AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONTRATO DE RATEIO COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **Câmara Municipal** aprovou e **BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES**, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º *Fica* o Poder Executivo do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, autorizado a celebrar contrato de rateio com o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS**, tendo por finalidade viabilizar o funcionamento dos serviços de saúde relativos ao atendimento ambulatorial, hospitalar e de serviços de apoio de diagnóstico e terapêutico de natureza especializada à comunidade da região do município.

Art. 2º -Fica o Poder Executivo do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, autorizado a efetuar por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde o repasse mensal na importância de R$ 8.133,00 (oito mil, cento e trinta e três reais) para viabilizar o cumprimento dos objetivos do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS** em relação a sociedade monteverdense.

Art. 3º -O Contrato de rateio a ser celebrado com **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS** será suportado pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão	06	**Secretaria Municipal de Saúde**
Unidade	001	Fundo Municipal de Saúde
Função	10	Saúde
Sub-função	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa	0030	Gestão das Políticas Públicas de Saúde
Projeto/Atividade	2.027	Contribuições ao Consórcio de Saúde
Natureza da despesa	3371.41.00.00	Contribuições – Consórcio Intermunicipal de Saúde

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação ou Afixação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT., 11 de janeiro de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Nazaré

Processo Licitatório nº. 051/09
Licitação na Modalidade de convite nº. 037/2009.
Aberta em: 04/01/2010.

Resumo do Objeto:

Contratação de empresa especializada e com conhecimento técnico em concursos publico para realização de concurso nas áreas em que se faz necessário no município de Nova Nazaré – MT, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ADJUDICAÇÃO.

Resultante da análise e classificação das propostas apresentadas à licitação acima especificada, a Comissão Permanente de Licitação desta prefeitura resolve adjudicar ao Licitante **SYDCON TECNOLOGIA DE SISTEMAS DE INFORMATICA E CONSULTORIA LTDA,** cujo objeto da licitação no valor Global de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Sem mais para o momento, firmamos mui atenciosamente.

_____
Comissão Permanente de Licitação.

Nova Nazaré – MT, 12 de Janeiro de 2010.
Processo Licitatório nº. 051/09
Licitação na Modalidade de convite nº. 037/2009.
Aberta em: 04/01/2010.

Resumo do Objeto:

Contratação de empresa especializada e com conhecimento técnico em concursos publico para realização de concurso nas áreas em que se faz necessário no município de Nova Nazaré – MT, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

HOMOLOGAÇÃO.

Comunicamos a V.Sª que resultante da proposta apresentada na licitação acima especificada, a Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura Municipal adjudicou e a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal homologou em favor do Licitante **SYDCON TECNOLOGIA DE SISTEMAS DE INFORMATICA E CONSULTORIA LTDA,** cujo objeto da licitação no valor Global de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Sem mais para o momento, firmamos mui atenciosamente.

Railda de Fátima Alves
Prefeita Municipal.

LEI MUNICIPAL n° 307/2009 de 23 de Dezembro de 2009.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Nova Nazaré – MT para o exercício de 2010.

A Prefeita do Município de Nova Nazaré - MT, Raílda de Fátima Alves, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º. O orçamento do Município de Nova Nazaré – MT, para o exercício de 2010, estima a Receita e fixa a Despesa em R$ .10.666.000,00 (Dez Milhões, Seiscentos e Sessenta e Seis Mil Reais) sendo:

I - Orçamento Fiscal em R$ 10.446.800,00;

II - Orçamento da Seguridade Social em R$ .219.000,00;

Artigo 2º. A receita será arrecadada na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta Lei, observando o seguinte desdobramento:

Sumário Geral da Receita por Fontes (Lei 4.320, art. 2º, § 1º, I)

I - Administração Direta	10.666.000,00
RECEITAS CORRENTES	10.553.470,00
Receita Tributaria	484.200,00
Receita de Contribuição	97.000,00
Receita Patrimonial	79.000,00
Receita de Serviços	102.000,00
Transferências Correntes	11.237.439,96
Dedução para Formação Fundeb -	1.640.200,00
Outras Receitas Correntes	96.030,04
Receita de Contribuição	98.000,00
RECEITA DE CAPITAL	112.530,00
Transferência de Capital	112.530,00

Artigo 3º. A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros integrantes desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

I - Por Funções de Governo

FUNÇÃO	VALOR	%
1 Legislativa	607.200,00	5,69%
2 Administração	2.569.014,09	24,09%
8 Assistência Social	550.100,00	5,16%
9 Previdência Social	219.200,00	2,06%
10 Saúde	1.859.585,91	17,43%
12 Educação	3.015.100,00	28,27%
13 Cultura	32.300,00	0,30%
15 Urbanismo	570.600,00	5,35%
17 Saneamento	35.800,00	0,34%
18 Gestão Ambiental	32.800,00	0,31%
20 Agricultura	224.500,00	2,10%
26 Transporte	649.800,00	6,09%
26 Desporto e Lazer	150.000,00	1,41%
99 Reserva de Contingência	150.000,00	1,41%
TOTAL	**10.666.000,00**	**100,00%**

II - Por Órgão da Administração

ORGAO DA ADMINISTRAÇÃO		VALOR	%
01.01	CAMARA MUNICIPAL	607.200,00	5,69%
02.02	GABINETE DA PREFEITA	572.600,00	5,37%
02.03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.472.614,09	13,81%
02.04	SECRETARIA DE FINANÇAS	493.000,00	4,62%
02.05	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESP.	3.197.400,00	29,98%
02.06	SECRETARIA DE SAUDE	1.895.385,91	17,77%
02.07	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	550.100,00	5,16%
02.08	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	224.500,00	2,10%
02.09	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	32.800,00	0,31%
02.10	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5 70.600,00	5,35%
02.11	SECRETARIA DE VIAÇÃO E TRANSPORTE	649.800,00	6,09%
02.99	RESERVA DE CONTIGENCIA	150.000,00	1,41%
03.01	FUNDO D PREVIDENCIA MUNICIPAL	250.000,00	2,34%
TOTAL		**10.666.000,00**	**100,00%**

III - Por Categoria e Grupo de Natureza de Despesa

CATEGORIA E GRUPO DE DESPESA	VALOR	%
DESPESA CORRENTE	9.763.000,00	91,53%
Pessoal e Encargos Sociais	4.776.400,00	44,78%
Outras Despesas Correntes	4.986.600,00	46,75%
DESPESA DE CAPITAL	640.000,00	6,00%
Investimentos	640.000,00	6,00%
RESERVA ORÇAMENTARIA	113.000,00	1,06%
Reserva Orçamentária Legal RPPS	113.000,00	1,06%
RESERVA DE CONTINGENCIA	150.000,00	1,41%
Reserva de Contingência	150.000,00	1,41%
TOTAL	**10.666.000,00**	**100,00%**

Artigo 4º. A despesa do Orçamento de Investimento das Empresas é fixada em R$ 640.000,00 (Seiscentos e Quarenta Mil Reais), contando com a seguinte fonte de financiamento:

Recurso Próprio R$ 640,0000

Artigo 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir durante o exercício créditos suplementares até o limite de 10% (Dez por cento) do total da despesa fixada no artigo 1º observando-se o disposto no artigo 43 da Lei federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II - abrir créditos suplementares até o limite consignado sob a denominação de Reserva de Contingência em conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

III - remanejar recursos no âmbito do mesmo órgão e do mesmo programa.

Parágrafo único. Não onerarão o limite previsto no inciso I, os créditos destinados a:

1 - suprir insuficiência nas dotações de despesas a conta de recursos vinculados;

2 - suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas as despesas a conta de receitas próprias de autarquias, fundações e empresas dependentes.

Artigo 6º. As fontes de recurso aprovadas nesta Lei e em seus adicionais poderão se modificadas pelos Poderes Legislativo e Executivo, visando ao atendimento das necessidades da execução dos programas, observando-se, em todo caso, as disponibilidades financeiras de cada fonte diferenciada de recurso.

Artigo 7º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de créditos por antecipação da receita até o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida, observadas as condições estabelecidas no artigo 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Artigo 8º. Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

Município de Nova Nazaré - MT, 23 de Dezembro de 2009.

Railda de Fátima Alves
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena

DECRETO nº. 061/2009.

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SISTEMA DE PROJETOS E OBRAS PÚBLICAS – SPO Nº. 001/2009, que Disciplina e normatiza os procedimentos operacionais no controle de projetos e obras públicas, defini os principais passos para a abertura de processo licitatório de obras públicas e elaboração dos Projetos Básicos e Executivo, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei nº. 257 de 18/12/2007, e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo e administrações diretas e indiretas.

DECRETA:

Artigo 1º – Fica aprovada a ***Instrução Normativa do Sistema de Projetos e Obras Públicas – SPO nº. 001/2009,*** que segue anexa fazendo parte integrante do presente decreto.

Parágrafo único – *A Instrução Normativa a que se refere o caput deste artigo*, disciplina e normatiza os procedimentos operacionais no controle de projetos e obras públicas, defini os principais passos para a abertura de processo licitatório de obras públicas e elaboração dos Projetos Básicos e Executivo, e dá outras providências.

Artigo 2º – Para elaboração, aprovação, execução e demais ritos da Instrução nº 001/09 do Sistema de Projetos e Obras Públicas deverá ser observados as Instruções Normativas aprovadas por este Decreto.

Artigo 3º – Caberá à Unidade Central de Controle Interno - UCCI prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Artigo 4º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, 15 de dezembro de 2.009.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal –

REGISTRE-SE.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.
Publicado afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 15/12/09 à 15/01/2010.

DECRETO nº. 062/2009.

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SISTEMA DE CONTABILIDADE – SCO Nº. 001/2009, que disciplina os procedimentos operacionais na execução orçamentária, normatiza a elaboração das Demonstrações Contábeis e demais demonstrativos utilizados, agiliza o processo de consolidação das Demonstrações Contábeis, garante a publicação e divulgação no prazo previsto dos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei nº. 257 de 18/12/2007, e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo e administrações diretas e indiretas.

DECRETA:

Artigo 1º – Fica aprovada a ***Instrução Normativa do Sistema de Contabilidade – SCO nº. 001/2009,*** que segue anexa fazendo parte integrante do presente decreto.

Parágrafo único – *A Instrução Normativa a que se refere o caput deste artigo,* disciplina os procedimentos operacionais na execução orçamentária, normatiza a elaboração das Demonstrações Contábeis e demais demonstrativos utilizados, agiliza o processo de consolidação das Demonstrações Contábeis, garante a publicação e divulgação no prazo previsto dos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.

Artigo 2º – Para elaboração, aprovação, execução e demais ritos da Instrução nº 001/09 do Sistema de Contabilidade deverá ser observados as Instruções Normativas aprovadas por este Decreto.

Artigo 3º – Caberá à Unidade Central de Controle Interno - UCCI prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Artigo 4º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, 15 de dezembro de 2.009.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal –

REGISTRE-SE.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.
Publicado afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 15/12/09 à 15/01/2010.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO SISTEMA DE CONTABILIDADE DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

Versão: 01
Aprovação em: 15.12.2009
Ato de aprovação: Decreto nº. 062/2009
Unidade Responsável: Departamento de Finanças e Contabilidade.

I - FINALIDADE

Disciplinar os procedimentos operacionais na execução orçamentária, normatizar a elaboração das Demonstrações Contábeis e demais demonstrativos utilizados, agilizar o processo de consolidação das Demonstrações Contábeis, garantir a publicação e divulgação no prazo previsto dos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, atender legalmente os dispositivos contidos na Lei Federal nº 4.320/1964, na Lei Federal Complementar nº. 101/2000 e nos Princípios Fundamentais de Contabilidade. Normatizar os procedimentos nas operações de emissão e liquidação de empenhos. E atender de forma obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2.010 as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – NBC T e demais legislações do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso – TCE/MT e Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

II – ABRANGÊNCIA

A presente Instrução abrange os Poder Executivo, Legislativo e administrações diretas e indiretas.

III - CONCEITOS

Contabilidade Pública: o conjunto de procedimentos técnicos, voltados a selecionar, registrar, resumir, interpretar e divulgar os fatos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno. Além de ser a responsável pelo registro e a avaliação do patrimônio público e as respectivas variações, abrangendo aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais, constituindo-se em importante instrumento para o planejamento e o controle na Administração Pública;

Demonstração Contábil: técnica contábil que evidencia, em período determinado, as informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio de entidades do setor público e suas mutações;

RREO: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, demonstrativo bimestral que entre outras particularidades, permite avaliar a necessidade de conter despesas caso as receitas forem frustradas, sendo obrigação do Poder Executivo consolidar toda movimentação financeira ocorrida tanto do Poder Legislativo quanto nas Autarquias;

RGF: Relatório de Gestão Fiscal, demonstrativo quadrimestral, ou semestral, para Municípios com população inferior a (50) cinqüenta mil habitantes, diferentemente do RREO, o RGF é elaborado por Poder, ou seja, individualizado, mas isso não quer dizer que eles são independentes, portanto, ambos se relacionam. Tem por objetivo demonstrar a conformação da gestão orçamentária aos limites legalmente aceitos da despesa e também da dívida pública é por este motivo que o RGF é composto de um rol de relatórios auxiliares;

SISTN: Sistema de Coleta de Dados Contábeis, instrumento criado para operacionalizar o convênio firmado entre a Caixa Econômica Federal - CEF e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, tem como objetivo coletar dados e informações contábeis dos poderes e órgãos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios brasileiros, conforme previsto na legislação vigente e portarias expedidas pela STN.

IV - BASE LEGAL

Constituição Federal e Estadual, Lei nº. 4.320/64, Lei Complementar nº. 101/2000, Lei Orgânica (em especial o art. 110), Lei Complementar Estadual nº. 269/2007, Portaria Interministerial STN/SOF nº. 163/2001 e alterações, Portaria STN nº. 109/2002, Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nºs 750/93 e 1.111/2007, Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, Resolução TCE/MT nº. 02/2003 e Acórdão TCE/MT nº. 369/2006.

V - PROCEDIMENTOS

1- Da Receita Pública:

1.1 - A Receita Pública é todo e qualquer recolhimento de recursos feito aos cofres públicos que o Município tem o direito de arrecadar em virtude da Constituição Federal, das leis, dos contratos ou de quaisquer outros títulos que derivem direitos a favor do Município;

1.2 - A Receita Pública se classifica em:

1.2.1 - Orçamentária, onde são os valores que constam no orçamento anual;

1.2.2 - Extra-orçamentária, valores que não constam no orçamento anual, podendo ser melhor entendidas como as consignações feitas pelo órgão para posterior repasse;

1.3 - As retenções na fonte e as consignações todas devem ser registradas de forma extra-orçamentária para de essa forma dar maior autenticidade aos fatos contábeis;

1.4 - Nos casos característicos de renúncia de receita que visem à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva iniciar a vigência e nos dois seguintes, devendo ainda atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;

1.5 - Compete a contabilidade no que se refere à receita de dívida ativa somente a realização dos registros no Balanço e Anexos exigidos pela Lei nº. 4.320/64;

1.6 - Quando do recebimento da dívida ativa esta deverá sempre ser uma receita orçamentária e acompanhada da respectiva baixa contábil;

1.7 - As baixas da dívida ativa podem ocorrer pelos seguintes fatos:

1.7.1 - Pelo respectivo recebimento;

1.7.2 - Pelo abatimento;

1.7.3 - Pelo cancelamento na via judicial ou administrativa da inscrição;

1.7.4 - Para o abatimento ou cancelamento dos créditos, sempre dependerá de autorização legal;

1.7.5 - Toda receita de dívida ativa será classificada como receita orçamentária;

1.7.6 - A receita pertencerá ao exercício em que for realizada.

2 - Da Despesa Pública:

2.1 - A Despesa Pública é todo dispêndio realizado pelo Município em prol do atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade e para custeio de diferentes setores da Administração Pública;

Obs.: Ordenar ou permitir a realização de despesa não autorizada constitui ato de improbidade administrativa, conforme dispõe a Lei nº 8.429/92.

2.2 - A Despesa Pública se classifica em:

2.2.1 - Orçamentária, são as que para serem realizadas dependem de autorização legislativa e que não podem ser efetivadas sem o crédito correspondente;

2.2.2 - Extra-orçamentária, são as pagas à margem do orçamento e, portanto, independem de autorização legislativa, podendo ser melhor entendidas como os pagamentos do salário família, restos a pagar e outros;

2.3 - A Despesa Pública é composta das seguintes fases: a fixação, a licitação, o empenho, a liquidação e o pagamento;

Obs.: A fase do pagamento deve ser normatizada através de Instrução Normativa pelo Departamento de Tesouraria.

2.4 - Conforme definido no art. 60 da Lei nº 4.320/64, não se realizará empenho a *posteriori*;

3- Da Emissão do Empenho:

3.1 - No momento da emissão dos empenhos, o Departamento de Contabilidade deve ficar atento aos seguintes itens:

3.1.1 - Classificação dos elementos de despesa nas contas analíticas apropriadas segundo a sua natureza;

3.1.2 - Emissão prévia do empenho antecedendo a aquisição de materiais e/ou bens ou contratação de serviços;

3.1.3 - Emissão do empenho antes do Prefeito assinar o contrato, no caso de despesa que seja elaborado contrato;

3.1.4 - Emissão do empenho sempre em nome do fornecedor e/ou prestador de serviços;

3.1.5 - Emissão do empenho por estimativa para as despesas continuadas tais como: folha de pagamento, encargos sociais, transporte escolar, luz, telefone água, serviços funerários etc;

3.1.6 - Emissão do empenho global para as despesas com contratos e de pagamento parcelado, por exemplo: obras, serviços de engenharia, aluguéis, serviços de assessoria, etc;

3.1.7 - Identificar sempre o responsável pela emissão do empenho.

4- Da Liquidação do Empenho:

4.1 - Quando for processada a liquidação do empenho, deve-se examinar o documento fiscal conferindo os seguintes itens:

4.1.1 - Data de emissão do documento fiscal;

4.1.2 - Existência de rasuras no documento;

4.1.3 - Falta de comprovação de recebimento (carimbo e assinatura);

4.1.4 - Tipo de documento fiscal, se nota fiscal de venda ou de serviço.

4.2 - Qualquer documento que contenha alguma irregularidade deve ser devolvido para fins de regularização;

4.3 - Quando for nota fiscal de compra de medicamento específico, determinada por decisão judicial a Secretaria da Saúde deve solicitar que o fornecedor escreva no corpo da nota fiscal o nome do paciente beneficiado;

4.4 - Quando se tratar de liquidações referentes à aquisição de bens patrimoniais, deve ser exigido o carimbo “TOMBADO” no corpo da nota fiscal de origem;

Obs. 1: O carimbo de tombamento deve ser fixado pelo responsável pelo patrimônio do Município.

4.5 - Quando se tratar de serviços de assessoria, junto com a nota fiscal o Contratado deve anexar o relatório de atividades.

Obs. 2: Excetuam-se aquelas empresas que já apresentam no corpo da nota fiscal a descrição detalhada dos serviços prestados;

5- Dos Créditos Adicionais:

5.1 - Os créditos adicionais são usados no intuito de corrigir ou acertar distorções que surgem durante a execução do orçamento;

5.2 - Em toda abertura de créditos adicionais à prévia verificação de recursos deverá ser feita tendo como base os relatórios consolidados;

5.3 - O item anterior também é válido para a Autarquia, ou seja, não poderá a Autarquia solicitar crédito adicional tendo como base somente seus relatórios individualizados;

6- Das Demonstrações Contábeis:

6.1 - No final de cada exercício, os resultados gerais do exercício da Administração Pública deverão ser demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, Dívida Flutuante e na Dívida Fundada;

6.2 - O Balanço Orçamentário representará as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento em confronto, respectivamente, com as receitas arrecadas e com as despesas realizadas;

6.3 - O Balanço Financeiro apresentará as receitas e as despesas orçamentárias executadas, bem como os recebimentos e os pagamentos

de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte;

6.4 - O Balanço Patrimonial demonstrará os componentes patrimoniais do Estado classificados nos seguintes grupos: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente, saldo patrimonial e as contas de compensação;

6.5 - A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultante ou independente da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício;

6.6 - A Dívida Flutuante compreenderá as dívidas de curto prazo resultantes de empenhos não pagos até o encerramento do exercício financeiro, e os depósitos momentâneos ou transitórios em moeda corrente e os empréstimos para cobrir insuficiência momentânea de caixa;

6.7 - A Dívida Fundada compreenderá os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos;

7- Da Consolidação das Demonstrações Contábeis:

7.1 - Para ser efetuada a consolidação das Demonstrações Contábeis cada órgão da Administração Direta e Indireta, e o Poder Legislativo deverão elaborar, respectivamente, as Demonstrações Contábeis e encaminhar ao Departamento de Contabilidade do Poder Executivo para fins de consolidação;

7.2 - O Poder Legislativo e órgãos da Administração Direta e Indireta deverão encaminhar ao Departamento de Contabilidade do Poder Executivo em até 15 dias antes do prazo final para prestação de contas, suas Demonstrações Contábeis individualizadas;

7.3 - O Contador responsável pelo Departamento de Contabilidade do Poder Executivo deverá consolidar as Demonstrações Contábeis recebidas do Poder Legislativo e dos órgãos da Administração Direta e Indireta, e encaminhar a prestação de contas.

8- Do RREO:

8.1 - O RREO deverá ser elaborado bimestralmente contendo os seguintes demonstrativos: Balanço Orçamentário, Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção, Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos, Resultado Nominal, Resultado Primário, Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão, Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital, Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos, Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos, Demonstrativo das Despesas com Saúde, Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde;

8.2 - O Poder Legislativo e a Administração Direta e Indireta deverão encaminhar ao Departamento de Contabilidade até o dia 15 do mês posterior ao encerramento do bimestre, as informações da movimentação para serem consolidadas;

8.3 - O RREO deverá ser publicado nos meios de comunicação até 30 dias após o encerramento de cada bimestre;

8.4 - O Departamento de Contabilidade do Poder Executivo enviará ao Tribunal de Contas do Estado até o 5º (quinto) dia após o prazo legal de publicação, as informações consolidadas do RREO.

9- Do RGF:

9.1 - No Poder Executivo o RGF deverá ser elaborado quadrimestralmente contendo os seguintes demonstrativos: Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, Demonstrativo das Operações de Crédito, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, Demonstrativo dos Restos a Pagar, Demonstrativo da Despesa com Serviços de Terceiros, Demonstrativo dos Limites;

Obs.: Nos termos do art.63, II, "b", da Lei nº 101/2000 o RGF poderá ser elaborado semestralmente.

9.1.1 - Ao elaborar o RGF o Poder Executivo procederá à incorporação do movimento financeiro da Administração Indireta;

9.1.2 - A Administração Indireta deverá encaminhar ao Departamento de Contabilidade até o dia 15 do mês posterior ao encerramento do quadrimestre, as informações da movimentação para serem incorporadas.

9.2 - No Poder Legislativo o RGF deverá ser elaborado quadrimestralmente contendo os seguintes demonstrativos: Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, Demonstrativo dos Restos a Pagar, Demonstrativo da Despesa com Serviços de Terceiros, Demonstrativo dos Limites;

Obs.: Nos termos do art. 63, II, "b", da Lei nº 101/2000 o RGF poderá ser elaborado semestralmente.

9.2.1 - Os demonstrativos, exceto, o Demonstrativo da Despesa com Pessoal poderão ser elaborados quando do último quadrimestre do mandato da Mesa Diretora, conforme art. 55, § 1º da Lei nº 101/2000.

9.3 - O RGF deverá ser publicado nos meios de comunicação até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre;

9.4 - O Departamento de Contabilidade dos Poderes Executivo e Legislativo enviarão ao Tribunal de Contas do Estado até o 5º (quinto) dia após o prazo legal de publicação, as informações do RGF;

9.5 - Os textos e documentação compatível referente à publicação necessárias constantes dos itens 8.3 e 9.3 desta Instrução Normativa, serão encaminhados pelos responsáveis do Departamento de Contabilidade através de oficio protocolado, que ficarão sob a responsabilidade do Departamento de Imprensa que logo após a publicação encaminhará copia digitalizada ou de texto para o Departamento de Contabilidade.

10- Da Prestação de Contas:

10.1 - O Poder Executivo, incluindo a Administração Indireta e o Poder Legislativo deverão encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso suas respectivas Prestações de Contas Anuais, nos prazos previstos na legislação vigente, sendo:

10.1.1 - Do Poder Executivo, as Contas Anuais de Gestão e Governo, conforme o § único do art. 29 da Lei Complementar nº 269/2007 em:

a) 15 de abril do ano subseqüente, ou;

b) 14 de abril do ano subseqüente, quando o ano for bissexto.

10.1.2 - Do Poder Legislativo, as Contas Anuais de Gestão também deverão ser encaminhadas nos mesmos prazos citados no item anterior;

10.1.3 - Da Administração Indireta (RPPS), as Contas Anuais de Gestão, conforme art. 184, I da Resolução TCE/MT nº 14/2007, até o último dia útil do mês de março do ano subseqüente.

10.2 - O Poder Executivo deverá também encaminhar a Prestação de Contas Anual para os seguintes órgãos:

10.2.1 - Para o Poder Executivo da União;

a) Encaminhar à Caixa Econômica Federal – CEF, até 30 de abril do ano subseqüente, uma cópia do Balanço Geral além de alimentar o Sistema de Coleta de Dados Contábeis – SISTN disponível no site da CEF, conforme art. 4º, § 1º da Portaria STN nº 109/2002;

10.2.2 - Para o Poder Executivo do Estado;

a) Encaminhar à Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ, até 30 de abril do ano subseqüente, uma cópia do Balanço Geral do exercício já homologada pela CEF, conforme art. 4º, §1º da Portaria STN nº 109/2002, c/c art. 51, §1º, I da Lei Complementar nº 101/2000.

10.3 - O Poder Executivo deverá prestar contas ao Poder Legislativo de acordo com o previsto no art. 121, X, da Lei Orgânica Municipal.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 - O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos (Art. 167 da Constituição Federal e Art. 59 da Lei nº. 4.320/64).

6.2 - O Departamento de Contabilidade deverá acompanhar a execução orçamentária, confrontando com a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso;

6.3 - O Departamento de Contabilidade deverá acompanhar a arrecadação da receita, confrontando com as metas bimestrais de arrecadação;

6.4 - O Departamento de Contabilidade deverá elaborar as Demonstrações e Relatórios Contábeis previsto na legislação vigente e nesta Instrução Normativa obedecendo à estrutura e os prazos;

6.5 - O Departamento de Contabilidade constatando desequilíbrio orçamentário e financeiro deverá alertar o ordenador de despesa ou o chefe do poder;

6.6 - O Departamento de Contabilidade auxiliará no que for possível às realizações das audiências públicas para discutir as peças de Planejamento (PPA, LDO e LOA);

6.7 - O Departamento de Contabilidade, de posse das peças de Planejamento já aprovadas, solicitará ao Departamento de Imprensa os documentos que atestem a publicidade, tais como: Atas, Fotografias e comprovantes de publicação na imprensa para a conclusão do processo;

6.8 - A publicação e divulgação dos demonstrativos da LRF, o RREO e o RGF deverão obedecer aos modelos e os prazos;

6.9 - As prestações de contas aos órgãos e poderes de Controle Externo, e aos poderes Executivos da União e do Estado deverão ser encaminhados dentro dos prazos**;**

6.10 - Não deve ser liquidado nenhum empenho, cujo documento de liquidação esteja irregular conforme mencionado no item 5.4.2 desta Instrução Normativa;

Esta instrução entra em vigor a partir da data de sua aprovação e publicação.

Nova Santa Helena/MT, 15 de dezembro de 2009

Gilson Parron
Controlador interno

INSTRUÇÃO NORMATIVA SPO SISTEMA DE PROJETOS E OBRAS PÚBLICAS DE 01 DE DEZEMBRO DE 2009.
Versão: 01
Aprovação em: 15.12. 2009
Ato de aprovação: Decreto nº. 061/2009
Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

I - FINALIDADE

Disciplinar e normatizar os procedimentos operacionais no controle de projetos e obras públicas, definir os principais passos para a abertura de processo licitatório de obras públicas e elaboração dos Projetos Básico e Executivo, acompanharem os procedimentos na execução de obras públicas, em especial a fiscalização e recebimento. Atender as exigências do Tribunal de Contas do Estado – TCE, através do Sistema de Auditoria Informatizada de Contas Públicas – APLIC e Sistema GEO-OBRAS-TCE/MT bem como acompanhar e "alimentar", quando for o caso o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV não obstante acompanhar e quando necessário realizar os procedimentos pertinentes em outros sistemas que por ventura possam ser criados com o objetivo de acompanhamento de projetos e/ou convênios além de informar a Contabilidade e Patrimônio da conclusão das obras para os devidos registros contábeis e tombamento da obra.

II - ABRANGÊNCIA

A presente instrução abrange o Setor de Projetos, Engenharia, Licitações e Contratos, Contabilidade, Tesouraria, Prestação de Contas, Assessoria Jurídica e áreas similares do Poder Legislativo e Fundo de Previdência.

III - CONCEITOS

Projeto Básico e Executivo: Definições emanadas da Resolução n º 361/91 do CONFEA. Projeto Básico é o conjunto de elementos que define a obra, o serviço ou o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos, possibilitando a estimativa de seu custo e prazo de execução. Projeto Executivo se destina à concepção e à definição final do conjunto de informações técnicas para realização da obra, incluindo quantitativos de materiais, especificações técnicas e de serviços e quando previsto no contrato, o memorial de cálculo completo, com isso pode-se elaborar uma estimativa definitiva ou detalhada da obra;

ART: Anotação de Responsabilidade Técnica, documento dos profissionais vinculados ao CREA, tal documento serve de acervo técnico para o profissional, uma vez que todos os trabalhos de sua responsabilidade ficam registrados nesse documento;

SICONV: Sistema informatizado de uso livre disponibilizado pelo Governo Federal aos Municípios, na qual são registradas as movimentações de convênios e contratos;

As Built: Termo empregado para definir quando o projeto que já foi aprovado para ser executado sofre modificações, a partir disso o responsável pela execução redesenha o projeto na qual deve constar às alterações e modificações, sendo possível, se necessário comparar o projeto original com o modificado;

AVCB: Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, ou Vistoria dos Bombeiros, documento que atesta as condições de segurança da obra.

IV - BASE LEGAL

A presente Instrução Normativa tem como base legal as seguintes Legislações: Constituição Federal e Estadual, Lei nº 4.320/64, Lei nº 5.194/66, Lei nº 6.496/77, Lei nº 8.036/90, Lei nº 8.212/91, Lei nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/2000, Lei Orgânica, IN MPS/SRP nº 03/2005 (art. 413 e seguintes), Resolução CONFEA nº 1.023/2008, Resolução CONFEA nº 1.024/2009, Resoluções Normativas nºs 06/2008 e 16/2008, ambas do TCE/MT.

V - PROCEDIMENTOS

1- Das Obras Públicas:

1.1 - Todas as obras públicas deverão estar previstas nos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA), no grupo Despesas de Capital, conforme dispõe a Lei Federal nº 4.320/1964 e Lei Complementar Federal nº 101/2000;

Obs.: Quando se tratar de recursos oriundos de convênios tanto o sistema estadual SIGCON, quanto o federal SICONV deverão ser alimentados, quando for o caso.

1.2 - O processo de contratação de obras públicas deverá obedecer às exigências dispostas na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações;

1.3 - Para a abertura do processo licitatório de obras públicas deverá ser instruído com a seguinte documentação prevista na legislação pertinente:

a) Projeto Básico e Projeto Executivo devidamente aprovado pela autoridade competente;

b) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART da elaboração do projeto;

c) Planilha de orçamento detalhado da obra;

d) Planilha de cronograma físico-financeiro da obra;

e) Especificações técnica e memorial descritivo da obra;

f) Relatório de impacto ambiental e licenças ambientais (Resolução Conama nº 001/86), quando for o caso;

g) Certidão atualizada do imóvel do Cartório de Registro de Imóveis.

2 - Do Projeto Básico:

2.1 - O Projeto Básico deverá apresentar o estudo de viabilidade, estudos geotécnicos e ambientais, plantas e especificações técnicas, orçamento detalhado do custo global da obra, subsídio para elaboração do edital de licitação e acompanhamento da obra;

2.2 - O Projeto Básico deverá ter Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do (s) responsável (is) pela sua elaboração, conforme dispõem os arts. 1º e 2º, da Lei Federal nº 6.496/1977;

2.3 - O Projeto Básico deverá ser aprovado pela autoridade competente, conforme o disposto no inciso I, § 2º, art. 7º, da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.4 - Deverá ser considerado no projeto básico principalmente os seguintes requisitos, conforme dispõe o art. 12, da Lei Federal nº 8.666/1993: segurança, funcionalidade e adequação ao interesse público, economia na execução, conservação e operação, possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação, impacto ambiental.

3 - Do Projeto Executivo:

3.1 - O Projeto Executivo deverá ser apresentado coerentemente com o Projeto Básico, de um modo que seja respeitado o vínculo do objeto com o processo licitatório;

3.2 - Qualquer alteração efetuada no Projeto Executivo em relação ao Projeto Básico deverá estar tecnicamente justificada e aprovada pela autoridade competente;

3.3 - O Projeto Executivo deverá ter Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do (s) responsável (is) pela sua elaboração, conforme dispõem os arts. 1º e 2º, da Lei Federal nº 6.496/1977;

3.4 - O Projeto Executivo deverá ser elaborado contendo todos os elementos necessários à completa execução da obra, conforme disposto no inciso X, art. 6º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

4 - Da Execução da Obra:

4.1 - A execução da obra deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da administração especialmente designado, conforme dispõe o art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993;

4.2 - A execução da obra deverá ter Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do (s) responsável (is) pela sua execução, conforme dispõem os arts. 1º e 2º, da Lei Federal nº 6.496/1977;

4.3 - Para o início da execução da obra deverá à empreiteira e/ou contratada apresentar a Matrícula do Cadastro Específico do INSS – CEI da obra, conforme dispõem o art. 413 e seguintes da IN MPS/SRP nº 03/2005;

4.4 - A obra deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas no contrato, conforme dispõe o art. 66, da Lei Federal nº 8.666/1993;

4.5 - Os materiais aplicados e os serviços executados na obra deverão ser inspecionados pela fiscalização, com objetivo do atendimento

às especificações, conforme dispõem os incisos I e II, art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993;

4.6 - Toda a obra deverá ter planilha de diário da obra, denominada Livro de Ordem conforme Resolução CONFEA nº 1.024/209 para a fiscalização acompanhar a execução e realizar as anotações pertinentes à mesma;

4.7 - A empreiteira e/ou contratada deverá manter engenheiro residente para acompanhar a execução da obra;

Obs.: Nada impede do Município também manter seu próprio engenheiro acompanhando a execução da obra.

5 - Das Medições e Pagamentos:

5.1 - A fiscalização deverá proceder à rigorosa medição das etapas já concluídas, para a liberação do pagamento de parcelas da obra, conforme dispuser o contrato;

Obs. 1: Para o pagamento de parcelas da obra deverá ser exigida a comprovação do recolhimento do INSS e FGTS dos funcionários da obra e, cópia da GFIP, conforme dispõem o art. 195, § 3º da CF/88, c/c art. 27 da Lei Federal nº 8.036/90;

5.2 - A fiscalização da obra deverá ter Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do (s) responsável (is) pela sua fiscalização conforme dispõem os arts. 1º e 2º, da Lei Federal nº 6.496/1977;

5.3 - As medições acumuladas deverão ser compatíveis com o Projeto Básico e a planilha de cronograma físico-financeiro da obra;

Obs.: As medições deverão ser solicitadas pela empreiteira e/ou contratada.

5.4 - Para todos os pagamentos realizados, deverá haver conformidade com o previsto no Projeto Básico, na planilha de cronograma físico-financeiro da obra e com as medições de serviços realizados;

5.5 - O representante da administração, responsável pela fiscalização da obra, deverá manter anotação em registro próprio de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme dispõe o § 1º, art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993;

5.6 - O representante da administração, responsável pela fiscalização da obra, deverá encaminhar relatórios à autoridade competente, comunicando ocorrências que venham a ensejar sanções à empreiteira e/ou contratada bem como alteração de projeto, custo ou prazo da obra, conforme dispõe o § 2º, art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993;

Obs.: O responsável pela fiscalização deverá manter arquivo com a documentação da execução do contrato e os previstos no item 1.3.

6 - Do Recebimento Provisório e Definitivo da Obra:

6.1 - O recebimento provisório da obra deverá ser feito pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório conforme **Anexo I** desta Instrução Normativa, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, conforme alínea "a", inciso I, art. 73, da Lei Federal nº 8.666/1993;

6.2 - O recebimento definitivo, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante Termo de Recebimento Definitivo conforme **Anexo II** desta Instrução Normativa, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69, da Lei Federal nº 8.666/1993;

Obs.: O prazo máximo de assinatura entre o Termo de Recebimento Provisório **(Anexo I)** e o Termo de Recebimento Definitivo **(Anexo II)** não deverá ser maior que 90 (noventa) dias.

6.3 - Todas as medições, Termo de Recebimento Provisório e Termo de Recebimento Definitivo das obras, deverão ser arquivados no Departamento de Engenharia, Estudos e Projetos bem como os respectivos contratos e aditivos, inclusive de seus arquivos digitais que deverão ser encaminhados para inserção no Sistema GEO-OBRAS TCE/MT;

7- Da Obra Civil:

7.1 - Deverá constar, quando for o caso, o Alvará do Corpo de Bombeiros atestando que a obra se encontra em perfeitas condições de segurança;

7.2 - Se no decorrer da obra, a mesma por diversos fatores veio a sofrer modificações ou alterações, o Departamento de Engenharia Estudos e Projetos manterá arquivado o "as built" da obra;

8 - Do Acompanhamento do Contrato:

8.1 - Todo aditivo de contrato deverá obrigatoriamente ser bem fundamentado e justificado tecnicamente pela autoridade competente, não podendo ultrapassar os 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

8.2 - Quanto aos aditivos de prazos a autoridade competente deverá analisar rigorosamente as justificativas apresentadas pelo contratado, por superveniência de fato excepcional ou imprevisível;

Obs.: A solicitação de aditivo de contrato de ambas as partes deverá ser encaminhada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do seu vencimento ao Departamento de Licitações e Contratos.

8.3 - O reajuste do contrato deverá ser o previsto no edital da licitação e no respectivo contrato;

8.4 - As especificações técnicas para execução da obra, constantes do contrato, deverá ser as mesmas estabelecidas no Projeto Básico e no Projeto Executivo.

9 - Das Informações do APLIC e Sistema GEO-OBRAS TCE/MT:

9.1 - O Departamento de Engenharia, Estudos e Projetos deverá manter as Planilhas de Orçamento Detalhado da Obra, Planilha de Cronograma Físico-Financeiro da Obra, Ordens de Serviço, Planilhas de Medições de Obras, Termo de Recebimento Provisório e Termo de Recebimento Definitivo, Relatório fotográfico e o Relatório de Acompanhamento de Empreendimento - RAE em meio eletrônico periodicamente, ou seja, a cada emissão desses documentos para inserção no GEO-OBRAS;

9.2 - O Departamento de Licitação e Contratos deverá encaminhar o edital de obras após a publicação, no prazo máximo de 02 (dois) dias, ao Departamento de Engenharia para alimentação no GEO-OBRAS;

9.3 - O Departamento de Licitação e Contratos deverá encaminhar os contratos e aditivos das obras após a publicação no prazo máximo de 02 (dois) dias, ao Departamento de Contabilidade;

9.4 - O Departamento de Engenharia, Estudos e Projetos deverá alimentar o sistema GEO-OBRAS TCE/MT até o último dia do mês de referência das obras em andamento, conforme previsto na Instrução Normativa nº 06/2008.

10 - Das Informações à Contabilidade e Patrimônio:

10.1 - As informações de conclusão de obras deverão ser encaminhadas obrigatoriamente pelo Departamento de Engenharia, Estudos e Projetos ao Departamento de Contabilidade para proceder aos registros contábeis de incorporação das obras na Contabilidade;

Obs.: Quando se tratar de obras que não são incorporáveis a Contabilidade não fará os registros de incorporação.

10.2 - O Departamento de Engenharia, Estudos e Projetos deverá encaminhar ao Departamento de Patrimônio para fins de registro e tombamento das obras concluídas a Certidão de Construção e Carta de Habite-se, conforme dispõe o art. 50 da Lei Federal nº 8.212/91.

Obs.: O Alvará de Construção e Carta de Habite-se será somente para os casos construção civis.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

6-1 Toda a obra pública deverá ter placa de identificação, com pelos menos os seguintes indicativos: programa, ação, contratada, valor, prazo, valor de convênio e valor de contrapartida, quando for o caso, número de famílias beneficiadas;

6.2 - Toda a construção de obra pública deverá ter Anotação de Responsabilidade Técnica – ART da elaboração do projeto, execução da obra e fiscalização da obra;

6.3 - Toda a construção de obra pública deverá ter cadastro no sistema GEO-OBRAS TCE/MT;

6.4 - Toda a construção de obra pública deverá ser informada no Sistema de Auditoria Informatizada de Contas Públicas – APLIC;

6.5 - Para o recebimento de obra pública deverá ser exigidos o Termo de Recebimento Provisório, conforme **Anexo I** e Termo de Recebimento Definitivo **Anexo II** desta Instrução Normativa;

6.6 - Quando da conclusão de uma obra pública deverá ser informado ao Departamento de Contabilidade e Patrimônio para procederem aos registros de incorporação e tombamento da obra.

Qualquer omissão ou dúvida gerada por esta Instrução Normativa deverá ser esclarecida junto ao Controle Interno.

Integram-se a esta Instrução Normativa os seguintes anexos.

Anexo I – Termo de Recebimento Provisório;

Anexo II – Termo de Recebimento Definitivo.

Esta instrução entra em vigor a partir da data de sua aprovação e publicação.

Nova Santa Helena/MT, 15 de dezembro de 2009

Gilson Parron
Controlador interno

ANEXO I
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO Nº _____/_____.
DATA _____/_____/_____.
Protocolo nº:
Instrumento Contratual nº:
Tipo de Execução: ( ) Direta ( ) Indireta.
Executor:
Valor: R$ ( ).
Município:
Endereço da obra: Rua/Av. Bairro: Complemento:
Natureza da obra (construção, reforma, ampliação, etc.):
Detalhe da natureza (escola, posto de saúde, etc.):
Dimensão (área):
Prazo de execução:
Data de início: Data de término:

RECEBIMENTO PROVISÓRIO: Considerando que os serviços executados estão de acordo com as cláusulas contratuais, os serviços ficam provisoriamente recebidos, no aguardo do prazo legal de 90 (noventa) dias, para o recebimento definitivo dos serviços conforme art. 73, da Lei Federal nº 8.666/1993. As partes interessada, por seus representantes abaixo assinado, firmam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor, para que se produzam os devidos efeitos legais.

Nova Santa Helena - MT, de de 20 .

Responsável Técnico Executor da Obra
Repres. Executivo
Nome: Nome:
Nome:
CREA: CPF:
CPF:

ANEXO II
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO Nº _____/_____.
DATA _____/_____/_____.
Protocolo nº:
Instrumento Contratual nº:
Tipo de Execução: ( ) Direta ( ) Indireta.
Executor:
Valor: R$ ( ).
Município:
Endereço da obra: Rua/Av. Bairro: Complemento:
Natureza da obra (construção, reforma, ampliação, etc.):
Detalhe da natureza (escola, posto de saúde, etc.):
Dimensão (área):
Prazo de execução:
Data de início: Data de término:

RECEBIMENTO DEFINITIVO: Considerando que os serviços executados estão de acordo com as cláusulas contratuais, e verificando que o objeto se encontra em perfeitas condições, a fiscalização aceita a obra/serviços em caráter definitivo. As partes interessada, por seus representantes abaixo assinado, firmam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor, para que se produzam os devidos efeitos legais.

Nova Santa Helena - MT, de de 20 .

Responsável Técnico Executor da Obra
Repres. Executivo
Nome: Nome:
Nome:
CREA: CPF:
CPF:

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2010

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que de acordo com a Lei n° 8666/93, realizar-se-á às 08:00 horas do dia 27/01/2010, na Sede da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT., localizada à Rua Augusto de Souza, 171, a Licitação na Modalidade Tomada de Preços n.º 001/2010, objetivando a Contratação de Empresa Médica para prestar serviços nas especialidades: Clínico Geral, Cirurgião e Ginecologista. conforme descrita nas condições do Edital n.º 001/2010, completo, contendo as bases da licitação e a disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal, no endereço acima mencionado.

JOÃO ANTÕNIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

SILVANO PEREIRA NEVES
PRESIDENTE CPL

Prefeitura Municipal de Novo Mundo

PORTARIA N.º 191/2010

"Dispõe sobre nomeação da Comissão Permanente de Licitação, e dá outras providências."

O Senhor **AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO**, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º **NOMEAR,** a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Novo Mundo, ficando assim composta:

PRESIDENTE: VILMAR BOSA
SECRETARIA: ROSANA MARIA BORRÉ
MEMBRO: MARCOS DIONE CARAGNATO

Único – A presente portaria tem como objetivo a deliberação, julgamento a escolha da proposta mais vantajosa para o Município nas Licitações, em todas as suas modalidades, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 129/2009.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 04 de Janeiro de 2010.

Aurelino Pereira de BRITO Filho
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia

PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2010
AVISO

Encontra-se aberta, no Setor de Licitação, situado à Avenida Mato Grosso, 175, Centro, Cep: 78.370-000, Nova Olímpia-MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, com finalidade de selecionar propostas para **CONTRATACAO DE EMPRESA PARA: SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR*",*** cujas especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação.

Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal N.º 001/2007, subsidiariamente, a Lei N.º 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorrerá no dia 25 (vinte e cinco) de janeiro 2010, às 08:00 (oito) horas, na sala de Licitações, quando os interessados deverão apresentar os envelopes n.º 01 – Proposta de Preços e N.º 02 - Documentos de Habilitação a Pregoeira, bem como a Declaração, em separado dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no ato convocatório do certame.

As empresas interessadas, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documento próprio, junto a Pregoeira, a partir das 07:00 (sete) horas do dia especificado no parágrafo anterior.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitações, em meio magnético, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia-MT, 11 de janeiro de 2010.

Maria Paixão de Souza Guedes
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Paranatinga

Aviso de Licitação

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através de sua pregoeira nomeada pela portaria 165/2009, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2010**, regido pela lei 10.520/2002, pelo Decreto Municipal n° 481/2009 e subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Aquisição de merenda escolar, materiais para copa, cozinha, limpeza e demais materiais de consumo para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e demais secretarias. Data de abertura: 28/01/2010, Quinta–feira às 08h. O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h. Informações pelo telefone 66-3573-1329.

Paranatinga-MT, 12 de janeiro de 2010.

Azélide Ap. Borille Garcia
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2009 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT, torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é "**Aquisição de Premiação da Campanha IPTU 2009".**Onde a empresa sagrou se vencedora na fase de lances a empresa: **Alta Floresta Motos Ltda, com o CNPJ de nº 02.963.138/0003-83**, com o valor de **R$ 6.550,00** (seis mil e quinhentos e cinqüenta reais). Na fase de habilitação a concorrente atendeu ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT, 15 de Dezembro de 2009.

VANILZA R. CHAGAS
Pregoeira

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2009 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT, torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DE ARTESENATO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**".**Onde as empresas sagraram se vencedoras na fase de lances a empresa: **Capital Comercio e Representações de Moveis e Informática Ltda - Epp,** com o valor de total **R$ 17.749,18** (dezessete mil e setecentos e quarenta e novena reais e dezoito centavos) e empresa **Paulo R. C. Scholtão – Me,** com o valor total de **R$ 2.085,30** (dois mil e oitenta e cinco reais e trinta centavos). Na fase de habilitação a concorrente atendeu ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT, 15 de Dezembro de 2009.

VANILZA R. CHAGAS
Pregoeira

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2009 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT, torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICO E ESPORTIVOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**".** Onde as empresas sagraram se vencedoras na fase de lances a empresa: **Capital Comercio e Representações de Moveis e Informatica Ltda - Epp,** com o valor de total **R$ 3.593,30** (três mil e quinhentos e noventa três reais e trinta centavos) e empresa **Paulo R. C. Scholtão – Me,** com o valor total de **R$ 36.608,75** (trinta e seis mil e seiscentos e oito reais e setenta e cinco centavos). Na fase de habilitação a concorrente atendeu ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT, 14 de Dezembro de 2009.

VANILZA R. CHAGAS
Pregoeira

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2009 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT, torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DE COPA E CONZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**".** Onde as empresas sagraram se vencedoras na fase de lances a empresa: **SUPERMERCADO BOERI LTDA – ME,** com o valor total de **R$ 37.685,47 (trinta e sete mil e seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e sete centavos)**. Na fase de habilitação a concorrente atendeu ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT, 14 de Dezembro de 2009.

VANILZA R. CHAGAS
Pregoeira

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2009 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT, torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é "**Aquisição de Livros para Divulgação da Lei Maria da Penha em atendimento da Secretaria de Assistência Social junto a esta Administração".**.Iniciada a sessão, a PREGOEIRA,constatou que não compareceu, nenhuma empresa para oferecer proposta de preços, assim sendo, a Pregoeira declarou o evento como **deserto**. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT, 15 de Dezembro de 2009.

VANILZA R. CHAGAS
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Poconé

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO:

Termo aditivo ao Contrato n° 137/2009
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: HENRIQUE REI DO CARMO
Aditivo (s): a.1 – Será acrescida a Cláusula segunda do Contrato nº 137/09, o valor de R$ 550,00 (quinhentos e cinqüenta reais), que serão pagos em única parcela no dia 18 de dezembro de2009.

a.2 — Será acrescida a Cláusula Terceira do Contrato nº 137/09, referente ao prazo de duração, a vigência pelo prazo de 07/12/2009 a 31/12/2009.

Termo aditivo ao Contrato n° 138/2009
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: JOÃO BENEDITO SANTOS DE ALMEIDA
Aditivo (s): a.1 – Será acrescida a Cláusula segunda do Contrato nº 138/09, o valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), que serão pagos em única parcela no dia 18 de dezembro de2009.

a.2 — Será acrescida a Cláusula Terceira do Contrato nº 138/09, referente ao prazo de duração, a vigência pelo prazo de 07/12/2009 a 31/12/2009.

Termo aditivo ao Contrato n° 139/2009
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: RONEI ARRUDA DOS SANTOS
Aditivo (s): a.1 – Será acrescida a Cláusula segunda do Contrato nº 139/09, o valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), que serão pagos em única parcela no dia 18 de dezembro de2009.

a.2 — Será acrescida a Cláusula Terceira do Contrato nº 139/09, referente ao prazo de duração, a vigência pelo prazo de 07/12/2009 a 31/12/2009.

Termo aditivo ao Contrato n° 212/2009
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: ANDSON SEBASTIÃO DA SILVA
Aditivo (s): a.1 – Será acrescida a Cláusula segunda do Contrato nº 212/09, o valor de R$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), que serão pagos em única parcela no dia 18 de dezembro de2009.

a.2 — Será acrescida a Cláusula Terceira do Contrato nº 139/09, referente ao prazo de duração, a vigência pelo prazo de 07/12/2009 a 31/12/2009.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO:

Contrato n° 224/2009
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: M. P MAGALHÃES - ME
Motivo: Rescisão unilateralmente por parte da Contratante, tendo em vista que a Contratada não vem cumprindo com os seus deveres impostos pela Lei e pelo Contrato.
Data da Rescisão: 14/12/2009

Atenciosamente.

Clóvis Damião Martins
Prefeito Municipal de Poconé

LEI MUNICIPAL Nº 1.551 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2009.

"DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2010 A 2013 – PPA 2010/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2010/2013 em cumprimento ao que dispõe o Art. 165, § 1º, da Constituição Federal, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Municipal para as despesas de capital, outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma das tabelas em Anexo.

Parágrafo Único Os valores constantes do Plano Plurianual 2010/2013 são referencias, estimados com base nos preços médios de 2010 e não se constituirão em limites a programação das despesas anuais, expressas nas Leis Orçamentárias e seus respectivos créditos adicionais.

Art. 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais serão elaborados em compatibilidade com os objetivos, diretrizes e metas dos programas constantes do presente plano, e observará as normas estabelecidas na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e demais leis que disciplinam a matéria.

Art. 3º A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro estabelecerá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício seguinte em consonância com os anexos deste PPA.

Art. 4º A Lei de Diretrizes Orçamentárias definirá a estrutura, organização e as normas para a elaboração e execução do orçamento anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária, conterá disposições sobre a administração da dívida pública, estabelecerá a política pessoal relacionada aos planos de cargos e salários, reenquadramento de pessoal, reajuste salarial, bem como da alteração da estrutura administrativa, do aumento do número de vagas no quadro funcional da administração direta, a realização de concursos ou processos seletivos públicos, e demais exigências da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo Único A expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta aumento da despesa observará obrigatoriamente, a Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, de acordo com o demonstrativo integrante do Anexo de Metas Fiscais, da LDO Anual.

Art. 5º Serão considerados na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias Anuais os efeitos de alterações na legislação tributária, atos decorrentes de concessões e ou reduções de isenções fiscais, revisões de alíquotas dos tributos de competência do Município e os resultados decorrentes do aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança de tributos e da dívida ativa.

Art. 6º A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas será proposta pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei específico.

Parágrafo Único No caso de inclusão de novo programa, o projeto de lei deverá estabelecer a completa identificação, mencionando o nome do Programa, o seu objetivo, indicadores e público-alvo.

Art. 7º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderá ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações conseqüentes.

Parágrafo Único De acordo com o disposto no *caput* fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na lei orçamentária anual.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 9º Os programas integrantes do presente Plano Plurianual serão monitorados e avaliados, devendo ser elaborado o Relatório de Avaliação Anualmente.

§ 1º Para atendimento ao disposto neste artigo, o Poder Executivo instituirá o Sistema de Monitoramento e Avaliação, sob a coordenação da Unidade de Controle Interno, a quem caberá definir as diretrizes e orientações técnicas para a avaliação.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Poconé, 21 de Dezembro de 2009.

CLÓVIS DAMIÃO MARTINS
Prefeito Municipal de Poconé-MT

LEI MUNICIPAL Nº 1.553 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009.

INSTITUI NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DE POCONÉ - MT E REVOGA A LEI DE Nº 827, DE 1990, E A LEI 1.154 DE 26 DE ABRIL DE 1999.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º A competência legislativa do Município em matéria tributária é assegurada pelo disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, pela Constituição do Estado de Mato Grosso e pela Lei Orgânica do Município de Poconé, e é exercida pelo Poder Legislativo Municipal.

LIVRO PRIMEIRO
PARTE ESPECIAL – TRIBUTOS

TÍTULO I
DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A Legislação Tributária Municipal compreende as leis, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos da competência municipal.

Parágrafo Único São normas complementares das leis e dos decretos:

I **–** as portarias, instruções, avisos, ordens de serviço e outros atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
II **–** as decisões dos órgãos componentes das instâncias administrativas julgadoras;
III **–** as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
IV **–** os convênios que o Município celebre com as entidades da administração direta ou indireta da união, dos Estados ou dos municípios**.**

Art. 3º A competência tributária do Município, disciplinada por esta Lei, compreende:

I **– impostos sobre:**
a) Propriedade predial e territorial urbana - IPTU;
b) Transmissão ***inter vivos***, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição - ITBI;
c) ISSQN – Imposto sobre serviço de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II da Constituição Federal de 1988, definidos em lei complementar ;
II **– taxas**, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição:
a) Taxa de serviços públicos, relata:
1 Coleta de lixo;
2 Iluminação publica
3 Conservação via e logradouro públicos
4 Limpeza publica
b) Taxa de licença relativa:
· Localização e funcionamento de estabelecimento
· Funcionamento de estabelecimento em horário especial
· Veiculação de publicidade em geral
· Execução de obras, arruamento e loteamento
· Abate de animais
· Ocupação de terrenos ou vias e logradouros públicos
· Extração e comercialização de bens minerais
c) Taxa de conservação ecológica
· Voucher Turístico Único
III **– contribuição de melhoria**, decorrente de obras públicas;

CAPÍTULO II

DAS LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 4º É vedado à Administração Tributária:

I **-** exigir tributo não previsto nesta Lei;
II **-** aumentar tributo sem que a lei o estabeleça;
III **–** utilizar tributos com efeito de confisco;
IV- cobrar tributos:
a) Relativos a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência desta
Lei ou de outra lei que os instituir ou aumentar;
b) No mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
V **-** estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

Parágrafo Único Para conferir efetividade aos objetivos de pessoalidade dos impostos e da sua graduação segundo a capacidade econômica do contribuinte fica facultado à Administração Tributária, sempre que possível e respeitados os direitos individuais e as prescrições desta Lei, identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do sujeito passivo da obrigação.

Art. 5º A lei tributária tem aplicação em todo o território do Município e estabelece a relação jurídico-tributária, no momento em que tiver lugar o ato ou fato tributável, salvo disposições em contrário.

CAPÍTULO III

DAS IMUNIDADES GENÉRICAS DOS IMPOSTOS E DAS ISENÇÕES

Art. 6º São imunes dos impostos municipais:

I **-** o patrimônio, a renda ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
II **-** os templos de qualquer culto;
III **-** o patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos políticos, inclusive suas Fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos deste e do Código Tributário Nacional;
IV **-** os livros, jornais e periódicos e o papel destinado a sua impressão;

§ 1º A imunidade prevista no inciso I é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder Público, no que se refere aos patrimônios, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 2º As imunidades referidas no inciso I e no parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou, que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.

§ 3º As imunidades expressas nos incisos II e III compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades neles mencionadas.

§ 4º O reconhecimento da imunidade de que trata o inciso III é subordinado à efetiva observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I **-** não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;
II **-** aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
III **-** manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;
IV **-** fim público, sem qualquer discriminação quanto aos beneficiados;

V - ausência de remuneração para seus dirigentes e conselheiros.

§ 5º O disposto neste artigo não exclui a atribuição, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caibam reter na fonte e não as dispensam da prática de atos, previstos nesta Lei ou na legislação tributária, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

Art. 7º A concessão de isenções ou favores fiscais apoiar-se-á sempre em razões de ordem pública ou de interesse do Município, não podendo ter caráter pessoal e dependerá de lei aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Vereadores.

§ 1º A lei que conceder a isenção especificará as condições e requisitos exigidos, o prazo de sua duração e os tributos a que se aplica.

§ 2º Entende-se como favor pessoal não permitido, a concessão em lei de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

§ 3º As isenções estão condicionadas à renovação anual e deverão ser requeridas no mês de outubro de cada ano e serão reconhecidas por ato do Prefeito.

Art. 8º Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para a concessão ou o desaparecimento das condições que a motivaram, será a isenção obrigatoriamente cancelada.

Art. 9º Salvo disposição de lei em contrário, a imunidade e a isenção não são extensivas:

I – às taxas e às contribuições de melhoria;
II – aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão

TÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU

CAPÍTULO I

DO CADASTRO FISCAL

Art. 10 O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende:
I - o Cadastro Imobiliário;
II - o Cadastro de Atividades Econômicas.

§ 1º O Cadastro Imobiliário compreende:

a) Os terrenos vagos existentes nas áreas urbanas, urbanizáveis ou de expansão urbana do Município;
b) Os terrenos edificados ou que vierem a ser edificados nas áreas urbanas, urbanizáveis ou de expansão urbana do Município.

§ 2º O Cadastro de Atividades Econômicas, compreende os estabelecimentos de produção, inclusive agropecuários, de indústria e comércio, habituais e lucrativos, as empresas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo, prestadores de serviços sujeito à tributação municipal, as sociedades civis e fundações, bem como os que exercem o comércio eventual de ambulantes.

Art. 11 Todos os proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis mencionados no Parágrafo Primeiro do artigo anterior, bem como todas as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam, no território do Município de Poconé, qualquer atividade econômica legalmente permitida, de natureza civil ou comercial, mesmo sem finalidade lucrativa, referidas no Parágrafo Segundo do artigo anterior, estão sujeitos à inscrição obrigatória no Cadastro Fiscal da Prefeitura.

Art. 12 O Poder Executivo poderá celebrar convênios com a União e o Estado, visando a utilizar os dados e os elementos cadastrais disponíveis.

Art. 13 A Prefeitura poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastros a fim de atender à organização fazendária dos tributos de sua competência.

CAPÍTULO II

DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Art. 14 Todos os imóveis, inclusive os que gozarem de imunidade ou de isenção, situados nas áreas urbanas, urbanizáveis ou de expansão urbana do Município, deverão ser inscritos no Cadastro Imobiliário de Prefeitura, de acordo com a Legislação Municipal.

§ 1º A inscrição de que trata este artigo, será da responsabilidade:

a) do proprietário ou seu representante legal, devidamente averbado;
b) dos condôminos, em se tratando de condomínio;
c) do compromissário comprador, nos casos de compromisso de compra e venda, inscrito no Registro de Imóvel;
d) do Inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.

§ 2º A inscrição far-se-á em formulário próprio, aprovado pela Prefeitura,
O qual o contribuinte ou seu representante declarará, sob sua exclusiva responsabilidade e sem prejuízo de outros elementos que venham a exigir-se em regulamento:

I - Tratando-se de imóvel não construído:
a) nome e qualificação;
b) nome do procurador ou representante legal;
c) local do imóvel e denominação do bairro, vila, loteamento ou logradouro em que esteja situado;
d) área e dimensão do terreno, bem como as confrontações;
e) valor do imóvel;
f) dados do título de aquisição da propriedade ou do domínio útil;
g) qualidade em que a posse é exercida;
h) endereço para entrega do aviso;
i) localização do imóvel, segundo esboço ou “croquis” que anexará;
j) certidão de quitação do imóvel;
II - tratando-se de imóvel construído:
a) nome e qualificação;
b) número da inscrição anterior;
c) localização;
d) área do terreno e da construção, por pavimentos, área total da edificação, inclusive pequenas construções;
e) valor do imóvel;
f) aluguel efetivo anual;
g) dados do titulo de aquisição da propriedade ou do domínio útil;
h) qualidade em que a posse é exercida;
i) certidão de quitação do imóvel;

Art. 15 A inscrição deverá ser feita dentro de 30 (trinta) dias, contados:

I - para os imóveis não construídos:
a) convocação por edital, que vier a ser feita pela Prefeitura, por zonas ou setores fiscais, parcial ou englobadamente;
b) da aquisição que importe em desmembramento do imóvel ou em constituição de parte ideal;
c) da alteração da forma do lote, por medida judicial ou por acessão, como definida na lei civil;
d) da demolição ou do perecimento da edificação existente no imóvel.
II - para os imóveis construídos:
a) da convocação por edital, que vier a ser feita pela Prefeitura, por zonas ou setores fiscais, parcial ou englobadamente;
b) da conclusão da edificação;
c) da aquisição que importe em desdobramento do imóvel ou em constituição de parte ideal.

Art. 16 Serão objeto de uma única inscrição, obrigatoriamente acompanhada de planta, as glebas brutas, desprovidas de melhoramentos, cuja utilização dependa de obras de urbanização.

Art. 17 A inscrição de que trata este Capítulo é obrigatória, estendendo-se a imóveis já inscritos ou sujeitos a inscrição por lei anterior.

Art. 18 Deverão ser comunicados ao Cadastro Imobiliário da Prefeitura, em formulário próprio aprovado por esta, dentro de 30 (trinta) dias contados da respectiva ocorrência:

I - as transcrições, no Registro de Imóveis de títulos e de aquisição de terrenos, mediante averbação;
II - as promessas de venda e compra de terrenos inscritas no Registro de Imóveis e a cessão de direitos destas;
III - as aquisições de imóveis construídos;
IV - as reformas, ampliações ou modificações de uso de imóveis construídos;
V - outros fatos ou circunstâncias que possam afetar a incidência ou o cálculo do imposto.

§ 1º As comunicações serão promovidas: as do item I, pelos respectivos adquirentes; as do item II, pelos respectivos promitentes compradores ou cessionários e os dos demais itens, pelo sujeito passivo.

§ 2º A obrigação prevista no item I estende-se, no caso de áreas arruadas ou loteadas em curso de venda, ao vendedor e ao cedente dos direitos relativos à promessa de venda e compra.

Art. 19 Para efeitos cadastrais, consideram-se sonegados à inscrição, os imóveis não inscritos no prazo e forma regulares e aqueles cujos formulários de inscrição apresentem falsidade, má-fé ou dolo quanto a qualquer elemento da declaração obrigatória.

Parágrafo Único Nos casos mencionados neste artigo, a inscrição será de ofício, através dos dados contidos no Auto de Infração e demais elementos ao alcance da repartição.

Art. 20 Para complementar a inscrição no Cadastro Imobiliário, dos imóveis urbanos, são os responsáveis mencionados no Par. 1º do artigo 14, obrigado a fornecer os elementos solicitados pelo órgão competente.

Parágrafo Único As informações solicitadas serão fornecidas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da solicitação, sob pena de multa prevista neste Código para os faltosos.

Art. 21 Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes e dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde correr a ação.

Parágrafo Único Inclui-se também na situação prevista neste artigo, o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

Art. 22 Os responsáveis por loteamento ficam obrigados a fornecer, até o dia 5 (cinco) de cada mês, ao órgão fazendário competente, relação dos lotes que no mês anterior tenham sido alienados ou cujo contrato de compra e venda tenha sido rescindida, mencionando o nome do comprador e o endereço, os números do quarteirão e do lote e o valor, o número de inscrição, livro e folhas do registro competente, juntamente com a certidão de quitação dos imóveis alterados, a fim de ser feita a anotação no Cadastro Imobiliário.

Art. 23 A concessão de "habite-se" à edificação nova ou a aceitação de obras em edificação, reconstruída ou reformada, só se completará com a remessa do processo respectivo à repartição municipal competente e a certidão desta de que foi atualizada a respectiva inscrição no Cadastro Imobiliário, devendo o requerente já estar inscrito neste Cadastro.

CAPÍTULO III

DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR DO IPTU

Art. 24 O imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana ou urbanizável do Município, independentemente de sua forma, estrutura ou destinação.

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida na legislação municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 02 (dois) dos itens seguintes, constituídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento com canalização de água pluvial;
II - abastecimento d'água;
III - sistema de esgotos sanitários;
IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento domiciliar;
V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º - Considera-se, também, zona urbanizável ou de expansão urbana, a constante de loteamento, destinada a habitação, indústria ou comércio.

Art. 25 O imposto é anual e a obrigação de pagá-lo se transmite ao adquirente da propriedade do imóvel ou dos direitos a ele relativos.

Art. 26 Considera-se ocorrido o fato gerador a 1º (primeiro) de janeiro de cada ano, ressalvados:

I - os prédios construídos ou reformados durante o exercício, cujo fato gerador ocorrerá na data da concessão do "habite-se", ou ainda, quando constatada a conclusão da construção ou reforma, independentemente da expedição do referido alvará;
II - os imóveis que forem objeto de parcelamento do solo durante o exercício, cujo fato gerador ocorrerá na data da aprovação do projeto pelo órgão competente da municipalidade.

CAPÍTULO IV

DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 27 São imunes do imposto predial e territorial urbano:
I – Os imóveis pertencentes à União, ao Estado e ao Município, desde que vinculado às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes, excetuando os relacionamentos com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário;
II – Os imóveis pertencentes aos partidos políticos, às suas fundações, às entidades sindicais dos trabalhadores, às instituições de educação, e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei, e desde que relacionados com as finalidades essenciais destas entidades;
III – O imóvel onde está construído templo de qualquer culto e demais construções existentes no mesmo imóvel, desde que relacionados com as finalidades essenciais dos referidos templos;

CAPÍTULO V

DA ISENÇÃO

Art. 28 São isentos do imposto predial e territorial urbano todos aqueles assim considerados em lei específica.

Parágrafo único A isenção de que trata o presente artigo não é extensivo aos imóveis sublocados.

Art. 30 O imposto predial e territorial urbano constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão da propriedade ou de direitos reais a ela relativos.

Art. 31 Para a lavratura de escritura pública e inscrição de contratos ou promessas de compra e venda relativa à bem imóvel, é obrigatória a apresentação de certidão negativa de tributos sobre a propriedade, fornecida pelo órgão competente da Prefeitura.

CAPÍTULO VI

DOS CONTRIBUINTES E DOS RESPONSÁVEIS

Art. 32 Contribuinte do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é o proprietário do imóvel, o titular do domínio útil ou o seu possuidor.

Art. 33 Poderá ser considerado responsável pelo imposto, quando do lançamento, qualquer dos possuidores, diretos ou indiretos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais possuidores.

§ 1º O espólio é responsável pelo pagamento do imposto relativo aos imóveis que pertenciam ao "de cujus".

§ 2º A massa falida é responsável pelo pagamento do imposto relativo aos imóveis de propriedade do comerciante falido.

CAPÍTULO VII

DA ALÍQUOTA E DA BASE DE CÁLCULO

Art. 34 – A base de cálculo do imposto é o valor venal do Bem Imóvel.
No cálculo do Imposto, a alíquota a ser aplicada sobre o valor venal do móvel será de:

I - Tratando-se de terreno, fica fixada a seguinte progressividade:

a) No primeiro ano 3%
b) No segundo ano 3,5%
c) No terceiro ano 4,0%
d) No quarto ano 4,5%
e) A partir do quinto ano 5,0%

II- 1% (um por cento), tratando-se de prédio.

Art. 35 O valor venal do bem Imóvel será conhecido:

I - tratando-se de prédio, pela multiplicação do valor de metro quadrado de cada tipo de edificação, aplicados os fatores corretivos dos componentes da construção, pela metragem da construção, somando o resultado ao valor do terreno, observada a tabela de valores de construção e conforme regulamento.

II- tratando-se de terreno, levando-se em consideração as suas medidas aplicados os fatores corretivos, observada a tabela de valores de terreno e conforme regulamento.

III- Quando num mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, será calculada a fração do terreno, conforme regulamento.

IV- Será atualizado, anualmente, antes da ocorrência do fato gerador, o valor venal dos imóveis levando-se em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas recebidos pela área onde se localizem, bem como os preços correntes no mercado.

§ 1º O valor venal do terreno será obtido através dos dados constantes da Planta de Valores Unitários de Terrenos, na qual se levarão em conta, para avaliação, os seguintes elementos:

I **-** o índice de valorização correspondente à zona em que estiver situado o terreno;

II **-** o preço do terreno nas últimas transações de compra e venda realizadas nas zonas respectivas, segundo o mercado imobiliário local;

III - a forma, as dimensões, a localização, os acidentes geográficos e outras características do terreno;

IV - os serviços públicos e os melhoramentos urbanos existentes nos logradouros;

V - quaisquer outros dados informativos obtidos pelas repartições competentes.

§ 2º O valor venal da construção será calculado através da Tabela de Preços de Construções, levando-se em conta os seguintes fatores:

I - padrão ou tipo de construção;

II - a área construída;

III - o valor unitário de m² da construção.

§ 3º A planta de Valores Unitários de Terrenos, bem como qualquer outra tabela que concorra para a fixação da base de cálculo do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, serão atualizadas anualmente por Decreto do Executivo.

A tabela de preços de construções bem como qualquer outra tabela que concorra para a fixação da base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial urbana, serão atualizadas anualmente por Decreto do Executivo.

Art. 36 Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, §4º, II, da Constituição Federal, o IPTU poderá:

I **–** ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

II **–** ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel;

CAPITULO VIII

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 37 O lançamento do imposto predial e territorial urbano, sempre que possível, será feito em conjunto com os demais tributos que recaem sobre o imóvel, tomando-se por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior.

Art. 38 Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver inscrito o imóvel no Cadastro Fiscal Imobiliário.

§ 1º No caso de condomínio de terreno não edificado, figurará o lançamento em nome de todos os condôminos.

§ 2º Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados um a um, em nome dos proprietários condôminos.

§ 3º Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio e, feita a partilha, será transferido para o nome dos sucessores; para esse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.

§ 4º Os imóveis pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobrestado, serão lançados em nome do mesmo, que responderá pelo tributo até que, julgado o inventário, se façam as necessárias modificações.

§ 5º O lançamento do IPTU de imóvel pertencente às massas falidas ou sociedades em liquidação, será feito em nome das mesmas, mas os avisos ou notificação serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

§ 6º No caso de imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento do IPTU será feito em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador, se em nome deste estiver inscrito no Registro competente.

§ 7º Quando verificada a falta de dados no Cadastro Imobiliário necessários ao lançamento do imposto, decorrente da existência de imóvel não cadastrado, ou nos casos de reforma ou modificação do uso sem a prévia licença do órgão competente, o lançamento será efetuado com base nos dados apurados mediante ação fiscal.

§ 8º No caso das construções ou edificações sem licença ou sem obediência às normas vigentes, e de benfeitorias realizadas em terreno de titularidade desconhecida, será promovida sua inscrição no Cadastro Imobiliário, a título precário, unicamente para efeitos tributários.

§ 9º A inscrição e os efeitos tributários, nos casos a que se refere o parágrafo anterior não criam direitos para o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, e não impedem o Município de exercer o direito de promover a adaptação da construção às prescrições legais, ou a sua demolição, independentemente de outras medidas cabíveis.

Art. 39 O lançamento e o recolhimento do imposto serão efetuados na época e pela forma estabelecida em regulamento e os sujeitos passivos serão notificados:

I **–** por uma única publicação por meio de veiculo de imprensa de grande circulação, em relação aos lançamentos pela ocorrência dos fatos geradores, que conterá:

a) a data do pagamento do imposto;
b) o prazo para recebimento do carnê no endereço de cobrança do imóvel pelo sujeito passivo ou seu representante;
c) a data a partir da qual o sujeito passivo deverá solicitar o carnê no âmbito da Secretaria de Finanças, caso não tenha recebido na forma prevista na alínea anterior.

II – Nos demais casos, por meio da entrega do carnê ao sujeito passivo ou seu representante, mediante protocolo.

III – O imposto será pago de uma vez ou parceladamente, na forma e prazo definidos em regulamento.

a) O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única gozará de descontos definidos em regulamento.

b) O pagamento das parcelas vincendas só poderá ser efetuado após o pagamento das parcelas vencidas.

CAPÍTULO IX

DAS MULTAS

Art. 40 Constituem infrações passíveis de multa, por qualquer das pessoas indicadas no art.14:

I – de R$ 105,00 (cento e cinco) Reais, a falta de comunicação, por unidade imobiliária:
a) da aquisição do imóvel, transferência do domínio útil;
b) de outros atos ou circunstâncias que possam afetar a incidência, o cálculo ou a administração do imposto;

II – de R$210,00 (duzentos e dez) Reais, o gozo indevido da isenção;

III – de R$ 420,00 (quatrocentos e vinte) Reais:
a) a instrução de pedido de isenção do imposto com documentos que contenham falsidade, no todo ou em parte;
b) a falta de comunicação, para efeito de inscrição e lançamento, de edificação realizada**;**
c) a falta de comunicação de reforma ou modificação de uso;
d) embaraço a ação fiscal.

IV – de R$ 56,00 (cinqüenta e seis) Reais por imóvel do descumprimento do disposto nos artigos **18 e 22** desta Lei.

V - de 100% (cem por cento) do valor do imposto devido, a inobservância do disposto no art. 31 desta Lei.

§ 1º As multas previstas nos incisos I a V deste artigo serão propostas mediante notificação fiscal ou auto de infração para cada imóvel, ainda que pertencente ao mesmo contribuinte.

§ 2º A reincidência em infração da mesma natureza será punida com multa em dobro.

§ 3º Para fins deste artigo, considera-se reincidência a repetição de falta idêntica nos 05 (cinco) anos posteriores ao trânsito em julgado na esfera administrativa ou ao efetivo recolhimento do débito por parte do contribuinte.

§ 4º A infração de que trata o inciso V deste artigo, por parte dos oficiais dos Cartórios de Ofícios de Notas e dos Cartórios de Registro Geral de Imóveis, sujeitá-los-á ao pagamento da multa devida.

Art. 41 O valor das multas previstas no artigo antecedente será reduzido de:

I - de 50% (cinqüenta por cento) se o sujeito passivo, no prazo de defesa, reconhecer a procedência da medida fiscal e efetuar ou iniciar, no mesmo prazo, o recolhimento do crédito tributário exigido.

II **-** de 30% (trinta por cento) se o sujeito passivo impugnar o lançamento e, após o prazo de defesa e antes de transcorrido o prazo recursal, pagar de uma só vez ou iniciar o pagamento parcelado do débito;

III - de 20% (vinte por cento) se o sujeito passivo pagar o débito de uma só vez, antes da sua inscrição em dívida ativa;

IV - de 10 % (dez por cento) se o sujeito passivo iniciar o pagamento parcelado do débito, antes da sua inscrição em dívida ativa.

Parágrafo Único As reduções acima previstas não são cumulativas, aplicando-se, em cada caso, a de maior valor, conforme o enquadramento do sujeito passivo nas hipóteses referidas.

Art. 42 Os tributos não recolhidos no prazo regulamentar e desde que não especificados em capítulo próprio, ficarão sujeitos às seguintes multas de mora, em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano, às Taxas e à Contribuição de Melhoria:

a) até 30 dias de atraso.....05% (cinco por cento);
b) de 31 a 60 dias de atraso.....10% (dez por cento);
c) de 61 a 90 dias de atraso.....15% (quinze por cento);
d) de 91 em diante..... 20% (vinte por cento);
e) quando efetivada através de processo de execução fiscal, nos termos da lei .....30% (trinta por cento);

Parágrafo Único Independentemente da aplicação das multas previstas neste artigo, a falta de recolhimento do tributo implicará na cobrança de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês ou fração de mês.

TÍTULO III

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA
CAPÍTULO I

DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 43 O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, tem como fato gerador a prestação de Serviços, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, ainda que esses não se constituam como atividades preponderantes do prestador de serviço, não compreendido na competência dos Estados e especificamente a prestação de serviços constantes da lista de serviços constante da Lei Complementar Federal nº. 116, de 31 de Julho de 2003, com relação:

1 – Serviços de informática e congêneres.
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.
1.02 – Programação.
1.03 – Processamento de dados e congêneres.
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
3.01 – Locação de bens móveis.
3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, **stands**, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
4 – Serviços de saúde, assistência médica e congênere.
4.01 – Medicina e biomedicina.
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
4.04 – Instrumentação cirúrgica.
4.05 – Acupuntura.
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 – Serviços farmacêuticos.
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudióloga.
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
4.10 – Nutrição.
4.11 – Obstetrícia.
4.12 – Odontologia.
4.13 – Ortopédica.
4.14 – Próteses sob encomenda.
4.15 – Psicanálise.
4.16 – Psicologia.
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
4.18 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congênere.
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congênere.
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congênere.

5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.
5.04 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congênere.
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinário.
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
6.05 – Centros de emagrecimento, **spa** e congêneres.
7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
7.04 – Demolição.
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
7.08 – Calafetação.
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
7.14 – Saneamento ambiental, inclusive purificação, tratamento, esgotamento sanitário e congênere.
7.15 – Tratamento e Purificação de Água
7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.
7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.
7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hoteis, hotéis residência, **residence-service**, **suite service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.
9.03 – Guias de turismo.
10 – Serviços de intermediação e congêneres.
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (**leasing**), de franquia (**franchising**) e de faturização (**factoring**).
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.
10.06 – Agenciamento marítimo.
10.07 – Agenciamento de notícias.
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 – Espetáculos teatrais.

12.02 – Exibições cinematográficas.

12.03 – Espetáculos circenses.

12.04 – Programas de auditório.

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 – Boates, **taxi-dancing** e congêneres.

12.07 – **Shows**, **ballet**, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 – Corridas e competições de animais.

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 – Execução de música.

12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, **shows**, **ballet**, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, **shows**, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.02 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.03 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.04 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 – Assistência técnica.

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congênere.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (**leasing**) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (**leasing**).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 – Franquia (**franchising**).

17.08 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.09 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.10 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.11 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.12 – Leilão e congêneres.

17.13 – Advocacia.

17.14 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.15 – Auditoria.

17.16 – Análise de Organização e Métodos.

17.17 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.18 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.19 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.20 – Estatística.

17.21 – Cobrança em geral.

17.22 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (**factoring**).

17.23 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 – Planos ou convênio funerários.

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier** e congêneres.

27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

Art. 44 O imposto incide sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 1º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionado não ficam sujeitos aos Impostos Sobre Operações Relativas á Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de

Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que na sua prestação envolva o fornecimento de mercadorias.

§ 2º O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

Art. 45 A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 46 O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviço para o exterior do País;

II - A prestação de serviço em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivos ou conselho fiscal de sociedade e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor intermediário no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimo monetário relativos a operações de credito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo Único Não se enquadram no disposto no inciso **I** os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 47 O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicilio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos inícios **I** a **XX,** quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliando, nas hipóteses desta Lei complementar;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem **3.05** da lista anexa;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem **7.02** e **7.19** da lista anexa;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem **7.04** da lista anexa;

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem **7.05** da lista anexa;

VI - da execução da variação, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem **7.09** da lista anexa;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem **7.10** da lista;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de arvores, no caso dos serviços descritos no subitem **7.11** da lista anexa;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem **7.12**;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem **7.16** da lista anexa;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encosta e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem **7.17** da lista anexa;

XI1 - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem **7.18** da lista anexa;

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem **11.01** da lista anexa;

XIV - dos bem ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem **11.02** da lista anexos;

XV - do armazenamento, depósitos, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem **11.04** da lista anexos;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitem do item **12**, exceto o **12.13**, da lista anexa;

XVII - do município onde esta sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem **16.01** da lista anexa;

XVIII - do estabelecimento do domador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem **17.05**, da lista anexa;

XIX - da feira, de exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem **17.10** da lista anexa;

XX - do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item **20** da lista anexa;

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem **3.04** da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem **22.01** da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em água marítima, excetuados os serviços descritos no subitem **20.01.**

§ 4º A lista de serviços, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade, comporta interpretação ampla e analógica na sua horizontalidade.

§ 5º A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não, expressamente, referidas, não criando direito novo, mas, apenas, completando o alcance do direito existente.

Art. 48 Para efeitos de incidência do ISSQN, considera-se:

I – Empresa:

a)- toda e qualquer pessoa jurídica, inclusive sociedade civil ou de fato, que exercer atividade econômica de prestação de serviços, firma individual e cooperativa;

b)- a pessoa física que admite para o exercício de sua atividade profissional mais de dois empregados e/ou um ou mais profissionais habilitados.

II – Profissional Autônomo:

a)- todo aquele que fornecer o próprio trabalho, habitualmente, sem subordinação hierárquica, dependência econômica ou jurídica e o profissional habilitado que, mesmo sendo sócio, empregado ou não, de sociedade de uni profissional, preste serviço em nome da sociedade assumindo responsabilidade pessoal;

III – Estabelecimento Prestador de Serviço:

a)- local onde se situa a intra-estrutura material e sejam executados os serviços, total ou parcialmente, de modo permanente ou temporário, independentemente do pessoal, prédio, materiais, máquinas, veículos e equipamentos usados serem próprios, contratados, alugados ou cedidos por terceiro, a qualquer título.

Parágrafo Único Considera-se como estabelecimento prestador de serviço aquele que reúna uma ou mais das seguintes condições:

I – A manutenção de pessoal, material, máquinas, veículos, instrumentos ou equipamentos necessários à execução dos serviços;

II – Estrutura organizacional, administrativa ou operacional, mantida através da sede, matriz, filial, agência, sucursal, escritório, loja, oficina, canteiro de obra, depósito e outras repartições da empresa;

III – Inscrição no órgão previdenciário;

IV – indicação como domicílio fiscal, para efeitos de tributos federais, estaduais e municipais;

V – Permanência, ou ânimo de permanecer no local para a exploração econômica de prestação de serviços, exteriorizada através do endereço e do telefone, em impressos e formulários, locação de imóvel, propaganda ou publicidade, fornecimento de energia elétrica ou água em nome do prestador de serviço, ou de seu representante.

VI – Cada estabelecimento do mesmo titulo, ainda que simples depósito, agência, escritório, oficina, garagem ou qualquer dependência, é considerado autônomo para efeitos de manutenção e escrituração de livros e documentos fiscais e recolhimento de imposto relativo aos serviços prestados.

Art. 49 - A incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza, independe:

I – da existência de estabelecimento fixo;

II – do cumprimento de quaisquer exigências legais e/ou administrativas relativa à prestação de serviço;

III – do fornecimento de materiais;

IV – do resultado econômico da atividade;

V – do recebimento do preço e/ou da forma de pagamento.

DA ALÍQUOTA E DA BASE DE CÁLCULO

Art. 50 A base de cálculo de Imposto é o preço do serviço, sobre o qual aplicar-se-ão a alíquota de 4% (quatro por cento), sobre o valor base de cálculo do serviço executado.

Art. 51 A base de cálculo do imposto sobre o serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte será determinada, anualmente, aplicando-se, a quantidade de Unidades de Referência Municipal -URM, por nível profissional, conforme a tabela para estimativa de ISSQN (Anexo tabela III).

§ 1º A prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte é o simples fornecimento de trabalho, por profissional autônomo, que não tenha, a seu serviço, empregado da mesma qualidade profissional.

§ 2º Não se considera serviço pessoal do próprio contribuinte o serviço prestado:

I - por firmas individuais;

II - em caráter permanente, sujeito as normas do tomador, ainda que por trabalhador autônomo.

Art. 52 Os profissionais autônomos recolherão o ISSQN em 03 (três) parcelas mensais, vencíveis a partir de janeiro de cada ano, no dia dez de cada mês, facultado o pagamento em parcela única com desconto de 10% (dez por cento).

Art. 53 Considera-se preço do serviço para efeito de incidência deste imposto, a receita bruta a ele correspondente, sem qualquer dedução, executados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição, e os que constarem expressamente da lista de serviços como deduzíveis, vedada qualquer interpretação extensiva ou analógica.

Parágrafo Único Quando os serviços descritos pelo subitem **3.04** da lista anexa forem prestados no território de mais de um município, a base de calculo será proporcional conforme o caso á extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, ou a números de postes, existentes em cada município.

Art. 54 Não se incluem na base de calculo do imposto sobre serviço de qualquer natureza:

I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens **7.02** e **7.05** da lista de serviços anexa a esta lei;

§ 1º O valor da dedução dos materiais previstos nos itens **7.02** e **7.05**, que trata o inciso **I** do parágrafo anterior, deverão ser comprovados contabilmente pela escrituração fiscal individualizada do material utilizado em cada obra, devendo ainda, serem acobertados por Notas Fiscais de compra, e comprovado a sua incorporação à obra, passando a integrar o patrimônio do tomador dos serviços, caracterizando a acessão física prevista no inciso II, art. 43 do Código Civil.

§ 2° Não sendo possível comprovar o montante e o valor dos materiais utilizados e incorporados à obra, exatamente na forma do parágrafo anterior, considerar-se-á como valor para a Base de Cálculo de incidência do ISSQN, o equivalente a 50% (cinqüenta por cento) do valor da Nota Fiscal e ou do valor contratado, como sendo de materiais incorporados, incidindo a alíquota de 4% (quatro por cento) sobre os 40% (quarenta por cento) restantes.

Art. 55 Na falta do preço do serviço, ou não sendo o mesmo desde logo conhecido, será adotado o preço corrente na praça.

§ 1º Na hipótese de cálculo efetuado do parágrafo anterior, qualquer diferença de preço que venha a ser efetivamente apurada acarretará a exigibilidade do imposto sobre o respectivo montante.

§ 2º Inexistindo preço corrente na praça, será ele fixado pela repartição fiscal, mediante estimativa dos elementos, conhecidos ou apurados.

§ 3º Em se tratando do ISSQN, incidente sobre todos os serviços prestados por estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, a base de cálculo será apurada cumulativamente sobre as receitas diretas e indiretas representadas estas últimas, dentre outras, pelos rendimentos de permanência não remunerada, decorrentes do produto de arrecadação em geral, efetuada pelos mesmos prestadores de serviços, em convênio com instituições públicas ou privadas desde que não incida o Imposto sobre Operações Financeiras - I.O.F.

Art. 56 Quando o volume ou a modalidade da prestação de serviços aconselhar, a critério da Prefeitura, tratamento fiscal mais adequado, o imposto poderá ser calculado por estimativa ***"de officio",*** observadas as seguintes normas relativas ao cálculo e recolhimento do tributo.

I - com base em informações do sujeito passivo em que outros elementos informativos serão estimados o valor provável das operações tributáveis e o do imposto total a recolher no exercício, um e outro dependem da aprovação da Fazenda Municipal.

II - o montante do imposto a recolher, assim estimado, será dividido para pagamento em parcelas transformado em Unidade Fiscal do Município, em número correspondente ao período em relação ao qual o imposto tiver sido estimado, observado disposições do Código Tributário Municipal.

III - o contribuinte submetido ao regime de estimativa poderá solicitar revisão do valor estimado no prazo de 30 (trinta) dias contado da data que tiver ciência do ato, fazendo juntada dos documentos que comprove suas alegações;

IV - findo o período para o qual se fez a estimativa ou deixando o sistema de ser aplicado, por qualquer motivo, serão apurados o preço real do serviço e o montante do tributo efetivamente devido pelo sujeito passivo, no período considerado;

V - verificada qualquer diferença entre o montante recolhido e o montante apurado, será ela;

a)- recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data do encerramento do período

considerado e independentemente de qualquer iniciativa fiscal, quando favorável ao fisco;

b)- restituída ou compensada mediante requerimento, no prazo de 30 (trinta) dias após o término do exercício da cessação da ação do sistema, quando favorável ao sujeito passivo, salvo quando, no exercício houver sido apurada, por qualquer forma, sonegação do imposto pelo sujeito passivo.

§ 1º O enquadramento ***"de officio"*** do sujeito passivo no regime da estimativa poderá, a critério da Fazenda Municipal, ser feito individualmente, por categorias de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, conforme disposto em Regulamento.

§ 2º O fisco poderá, a qualquer tempo e a seu critério, suspender a aplicação do sistema previsto neste artigo, de modo geral, em relação a qualquer estabelecimento ou a qualquer grupo de atividades.

§ 3º Poderá o fisco rever os valores estimados para determinado período, e, se for o caso, reajustar as prestações subseqüentes à revisão.

Do Recolhimento do ISSQN

Art. 57 O imposto será recolhido por meio de guia (DAM) preenchida pelo órgão competente ou pelo contribuinte, de acordo com o modelo

fornecido pela repartição, até 15 (quinze) dias do mês subseqüente ao da ocorrência do fato gerador do ISSQN.

§ 1º Considera-se devido o imposto dentro de cada mês, a partir da data:

I - do recebimento do preço do serviço, para as atividades de prestação de serviços em geral;

II - do recebimento do aviso de crédito, para os contribuintes que pagam imposto sobre as comissões recebidas;

III - da emissão da Nota Fiscal ou da Fatura para aqueles que possuam escritas, independentes do pagamento a ser efetuado ou não;

IV - antecipadamente, no ato da autenticação dos documentos de ingresso, no caso de jogo ou diversão pública em caráter esporádico ou promovido por estabelecimento ou pessoa não inscrita no Cadastro Imobiliário.

§ 2º As formas a prazos de recolhimento do imposto serão estipuladas por regulamento.

§ 3º É facultado ao Executivo, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade, adotar formas diversas de recolhimento, determinado, que este se faça por antecipação, operação por operação ou por estimativa em relação aos serviços de cada mês.

§ 4º Quando não houver movimento tributável, deverá o contribuinte relatar tal fato e recolher o Documento de Arrecadação Municipal – DAM negativo, sem valor de ISSQN, mas com o valor do emolumento, na mesma data determinada para o pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Art. 58 Os profissionais autônomos recolherão o ISSQN em 03 (três) parcelas mensais, vencíveis a partir de janeiro de cada ano, no dia dez de cada mês, facultado o pagamento em parcela única com desconto de 10% (dez por cento).

Parágrafo Único Os profissionais autônomos, deverão recolher o imposto conforme disposto na tabela estimativa de ISSQN anexa a esta lei.

Art. 59 No caso específico de construção civil é responsável pelo recolhimento do imposto o engenheiro ou a firma de construção civil que seja tecnicamente responsável pela obra.

§ 1º É irrelevante para o fisco as convenções entre particulares, nos contratos de empreitada ou subempreitada e na construção por administração, em casos de condomínio, não alterando a definição de sujeito passivo da obrigação tributária.

§ 2º É também responsável pelo recolhimento do imposto o sub-empreiteiro de obras de construção civil e hidráulica bem como os prestadores de serviços auxiliares de encanamento, eletricidade, carpintaria, marmorearia, serralheria e assemelhado.

§ 3º É responsável solidariamente, o proprietário de obra nova ou reforma de imóvel particular, em relação aos serviços de construção civil e hidráulica que lhe forem prestados sem a documentação fiscal correspondente, ou sem a prova do pagamento do imposto pelo prestador de serviços.

§ 4º O cálculo do ISSQN de que trata o parágrafo anterior deverá ser feito na base mínima dos preços fixados pelos órgãos competentes, em pauta que reflitam o corrente na praça.

Art. 60 Sem prejuízo das penalidades cabíveis, o prazo dos serviços poderá ser arbitrado de conformidade com os índices de preços de atividades assemelhadas, nos seguintes casos especiais:

I - quando o contribuinte não exibir a fiscalização os elementos necessários à comprovação do respectivo montante, inclusive nos casos de perda ou extravio dos livros ou documentos fiscais;

II - quando houver fundadas suspeitas de que os documentos fiscais não refletem o preço real dos serviços ou quando o declarado for notoriamente inferior ao corrente na praça;

III - quando o contribuinte não estiver inscrito no Cadastro Imobiliário da Prefeitura.

§ 1º O imposto é devido no Município:

I - quando o serviço for prestado através de estabelecimento situado no seu território, seja sede, filial, agência, sucursal ou escritório;

II - quando na falta de estabelecimento, houver domicílio do seu prestador no seu território;

III - quando a execução de obras de construção civil localizar-se no território;

IV - quando o prestador de serviço, ainda que autônomo, mesmo nele não domiciliado, venha exercer atividade no seu território, em caráter habitual ou permanente.

§ 2º O imposto não incide sobre os serviços:

I - com relação de emprego;

II - de trabalhadores avulsos;

III - de diretores e membros de Conselhos Consultivos ou Fiscais de Sociedades.

Do Lançamento e da Constituição do Crédito Tributário

Art. 61 O lançamento é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

§ 1º O Lançamento “de offício” será anual, nos termos da tabela de valores.

§ 2º O Executivo Municipal fixará prazo para recolhimento e/ou seu parcelamento.

Art. 62 Em conformidade com a categoria de serviços, o lançamento poderá ser mensal, trimestral, semestral ou anual.

Parágrafo Único Nesta modalidade de lançamento, quando a atividade tiver no curso do exercício fiscal, o imposto será lançado proporcionalmente aos meses restantes do ano em curso.

Art. 63 Enquanto não ocorrer à decadência tributária, poderá ser efetuado a constituição de crédito tributário, assim como a retificação do lançamento.

Art. 64 A constituição do crédito tributário é ato privado da autoridade administrativa, através do lançamento, atividade vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

§ 1º O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 2º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processo de aplicação de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgadas ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caos, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por período de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 65 A omissão ou erro de lançamento não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal nem de qualquer modo lhe aproveita.

§ 1º O lançamento efetuar-se-á com base nos dados constantes dos Cadastros Fiscais e nas declarações apresentadas pelos contribuintes, na forma nas épocas estabelecidas neste Código e em Regulamento.

§ 2º As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e à verificação do montante do crédito tributário correspondente.

Art. 66 O lançamento poderá ser feito de ofício ou por homologação, nos termos dos artigos 149 e 150 da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional.

§ 1º O lançamento e suas alterações serão comunicados aos contribuintes mediante notificação direta, ou, quando não for possível, por falta de elementos que devem constar do Cadastro Fiscal, através de edital publicado no Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, em 03 (três) edições consecutivas.

§ 2º Far-se-á revisão de lançamento sempre que se verificar erro na fixação da base tributária, ainda que os elementos indutivos dessa fixação hajam sido apurados diretamente pelo fisco.

§ 3º A qualquer tempo poderão ser efetuados lançamentos omitidos por quaisquer circunstâncias nas épocas próprias, promovidos lançamentos aditivos, retificados as falhas dos lançamentos existentes, bem como lançamentos substitutivos.

Art. 67 Os lançamentos efetuados "***de ofício"***, ou decorrentes de arbitramento, só poderão ser revistos em face da superveniência de prova irrecusável que modifique a base de cálculo utilizado do lançamento anterior, mediante requerimento do contribuinte, anexado aos documentos comprobatórios de suas alegações.

Parágrafo Único Sempre que houver dúvida sobre a exatidão das declarações dos contribuintes para efeito de tributação, poderá ser adotada uma fiscalização mais intensa no próprio local da atividade, durante período indeterminado.

Art. 68 Em caso de suspeita de sonegação fiscal faculta-se aos órgãos incumbidos da fiscalização tributária o arbitramento dos valores cujo montante não se possa conhecer exatamente, ou quando a atividade exercida pelo contribuinte recomende esta medida, sempre no critério do fisco:

I – o contribuinte não estiver cadastrado como prestador de serviços;
II – quando houverem fundadas suspeitas de que os documentos fiscais não refletem o preço real dos serviços declarados ou deixarem de emitir nota de prestação de serviços;
III – o contribuinte criar dificuldades para o fisco apurar sua receita bruta.

§ 1º - Para arbitramento da receita tributável, devem ser considerados, entre outros fatores, os preços de estabelecimento semelhantes, a natureza dos serviços prestados, o valor das instalações, máquinas, veículos e equipamentos e o número de empregados.

§ 2º - O Valor mensal da receita arbitrada não poderá ser inferior a soma das seguintes parcelas:
a)- ao valor das matérias primas consumidas durante o mês, salvo quando se tratar de contribuinte também sujeito ao imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS;
b)- ao valor total dos salários e encargos relativos ao período;
c)- ao valor da retirada dos sócios, diretores ou gerentes durante o período;
d)- à despesa mensal relativa ao consumo de água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguros,fornecedores e custos diversos.

§ 3º Na constatação de notas fiscais de prestação de serviços, da mesma série e número, de valores diversos entre as vias, o cálculo deverá ser feito pela média aritmética dos valores nelas constantes para as demais notas extraídas no mês.

§ 4º O resultado obtido na operação determinada no parágrafo anterior não poderá ser inferior a soma das notas fiscais emitidas durante o mês e, se o for, considerar-se-á apenas as diferenças verificadas nas notas fiscais com valores diversos.

§ 5º Verificada a omissão de qualquer documento paralelo à nota fiscal de prestação de serviço, o arbitramento deverá ser feito pela média aritmética dos valores dos documentos apreendidos, multiplicando pelo maior número seqüencial destes.

§ 6º No caso de construção civil, as anotações de responsabilidade técnica, emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura ou equivalente, também poderão ser utilizados como base para o arbitramento da base de cálculo do ISSQN.

Art. 69 O pagamento não importa em quitação do crédito fiscal, valendo o recibo apenas como prova de recolhimento da importância nele referida, continuando o contribuinte obrigado a satisfazer a quaisquer diferenças que venham a ser posteriormente apurados.

§ 1º Independente da quitação total ou parcial do tributo, poderão ser expedidos lançamentos complementares, sempre que se constatar a constituição de crédito a menor, que em razão de erro de fato, ou em razão de irregularidade administrativa.

§ 2º O prazo para a notificação da diferença a ser recolhida não poderá ser inferior a 10 (dez) dias da ciência do contribuinte da nova notificação.

Art. 70 No lançamento por homologação o sujeito passivo obriga-se a apurar e a recolher o imposto em documento próprio de arrecadação nos prazos fixados.

§ 1º A apuração do imposto a pagar será feita sob a responsabilidade do contribuinte, mediante lançamento em sua escrita fiscal e o respectivo recolhimento, o qual ficará sujeito a posterior homologação pela autoridade fiscal.

§ 2º Os contribuintes sujeitos ao pagamento mensal do imposto ficam obrigados a:

I – manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;
II – emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pela Administração, por ocasião da prestação dos serviços.

§ 3º Os livros e documentos fiscais são de exibição obrigatória à fiscalização, não podendo ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, são nos caos expressamente previstos em regulamento, ou desde que confiados a profissionais legalmente habilitados, estabelecidos em escritórios próprios e constando como responsáveis na ficha de cadastro econômico do Município.

§ 4º Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização e tendo em vista a natureza dos serviços prestados, o Poder Executivo Municipal poderá decretar, ou a autoridade administrativa por despacho fundamentado, permitir complementarmente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

§ 5º O fisco poderá requisitar a terceiros, e estes ficam obrigados a fornecer-lhe, todas as informações e dados referentes a fatos geradores de obrigação tributária para os quais tenham contribuído ou que devam conhecer, salvo quando, por força de Lei, sejam obrigados a guardar sigilo em relação a estes fatos:

a)- as informações obtidas por força deste parágrafo tem caráter sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa dos interesses fiscais da União, do Estado e deste Município;
b)- constitui falta grave, punível nos termos da Lei, a divulgação de informações obtidas no exame de conta e documentos exigidos pelo fisco municipal.

Do Sujeito Passivo

Art. 71 O sujeito passivo do imposto é a pessoa física ou jurídica prestadora de serviço.

§ 1º A prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte é o simples fornecimento de trabalho, por profissional autônomo, que não tenha, a seu serviço, empregado da mesma qualidade profissional.

§ 2º Não se considera serviço pessoal do próprio contribuinte o serviço prestado:

I - por firmas individuais;
II - em caráter permanente, sujeito as normas do tomador, ainda que por trabalhador autônomo.

Da Prestação de Serviço Sob a Forma de Sociedade de Profissional Liberal

Art. 72 Quando os serviços compreendidos na relação constante nesta Lei, forem prestados por sociedades uniprofissionais, estas ficarão sujeitas ao imposto na forma da seção anterior, calculado (mensalmente), levando-se em conta cada profissional habilitado, sócio, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da Lei aplicável.

§ 1º Não caracteriza sociedade uniprofissional, quando constituída na forma de empresa, ou possuir empregado não habilitados, ficando sujeito ao recolhimento do ISSQN, na forma de empresa.

§ 2º A base de cálculo do imposto sobre o serviço prestado por sociedades uniprofissional será por profissional habilitado, sócio, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da Lei aplicável, com os valores individuais da Tabela de estimativa de ISSQN.

Art. 73 Deixa de ser de profissional liberal, a sociedade em que se verifique qualquer uma das seguintes hipótese:

a) - sócio não habilitado para o exercício da atividade correspondente aos serviços prestados;
b) - sócio pessoa jurídica;
c) - quando a sociedade exercer, também, a atividade com caráter empresarial.

Da Prestação de Serviço sob a Forma da Pessoa Jurídica

Art. 74 A base de cálculo do imposto sobre o serviço prestado sob a forma de pessoa jurídica será determinada, mensalmente, com base no preço do serviço.

§ 1º O preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

§ 2º Na falta deste preço, ou não sendo ele desde logo conhecido, será ele fixado, mediante estimativa ou através de arbitramento.

§ 3º O preço do serviço ou receita bruta compõe o movimento econômico do mês em que for concluída sua prestação.

§ 4º Os sinais e adiantamentos recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço, integram a receita bruta no mês em que forem recebidos.

§ 5º Quando a prestação do serviço for subdividida em partes, considera-se devido o imposto no mês em que for concluída qualquer etapa contratual a que estiver vinculado à exigibilidade do preço do serviço.

§ 6º A aplicação das regras relativas à conclusão, total ou parcial, da prestação do serviço, independe do efetivo pagamento do preço do serviço ou do cumprimento de qualquer obrigação contratual assumida por um contratante em relação ao outro.

§ 7º As diferenças resultantes dos reajustamentos do preço dos serviços integrarão a receita do mês em que sua fixação se tornar definitiva.

Art. 75 Nas incorporações imobiliárias, quando o construtor cumular a sua qualidade com a de proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário do terreno ou de suas frações ideais, a base de cálculo será o preço contratado com os adquirentes de unidades autônomas, relativo às cotas de construção.

Parágrafo Único Considera-se, também, compromissadas as frações ideais vinculadas às unidades autônomas contratadas para entrega futura, em pagamento de bens, serviços ou direitos adquiridos inclusive terrenos.

Art. 76 Quando não forem especificados, nos contratos, os preços das frações ideais de terreno e das cotas de construção, o preço do serviço será a diferença entre o valor total do contrato e o valor resultante da multiplicação do preço de aquisição do terreno pela fração ideal vinculada à unidade contratada.

Parágrafo Único Nas incorporações imobiliárias, os financiamentos obtidos junto aos agentes financeiros compõem a apuração da base de cálculo, salvo nos casos em que todos os contratantes dos serviços ou adquirentes sejam financiados diretamente pelo incorporador.

Dos Hospitais, Sanatórios, Ambulatórios, Prontos Socorros, Casas de Saúde e de Repouso,
Clínica, Policlínica, Maternidades e Congêneres.

Art. 77 Os hospitais, sanatórios, ambulatórios, prontos socorros, casa de saúde e de repouso, clínicas, policlínicas, maternidades e congênere, terão o imposto calculado sobre a receita bruta ou movimento econômico resultante da prestação desses serviços, inclusive o valor da alimentação e dos medicamentos.

Parágrafo Único São considerados serviços correlatos e os curativos e as aplicações de injeções efetuadas no estabelecimento prestador do serviço ou a domicílio.

Dos Hotéis, Motéis, Pensões, Hospedarias, Pousadas, Dormitórios, Casas de Cômodos,
"Camping" e Congêneres

Art. 78 O imposto incidente sobre os serviços prestados por hotéis, pensões e congêneres será calculado sobre o preço da hospedagem e, ainda, sobre o valor da alimentação fornecida.

§ 1º Equiparam-se a hotéis, motéis e pensões, as pousadas, os dormitórios, as casas de cômodos, os "Campinas", os barco-hotel ou similares e congêneres.

§ 2º O imposto incidirá também sobre os serviços prestados por hotéis, pensões e congêneres e cobrados aos usuários, tais como:

I – locação, guarda ou estacionamento de veículos;
II - lavagem ou passagem a ferro de peças de vestuário;
III - serviços de barbearia, cabeleireiros, manicures, pedicures, tratamento de pele e outros serviços de salões de beleza;
IV - banhos, duchas, saunas, massagens, utilização de aparelhos para ginástica e congêneres;
V - aluguel de toalhas ou roupas;
VI - aluguel de aparelhos de televisão, videocassete ou sonoros;
VII - aluguel de salões para festas, congressos, exposições, cursos e outras atividades correlatas;
VIII - cobrança de telefonemas, telegramas, rádios, telex ou portes;
IX - aluguel de cofres;
X - comissões oriundas de atividades cambiais.

§ 3º Os hotéis e as pensões que possuam mais de 15 (quinze) unidades de hospedagem ficam obrigados a utilizar, além do Livro de Registro de Serviço Prestado, o Livro "Registro de Ocupação Hoteleira''.

§ 4º O livro "Registro de Ocupação Hoteleira'' será preenchido, diariamente, antes do horário de vencimento das diárias e conterá as seguintes informações":

I - o título: Livro "Registro de Ocupação Hoteleira";

II - o nome ou a razão social do estabelecimento;
III - o número de hóspedes;
IV - o número de unidades ocupadas;
V - o número de diárias vendidas, por tipo;
VI - o valor das diárias vendidas;
VII - a relação de unidades ocupadas;
VIII - os totais mensais relativos à ocupação hoteleira;
IX - observações diversas.

Do Serviço de Turismo

Art. 79 São considerados serviços de turismo para os fins previstos nesta Lei:

I - agenciamento ou venda de passagens áreas, marítimas, fluviais e lacustres;
II - reserva de acomodação em hotéis e estabelecimentos similares no país e no exterior;
III - organização de viagens, peregrinações, excursões e passeios, dentro e fora do país;
IV - prestação de serviço especializado inclusive fornecimento de guias e intérpretes;
V - emissão de cupons de serviços turísticos;
VI - legalização de documentos de qualquer natureza para viajantes, inclusive serviços de despachantes;
VII - venda ou reserva de ingressos para espetáculos públicos esportivos ou artísticos;
VIII - exploração de serviços de transportes turísticos por conta própria ou de terceiros;
IX - outros serviços prestados pelas agências de turismo.

§ 1º Considera-se serviço de turismo, aquele efetuado por empresas registradas ou não nos órgãos de turismo, visando à exploração da atividade executada para fins de excursões, passeios, traslados ou viagens de grupos sociais, por conta própria ou através de agências, desde que caracterizada sua finalidade turística.

§ 2º A base de cálculo do imposto incluirá todas as receitas auferidas pelo prestador de serviços, inclusive:

I - as decorrentes de diferenças entre os valores cobrados do usuário e os valores efetivos dos serviços agenciados (“over-price”);
II - as passagens e hospedagens concedidas gratuitamente às empresas de turismo, quando negociadas com terceiros.

§ 3º São indedutíveis quaisquer despesas, tais como as de financiamento e de operações, as passagens e hospedagens dos guias e intérpretes, as comissões pagas a terceiros, as efetivadas com ônibus turístico, restaurantes, hotéis e outros.

Das Diversões Públicas

Art. 80 A base de cálculo do imposto incidente sobre diversões públicas é, quando se tratar de:

I - cinemas, auditórios, parques de diversões, o preço do ingresso, bilhete ou convite;
II - bilhares, boliches e outros jogos permitidos, o preço cobrado pela admissão ao jogo;
III - bailes e “shows”, o preço do ingresso, reserva de mesa ou “couvert” artístico;
IV - competições esportivas de natureza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador, inclusive as realizadas em auditórios de rádio ou televisão, o preço do ingresso ou da admissão ao espetáculo;
V - execução ou fornecimento de música por qualquer processo, o valor da ficha ou talão, ou da admissão ao espetáculo, na falta deste, o preço do contrato pela execução ou fornecimento da música;
VI - diversão pública denominada “dancing” é o preço do ingresso ou participação;
VII - apresentação de peças teatrais, música popular, concertos e recitais de música erudita, espetáculos folclóricos e populares realizado em caráter temporário, o preço do ingresso, bilhete ou convite;
VIII - espetáculo desportivo o preço do ingresso.

§ 1º Os empresários, proprietários, arrendatários, cessionários ou quem quer que seja responsável, individual ou coletivamente, por qualquer casa de divertimento público acessível mediante pagamento, são obrigados a dar bilhete, ingresso ou entrada individual ou coletiva, aos espectadores ou freqüentadores, sem exceção.

§ 2º Os documentos só terão valor quando chancelados em via única pelo órgão competente, exceto os bilhetes modelo único obrigatoriamente adotados pelos cinemas por exigência do Instituto Nacional do Cinema (INC).

§ 3º Cada ingresso deverá ser destacado, em rigorosa seqüência, no ato da venda, pelo encarregado da bilheteria.

§ 4º Os bilhetes, uma vez recebidos pelos porteiros, serão por estes depositados em urna aprovada pela Prefeitura, devidamente fechada e selada pelo órgão competente e que, só pelo representante legal deste, poderá ser aberta para verificação e inutilização dos bilhetes.

§ 5º Os divertimentos como bilhar, tiro ao alvo, autorama e outros assemelhados, que não emitam bilhete, ingresso ou admissão, serão lançados, mensalmente, de acordo com a receita bruta.

Art. 81 A critério do Fisco, o imposto incidente sobre os espetáculos avulsos poderá ser arbitrado.

§ 1º Entende-se por espetáculos avulsos as exibições esporádicas de sessões cinematográficas, teatrais “shows”, festivais, bailes, recitais ou congêneres, assim como temporadas circenses e de parques de diversões.

§ 2º O proprietário de local alugado para realização de espetáculos avulsos é obrigado a exigir do responsável ou patrocinador de tais divertimentos a comprovação do pagamento de imposto, na hipótese de arbitramento.

§ 3º Realizado qualquer espetáculo sem o cumprimento da obrigação tributária, ficará o proprietário do local onde se verificou a exibição responsável perante a Fazenda Pública Municipal pelo pagamento do tributo devido.
§ 4º Os responsáveis por qualquer casa ou local em que se realizem espetáculos de diversões ou exibição de filmes são obrigados a observar as seguintes normas:

I - dar bilhete específico a cada usuário de lugar avulso, camarote ou frisa;
II - colocar tabuleta na bilheteria, visível do exterior, de acordo com as instruções administrativas, que indique o preço dos ingressos;
III – comunicar, previamente, à autoridade competente, as lotações de seus estabelecimentos, bem como as datas e os horários de seus espetáculos e os preços dos ingressos.

Art. 82 O controle do uso dos ingressos, sua venda e inutilização deverão seguir as normas baixadas pelo órgão federal competente.

§ 1º O órgão tributário poderá aprovar modelos de mapas fiscais para controle do pagamento do imposto.

§ 2º A base de cálculo do imposto devido pelas empresas exibidoras de filmes cinematográficos será equivalente ao valor da receita bruta.

§ 3º Os livros e mapas fiscais das casas ou locais em que se realizem diversões poderão ser substituídos por borderô entregue ao órgão federal competente, contendo as características pertinentes ao ISSQN, de acordo com a legislação em vigor.

§ 4º As entidades públicas ou privadas, ainda que isentas do imposto ou dele imunes, são responsáveis pelo imposto incidente sobre o preço dos serviços de diversões públicas, prestados em locais de que sejam proprietárias, administradoras ou possuidoras a qualquer titulo.

§ 5º A responsabilidade de que trata este artigo será satisfeita mediante o pagamento do imposto retido das pessoas físicas ou jurídicas,

com fulcro no preço do serviço prestado, sendo aplicada a alíquota correspondente à atividade exercida.

Dos Serviços de Ensino

Art. 83 A base de cálculo do imposto devido pelos serviços de ensino compõe-se:

I - das anuidades, mensalidades, inclusive as taxas de inscrição e/ou matrículas, taxa de dependência;
II - da receita oriunda do material escolar, inclusive livros;
III - da receita oriunda dos transportes;
IV - da receita obtida pelo fornecimento de alimentação escolar;
V - de outras receitas obtidas, inclusive as decorrentes de acréscimos moratórios.

§ 1º - Fica instituído o Livro de Registro de Matriculas de Alunos para o ISSQN, ficando a critério do contribuinte o modelo a ser adotado, devendo o mesmo conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:
I - a denominação: Livro "Registro de Matrículas de Alunos" para o ISSQN;
II - o nome e o endereço do aluno;
III - o número e a data de matrícula;
IV - a série e o curso ministrados;
V - a data da baixa, transferência ou trancamento de matrícula;
VI - observações diversas;
VII - o nome, o endereço e os números da inscrição municipal, estadual e do CNPJ do impressor do livro,
a data e o número de folhas que o livro contenha e o número da Autorização de Impressão de Documentos Fiscais.

§ 2º Ao solicitar a autorização para impressão de documentos fiscais, deverá o contribuinte apresentar um modelo da impressão a ser executada.

§ 3º Os estabelecimentos que já possuírem o Livro de Matrícula de Alunos, instituído por outro órgão do Poder Público, ficam desobrigados da adoção do Livro de Registro de que trata este artigo.

§ 4º O estabelecimento particular de ensino poderá, em substituição à Nota Fiscal de Serviço, emitir Carnê de Pagamento de Prestações Escolares, no que se referem às mensalidades, semestralidades ou anuidades, bem como aos acréscimos moratórios, ou relação mensal nominal de pagamentos recebidos, acompanhados, esta, da emissão de nota fiscal única mensal.

§ 5º Nos demais casos previstos neste Regulamento, deverão ser utilizados Notas Fiscais de Serviço, desde que os mesmos não estejam incluídos nos carnês a que se refere este artigo.

§ 6º O Carnê de Pagamento de Prestações Escolares conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

I - a denominação: "Carnê de Pagamento de Prestação Escolar";
II - o número de ordem e, se for o caso, o nome do banco recebedor;
III - o nome, o endereço e os números de inscrição municipal e do CNPJ do estabelecimento emitente;
IV - o nome do aluno;
V - a matrícula do aluno;
VI - o valor da prestação e a indicação dos acréscimos cobrados a qualquer titulo.

§ 7º - A autorização para utilização dos carnês, a que se refere este artigo, obedecerá no que couber, às normas estabelecidas nesta Lei.

§ 8º - A autorização a que se refere o parágrafo anterior deverá ser mantida no estabelecimento respectivo, observadas as normas regulamentares exigidas para os livros e documentos fiscais.

§ 9º - Os carnês existentes nesta data poderão ser utilizados pelo sujeito passivo até o seu término.

Da Recauchutagem e Regeneração de Pneumáticos

Art. 84 O imposto sobre serviços de recauchutagem e regeneração de pneumáticos recai em qualquer etapa dos serviços, sejam estes destinados à comercialização ou ao proprietário, por encomenda, inclusive sobre os materiais utilizados nos serviços.

Da Reprodução de Matrizes, Desenhos e Textos

Art. 85 Nos serviços de reprodução de matrizes, desenhos e textos por qualquer processo, o imposto será devido pelo estabelecimento prestador do serviço.

Parágrafo Único Considera-se estabelecimento prestador, no caso de utilização de máquinas copiadoras, aquele onde as mesmas estiverem instaladas.

Da composição e Impressão Gráfica

Art. 86 O imposto incide sobre a prestação dos seguintes serviços, relacionados com o ramo das artes gráficas:

I - composição gráfica, clicheria, zincografia, litografia, foto litografia e outras matrizes de impressão;
II - encadernação de livros e revistas;
III - impressão gráfica em geral, com matéria-prima fornecida pelo encomendante ou adquirida de terceiros;
IV - acabamento gráfico.

§ 1º Não está sujeita à incidência do imposto sobre serviços confecção de impressos em geral, que se destinem à comercialização ou à industrialização.

§ 2º Os serviços gráficos por encomenda e personalizados, não destinados a comercialização, está sujeita apenas ao ISSQN, ainda que utilizado material na sua confecção, conforme entendimento já consolidado pelo STJ, através da Súmula nº. 156.

Dos Serviços de Transporte e de Agenciamento de Transporte

Art. 87 Estão sujeitos à incidência do imposto calculado sobre o preço da atividade desenvolvida, os seguintes serviços de transportes:

I - coletivo de passageiros e de cargas, o que é realizado em regime de autorização, concessão ou permissão do poder competente, cujo trajeto esteja contido nos limites geográficos do Município e que tenha itinerário certo e determinado, de natureza estritamente municipal;
II - individual de pessoas, de cargas e valores, o que é realizado em decorrência de livre acordo entre o transportador e o interessado, sem itinerário fixo.

Art. 88 Considera-se, também, transporte de natureza municipal o que se destina a municípios adjacentes, integrantes do mesmo mercado de trabalho, decorrente de contratos celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, ainda que sem autorização, concessão ou permissão do poder competente.

Parágrafo Único É vedado às empresas que exploram os serviços de transportes deduzir do movimento econômico os pagamentos efetuados a terceiros, a qualquer título.

Dos Serviços de Publicidade e Propaganda

Art. 89 Considera-se agência de propaganda a pessoa jurídica especializada nos métodos, na arte e na técnica publicitária, que estuda, concebe, executa e distribui propaganda aos veículos de divulgação, por ordem e conta de clientes anunciantes, com o objetivo de promover a venda de mercadorias, produtos e serviços, difundir idéias ou informar o público a respeito de organizações ou instituições a que servem.

Parágrafo Único Incluem-se no conceito de agência de propaganda os departamentos especializados de pessoas jurídicas que executam os serviços de propaganda e publicidade.

Art. 90 Nos serviços de publicidade e propaganda, a base de cálculo compreenderá:

I - o valor das comissões e honorários relativos à veiculação;
II - o preço relativo aos serviços de concepção, redação e produção;
III - a taxa de agenciamento cobrada dos clientes;
IV - o preço dos serviços especiais que executem, tais como pesquisa de mercado, promoção de vendas, relações públicas e outros ligados à atividade.

Da Distribuição, Venda de Bilhetes de Loteria e Aceitação de Apostas das Loterias Esportivas e de Números (Jogos)

Art. 91 Nos serviços de distribuição e venda de bilhetes, loterias esportivas e de números, compõem-se a base de cálculo as comissões ou vantagens auferidas pelo prestador do serviço.

Da Corretagem

Art. 92 Compreende-se como corretagem, a intermediação de operações com seguros, capitalização, câmbio, valores, bens móveis e imóveis, inclusive o agenciamento de cargas e de navios efetuado por agências de navegação e a respectiva interveniência na contratação de mão-de-obra para estiva e desestiva.

§ 1º O imposto incide sobre todas as comissões recebidas ou creditadas no mês, inclusive sobre aquelas auferidas por sócios ou dirigentes das empresas.
§ 2º As pessoas jurídicas que promovam a corretagem ou a intermediação na venda de imóveis deverão recolher o tributo sobre o movimento econômico resultante das comissões auferidas, a qualquer título, vedada qualquer dedução.

§ 3º Os contribuintes que prestam os serviços de que trata o artigo anterior ficam obrigados a manter, rigorosamente, escriturado o Livro de Registro de Opções de Venda, cujo modelo e tamanho ficam a critério do contribuinte, devendo, porém, o mesmo conter as seguintes indicações:

I - o nome do proprietário ou responsável pelo imóvel à venda;
II - a localização do imóvel ou o tipo de bem móvel;
III - o valor de venda constante da opção (oferecimento);
IV - a percentagem da comissão contratada, inclusive sobre o "over-price";
V - a data e o prazo da opção;
VI - o valor da venda, a data e o cartório em que for lavrada a escritura de compra e venda, se for o caso;
VII - o valor da comissão auferida;
VIII - o número da nota fiscal de entrada;
IX - observações diversas;
X - o nome, o endereço e os números de inscrição municipal, estadual e do CNPJ do impressor do livro.

Do Agenciamento Funerário

Art. 93 O imposto devido pelo agenciamento funerário tem como base de cálculo a receita bruta proveniente:

I - do fornecimento de urnas, caixões, coroas e paramentos;
II - do fornecimento de flores;
III - do aluguel de capelas;
IV - do transporte;
V - das despesas relativas a cartórios e cemitérios;
VI - do fornecimento de outros artigos funerários ou de despesas diversas.

Parágrafo Único Nos casos de serviços prestados a consórcio ou similares, considera-se preço a receita bruta oriunda dos valores recebidos a qualquer título.

Do Arrendamento Mercantil ou "Leasing"

Art. 94 Considera-se "Leasing" a operação realizada entre pessoas jurídicas que tenham por objeto o arrendamento de bens adquiridos de terceiros pela arrendadora, para fins de uso próprio do arrendatário e que o tendam às especificações desta.

Parágrafo Único O imposto deverá ser calculado sobre todos os valores recebidos na operação, inclusive aluguéis, taxa de intermediação, de administração e de assistência técnica.

Das Instituições Financeiras

Art. 95 Consideram-se tributáveis os seguintes serviços prestados por instituições financeiras, determinados no item 15 e sub-itens, da Lei Complementar Federal nº 116 de 31 de julho de 2003.

I - Outros serviços eventualmente prestados por estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, com ressalva das hipóteses de não incidência, prevista na legislação.

§ 1º Base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de que trata este artigo inclui:
a)- valores cobrados a título de ressarcimento de despesas com impressão gráfica, cópias,
correspondências, telecomunicações, ou serviços prestados por terceiros;
b)- valores relativos ao ressarcimento de despesas de serviços, quando cobrados de coligadas, de controladas ou de outros departamentos da instituição;
c)- remuneração pela devolução interna de documentos, quando constituir receita do estabelecimento localizado no Município;
d)- valor da participação de estabelecimentos, localizados no Município, em receitas de serviços obtidos pela Instituição como um todo.

§ 2º caracterização do fato gerador da obrigação tributária não depende da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para registros de receita, mas de sua identificação com os serviços descritos.

Do Cartão de Crédito

Art. 96 O imposto incidente sobre a prestação de serviços através de cartão de crédito será calculado sobre o movimento econômico resultante das receitas de:

I - taxa de inscrição do usuário;
II - taxa de renovação anual;
III - taxa de filiação de estabelecimento;
IV - taxa de alteração contratual;
V - comissão recebida dos estabelecimentos filiados, lojistas, associados, a título de intermediação;
VI - todas as demais taxas a título de administração e comissões a título de intermediação;

Do Agenciamento de Seguros
Da Incidência e da Base de Cálculo

Art. 97 O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza incide sobre a taxa de coordenação recebida pela companhia de seguro, decorrente da liderança em co-seguro, relativa á diferença entre as comissões; recebidas das congêneres, em cada operação, e a comissão repassada para a agência, filial e sucursal, a empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação, o clube de seguro ou o corretor, executada a de responsabilidade da seguradora líder.

§ 1º O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza incide sobre:

I - a comissão de agenciamento e de angariação paga nas operações com seguro;

§ 2º A companhia de seguro fica obrigada a relacionar e arquivar, mês a mês, junto com os comprovantes de pagamento do imposto, o demonstrativo das operações efetuadas com as congêneres em relação à taxa de coordenação recebida em decorrência da liderança em co-seguro e a comissão repassada para a agência, filial e sucursal de companhia, a empresa de corretagem, de agenciamento e
de angariação, o clube de seguro e o corretor, para, quando solicitados, serem apresentados à Fiscalização Municipal.

§ 3º O demonstrativo mencionado no presente artigo identificará:

a)- o mês de competência;
b)- o valor da comissão repassada;
c)- o nome da pessoa jurídica responsável pelo pagamento da taxa de coordenação, com a respectiva inscrição municipal, se for o caso;
d)- o nome da pessoa física ou jurídica responsável pelo recebimento da comissão repassada, com a respectiva inscrição municipal, se for o caso;
e)- a somatória das diferenças entre taxa de coordenação e as comissões repassadas, que servirá de base para o recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza.

§ 4º A agência, filial e sucursal de companhia de seguro fica obrigada a relacionar e arquivar, mês a mês, o demonstrativo dos valores recebidos através de comissão de agenciamento e de angariação, paga nas operações com seguro, e de participação, contratual da agência, filial e sucursal nos lucros anuais obtidos; pela respectiva representada, para, quando solicitado, ser apresentado à Fiscalização Municipal.

§ 5º O demonstrativo mencionado no presente artigo identificará:

a)- o mês de competência;
b)- o valor percebido;
c)- o nome da pessoa jurídica responsável pelo pagamento, com a respectiva inscrição Municipal, se for
o caso;
d)- a discriminação do serviço prestado (agenciamento, angariação ou participação contratual);
e)- a somatória dos valores

§ 6º A agência filial e sucursal e a companhia de seguro, substituirão a Nota Fiscal de Serviço pelo demonstrativo, ficando dispensados dos Livros, exceto o Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência.

§ 7º A companhia de seguro fica obrigada a reter e a recolher o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, devido em virtude dos seguintes serviços a ela prestados pela agência, filial e sucursal de companhia de seguro:

I - comissão de agenciamento e de angariação paga nas operações com seguro;
II – participação contratual da agência, filial e sucursal nos lucros anuais obtidos pela respectiva representada.

§ 8º A agência, filial e sucursal e a companhia de seguro ficam obrigadas a reter e a recolher o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, devido em virtude dos seguintes serviços a elas prestados:

I – comissão de corretagem, de agenciamento e de angariação de seguro e remuneração sobre comissão relativa a serviços prestados, percebidos:
a)- pela empresa de corretagem, de agenciamento e de angariação;
b)- pelo clube de seguro;
II – regulação de sinistros cobertos por contratos de seguro;
III – inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros;
IV – prevenção e gerência de riscos seguráveis;
V – conserto de veículo sinistrado;
VI - "pró-labore", paga a estipulantes;
VII - qualquer, desde que efetuado por pessoa física ou jurídica não cadastrada na Prefeitura.

§ 9º Nos casos previstos nos incisos **II**, **III** e **IV**, não há incidência do Imposto quando os serviços forem prestados pelo próprio segurado, incorrendo, conseqüentemente, a responsabilidade tributária.

§ 10 Os serviços pagos ou creditados, pela agência, filial e sucursal e pela companhia de seguro, serão relacionados e arquivados, mês a mês, junto com os comprovantes de pagamento do imposto retido, para, quando solicitados, serem apresentados à Fiscalização Municipal.

§ 11 A declaração mencionada no parágrafo anterior identificará:

a)- o mês de competência;
b)- o nome da pessoa física ou jurídica;
c)- a respectiva inscrição municipal, se for o caso;
d)- o valor do serviço pago ou creditado;
e)- a somatória dos pagamentos ou créditos realizados, que servirá de base para a retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza**.**

§ 12 Com base na declaração mensal, o contribuinte responsável reterá e recolherá o ISSQN, de acordo com os prazos estabelecidos.

Art. 98 A agência, filial e sucursal e a companhia de seguro ficam obrigadas a promover, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da prestação do serviço, a inscrição de pessoa física, não cadastrada na prefeitura, através de relação que deverá constar os seguintes dados:

I – o nome e o endereço do prestador de serviço;
II – o número do C.P.F;
III - a atividade autônoma e a sua data de início;
IV – no caso de profissão regulamentada, o número de documento de identificação.

Parágrafo Único A relação referendada no presente artigo deverá ser apresentada, em 02 (duas) vias, ao Órgão responsável pelo Cadastro, sendo que uma via será devolvida à agência, filial e sucursal ou à companhia de seguro, com o carimbo de "RECEBIDO" do designado órgão.

Da Construção Civil, Serviços Técnicos, Auxiliares, Consultoria Técnica e Projetos de Engenharia

Art. 99 Considera-se serviços de construção civil, obras hidráulicas e outras semelhantes, a execução por administração, empreitada ou sub-empreitada determinadas nos sub-itens **7.02, 7.04, 705** e **7.19** da lista de serviços – Lei Complementar Federal nº. 116 de 31 de julho de 2003.

§ 1º Constitui serviços de engenharia civil, descritos nos itens acima:

I - prédio, edificações;
II - rodovias, ferrovias e aeroportos;
III - pontes, túneis, viadutos, logradouros e outras obras de urbanização, inclusive os trabalhos concernentes as estrutura inferior e superior de estradas e obras de arte;
IV - pavimentação em geral;
V - regularização de leitos ou perfis de rios;
VI - sistemas de abastecimentos de água e saneamento em geral;
VII - barragens e diques;
VIII - instalações de sistemas de telecomunicações;
IX - refinarias, oleodutos, gasodutos e sistema de distribuição de combustíveis líquidos e gasosos;
X - sistemas de produção e distribuição de energia elétrica;
XI - montagens de estruturas em geral;
XII - escavações, aterros, desmontes, rebaixamento de lençol freático, escoramentos e drenagens;
XIII - revestimento de pisos, tetos e paredes;
XIV - impermeabilização, isolamentos térmicos e acústicos;
XV - instalações de água, energia elétrica, vapor elevadores e condicionamentos de ar;
XVI - terraplenagens, enrocamentos e derrocamentos;
XVII - dragagens;
XVIII - estaqueamentos e fundações;
XIX - implantação de sinalização em estradas e rodovias;
XX - divisórias;
XXI - serviços de carpintaria de esquadrias, armações e telhados.

§ 2º São serviços essenciais, auxiliares ou complementares da execução de obras de construção civil, hidráulicas e outras semelhantes:

I - os seguintes serviços de engenharia consultiva:

a)- elaboração de planos diretores, estimativos orçamentários, programação e planejamento;
b)- estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira;
c)- elaboração de anteprojetos, projetos básicos, projetos executivos e cálculos de engenharia;
d)- fiscalização, supervisão técnica, econômica e financeira;
II - levantamentos topográficos, batimétricos e geodésicos;
III - calafetação, aplicação de sintecos e colocação de vidros.

§ 3º Os serviços de que trata o artigo são considerados como auxiliares de construção civil e hidráulica, quando relacionados a estas mesmas obras, apenas para fins de alíquota, devido o imposto neste Município.

Art. 100 É indispensável à exibição dos comprovantes do imposto incidente sobre a obra:

I - na expedição do "habite-se" ou "auto de vistoria", e na conservação de obras particulares;
II - no pagamento de obras contratadas com o Município.

§ 1º O processo administrativo de concessão de "habite-se", ou da conservação da obra, deverá ser instruído pela unidade competente, sob pena de responsabilidade funcional, com os seguintes elementos:

I - identificação da firma construtora;
II - contrato de construção;
III - número de registro da obra ou número do livro ou ficha respectiva, quando houver;
IV - valor da obra e total do imposto pago;
V - data do pagamento do tributo e número da guia;
VI - número de inscrição do sujeito passivo no Cadastro Mobiliário;
VII - escritura de aquisição do terreno, tanto em caso de obra própria, como de incorporação.

§ 2º O proprietário de obras particulares, quando da execução deverá recolher o ISSQN, de conformidade com a Tabela de Estimativa de ISSQN, e comprovado o seu recolhimento no ato da expedição do ***"habite-se".***

Da Consignação de Veículos

Art. 101 As pessoas jurídicas que promovam a intermediação de veículos, por consignação, deverão recolher o imposto sobre as comissões auferidas, vedadas qualquer dedução.

Das Empresas de Corretagem, de Agenciamento
Da Incidência e da Base de Cálculo

Art. 102 O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza incide sobre os serviços descritos no item 10 e sub-itens da lista de serviços.

Parágrafo Único Considera-se Base de cálculo de Incidência do ISSQN:

I - a comissão de corretagem, de agenciamento e de angariação de seguros;
II - a remuneração sobre comissão relativa a serviços prestados;
III - a comissão auferida por sócios ou dirigentes das empresas e dos clubes.

Do Regime de Responsabilidade Tributária

Art. 103 O município poderá atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo credito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere a multas e aos acréscimos legais, nos termos do Art. 6º da Lei Complementar Federal nº. 116, de 31 de julho de 2003.

§ 1º Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimo legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º Sem prejuízos do disposto no caput e no §1º deste artigo, são responsáveis:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;
II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediaria dos serviços descritos nos subitens **3.05, 7.02, 7.03, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05** e **17.10** da lista de serviços.

Art. 104 Enquadram-se no Regime de Responsabilidade Tributária:

I - os bancos e demais entidades financeiras, pelo imposto devido sobre os serviços das empresas de guarda e vigilância, de conservação e limpeza;
II - as empresas imobiliárias, incorporadoras e construtoras, pelo imposto devido sobre as comissões pagas às empresas corretoras de imóveis;
III - as empresas que explorem serviços médicos, hospitalares e odontológicos, mediante pagamento prévio de planos de assistência, pelo imposto devido sobre as comissões pagas às empresas que agenciem, intermediem ou façam a corretagem desses planos junto ao público;
IV - as empresas seguradoras e de capitalização, pelo imposto devido sobre as comissões das corretoras de seguros, de capitalização e sobre o pagamento às oficinas mecânicas, relativos ao conserto de veículos sinistrados;
V - as empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos permitidos, inclusive apostas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas aos seus agentes, revendedores ou concessionários;
VI - as operadoras turísticas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas a seus agentes intermediários;
VII - as agências de propaganda, pelo imposto devido pelos prestadores de serviços classificados como produção externa;
VIII - as empresas proprietárias de aparelhos, máquinas e equipamentos instalados em
estabelecimentos de terceiros sob contrato de co-exploração, pelo imposto devido sobre a parcela de receita bruta auferida pelo co-explorador;
IX - as empresas de construção civil, pelo imposto devido pelos respectivos empreiteiros;
X - as empresas empreiteiras, pelo imposto devido pelos respectivos subempreiteiros ou fornecedores de mão-de-obra;
XI - a Prefeitura, os órgãos da administração pública, direta ou indireta, autárquicos ou fundacionais, das esferas federal, estadual e municipal, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as concessionárias, permissionárias e delegadas de serviços públicos, pelo imposto devido pelos respectivos prestadores;
XII - as empresas tomadoras de serviços, quando:
a)- prestador de serviço não comprovar sua inscrição no Cadastro Mobiliário;
b)- o prestador do serviço, obrigado à emissão de Notas Fiscal de Serviço, deixar de fazê-lo;
c)- a execução de serviço de construção civil for efetuada por prestador não estabelecido no município.

§ 1º A responsabilidade tributária é extensiva ao promotor ou ao patrocinador de espetáculos esportivos e de diversões públicas em geral e às instituições responsáveis por ginásios, estádios, teatros, salões e congêneres, em relação aos eventos realizados.

§ 2º A retenção do imposto previsto neste artigo não se aplica aos pagamentos a pessoas jurídicas estabelecidas fora do município.

§ 3º As empresas enquadradas no Regime de Responsabilidade Tributária, ao efetuarem pagamento às pessoas físicas ou jurídicas relacionadas, reterão o imposto correspondente ao preço dos respectivos serviços.

§ 4º Consideram-se:
I - produção externa, os serviços gráficos, de composição gráfica, de fotolito, de fotografia, de produção de filmes publicitários por qualquer processo, de gravação sonoras, elaboração de cenários, painéis e efeitos decorativos; desenhos, textos e outros materiais publicitário;

II - subempreiteiros e fornecedores de mão-de-obra, as pessoas jurídicas fornecedoras de mão-de-obra para serviços de conservação, limpeza, guarda e vigilância de bens móveis e imóveis.

§ 5º A retenção do imposto por parte da fonte pagadora será consignada no documento fiscal emitido pelo prestador do serviço e comprovada mediante aposição de carimbo ou declaração do contratante em uma das vias pertencentes ao prestador, admitida, em substituição, a declaração em separado do contratante.

§ 6º Para retenção do imposto, base de cálculo é o preço dos serviços, aplicando-se a alíquota correspondente.

§ 7º O valor do imposto retido constituirá crédito daquele que sofrer a retenção dedutível do imposto a ser pago no período.

§ 8º Os contribuintes alcançados pela retenção do imposto, de forma ativa ou passiva, manterão controle em separado das operações sujeitas a esse regime para exame periódico da fiscalização municipal.

Do Livro de Registro e Notas Fiscais de Prestação de serviços

Art. 105 Os contribuintes que tenham por objeto o exercício de atividade em que o imposto é devido sobre o preço do serviço ou receita bruta, deverão manter, para cada um dos estabelecimentos, os livros fiscais denominados:

I - Livro de Registro de Serviços Prestados - (código 1);
II - Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências - (código 2);
III - Livro de Registro de Entradas de Serviços - (código 3).

§ 1º Os livros fiscais serão impressos em folhas numeradas tipograficamente, em ordem crescente.

§ 2º A primeira e a última folha dos livros serão destinadas aos termos de abertura e encerramento, respectivamente.

Do Livro de Registro de Serviços Prestados

Art. 106 O Livro de Registro de Serviços Prestados, destina-se a registrar:

I - os totais de preços dos serviços prestados, diariamente, com os números das respectivas notas fiscais emitidas;
II - o valor tributável dos serviços prestados, cobrados por substituição e retidos por responsabilidade;
III - a alíquota aplicável;
IV - o valor do imposto a recolher;
V - os números e datas das guias de pagamento relativas ao ISSQN, com nome do respectivo banco;
VI - valor do imposto cobrado por substituição e retido por responsabilidade;
VII - coluna para “Observações” e anotações diversas.

Parágrafo Único No caso de registro de serviços e impostos cobrados por substituição ou retidos por responsabilidade o contribuinte deverá fazer menção da escrituração na coluna “Observações”.

Do Livro de Registro de Utilização
de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências

Art. 107 O Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências destinam-se a registrar:

I - documentos confeccionados por estabelecimentos gráficos ou pelo próprio contribuinte usuário;
II - à lavratura, pelo Fisco, de termos de ocorrências.

Do Livro de Registro de Entradas de Serviços

Art. 108 O Livro de registro de Entradas de Serviços, destina-se a registrar e identificar:

I - a entrada e saída de bens vinculados a potencial ou efetiva prestação de serviços no
estabelecimento;
II - o tomador de serviço;
III - o objeto e o valor do contrato de prestação de serviço seja este tácito ou escrito;
IV - o motivo ou a finalidade da entrada do bem vincula do a potencial ou efetiva prestação de serviço, no estabelecimento.

§ 1º Para efeito deste artigo, considera-se bem corpóreo ou incorpóreo o que entrar física ou juridicamente, formal ou informalmente, no estabelecimento.

§ 2º O Livro de Registro de Entradas de Serviços deverá ser escriturado no momento da entrada e da saída do bem.

§ 3º O Livro de Registro de Entradas de Serviços deverá permanecer no estabelecimento prestador do serviço.

§ 4º São obrigadas à escriturar o Livro de Registro de Entradas de Serviços (código 3) as empresas que exerçam as atividades, devidamente identificadas no Código de Atividades Econômicas e Sociais, em cujo estabelecimento ocorra a entrada de bens com vinculação, de qualquer natureza, à efetiva ou potencial prestação de serviços:

§ 5º A obrigação poderá ser dispensada, a critério do fisco e mediante requerimento do contribuinte, quando for regularmente escriturado livro de conteúdo similar.

§ 6º Os prestadores de serviço, obrigados à escrituração do Livro de Registro de Entradas de Serviços, quando emitirem Nota Fiscal de Serviço, farão nela constar, obrigatóriamente, no campo “Descrição dos Serviços”, o número do registro no Livro de Registro de Entradas de Serviços, que deu origem à prestação de serviço descrito na Nota Fiscal de Serviço.

Da Autenticação de Livro Fiscal

Art. 109 Os livros fiscais deverão ser autenticados pela repartição fiscal competente, antes de sua utilização.

§ 1º A autenticação dos livros será feita mediante sua apresentação à repartição fiscal, acompanhado do comprovante de inscrição.

§ 2º A autenticação será feita na própria página em que o termo de abertura for lavrado e assinado pelo contribuinte ou seu representante legal.

§ 3º A nova autenticação só será concedida mediante a apresentação do livro encerrado.

Da Escrituração de Livro Fiscal

Art. 110 Os lançamentos, nos livros fiscais, devem ser feitos a tinta, com clareza e exatidão, observada rigorosa ordem cronológica e, somados no último dia de cada mês, sendo permitida a escrituração por processo mecanizado ou computação eletrônica de dados, cujos modelos a serem utilizados ficarão sujeitos à prévia autorização no órgão fiscal competente.

§ 1º Os livros não podem conter emendas, borrões, rasuras, bem como páginas, linhas ou espaços em branco.

§ 2º Quando ocorrer à existência de rasuras, emendas ou borrões, as retificações serão esclarecidas na coluna “Observações”.

§ 3º A escrituração dos livros fiscais não poderá atrasar mais de 10 (dez) dias.

§ 4º Nos casos de simples alteração de denominação, local ou atividade, a escrituração continuará nos mesmos livros fiscais, devendo, para tanto, apor, através de carimbo, a nova situação.

§ 5º Os contribuintes que possuírem mais de um estabelecimento manterão escrituração fiscal distinta em cada um deles.

§ 6º - Os livros fiscais serão de exibição obrigatória à Fiscalização Municipal e deverão ser conservados, no arquivo do contribuinte, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data do encerramento da escrituração.

Dos Documentos Fiscais

Art. 111 Os contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, devido sobre o preço ou receita bruta, emitirão obrigatoriamente os seguintes Documentos Fiscais.

I - Nota Fiscal de Prestação de Serviços;

§ 1º O estabelecimento prestador de serviços emitirá a Nota Fiscal de Serviços, sempre que:

I - executar serviços;
II - receber adiantamentos ou sinais.

§ 2º Sem prejuízo de disposições especiais, inclusive quando concernentes a outros impostos, a Nota Fiscal de Serviços conterá:

I - a denominação Nota Fiscal de Serviços, Série, ou Manifesto de Serviços, conforme o caso;
II - o número de ordem, número da via e destinação;
III - natureza dos serviços;
IV - nome, endereço e os números de inscrição municipal e o CNPJ do estabelecimento emitente;
V - o nome, endereço e os números de inscrição municipal, estadual e no CNPJ do estabelecimento usuário dos serviços;
VI - a discriminação das unidades e quantidades;
VII - a discriminação dos serviços prestados;
VIII - os valores unitários e respectivos totais;
IX - o nome, o endereço e os números de inscrição estadual e no CNPJ do impressor da nota, a data e a quantidade de impressão, o número de ordem da primeira e da ultima nota impressa e o número da "Autorização de Impressão de Documento Fiscal";
X - data da emissão;
XI - o dispositivo legal relativo à imunidade ou a não incidência do imposto sobre serviço de qualquer natureza, quando for o caso.

§ 3º As indicações dos incisos **I, II, V,** e **IX** serão impressas tipograficamente.

§ 4º Os documentos fiscais, serão extraídos por decalque ou carbono, devendo ser manuscritos, a tinta, ou lápis-tinta, ou preenchido por processo mecanizado ou de computação eletrônica, com indicação legível em todas as vias.

§ 5º Quando a operação estiver beneficiada por imunidade, essa circunstância será mencionada no documento fiscal, indicando-se o dispositivo legal pertinente.

§ 6º Considerar-se-ão inidôneos, fazendo prova apenas a favor do Fisco, os documentos que não obedecerem às normas contidas nesta Lei.

§ 7º As Notas Fiscais serão numeradas tipograficamente, em ordem, de 000001 a 999999, e enfaixadas em blocos uniformes de cinqüenta jogos, admitindo-se, em substituição aos blocos, que as Notas Fiscais sejam confeccionadas em formulários contínuos.

Art. 112 Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Avulsa, de uso obrigatório pelos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, pessoas físicas ou jurídicas, que prestem serviço em caráter eventual no âmbito do Município de Poconé, mesmo que nele não sejam sediados nem tenham filiais, sucursais, escritórios de representação ou contato na forma da lei, ou que não possuam Notas Fiscais de Prestação de Serviços autorizadas pela Prefeitura Municipal de Poconé.

Das Declarações Fiscais

Art. 113 Fica instituída a Demonstração Mensal de Serviços (DMS), que deverá ser entregue à repartição fiscal competente pelas empresas, entidades, órgãos públicos, autarquias, sindicatos e fundações estabelecidos neste Município, em formulários próprios e/ou eletronicamente, nos termos do regulamento e, ainda, observando-se o que segue:

I – A DMS deverá ser entregue até o 10º (décimo) dia e o recolhimento do tributo apurado até o 15º (décimo quinto) dia, ambos do mês subsequente a ocorrência do fato gerador do tributo e da contabilização das Notas Fiscais de Prestação de serviços emitidas;

§ 1º As Demonstração Mensal de Serviços(DMS), que não serão inferiores a 20 x 30 cm, serão extraídas, no mínimo, em 02 (duas) vias, que terão a seguinte destinação:

a)- a primeira via - Prefeitura;
b)- a segunda via - arquivo do contribuinte, em ordem cronológica, à disposição do fisco.

§ 2º O contribuinte deverá entregar até 15 (quinze) de janeiro do exercício subseqüente ao do movimento tributável, Declaração Anual de Resultado Econômico.

§ 3º O não preenchimento da Demonstração Mensal de Serviços(DMS), e da Declaração Anual de Resultado Econômico, a omissão de elementos ou de sua entrega, a repartição competente, nos prazos estabelecidos, implicará penalidades previstas nesta Lei.

I - o prestador de serviços poderá promover a retificação da DMS toda vez que verificar erro da identificação de valores, de especificação dos serviços, bem como de documentos por ele emitidos;
II – em não havendo serviços a serem demonstrados, deverá ser encaminhada a DMS, com todos os dados fornecidos, e com a inscrição de "***não houve movimentação***";

§ 4º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeitará o contribuinte, ao pagamento de multa regulamentar por cada mês que não cumprir com a obrigação, salvo se espontaneamente cumprir com a obrigação acessória, regularizando sua situação perante o fisco municipal.

Da Autorização de Impressão de Documento Fiscal e Gerencial

Art. 114 Os estabelecimentos gráficos somente poderão confeccionar os documentos fiscais e mediante prévia autorização do órgão competente da Fazenda Municipal.

§ 1º A autorização será concedida por solicitação do contribuinte, mediante preenchimento de Autorização de Impressão de Documento Fiscal, contendo as seguintes indicações mínimas:

I - a denominação Autorização de Impressão de Documento Fiscal;
II - nome, endereço e número de inscrição municipal, estadual no CNPJ, do estabelecimento gráfico;
III - nome, endereço e número de inscrição municipal e no CNPJ do usuário dos documentos fiscais e gerenciais a serem impressos;
IV - espécie do documento fiscal e gerencial, série, número inicial e final dos documentos a serem impressos, quantidade e título;
V - observações;
VI - data do pedido;
VII - assinatura do responsável pelo estabelecimento, encomendante, pelo estabelecimento gráfico e do funcionário que autorizar a impressão, além do carimbo da repartição;
VIII - data da entrega da autorização já deferida, identidade e assinatura da pessoa a quem tenha sido entregue.

§ 2º As indicações constantes dos incisos **I** e **II** do parágrafo anterior serão impressas.

§ 3º Cada estabelecimento gráfico deverá possuir talonário próprio, em jogos soltos, de Autorização de Impressão de Documento Fiscal.

§ 4º O estabelecimento gráfico deverá estar quites com as suas obrigações fiscais perante o município para poder receber a Autorização de Impressão.

Art. 115 O formulário será preenchido em 03 (três) vias, com a seguinte destinação:

I - primeira via - repartição fiscal, para juntada ao prontuário do estabelecimento usuário;
II - **segunda via** - estabelecimento usuário;
III - **terceira via** - estabelecimento gráfico.

§ 1º A autorização de que trata o artigo poderá ser cancelada, a juízo do fisco.

§ 2º Os contribuintes do imposto sobre serviços de qualquer natureza, que também o sejam do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços poderão, caso o Fisco Estadual autorize, utilizar o modelo de Nota Fiscal Estadual, adaptada às operações que envolvam a incidência dos dois impostos.

Art. 116 Após a autorização do Fisco Estadual, o contribuinte deverá submeter à nota fiscal à provação ao Fisco Municipal, juntando:

I - cópia do despacho da autorização estadual, atestando que o modelo satisfaz às exigências da legislação respectiva;
II - o modelo de Nota Fiscal adaptada e autorizada pelo Fisco Estadual;
III - razões que levaram o contribuinte a formular o pedido.

§ 1º - A Autorização de Impressão de Documento Fiscal será concedida ao contribuinte mediante a observância dos seguintes critérios:

I - para solicitação inicial, será concedida autorização para a impressão de, no máximo, 02 (dois) talonários;
II - para as demais solicitações, será concedida autorização para a impressão, com base na média mensal de emissão, de quantidade necessária para suprir a demanda do contribuinte, no máximo, por 06 (seis) meses;

§ 2º O disposto no inciso II não se aplica a formulários contínuos destinados à impressão de documentos fiscais e gerenciais por processamento eletrônico de dados, quando será concedida autorização para a impressão, com base na média mensal de emissão, de quantidade necessária para suprir a demanda do contribuinte, no máximo, por 12 (doze) meses.

§ 3º Nas solicitações de Autorização de Impressão de Documentos Fiscal, excetuando-se os casos de pedido inicial, será exigida a apresentação de fotocópia do último documento fiscal e gerencial emitido, além das guias de recolhimento de ISSQN, relativas aos últimos 06 (seis) meses, e das taxas mobiliária, referente aos 05 (cinco) últimos exercícios, se forem o caso.

§ 4º A impressão de ingressos, bilhetes, convites, cartelas, cupons e notas fiscais, só poderão ser efetuadas mediante prévia autorização da repartição competente.

Art. 117 O prazo para utilização de documento fiscal fica fixado em 12 (doze) meses, contados da data de sua expedição, sendo que o Estabelecimento Gráfico fará imprimir no cabeçalho, em destaque, logo após a denominação do documento fiscal e gerencial e, também, logo após o número e a data da autorização constantes de forma impressa, a data limite para seu uso, com inserção da seguinte expressão: " válida(o) para uso até..." (doze meses após a data da Autorização).

§ 1º Encerrado o prazo estabelecido no artigo anterior, os documentos fiscais, ainda não utilizados, serão cancelados pelo próprio contribuinte, que conservará todas as vias dos mesmos, fazendo constar no Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, na coluna "Observações", as anotações referentes ao cancelamento.

§ 2º Considera-se inidôneo, para todos os efeitos legais, o documento fiscal e emitido após a data limite de sua utilização, independentemente de formalidade ou atos administrativos de autoridade fazendária municipal.

Do Extravio e da Inutilização de Livro e Documento Fiscal

Art. 118 O extravio ou inutilização de livros e documentos fiscais e comerciais deve ser comunicado, por escrito, à repartição fiscal competente, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da ocorrência.

§ 1º A petição deve mencionar as circunstâncias de fato, esclarecer se houve registro policial, identificar os livros e documentos extraviados ou inutilizados, e informar a existência de débito fiscal e dizer da possibilidade de reconstituição da escrita, que deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 2º O contribuinte fica obrigado, ainda, a publicar edital sobre o fato, em jornal oficial ou no de maior circulação do Município, que deverá instruir a comunicação prevista no parágrafo anterior.

§ 3º A legalização dos novos livros fica condicionada à observância do disposto neste artigo.

Das Isenções

Art. 119 São isentos do imposto:

I - conferências científicas ou literárias e exposições de arte;
II - espetáculos culturais e esportivos, quando as rendas líquidas forem para fins beneficentes;
III - as pessoas reconhecidamente pobres, e renda anual inferior a 12 (doze) salários mínimos vigente no país, sem estabelecimento fixo, ou que prestem serviços em sua residência, sem empregados e sem qualquer qualificação técnica, e as que solicitem inscrição para fins de comprovação junto à previdência social;
IV - as microempresas, assim consideradas por lei municipal.

Das Infrações e Penalidades

Art. 120 O contribuinte que efetuar o recolhimento do imposto após o prazo regulamentar fixado para pagamento, ficará sujeito a:

I – multa de 2% (dois por cento) do valor do imposto, quando recolhido espontaneamente;
II – correção monetária;
III – juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano contado por mês ou fração, aplicados sobre o valor corrigido monetariamente até a data do recolhimento do tributo.

Art. 121 O descumprimento das obrigações principais e acessórias sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo da exigência do imposto, corrigido monetariamente à data da aplicação.

I – falta de recolhimento do tributo, multa de 50% (cinqüenta por cento) do valor do imposto corrigido monetariamente à data da aplicação;
II – falta de emissão de documento fiscal, multa de 100% (com por cento) do valor do imposto;
III – emitir documento fiscal consignando importância diversa do valor da operação ou com valores diferentes nas respectivas vias, multa de 100% (cem por cento);
IV – deixar de escriturar documento fiscal, multa de 10 (dez) UPFM por documento não escriturado;
V – deixar de reter na fonte ou de recolher o imposto devido como contribuinte substituto, multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto;
VI – quando não forem emitidos notas e documentos fiscais, ou o forem para serviço não sujeito à tributação do Município, multa equivalente a 10% (dez por cento) do preço atualizado do serviço;
VII – extravio, perda, adulteração, inutilização, permanência fora do estabelecimento em local não autorizado, ou não exibição de

documento fiscal à autoridade fiscalizadora, multa equivalente a 30 (trinta) UTMF por documento;

VIII – quando não forem prestadas as informações solicitadas pela administração, quando forem descumpridas as normas relativas ao documentário fiscal; ou quando não for cumprida qualquer obrigação acessória, desde que não haja multa específica, multa equivalente a 30 (trinta) UPFM.

§ 1º As multas de que trata este artigo poderão ser aplicadas cumulativamente;

§ 2º Nos casos de extravio, perda, adulteração ou inutilização de documentos fiscais, o contribuinte deverá recompor o conteúdo dos referidos documentos, comunicando o fato à administração fiscal, por escrito, e encaminhando-lhe cópia do que produzir nesse sentido. Os fatos geradores deverão ser relacionados e os tributos devidos, ensejará a aplicação de mula de que trata o inciso I deste artigo em quíntuplo, observado o mínimo equivalente a 05 (cinco) UPFM;

§ 3º Em caso de fraude as multas serão aplicadas em décuplo;

§ 4º Quando as pessoas beneficiadas por isenções deixem de comunicar às alterações que importem na falta de requisitos para sua continuidade, multa equivalente ao quíntuplo do valor do tributo corrigido monetariamente.

Das Disposições Finais

Art. 122 Todo contribuinte é obrigado a exibir os livros fiscais e comerciais, os documentos gerenciais, os comprovantes da escrita e os documentos instituídos nesta Lei, bem como prestar informações e esclarecimentos sempre que os solicitem a Autoridade Fiscal.

Art. 123 - Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, bem como os documentos fiscais, gerenciais e não-fiscais comprovantes dos lançamentos neles efetuados, deverão ser conservados pelo prazo de 05 (cinco) anos, no estabelecimento respectivo, à disposição da fiscalização, e dele só poderão ser retirados para atender à requisição da Autoridade Fiscal.

Parágrafo Único É facultada a guarda do Livro de Registro de Serviços Prestados pelo responsável pela escrita fiscal e comercial do contribuinte.

Art. 124 Os contribuintes obrigados à emissão de Nota Fiscal de Serviço deverão manter, em local visível e de acesso ao público, junto ao local de pagamento, ou aonde o fisco vier a indicar, mensagem no seguinte teor: “Este estabelecimento é obrigado a emitir Nota Fiscal de Serviço – Qualquer Reclamação Ligue para a Fiscalização”.

Art. 125 A mensagem será inscrita em placa ou painel de dimensões não inferiores a 25 cm x 40 cm.

Art. 126 O contribuinte, prestador de serviço de obras de construção civil ou hidráulica, deverá individualizar, por obra, sua escrituração fiscal.

Parágrafo Único Ficam dispensadas de efetuar a individualidade na escrita fiscal os contribuintes que, na escrita comercial, efetuam a individualização determinada neste artigo.

Art. 127 É facultado ao contribuinte aumentar o número de vias dos documentos fiscais, fazer conter outras indicações de interesse do emitente, desde que não prejudiquem a clareza do documento nem as disposições desta Lei.

DAS TAXAS

Art. 128 As taxas de licença têm como fato gerador o exercício regular de Poder de Polícia do Município, na outorga de permissão para o exercício de atividade ou para a prática de atos dependentes, por sua natureza de prévia autorização pelas autoridades municipais.

Parágrafo Único Considera-se Poder de Polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Art. 129 São taxas decorrentes do exercício regular do poder de polícia do Município:

I - Taxa de Licença para Localização de estabelecimentos de produção, comércio, indústria e prestação de serviço;
II - Taxa de Licença para o Exercício do Comércio Eventual ou Ambulante;
III - Taxa de Licença para Aprovação de Obras e Instalações Particulares;
IV - Taxa de Licença de Publicidade;
V - Taxa de Licença para Ocupação do Solo nas Vias e Logradouros Públicos.
VI - Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares;
VII - Taxa de Licença para Abate de Animais.
VIII- Taxa de Licença para exercer Atividade de Extração e Comercialização de bens Minerais**.**

Art. 130 São taxas decorrentes da utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível:

I - Taxa de Prevenção e Combate a Incêndios;
II - Taxa de Limpeza Pública;
III - Taxa de iluminação Pública.
IV - Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos;
V - Taxa de Conservação de Estradas Vicinais;
VI - Taxa de Execução de Muros e Calçadas;
VII - Taxa de Limpeza de Terrenos;
VIII - Taxa de Serviços de Vistoria Técnica;
IX - Taxa de Serviços Administrativos;
X - Taxa de Serviços de Processamentos de Dados.
XI - Taxa de Cemitério;
XII - Taxa de Apreensão e Guarda de Animais;

DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS.

Art. 131 A Taxa de Licença para Localização tem como fato gerador à concessão obrigatória para a localização de estabelecimentos pertencentes a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, comerciais, industriais, profissionais autônomos, prestadores de serviços em geral, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas ou decorrente de profissão, arte e ofício e demais atividades não especificadas que vierem a se instalar ou exercer atividades no Município, ainda que em recinto ocupado por outro estabelecimento, atendendo as exigências da Lei de Uso e Ocupação de Solo Urbano.

§ 1º Sujeito Passivo da Taxa de Licença para Localização são todas as pessoas físicas ou jurídicas que vierem a se instalar ou exercer suas atividades no Município.

§ 2º As atividades cujo exercício depende da autorização de competência exclusiva da União e dos Estados, não são isentas do pagamento da Taxa de Licença de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 132 A taxa será calculada de acordo com a Tabela anexa a esta Lei e recolhida quando da inscrição do estabelecimento no Cadastro Mobiliário ou da mudança do endereço ou do ramo da atividade.

DO ALVARÁ PARA LOCALIZAÇÃO

Art. 133 A Licença para localização será concedida pela Fazenda Municipal mediante a expedição do Alvará, por ocasião da respectiva abertura ou instalação, após vistoria pelos órgãos competentes.

Parágrafo Único Antes de instalar-se, as pessoas citadas nesta Lei, deverão requerer a inscrição no Cadastro Imobiliário, em formulário próprio, da Prefeitura Municipal.

Art. 134 O Alvará será expedido somente após o pagamento da Taxa de Licença para Localização.

Art. 135 O Alvará de Licença para Localização, deverá ser conservado, permanentemente em local visível do estabelecimento, juntamente com a guia de pagamento da respectiva taxa.

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO REGULAR DA ATIVIDADE LICENCIADA

Art. 136 A Taxa de Fiscalização para o Funcionamento Regular da Atividade Licenciada, tem como fato gerador o exercício do poder de polícia do Município, consubstanciado na vigilância constante e potencial aos estabelecimentos licenciados para efeito de verificar, quando necessário, ou por constatação fiscal de rotina:

I **–** se a atividade atende às normas concernentes à saúde, à higiene, ao meio ambiente, à segurança, aos costumes, à moralidade e à ordem, de conformidade com o Código de Posturas Municipal.
II **–** se ocorreu ou não alteração das características constantes do Cadastro Mobiliário.

Art. 137 Sujeito passivo da Taxa de Fiscalização para o Exercício Regular da Atividade Licenciada são todas as pessoas físicas ou jurídicas devidamente inscritas no Cadastro Mobiliário.

Art. 138 A Taxa de Fiscalização para o Funcionamento Regular da Atividade Licenciada, será calculada e devida de acordo com a Tabela anexa a esta lei, e recolhida anualmente, pelo exercício de poder de polícia municipal.

Art. 139 Quando o estabelecimento estiver funcionando sem a respectiva licença, multa equivalente a 50% (cinqüenta por cento) da taxa devida, atualizada monetariamente a partir da data em que devia ter requerido ou renovado a licença;

DA TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE

Art. 140 É o fato gerador da taxa o comércio eventual exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasiões de festejos ou comemorações, em instalações removíveis colocadas nas vias ou logradouros públicos, como balcões, barracas, veículos, mesas, tabuleiros ou semelhantes e o comércio ambulante, exercido individualmente sem estabelecimento, instalação ou localização fixa, quando o comercio ambulante for exercido por moradores deste município será obrigatório a apresentação de comprovante de residência e domicilio, para os ambulantes não domiciliados neste Município a taxa será acrescida em 05 vezes de seu valor, criando o fortalecimento do comercio local e dos pequenos empreendedores do município.

Parágrafo Único para comprovação de domicilio fiscal será aceito somente documento de propriedade de imóvel registrado em cartório (certidão atualizada), em nome do requerente ou de seus genitores e ou contratado de locação com os documentos citados.

Art. 141 A taxa de licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante será lançada por período de acordo com a Tabela V determinada sempre a título precário.

Art. 142 A taxa de que trata esta seção será cobrado de acordo com a Tabela V anexa a este Código e de conformidade com o respectivo regulamento, sendo que seu recolhimento não dispensa o contribuinte do pagamento da taxa de ocupação de solo, quando for o caso.

Art. 143 O comerciante eventual e ambulante que for encontrado sem portar o seu cartão de inscrição e a prova de quitação da taxa, terá apreendido os seus objetos e gêneros de seu comércio, até que seja paga a licença devida, acrescida das penalidades previstas neste Código, mais multa de mora contada a partir da data da apreensão e as despesas com a remoção.

Art. 144 Quando o comerciante eventual e ambulante estiver funcionando sem a respectiva licença, multa equivalente ao dobro da taxa devida, atualizada monetariamente a partir da data em que devia ter requerido ou renovado a licença.

Art. 145 São isentos do recolhimento da taxa de licença para exercício de comércio eventual ou ambulante:

I - os cegos e mutilados que exercem comércio ou indústria em escala ínfima;
II - os engraxates ambulantes;
III - os pequenos vendedores de doces, frutas e outros comestíveis, que exercem comércio por conta própria;

DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

Art. 146 É fato gerador da taxa a licença para funcionamento em horário especial determinado estabelecimentos de produção, comerciais, industriais e de prestação de serviços, exercício da atividade fora do horário normal de abertura e fechamento, exercido individualmente com ou sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.

Parágrafo Único As atividades, cujo exercício depende de autorização de competência da União, Estado ou órgãos de segurança, não estão isentas da taxa.

Art. 147 A taxa de licença para funcionamento em horário especial poderá ou não ser lançada em conjunto com outras taxas de Licença e Funcionamento, deverá ser conservada, permanentemente, em local visível do estabelecimento, juntamente com a guia de pagamento da respectiva taxa, que será cobrada de acordo com a Tabela XVII anexa a este Código.

Art. 148 A taxa de licença para funcionamento em horário especial será lançada por período de acordo com a Tabela XVII determinada sempre a título precário.

Art. 149 Qualquer alteração das informações fornecidas no cadastramento deve ser comunicada à Administração Municipal que determinará se o contribuinte deverá requerer nova licença para funcionamento em horário especial.

DA TAXA DE LICENÇA PARA APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS, INSTALAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE ÁREAS PARTICULARES

Art. 150 É o fato gerador da taxa de licença para aprovação de obras, o pedido de licença requerido pelo contribuinte à Administração Municipal para que a mesma examine e analise os projetos de construção, reconstrução, reforma ou demolição de qualquer natureza, bem como das instalações elétricas e hidráulicas, dos arruamentos, loteamentos ou qualquer outra obra a ser executada na zona urbana ou de expansão urbana do Município, e verifique se estão sendo respeitadas as determinações da legislação pertinente, e garantir o seu cumprimento.

Art. 151 A base de cálculo e alíquotas são as constantes na Tabela VI, anexa a este Código.

Art. 152 Contribuinte da taxa é o proprietário do imóvel, do loteamento ou o responsável técnico pelo projeto.

Art. 153 A renovação do Alvará de Licença deverá ser requerida toda vez que o projeto sofrer alguma alteração, sendo a taxa recolhida antecipadamente, cabendo ao contribuinte a iniciativa de sua renovação.

Art. 154 Nenhuma construção, reconstrução, reforma com acréscimo, demolição, obra e instalação de qualquer natureza ou urbanização de terrenos particulares poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura e o pagamento da taxa devida, que será cobrada conforme a Tabela anexa a este Código.

DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

Art. 155 É o fato gerador da taxa de licença para publicidade, a atividade da Administração em seu regular exercício de poder de polícia, dirigida a aferir se as pessoas que exploram ou se utilizam meios de propaganda ou publicidade nas vias e logradouros públicos do Município, bem como os lugares de acesso ao público ou visíveis da via pública, cumprem as disposições da legislação municipal pertinente.

Art. 156 São considerados meios de publicidade e propaganda para efeito de incidência desta taxa, os descriminados na Tabela X anexa a este Código.

Parágrafo Único Não incide a taxa de publicidade sobre a denominação do estabelecimento aposta na fachada principal, desde que não ultrapasse 2m² (dois metros quadrados).

Art. 157 Sujeito passivo da obrigação tributária referente ao pagamento desta taxa, são todas as pessoas físicas ou jurídicas, as quais direta ou indiretamente a utilizam a publicidade e propaganda, com ou sem autorização expressa.

Art. 158 A base de cálculo e as alíquotas serão cobradas segundo o período fixado para a publicidade, de conformidade com a Tabela X anexa a este Código.

§ 1º A publicidade de eventos que tiver caráter beneficente tais como festas para angariar fundos para formaturas e outros, terão desconto de 50% (cinqüenta por cento).

§ 2º A licença será concedida para os locais apropriados e determinados pela repartição municipal competente, a transferência de anúncios para local diverso do licenciado, ficará sob pena de serem considerados como novos e conseqüentemente gerar a exigibilidade de nova taxa, e penalidades conforme a legislação municipal pertinente.

§ 3º A taxa será paga adiantadamente, por ocasião da outorga da licença.

§ 4º As licenças anuais serão válidas para o exercício em que forem concedidos, desprezados os meses já decorridos, sendo sua validade constante da guia de pagamento do tributo.

Art. 159 São isentos do recolhimento da Taxa de Publicidade:

I - os cartazes ou letreiros destinados a fins beneficentes, culturais ou de interesse de programações públicas federal, estadual ou municipal;
II - as tabuletas indicativas de sítios, chácaras, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas, colocadas em zona rural;
III - os dísticos ou denominações de estabelecimentos comerciais ou industriais apostos nas paredes e vitrinas internas;
IV - os eventos, cuja renda seja comprovadamente destinada a entidades assistenciais.

DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DO SOLO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 160 É fato gerador da taxa a instalação provisória de balcão, barraca, mesa, tabuleiro, quiosque, aparelho, veículo utilizado para comércio e qualquer outro móvel ou utensílio, depósito de materiais para fins comerciais ou de prestação de serviços e estacionamento privativo de veículos, em locais permitidos pela legislação municipal.

Art. 161 Sem prejuízo do tributo e multas devidos, a Prefeitura apreenderá e removerá qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos ou colocados em vias e logradouros públicos, sem o pagamento da taxa de que trata esta Seção.

Art. 162 A taxa é lançada em nome do sujeito passivo e arrecadada antecipadamente no ato da outorga da permissão, de conformidade com a Tabela VIII anexa a este Código.

DA TAXA DE LICENÇA PARA ABATE DE ANIMAIS

Art. 163 É fato gerador da taxa de licença para abate de animais a atividade da Administração dirigida a aferir se os estabelecimentos que processam o abate de animais cumprem as normas de higiene e segurança determinadas pelas leis municipais, estaduais e federais específicas.

Art. 164 Contribuinte da taxa é o estabelecimento produtor, distribuidor e revendedor onde se processe o abate de animais para consumo humano.

Art. 165 A base de cálculo e as alíquotas são as constantes na Tabela IX, anexa a este Código.

DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA

Art. 166 Constitui fato gerador da Taxa de Limpeza Pública a utilização, efetiva ou potencial, dos seguintes serviços, em vias e logradouros:

I - coleta de lixo domiciliar;
II - varrição, lavagem e capinação;
III - desentupimento de bueiros e bocas-de-lobo, galerias de águas pluviais e córregos;
IV - desinfecção de locais insalubres.

Art. 167 Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel territorial, residencial, comercial, industrial ou hospitalar, situado em via ou logradouro que seja atendido, pelo menos, pelo serviço de coleta de lixo domiciliar.

Art. 168 Para efeitos da incidência desta taxa considera-se “lixo” o conjunto heterogêneo de materiais sólidos residuais, provenientes das atividades humanas.

Art. 169 Cabe à Prefeitura Municipal, mediante o pagamento da Taxa de Limpeza Pública, a remoção de quaisquer resíduos sólidos, desde que devidamente acondicionados em recipientes de até 100 (cem) litros.

Art. 170 Compete, ainda, à Prefeitura Municipal:

I - a conservação da limpeza pública executada na área urbana do Município;
II - a raspagem e a remoção de terra, areia e material carregado pelas águas pluviais para as vias e logradouros públicos pavimentados;
III - a capinação das calçadas e sarjetas e a remoção do produto resultante;
IV - a limpeza das áreas públicas em aberto;
V - a limpeza, a desobstrução de bocas-de-lobo e bueiros;
VI - a destinação final dos resíduos para aterros sanitários ou similares;
VII - A desinfecção de locais insalubres.

Art. 171 A base de cálculo e as alíquotas da Taxa de Limpeza Pública atenderão aos critérios da Tabela VII anexa ao Código.

Art. 172 A Taxa de Limpeza Pública poderá ser lançada e arrecadada juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano, ou separadamente, aplicando-se:

I - se em conjunto, as normas relativas ao lançamento daquele tributo;
II - separados os lançamentos, as normas previstas em regulamento a ser baixado pelo Executivo.

Art. 173 - A Prefeitura Municipal poderá, mediante o pagamento do preço do serviço público, a ser fixado em cada caso pela Administração, através do órgão competente, proceder à remoção especial dos seguintes resíduos e materiais:

I - animais mortos, de pequeno, médio e grande porte;
II - móveis, utensílios, sobras de mudanças e outros similares, cujo volume exceda o limite de 100 (cem) litros;
III - restos de limpeza e podação que exceda o volume de 100 (cem) litros;

IV - resíduos originários de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, de volume superior a 02 (dois) litros por metro quadrado de área construída;

V - entulho, terra e sobra de materiais de construção superior a 100 (cem) litros;

VI - resíduos originários de mercados e feiras;

VII – limpeza dos terrenos edificados ou não, na obrigação de manter a segurança publica.

Art. 174 Caso a Prefeitura Municipal de Poconé esteja impossibilitada de realizar a remoção prevista no artigo anterior, indicará, nesse caso, por escrito, o local do destino do material, cabendo aos munícipes interessados, todas as providências necessárias para a sua retirada.

Parágrafo Único O disposto neste artigo aplica-se, também, aos materiais abaixo discriminados:

a) resíduos líquidos de qualquer natureza;

b) lotes de mercadorias, medicamentos, gêneros alimentícios e outros, condenados pela autoridade competente;

c) resíduos e materiais radioativos;

d) resíduos e materiais não sépticos de clínicas, casas de saúde e congêneres.

Art. 175 A Prefeitura Municipal de Poconé poderá delegar por concessão o serviço de limpeza pública a terceiros, empresas privadas ou sociedades de economia mista, mediante concorrência pública, nos termos de lei específica, delegando, inclusive, poderes para exploração e industrialização do lixo.

DAS ISENÇÕES

Art. 176 É isento do pagamento da Taxa de Limpeza Pública, sob a condição de que cumpram as exigências da Legislação Tributária do Município, o prédio ou terreno:

I - cedido, em sua totalidade, para uso da União, dos Estados, dos Municípios ou de suas autarquias;

II - pertencente à sociedade ou instituições sem fins lucrativos, que se destinam a congregar classes patronais ou trabalhadoras, educacionais e religiosas com o fito de realizar a união dos associados, sua representação e defesa, e elevação do seu nível cultural ou físico, espiritual e assistência médico hospitalar ou a recreação social;

III - o imóvel residencial pertencente e utilizado para uso próprio, de cegos, inválidos, idosos, viúvas e aposentados, cujo rendimento financeiro não ultrapasse (24) salários mínimos anuais;

IV - os proprietários de pequenos recursos que não possuam outro imóvel, nos termos e no limite do valor que a lei fixar.

V - os imóveis tombados, isoladamente, pelos órgãos competentes, podendo ser suspenso o benefício sempre que, comprovadamente, for caracterizado no imóvel dano por ação ou omissão, devendo ser os prédios recuperados e conservados por seus proprietários ou possuidores.

VI - os Templos de qualquer culto;

VII - os imóveis cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso das entidades imunes pela

Constituição Federal, quando em regime de Comodato devidamente registrado no Cartório competente, dentro da vigência do mesmo, e mediante verificação “in loco” pela Administração Pública Municipal.

DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 177 A Contribuição de Iluminação Pública de vias ou logradouros, destina-se a atender às despesas de consumo de energia elétrica, operação, manutenção e melhoramento do serviço de iluminação pública prestado pela Prefeitura Municipal e que incidirá sobre cada imóvel beneficiado.

Art. 178 Entende-se por iluminação pública aquela que esteja diretamente ligada à rede de distribuição de energia elétrica da Rede - Cemat ou outra empresa que venha a substituí-la, e sirva exclusivamente a via pública ou qualquer logradouro público de livre acesso permanente.

Art. 179 A Contribuição de Iluminação Pública será cobrada em duodécimos de kWh, sempre baseada em percentuais de tarifa da iluminação pública vigente, mediante convênio com a Rede - Cemat, nos termos da lei.

Art. 180 São isentos do recolhimento da Contribuição de Iluminação Pública os contribuintes que tiverem consumo inferior ou igual a 100 kWh.

DA TAXA DE CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 181 Constitui fato gerador da Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, a utilização efetiva ou potencial, dos serviços de conservação do calçamento e dos leitos pavimentados, das ruas, praças e logradouros públicos na zona urbana do Município.

Art. 182 Contribuinte da Taxa de conservação de Vias e Logradouros Públicos é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel, construído ou não, situado em logradouro beneficiado pelos serviços referidos no artigo anterior.

Art. 183 A taxa não incide quanto a trechos, pavimentados ou não, situados na área rural.

Art. 184 A taxa é cobrada de acordo com a Tabela XII, anexa ao Código.

Art. 185 A Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos poderá ser lançada juntamente com o IPTU, ou separadamente, aplicando-se:

I - se em conjunto, as normas relativas ao lançamento daquele tributo;

II - separados os lançamentos, as normas previstas em regulamento do Executivo.

DA TAXA DE EXECUÇÃO DE MUROS E CALÇADAS

Art. 186 A Taxa de Execução de Muros e Calçadas tem como fato gerador à execução de muros e calçadas, quando compulsoriamente efetuados pela Administração.

Art. 187 Contribuinte é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor de imóvel beneficiado com a execução do serviço.

Art. 188 A base de cálculo e as alíquotas da taxa são as que constam na Tabela XVI, anexa a este Código.

Art. 189 A taxa será lançada para pagamento como se dispuser em decreto, que estipulará o número de parcelas, que não excederá a 12 (doze), o valor mínimo de cada parcela e a condição de que as parcelas sejam mensalmente atualizadas pelos índices adotados pelo Município para atualização de débitos fiscais.

DA TAXA DE LIMPEZA DE TERRENOS

Art. 190 A Taxa de Limpeza de terrenos tem como fato gerador à execução de serviços de roçada.

Art. 191 Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor de imóvel edificado ou não, situado na zona urbana do município, no qual se tenha sido executado o serviço. Edificado ou não, situado na zona urbana do município, no qual se tenha sido executado o serviço.

Art. 192 A base de cálculo e as alíquotas da taxa são as que constam da Tabela XIII, anexa a este Código.

Art. 193 A taxa será lançada para pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, ou como se dispuser em decreto.

DA TAXA DE VISTORIA TÉCNICA

Art. 194 A taxa de vistoria técnica tem como fato gerador à execução do serviço de vistoria técnica "in loco" para análise, avaliação, orientação, ratificação ou qualquer outra atividade desenvolvida por técnicos, efetuada pela Administração Municipal.

Art. 195 Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor do imóvel situado no município, no qual se tenha sido executado o serviço.

Art. 196 A base de cálculo e as alíquotas da taxa são as que constam da Tabela XIV, anexa a este código.

Art. 197 A taxa será lançada para pagamento antecipadamente à execução do serviço.

DA TAXA DE SERVIÇO ADMINISTRATIVO

Art. 198 A taxa de Serviços Administrativos tem como fato gerador à execução de serviços administrativos de pesquisa e desenvolvimento de qualquer outra atividade para fornecimento e emissão de guias, certidões, pareceres, atestados ou qualquer outro documento fornecido pela Administração Municipal.

Art. 199 Contribuinte da taxa é pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor do imóvel situado no município, e outros que mesmo não situado no município venham solicitar a execução destes serviços.

Art. 200 A base de cálculo e as alíquotas da taxa são as que constam da Tabela XV, anexa a este código.

Art. 201 A taxa será lançada para pagamento antecipado à execução do serviço.

DA TAXA DE CEMITÉRIO

Art. 202 A taxa de cemitério tem como fato gerador à execução de serviços fúnebres efetuadas pela Administração Municipal, quando compulsoriamente prestados ao contribuinte.

Art. 203 Contribuinte da taxa é o requerente da execução do serviço pela Administração Municipal.

Art. 204 A base de cálculo e as alíquotas da taxa são as que constam da Tabela XVI, anexa a este código.

Art. 205 A taxa será lançada para pagamento antecipado à execução do serviço.

§ 1º Será cobrada todos os anos a taxa de manutenção e conservação do espaço do cemitério conforme Tabela XVI

§ 2º Após 3 anos de inadimplência do responsável pela cova a Prefeitura Municipal fará a desocupação do espaço.

DOS PREÇOS PÚBLICOS PELA UTILIZAÇÃO DO SOLO, SUBSOLO E ESPAÇO AÉREO URBANOS

Art. 206 Os preços públicos pela utilização do solo, espaço aéreo e subsolo urbano tem como fato gerador a utilização de qualquer bem público municipal para colocação de redes de infra-estrutura.

Parágrafo Único Considera-se utilização de bem público municipal a utilização do subsolo, dos rios públicos, passeios públicos, prédios públicos, obras de arte, logradouros, bem como a utilização da via aérea como ponto de apoio nos postes, ou na parte inferior da via ou leitos, como pontos de visita ou não, e devem ser remunerados, na forma da lei.

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 207 O fato gerador da Contribuição de Melhoria é a conclusão de obra pública, dentre outras as de pavimentação de vias e logradouros públicos, realizada pelo Município através de órgãos da administração direta ou indireta, em áreas urbanas ou rurais.

Art. 208 Consideram-se obras de pavimentação, para efeito de incidência da Contribuição de Melhoria, as de:

I - colocação de guias e sarjetas, em conjunto com quaisquer das demais obras preparatórias a seguir mencionadas:
a) estudos topográficos;
b) terraplanagem superficial;
c) consolidação, reaproveitamento e substituição de pavimento;
d) execução de pequenas obras-de-arte;
e) escoamento de águas pluviais.
II - calçamento da parte carroçável de via ou logradouro público, qualquer que seja o material usado;
III - substituição e reconstrução de pavimento.

Art. 209 Sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel beneficiado pela obra pública.

Art. 210 A Contribuição de Melhoria relativa ao ressarcimento de obras realizadas em áreas rurais será regulamentada por Decreto do Executivo.

Art. 211 Para efeito de cálculo da Contribuição de Melhoria, o valor a ser ressarcido será rateado entre os imóveis sobre os quais deverá incidir na proporção da medida linear da testada.

Art. 212 Aprovado o plano da obra pela autoridade competente, publicar-se-á edital, na forma prevista em regulamento, contendo os seguintes elementos:

I - descrição e finalidade da obra;
II - memorial descritivo do projeto;
III - orçamento do custo da obra, incluindo a previsão de reajustes concedidos na forma da legislação municipal vigente;
IV - determinação da parcela do custo da obra a ser considerada no cálculo do tributo;
V - delimitação da área abrangida, relação dos imóveis nela compreendidos e respectivos testadas, as quais serão utilizadas para cálculo do tributo.

Parágrafo Único No custo final da obra será computado as despesas globais realizadas, incluindo as de estudos, projetos, fiscalizações, desapropriações, indenizações, execução, reajustes e demais investimentos imprescindíveis à obra pública.

Art. 213 Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos do edital, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da sua publicação.

Parágrafo Único A impugnação não obsta o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo e sua decisão somente terá efeito para o impugnante.

Art. 214 A Contribuição de Melhoria será lançada em nome do sujeito passivo, com base nos dados constantes no Cadastro Imobiliário.

Art. 215 O sujeito passivo será notificado do lançamento da Contribuição de Melhoria pela entrega do aviso no local do imóvel.

§ 1º No caso de terreno, a notificação far-se-á pela entrega do aviso no local para esse fim indicado pelo sujeito passivo, para efeito de lançamento de IPTU.

§ 2º Comprovada a impossibilidade, após 02 (duas) tentativas de entrega do aviso na forma prevista no "Caput" deste artigo e Par. 1º, a notificação do lançamento far-se-á por edital observada as disposições.

Art. 216 A Contribuição de Melhoria poderá ser arrecadada em parcelas mensais ou anuais, na forma e condições do Regulamento.

§ 1º Nenhuma parcela anual poderá ser inferior a 01 (uma) UPFM nem superior a 2% (dois por cento) do valor venal do imóvel.

§ 2º O número de prestações anuais, sua proporcionalidade, bem como o número de prestações mensais, serão previstos em regulamento.

§ 3º A primeira prestação de cada parcela anual terá seu vencimento fixado para trinta dias após a data da notificação.

Art. 217 Será facultado ao sujeito passivo o pagamento antecipado da Contribuição de Melhoria com o desconto 30% (trinta por cento), quando o seu pagamento total for efetuado até o vencimento da primeira prestação da primeira parcela anual.

Art. 218 O não pagamento da Contribuição de Melhoria nos prazos regulamentares, implicará a cobrança de:

I - multa moratória nos termos da legislação tributária vigente;
II - juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês devido a partir do mês imediato ao do vencimento, contando como completo qualquer fração do mês.

Parágrafo Único Inscrita ou ajuizada a dívida, serão devidos custas e honorários advocatícios.

Art. 219 Não será admitido o pagamento de qualquer prestação sem que as anteriores estejam quitadas.

Parágrafo Único O não pagamento de 03 (três) prestações consecutivas, acarretará o vencimento antecipado do débito lançado, que será considerado vencido na data da primeira prestação não paga, a partir da qual serão computados os acréscimos previstos no artigo anterior.

Art. 220 Das certidões referentes à situação fiscal de qualquer imóvel constarão, sempre, os débitos relativos à Contribuição de Melhoria.

DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 221 É fato gerador da contribuição para custeio de iluminação pública, prevista no art. 149-A da Constituição Federal, o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica, no território do município.

Art. 222 Terminado o prazo fixado para pagamento dos tributos que não possuírem penalidades específicas, incidirão os seguintes acréscimos sobre o tributo devido:

a) correção monetária;
b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculado sobre o valor do tributo corrigido monetariamente;
c) multa de mora 2% (dois por cento) calculado sobre o tributo corrigido monetariamente.

Parágrafo Único Os índices de correção monetária utilizáveis são os elaborados com base nos índices de utilização monetária de débitos fiscais do governo federal, considerada, para os débitos vencidos até 30 de junho de 1989, a Tabela própria editada nesse mês, pela União, para correção de seus tributos.

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 223 A aplicação da penalidade de qualquer natureza, de caráter civil, criminal ou administrativo e o seu cumprimento, em caso algum dispensam o pagamento do tributo devido, das multas, da correção monetária e dos juros de mora.

Art. 224 Não serão aplicadas penalidades quando os infratores tiverem agido conforme orientação ou interpretação fiscal expressas da Administração, mesmo que, posteriormente, venham a ser modificadas.

Art. 225 As infrações serão apuradas mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração, nos termos da Lei.

§ 1º Dar-se-á por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispuser de elementos convincentes em razão dos quais se possam admitir involuntária a omissão.

§ 2º Em qualquer caso, considerar-se-á como fraude à reincidência na omissão de que trata este artigo.

Art. 226 Sem prejuízo das disposições relativas às infrações e penas constantes de outras leis e códigos municipais as infrações a este Código serão punidas com as seguintes penas:

I - multa;
II - proibição de transacionar com as repartições municipais;
III - sujeição a regime especial de fiscalização;
IV - suspensão ou cancelamento de isenção de tributo;
V - cancelamento do Alvará de licença;

Art. 227 Apurada a responsabilidade de diversas pessoas não vinculadas por co-autoria ou cumplicidade impor-se-á a cada uma delas a pena relativa à infração que houver cometido.

Art. 228 A aplicação de multa não prejudicará a ação criminal que, no caso, couber.

DAS MULTAS

Art. 229 Todas as multas estipuladas neste Código serão obrigatoriamente arrecadadas com o tributo devido, se for o caso.

Art. 230 São passíveis de multa por infração, para todo e qualquer tributo municipal, além daquelas já determinadas especificamente:

I - pelo não atendimento da intimação para a apresentação de livros e documentos fiscais e comerciais, decorridos 05 (cinco) dias úteis após a segunda intimação:
a) R$ 97,15 (Noventa e sete Reais e quinze centavos) por dia de atraso, até a data de lavratura do Termo Circunstanciado.

II – R$ 97,15 (Noventa e sete Reais e quinze centavos) no que diz respeito ao prazo estipulado pelo art. 18 desta Lei.

III – de valor igual ao do tributo, observada a imposição mínima de R$ 48,58 (Quarenta e oito Reais e cinqüenta e oito centavos).
a) aos que deixarem de recolher o tributo, no todo ou em parte, na forma e dentro dos prazos regulamentares;
b) aos que recolherem o tributo em atraso após o início da ação fiscal e dentro do prazo de vigência da respectiva intimação;
c) aos que não exigirem Nota Fiscal Avulsa de Serviço;
d) aos que, não obrigados ao pagamento do imposto, deixarem de emitir Nota Fiscal e outros documentos de controle exigidos por lei ou regulamento;
e) aos que colocarem em funcionamento máquina registradoras para emissão de comprovante de venda, em substituição à Nota Fiscal, sem prévia autorização da Prefeitura, ou ainda, utilizá-la sem a “fita detalhe”;
f) aos que, dolosamente, violarem o lacre dos dispositivos mecânicos da máquina registradora.
g) por emissão do documento fiscal com o prazo de validade vencido;

IV – R$ 97,15 (Noventa e sete Reais e quinze centavos) até o limite máximo de R$ 485,76 (Quatrocentos e oitenta e cinco Reais e setenta e seis centavos)
a) aos que, estando inscritos utilizar-se de livro ou documento fiscal sem a prévia autenticação da repartição competente, quando exigível, por mês ou fração de mês em que tenha incorrido nesta infração;
b) aos que não observarem na escrituração dos livros fiscais as normas estabelecidas em lei, regulamento ou ato normativo;
c) aos que cometerem infração para a qual não haja penalidade específica neste Código.

V – R$ 14,58 (Quatorze Reais e cinqüenta e oito centavos).
a) aos que, sujeitos ao recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN não recolherem o DAM negativo com os

emolumentos a que se refere o artigo 57, § 4º, desta Lei Complementar, por mês ou fração de mês descumprido da obrigação;

b) aos que extraviarem livro ou documento fiscal ou derem margem à sua inutilização, podendo restabelecer a escrituração dos mesmos dentro de 30 (trinta) dias contados da data da comunicação à repartição competente, do extravio ou da inutilização ou da lavratura do Auto de Infração pela não comunicação, por livro ou documento;

c) as tipografias e estabelecimentos congêneres que efetuarem impressão de documentos fiscais, para si ou para terceiros, sem a competente autorização do Fisco Municipal ou confeccionarem documentos fiscais em duplicidade, utilizando-se a mesma autorização, por Nota Fiscal ou por folha, no caso de livros fiscais.

VI – R$ 29,15 (Vinte e nove Reais e quinze centavos) -

a) aos que, estando obrigados a se inscreverem no Cadastro Mobiliário da Prefeitura, iniciar suas atividades sem cumprir com esta obrigação ou não cumprirem o prazo previsto, por mês ou fração de mês que decorrer do início do funcionamento ou respectivo registro no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, até a data em que regularizarem sua situação;

b) aos que funcionarem por prazo superior a 15 (quinze) dias, com as características diversas das alegadas na respectiva inscrição ou com o registro do Contrato Social ou Declaração de Firma Individual baixados no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, por mês ou fração de mês que decorrer da mudança das características ou da baixa do registro, até a data da regularização perante o Cadastro;

c) aos que deixarem de escriturar seus livros fiscais por prazo superior a 10 (dez) dias após as datas previstas para o recolhimento de cada tributo;

d) aos que não apuser de forma legível ou regulamentar o número da inscrição nos documentos fiscais e nas guias de recolhimento do tributo, ou o fizerem dolosamente, com incorreções, rasuras ou imperfeições;

e) aos que, estando inscritos e obrigados à escrituração de livros fiscais, funcionarem sem possuir qualquer dos livros ou documentos fiscais previstos em lei ou regulamento, inclusive para filiais ou depósitos ou outros estabelecimentos dependentes, por livro ou talão, por mês ou fração de mês;

f) aos que extraviarem livro ou documentos fiscais, ou derem margem à sua inutilização, não podendo restabelecer a escrituração dos mesmos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da comunicação do extravio, ou da lavratura do Auto de Infração pela não comunicação, por livro ou documento, caso em que o imposto será arbitrado pela autoridade fiscal pelos meios a seu alcance;

g). Aos que não comunicarem à repartição fiscal competente, a paralisação temporária de suas atividades, contados de 15 (quinze) dias da data do início da paralisação;

h). Aos que emitirem documentos fiscais fora da ordem correta de numeração, ou que lançarem mão de blocos, sem que tenham sido utilizados ou postos simultaneamente em uso, os de numeração anterior;

i). Aos que emitirem documentos fiscais em número de vias inferior ao estabelecido em regulamento.

j) Aos que não mantiverem no estabelecimento as guias pagas das taxas de localização e de funcionamento, juntamente com os Alvarás das respectivas licenças;

l) Aos que emitirem documentos fiscais de forma ilegível, com emendas ou rasuras, sem os dados completos do tomador do serviço, sem a discriminação detalhada dos serviços prestados, e, sem o preenchimento de todos os campos.

VII – R$ 38,86 (Trinta e oito Reais e oitenta e seis centavos). –

a). Aos que encerrarem suas atividades e não requererem, dentro de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do fato, à repartição fiscal competente, a baixa de sua inscrição;

b). Aos que, surpreendidos pela fiscalização e estando obrigados a se inscreverem no Cadastro Mobiliário da Prefeitura, houverem iniciado suas atividades sem cumprir com esta obrigação, por mês ou fração de mês que decorrer do início do funcionamento, até a data da autuação, independentemente do valor do imposto devido a ser arbitrado pela autoridade fiscal, pelos meios a seu alcance, se for o caso;

VIII - de valor igual ao dobro do imposto e, no mínimo, R$ 19,43 (Dezenove Reais e quarenta e três centavos)

a).aos que, para operação tributável, emitirem Nota Fiscal de operação não tributada ou isenta;

b) aos que, sujeitos a operação tributada, não emitirem Nota Fiscal de operação ou outros documentos de controle exigidos por lei ou regulamento.

IX – R$ R$ 97,15 (Noventa e sete Reais e quinze centavos)

a) aos que se negarem a prestar informações ou, por qualquer modo tentarem embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação fiscal;

b) aos estabelecimentos gráficos ou, na impossibilidade de sua identificação, aos contribuintes que usarem ou mantiverem em seu poder talões de Notas Fiscais com a ausência do número das Notas, abrangidas pela série, bem como a característica da impressora;

c) aos que expedirem Nota Fiscal cujo valor da prestação de serviço evidencie sub-faturamento;

d) aos contribuintes que se utilizarem de Notas Fiscais com ausência do número da inscrição no Cadastro Mobiliário - CM;

e) o síndico, o leiloeiro, o corretor, o despachante ou quem quer que facilite, proporcione ou auxilie por qualquer forma a sonegação do tributo no todo ou em parte;

f) o árbitro que prejudicar a Fazenda Municipal por negligência ou má-fé nas avaliações;

g) as tipografias e estabelecimentos congêneres que aceitarem encomendas para confecção de livros e documentos fiscais estabelecidos pelo Município, sem a competente autorização da Fazenda Municipal ou que não mantiverem registros atualizados de encomendas, execução e entrega de livros e documentos fiscais, na forma do regulamento;

h) as empresas de transportes, os transportadores autônomos e os que tiverem mercadorias sob a sua guarda, sem prejuízo das penalidades impostas aos proprietários de mercadorias, quando:

1) transportarem e receberem mercadorias desacompanhadas dos documentos fiscais exigidos por lei e regulamento;

2) não comunicarem, no prazo do regulamento, às autoridades administrativas, que dos documentos em seu poder consta destinatário com nome e endereço falso;

3) obrigados à fazê-lo, deixarem de emitir o manifesto da carga transportada; 4) deixarem de efetuar a entrega dos manifestos, notas e guias, dentro dos prazos regulamentares;

5) transportarem ou receberem mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal;

6) se negarem a permitir o exame, pelo fisco, de mercadorias, livros, documentos sob sua guarda ou responsabilidade.

i) as autoridades e funcionários administrativos que embaraçarem, iludirem ou dificultarem a ação do fisco**.**

j) aos que utilizarem indevidamente os documentos fiscais;

X - Aos contribuintes Substitutos Tributários:

a) 03 (três) vezes o valor do imposto e, no mínimo R$ 77,84 (setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos)

b) de R$ 45,00(Quarenta e Cinco Reais) por retenção não efetuada, aos que deixarem de reter o imposto devido;

c) de R$ 194,30 (cento e noventa e quatro reais e trinta centavos) por intimação descumprida, por mês ou fração do mês aos que deixarem de prestar, omitirem ou sonegarem informações ao fisco municipal relativo à retenção do imposto;

d) de R$ 291,46 (duzentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos) por documento aos que fornecerem informações falsas ou apresentarem documentos inexatos relativos à retenção, bem como ao recolhimento do imposto retido.

e) de R$ 17,93 (Dezessete Reais e Noventa e Três centavos) pela entrega fora do prazo determinado em lei ou regulamento do relatório mensal de serviços tomados ou da declaração de que não tomou serviços.

XI - de importância igual a 03 (três) vezes o valor do imposto devido na operação, acrescido de R$ 155,66 (cento e cinqüenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), aos que incorrerem em sonegação, fraude fiscal, ou tentativa comprovada de fraude, que será apurada através de procedimento fiscal nos termos deste Código e, se for o caso, acompanhado de sindicância e inquérito administrativo, sem prejuízo da ação penal cabível.

XII – de R$182,60 (cento e oitenta e dois reais e sessenta centavos)

a)aos que deixarem de entregar a via da Nota Fiscal destinada ao Fisco, no prazo estipulado na Lei;

b)aos que não comunicarem o extravio de documentos fiscais, nos termos do §3º do artigo 154 desta Lei**.**

XIII – de R$1,00, por Nota Fiscal de Serviço solicitada e não retirada até o prazo de validade do documento fiscal.

§ 1º Nos casos da alínea "b", do inciso V e da alínea "f", do inciso VI, deste artigo, provando o contribuinte à ocorrência de caso fortuito ou força maior, bem como a inexistência de dolo ou culpa, poderá haver dispensa das multas, a critério da autoridade fiscal, com acolhimento do Prefeito Municipal, através de justificativa fundada em razões de lei e de direito.

§ 2º A multa será aplicada em dobro, em caso de reincidência específica, considerando-se como tal, o contribuinte que já houver sido multado e advertido e, mesmo assim incorrer novamente na mesma infração.

§ 3º As multas serão cumulativas, quando resultarem, concomitantemente do não cumprimento de obrigação principal e acessória, assim determinadas pela legislação federal e municipal e seus regulamentos.

§ 4º Apurando-se, no mesmo processo, o não cumprimento de mais de uma obrigação tributária e acessória pela mesma pessoa, impor-se-á a pena relativa à infração mais grave, relevando-se a menos grave.

§5º - O recolhimento espontâneo pelo sujeito passivo não exime o sujeito passivo por substituição tributária da multa prevista na alínea "b" do inciso X deste artigo.

Art. 231 Para os efeitos deste Código entende-se como sonegação ou fraude fiscal:

I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes do fisco, com intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento do tributo e quaisquer outras obrigações acessórias devidas por lei;

II - inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos exigidos pelas leis fiscais com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Municipal;

III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis, com o propósito de fraudar a Fazenda Municipal;

IV - fornecer ou omitir documentos graciosos ou alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Municipal.

Parágrafo Único Apurada a prática de crime de sonegação fiscal, a Fazenda Municipal ingressará com a ação penal cabível.

Art. 232 A multa prevista na alínea "a" do inciso III do artigo 352 sofrerá as seguintes reduções, se paga nos prazos abaixo, a contar da ciência da Notificação Fiscal:

I - No pagamento à vista:

a) de 80% (oitenta por cento) se paga até o 15º (décimo quinto) dia;

b) de 60% (sessenta por cento) se paga até o 30º (trigésimo) dia;

II - No pagamento parcelado:

a) de 40% (quarenta por cento) se parcelado em até 12 (doze) vezes;

b) de 30% (trinta por cento) se parcelado de 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) vezes;

c) de 20% (vinte por cento) se parcelado de 25 (vinte e uma) a 36 (trinta e seis) vezes;

Parágrafo Único O pagamento total ou parcial do crédito tributário ou fiscal, importará em confissão irretratável do débito.

Art. 233 Terminado o prazo para pagamento normal de tributo, ficará este acrescido da multa de mora de 2%(dois por cento).

§ 1º Ocorrendo recolhimento de tributos por iniciativa do contribuinte, sem o recolhimento concomitante dos juros, multas ou qualquer outro acréscimo moratório, essa parte acessória do débito passará a constituir obrigação principal, sujeito a atualização e acréscimos moratórios, de acordo com as regras normais, podendo inclusive ser inscrito em Dívida Ativa, salvo se tal recolhimento configurar denúncia espontânea.

§ 2º As multas moratórias não serão aplicadas cumulativamente com multas punitivas, salvo se o infrator, após a tramitação normal de o procedimento administrativo deixar de recolher o valor devido dentro dos prazos concedidos para tal.

DAS IMUNIDADES E ISENÇÕES

Art. 234 Gozam de Imunidade Constitucional, decorrente das Limitações do Poder de Tributar, as pessoas físicas ou jurídicas que se incluam entre aquelas determinadas no artigo 150, inciso VI, alíneas "a" a "d" da Constituição Federal de 1988.

Parágrafo Único A Imunidade Constitucional apenas atinge aos impostos, não abrangendo as taxas e as contribuições que contarão apenas com as isenções previstas neste Código e em leis subseqüentes.

Art. 235 As isenções serão procedidas, mediante requerimento encaminhado ao Prefeito, instruído com os documentos comprobatórios para cada caso.

Parágrafo Único As entidades de educação e assistência social sem fins lucrativos, somente serão consideradas imunes, se observados rigorosamente os requisitos do Art. 14 de Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional.

Art. 236 Qualquer isenção que não esteja prevista nesta Lei, bem como qualquer incentivo fiscal visando a implantação ou a expansão de atividades industriais, agropecuárias ou comerciais no território do Município, dependerá de lei aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, observadas razões de ordem pública ou de interesse social ou, ainda, de interesse do Município, não podendo ter caráter pessoal, nem individual.

Parágrafo Único A lei que conceder isenção especificará as condições exigidas, o prazo de sua duração e os tributos aos quais se aplica.

Art. 237 Desaparecendo as condições que a motivaram, bem como verificada a qualquer tempo a inobservância dos requisitos exigidos para a sua concessão, será a isenção obrigatoriamente cancelada.

Parágrafo Único As pessoas que se beneficiaram indevidamente de isenções, estarão sujeitas à penalidade prevista em Lei.

VOUCHER TURISTICO ÚNICO

Art. 238 É fato gerador do Voucher Turístico Único, todo uso sustentável dos recursos turísticos do município, sua venda será regulamentada através de passaportes de visitação, denominados Voucher.

Parágrafo Único O Voucher é um sistema de controle dos fluxos de turistas aos atrativos, assegurando a preservação do ecossistema e a segurança do visitante.

Art. 239 Todas as Agencias de Turismo, Hotéis, Pousadas, Locais de Camping, Visitações e Similares, Postos Fiscais de Orientação Ambiental, ficam obrigados a cobrar o Voucher Único dos visitantes.

Art. 240 O Voucher Único criado pela Lei nº 1316 de 01 de setembro de 2003, alterado pela Lei nº 1538 de 03 de agosto de 2009 será regulamentada por decreto do Poder Executivo.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS.

Art. 241 Quando o lançamento do tributo se atrasar ou restar impossibilitado em razão de omissões ou por infrações praticadas pelo sujeito passivo, o valor monetário da respectiva base de cálculo será atualizado.

Art. 242 O Executivo, no interesse da arrecadação e fiscalização dos tributos, por decreto, estabelecerá:

I - o documentário fiscal;
II - a forma, os prazos e condições para a escrituração de livros, formulários, documentos de arrecadação, declarações e outros elementos integrantes do documentário fiscal, bem como para emissão, impressão e controle de notas fiscais e faturas.

Art. 243 Fica facultado ao Executivo, por razões de economia processual, a não ajuizar a cobrança de débitos fiscais que somados em relação a um mesmo devedor e corrigidos monetariamente, não ultrapassem o valor de 05 (cinco) UPFM.

Parágrafo Único Para débitos fiscais já ajuizados, observadas as condições deste artigo, poderá o Executivo não dar andamento na execução ou dela desistir.

Art. 244 No lançamento de cada tributo poderão ser eliminadas as frações de valor não significante, arredondando-se a importância do valor lançado ou de cada parcela, tudo como se dispuser em decreto.

Parágrafo Único As disposições deste artigo poderão ser aplicadas também, aos cálculos dos acréscimos legais, às multas, e aos parcelamentos fiscais.

Art. 245 Os serviços prestados pelo Município que não importarem em cobrança de taxas, será remunerado por preço público, expedidas tabelas por Ato do Executivo.

Art. 246 Fica instituído que a UPFM (Unidade Padrão Fiscal do município) será equivalente a 80% (oitenta) do valor da UPF – MT (Unidade Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso) .

Parágrafo Único A UPFM será atualizada de acordo com a atualização da Unidade Padrão Fiscal do Estado.

Art. 247 Será cobrado conjuntamente com a Taxa de Licença e Funcionamento a Taxa de Vistoria Sanitária.

§ 1º O valor da Taxa de Vistoria Sanitária a ser cobrada, será correspondente a 10% (dez por cento) do valor da Taxa de Licença e Funcionamento.

§ 2º A fiscalização e as multas serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo.

Art. 248 Os débitos para com a Fazenda Municipal de qualquer natureza, inclusive fiscais, vencidos e vincendos, incluídas as multas de qualquer espécie proveniente de impontualidade, total ou parcial nos respectivos pagamentos, serão inscritos em Dívida Ativa e serão atualizados monetariamente.

Art. 249 São definidas as decisões de qualquer instância, uma vez esgotado o prazo legal para interposição de recursos, salvo se sujeitas a recurso de oficio.

Art. 250 Não se tomará qualquer medida contra o contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que posteriormente modificada.

Parágrafo Único No Caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo cumpre à autoridade exonerá-lo de ofício, dos gravames decorrentes do litígio.

Art. 251 Todos os atos relativos à matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária**.**

Art. 252 Os Cartórios serão obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, para efeito de lavratura da escritura de transferência ou venda de imóvel, certidão de aprovação do loteamento, certidão negativa de tributos incidentes sobre o imóvel e ainda enviar à Administração relação mensal das operações realizadas com imóveis.

Art. 253 Consideram-se integralmente a presente Lei as tabelas que a acompanham.

Art. 254 Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar convênios com a União, Estado ou outros Municípios. Conselhos Regionais de profissionais Autônomos e Entidades de Representação Classista, visando adquirir informações fiscais e utilizá-las para aperfeiçoar os mecanismos de controle e arrecadação dos Tributos.

Art. 255 No interesse da Arrecadação e da administração fazendária , fica o Poder Executivo Municipal autorizado a definir pó Decreto os Tomadores de serviços que passarão a ser considerados Sujeitos Passivos por Substituição Tributária os quais deverão reter na fonte e efetuar o Recolhimento devido pelos prestadores de serviços sujeitos ao ISSQN, nas formas e prazos que serão estabelecidos pelo executivo**.**

Parágrafo Único O Sujeito Passivo por Substituição tributária terá as mesmas responsabilidades quanto ao recolhimento do tributo devido pelo sujeito passivo, sendo que o descumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao regime de substituição, ensejará a aplicação de penalidades.

Art. 256 O Poder Executivo expedirá, por decreto, consolidação, em texto único do presente Código, relativo às leis posteriores que lhe modificarem a redação, repetindo-se esta providência até 31 de Janeiro de cada ano.

Art. 257 – Esta Lei entra em vigor no dia 1º de Janeiro de 2010

Art. 258 – Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nºs. 827/1990 e 1.154 de 26 de Abril de 1999.

Poconé, 14 de Dezembro de 2009.

CLÓVIS DAMIÃO MARTINS
Prefeito Municipal de Poconé-MT

TABELA I
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

BASE DE CÁLCULO E A ALIQUOTA É OVALOR VENAL DO IMÓVEL
ALÍQUOTAS

Imóveis de até 100 m²	0,6%
Imóveis de até 250 m²	0,8%
Imóveis prédios não residenciais ou misto eresidencial acima de 250 m²	1,0%
Terrenos sem edificação 1º Ano	3%
Terrenos sem edificação 2º ano	3,5 %
Terrenos sem edificação 3º ano	4%
Terrenos a partir do 4º ano	5%
Terrenos com edificação	1,0%
Terrenos com áreas verdes:	
Até 100% preservada	20% de redução
Até 80% preservada	15% de redução
Até 60% preservada	10% de redução
Até 40% preservada	5% de redução
Arborização no logradouro:	
Acima de 10 árvores cultivadas	20%de redução
De 06 até 09 árvores cultivadas	15% de redução
De 01 até 05 árvores cultivadas	10% de redução

TABELA II
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

BASE DE CÁLCULO ALÍQUOTAS

Nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro de Habitação em relação àparcela financiada - sobre o valor 0,5 %

Nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro de Habitação - sobre o valor Restante 2,0 %

Nas demais transmissões de imóveis urbanos a título oneroso - sobre o valor 2,0%

Nas transmissões de imóveis rurais, sendo área bruta. 5,0%

Nas transmissões de imóveis com benfeitorias - sobre o valor da venda 5,0%

TABELA III

TABELA PARA COBRANÇA DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA

NÍVEL UNIVERSITÁRIO	AO ANO
1- Médico 40 UPFM	
2- Advogado	30 UPFM
3- Engenheiro	30 UPFM
4- Arquiteto	30 UPFM
5- Dentista	40 UPFM
6- Contador	30 UPFM
7- Economista / Administrador	30 UPFM
8- Demais profissionais de nível universitário	20 UPFM

NÍVEL MÉDIO	AO ANO
8-Despachante	15 UPFM
9- Taxista	10 UPFM
10 – Mecânico	8 UPFM
11- Técnico Contábil	20 UPFM
12- Demais profissionais do nível médio	8 UPFM

EMPRESAS	
13 - Escolas Particulares de 1º e 2º Grau	12 UPFM ao ano
14-Instituições financeiras	5% sobre o preço do serviço
16- Oficinas mecânicas	4% sobre o preço do serviço
17- Análises Clinicas	4% sobre o preço do serviço
18 – Hotéis e pensões	4% sobre o preço do serviço
19 – Demais empresas	4% sobre o preço do serviço
20- Embarcações e barco de turismo	4% sobre o preço do serviço

TABELA IV

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA E VERIFICAÇÃO FISCAL PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Especificação	Valor Unidade Padrão Fiscal (Anual)
01 – Abatedouro de animais	15,00
02 – Açougues	3,00
04 – Auto lotação:	
a) Táxi	1,00
b) Lotação até 14 passageiros	2,50
c) Lotação acima de 14 passageiros	3,50
d) Caminhões de frete até 4 toneladas	1,00
e) Caminhões de frete acima de 4 toneladas	1,50
f) Moto-taxis	1,00
g) Outros não definidos	1,00
05 - Bancos, instituições financeiras, agentes ou representantes deEntidades vinculadas ao sistema financeiro	50,00
06 – Bares	2,00
07 - Beneficiamento e empacotamento de cereais	5,00
08 – Boates	6,00
09 – Casas de loterias	3,00
10 - Clinicas dentárias e outras, prótese e laboratório	5,00
11 - Comércio em geral	2,00
12 – Comércio de Materiais de construção em geral	6,00
13- Concessionárias de venda de veículos em geral	5,00
14 - Concessionárias ou permissionárias de serviços públicos em geral e planos de saúde, previdência, representante comercial, corretoras de Seguros, despachantes, mediadores de negócios, transportadoras em geral e agências de turismo 3	3,00
15 – Consultórios em geral	5,00
16 – Cooperativa de crédito e serviços	30,00
17 – Curtume	39,00
18 - Depósito de combustíveis, inflamáveis e similares	10,00
19 - Depósito e revenda de gás GLP	2,00
20 – Depósito fechado quando localizado fora do estabelecimentoComercial	2,00
21 - Diversões públicas:	
a) Bailes e festas por evento	1,50
b) Danceterias, discotecas e outras	5,00
c) Bolão e boliche 2,00	
d) Parques de diversões e circos por dia	1,00
e) Cinemas e teatros	2,00
22 - Empresas de comercialização de produção agropecuária	5,00
23 - Empresas de pulverização aérea	5,00
24 - Empresas de transportes urbanos, interurbano, rodoviário de cargas, ferroviário de cargas, rebocadores em geral	5,00
25 – Escritório de contabilidade, assessoria, planejamento, projetostécnicos, cobrança de terceiros, arquitetura e outros	3,00
26 - Estabelecimento de ensino:	
a) Até 6 salas	1,50
b) Acima de 6 salas	2,00
c) Acima de 12 salas	2,50
27 - Estabelecimentos hospitalares, clínicas com internação	15,00
28 - Estúdios fotográficos, cinematográficos, atelier de pintura, desenhos e similares, produtoras e/ou gravadoras de áudio e vídeo	2,00
29 - Farmácias e drogarias	10,00
30 – Garagem de compra e venda de veículos	2,50
31 – Gráficas	5,00
32 - Hotéis:	
a) Até 10 quartos/apartamentos	5,00
b) Até 20 quartos/apartamentos	10,00
c) Acima de 30 quartos/apartamentos	15,00
32-A) Embarcações e barco de Turismo	
a) Grande porte	50,00
b) Médio Porte	30,00
c) Pequeno porte	20,00
d) Barco de alumínio	10,00
32-B – Representantes comerciais e autônomos, corretores, despachantes, agentes e prepostos em geral.	12,00
33 – Imobiliárias	2,00
34 – Indústria de construção civil	6,00
35 – Indústria Frigorífica	20,00
36 - Indústria de produção agropecuária	8,00
37 - Indústria em geral	5,00
38 – Laboratórios de análises clínicas em geral	5,00
39 – Lanchonete	4,00
40 - Lojas de departamentos (Calçados e confecções em geral)	2,00
41 - Lojas de eletrodomésticos 1	0,00
42 – Marcenarias	2,50
43 – Mercados (Comércio varejista de gêneros alimentícios, frutas everduras e frios em geral)	8,00
44 – Mercearias (Comércio varejista de secos e molhados, frutas everduras)	2,50
45 – Mineradoras	
a) – extração de areia e seixo	8,00
b) - extração e industrialização produto minerais	20,00
c) exceto garimpos, tabela XII em anexo	
46 – Motéis	
a) - até 10 quartos/ apartamentos	8,00
b) – acima de 11 quartos/ apartamentos	12,00
47 - Oficinas de consertos:	
a) Mecânica de máquinas pesadas	7,00
b) Mecânica de veículos em geral	5,00
c) Oficinas e consertos de motocicletas	3,00
48 - Oficinas de eletrodomésticos e outros	2,00
49 –Padaria	2,50
50 - Padaria e mercearia	5,00
51 - Papelaria e livraria	3,00
52 - Postos bancários para pagamento e/ou recebimento, inclusive Caixa Automático	10,00

53 - Postos de combustíveis e lubrificantes 15,00
54 - Postos de concessionárias ou permissionárias de serviços públicos em Geral 10,00
55 - Pousada e Pensão 4,00
56 - Profissionais autônomos: 3,50
a) Com curso superior 2,00
b) Com curso médio 1,00
c) Outros
57 – Propaganda de aparelhagem de som, com ou sem veículos 5,00
60 – Restaurantes 3,00
61 – Serralherias 3,00
62 - Serviços de engenharia e empreiteiras 4,00
63 - Supermercados em geral (Comércio varejista de gêneros alimentícios ,Padaria, açougue, perfumaria, secos e molhados, frutas e verduras, frios em geral e etc.). 20,00
64 - Usina de álcool 125,00
65 - Vigilância e transporte de valores, limpeza e/ou conservação 3,00
66 - Demais atividades sujeitas a licença de localização e funcionamento. 1,00

TABELA PARA COBRANÇA DE TAXA DE LICENÇA RELATIVA AO FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

PARA PRORROGAÇÃO DE HORÁRIO
1- Bares, lanchonetes, restaurantes e similares 1,5 UPFM
1.1- até as 22:00 horas, ao mês 2,0 UPFM
1.2- além das 22:00 horas, ao mês 4,0 UPFM
2- para a antecipação do horário, ao mês 1,0 UPFM

TABELA V
TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE

COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE	ALÍQUOTAS UPFM		
	DIA	MÊS	ANO
Barraquinhas ou quiosques	2,0	5,0	30
Vendas de miudezas (bijuterias, produtos de beleza, alimentos,vendas de roupas, enxovais e similares, produtos naturais, eoutros não especificados nesta tabela).	2,0	5,0	30
Espetáculos, diversões e similares.	1,5	4,0	20

TABELA VI
TAXA DE LICENÇA PARA APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS

CARACTERÍSTICAS DAS OBRAS BASE DE CÁLCULO ALÍQUOTA SOBRE A UPMF
1. Aprovações de projeto de edificações M² ou fração de áreaCoberta 0,2
2. Construção de: M2 de área construída
- Edificação de até 2 pavimentos 0,1
- Edificação com mais de 2 pavimentos 0,2
- Dependências em prédios residenciais 0,1
- Dependências em prédios não residenciais 0,1
- Barracões e galpões 0,1
- Fachadas e muros 0,1
- Marquises, cobertas e tapumes 0,2
3. Demolições em geral M2 de área construída 0,3
4. reconstruções, reformas e reparos m² de área construída 0,3
5. Alterações de projetos aprovados Por projeto 1,0
6. “Habite-se” m² de área construída 0,5
7. Arruamentos, excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos Metro quadrado 0,3
8. Corte de rua para instalação e manutenção de redes de água e esgoto Metro Quadrado 20
9. Loteamento Metro quadrado 0,3
- Excluindo as áreas destinadas a vias e logradouros públicos e a prestação de serviços públicos, bem como as áreas doadas ao Município.
- Até 10.000 m² 0,02
- Acima de 10.000 m²0,001 0,05
10. Quaisquer outras obras não Especificadas nesta tabela m² de área construída 0,1

TABELA VII
TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA

TIPO DO IMÓVEL BENEFICIADO PELOSERVIÇO A L Í Q U O T A S BASE DE CÁLCULO
Residencial: Unidade Custo do serviço
- até 39 m²
- de 40 a 100 m²
- acima de 100 m²
Comercial, industrial ou de prestação de serviços: M2 de área edificada Custo do Serviço
- até 50 m²
- de 50 a 100 m²
- acima de 101 m²
Territorial: M² de área Custo do serviço
- zona periférica - 30%
- em zona central sem melhoramentos - 30%
- em zona central com melhoramentosVarreção Por metro linear deTestada Custo do serviço-0,20%

TABELA VIII
TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DO SOLO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

ATIVIDADES EM UPFM
I - feiras livres
A - grande expositor Mensal 2,0 URM
B - grande produtor Mensal 1,5 URM
C - médio expositor Mensal 1,0 UPFM
D - médio produtor Mensal 0,5 UPFM
E – avulso Diária 0,3 UPFM
II – rodoviária
A) – Guichê para venda de passagem Mensal 5,0 UPFM
B) – Guichê para venda de revistas Mensal 3,0 UPFM
C) - Guichê para venda de bebidas e cigarros Mensal 8,0 UPFM
D) - Guiche para depósitos de bagagens e volumes M e n s a l 27,0 UPFM
E) – táxi Anual 10,0 UPFM
III – outros pontos de táxi Anual 7,5 UPFM
IV – hangar aeroporto Mensal 4,0 UPFM
V – comércio de qualquer natureza Mensal 0,32 UPFM /m²
VI-Postes de distribuições de energia elétrica e Congêneres, por Unidades. Por ano ou fração 0,30 UPFM
VII-Estrutura para fixação de placas, painés, relógios, Termômetros e congêneres, por unidade. Por ano ou fração 2,5 UPMF
VIII-Armários de distribuição de redes telefônicas ou Similares, por unidade. Por ano ou fração 3,5 UPFM
IX-Medidores de consumo de água e de energia elétrica P o r unidade, por ano 0,15 UPMF
X-Outras ocupações não especificadas, por unidade:
Por mesa ou fração 0,30UPMF
Por ano 2,5 UPFMF

TABELA IX
TAXA DE LICENÇA PARA ABATE DE ANIMAIS

BASE DE CÁLCULOEM ARROBA ALÍQUOTAS EM UPFM
- Bovinos 0,1
- Caprinos 0,05
- Ovinos 0,05
- Suínos 0,05
- Coelhos 0,05
- Aves 0,05
- Peixes 0,05
- Outros 0,05

TABELA X
TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

TIPO DE PUBLICIDADE ALÍQ. BASE DE CÁLCULO P E R I O D O DE INCIDENCIA
1. Publicidade afixada na parte externa de estabelecimento industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros. 0,5 M2 Anual
2. Publicidade no exterior de veículos destinados a propaganda como ramo de negócio. 0,5 Unidade Anual
3. Publicidade no exterior de veículos destinados a propaganda. 1,5 Unidade Anual
4. Publicidade sonora em veículos e/ou alto-falantes. 0,5/1,5/5,0 Unidade Dia/Mês/Ano
5. Publicidade em cinemas, teatros, boates e similares. 1,5/5,0 Unidade Mês/Ano
6. Publicidade em terrenos, campos de esportes, clubes, associações, por qualquer meio, desde que visíveis em quaisquer vias e logradouros públicos, inclusive em vias asfaltadas e caminhos. 15,0 Unidade Anual
7. Publicidade em colégios, muros, pontes, viadutos passarelas. 15,0 Unidade Anual
8. Faixas: nº de faixas Dia- De 1 a3- De 4 a 10- De 11 a 20- Acima de 21 1,02,04,06,0

TABELA XI
COBRANÇA DE TAXA DE LICENÇA DE ATIVIDADE DE EXTRAÇÃO COMERCIALIZAÇÃO DE BENS MINERAIS

I - Até 06 empregados	80 UPFM
II- De 07 a 10 empregados	140 UPFM
III- De 11 a 15 empregados	160 UPFM
IV- De 16 a 30 empregado	200 UPFM
V- Acima de 30 empregados	250 UPFM

TABELA XII
TAXA DE CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA
Custo dos serviços	Metro de testada do imóvel Beneficiado

TAXA DE EXECUÇÃO DE MUROS E CALÇADAS

BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA
Custo do serviço	Metro linear da testada

TABELA XIII
TAXA DE LIMPEZA DE TERRENOS

BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA
Custo do serviço	Metro quadrado do terreno

TABELA XIV
TAXA DE SERVIÇO DE VISTORIA TÉCNICA

BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA UPFM	0,3

TABELA XV
TAXA DE SERVIÇO ADMINISTRATIVO

BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA UPFM
1 - Certidões Negativa ou Positiva de Tributos	1,20
2 - Certidões, Atestados, Declarações e outros.	1,00
3 -2ª (segunda) via e Prorrogações	1,20
4 – Emissão de Guias	1,00
5 – Históricos	6,00
6 - Certificados (prestação de serviço, técnico e outros).	1,30
7 - Títulos (Posse, Privilégios e outros)	1,00
8 – Autorizações	1,00
9 - Fotocópias Heliografias (por face)	1,00
10 - Atestado de “Habite-se”	1,00
11 - Averbação de Escrituras	2,30
12 - Outros não citados acima	1,00

TABELA XVI
TAXA DE CEMITÉRIO

Inumação de sepultura rasa por 3 anos para maiores	5 UPFM
Inumação de sepultura rasa por 3 anos para menores	5 UPFM

Manutenção anual 2 UPFM

INUMAÇÃO DE CARNEIRA

Do Adulto	5 UPFM
Do menor	5 UPFM

LEI MUNICIPAL Nº 1.555 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE POCONÉ-MT PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1º O Orçamento Geral do Município de Poconé para o exercício de 2010, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita e fixa a Despesa em R$ 34.380.000,00 (Trinta e Quatro Milhões e Trezentos e Oitenta Mil Reais).

ART. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, observadas a categoria econômica e respectivas fontes, de acordo com o desdobramento abaixo:

Administração Direta

RECEITAS CORRENTES 28.010.100,00
RECEITA TRIBUTARIA 1.661.600,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 761.100,00
RECEITA PATRIMONIAL 64.200,00
RECEITA DE SERVIÇOS 67.200,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 28.676.100,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES..... 120.300,00
RECEITAS DE CAPITAL 6.369.900,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO 540.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 5.829.900,00
Total da Administração Direta ..... R$ 34.380.000,00
TOTAL GERAL..... R$ **34.380.000,00**

ART. 3º A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros de programas de trabalho e Natureza de Despesa, que apresentam os seguintes desdobramentos:

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Administração Direta
R$ 1.300.000,00..... 01 - CÂMARA MUNICIPAL
R$ 1.036.000,00.....02 - GABINETE DO PREFEITO
R$ 4.596.000,00..... 03 - SECRETARIA MUN. DE PLANEJ. ADM. E FINANÇAS
R$ 1.860.000,00..... 04 - SECRETARIA MUN. AÇÃO SOCIAL, EMPREGO E RENDA
R$ 10.297.000,00..... 05 - SECRETARIA MUN. EDUC. CULTURA, ESP. LAZER

R$ 7.882.000,00.....06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
R$ 6.209.000,00..... 07 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUT. DESENV. PART.
R$ 630.000,00..... 08 - SECRETARIA MUN. DE DES. URBANO E RURAL
R$ 530.000,00..... 09 - SECRETARIA MUN. DE TUR. E MEIO AMBIENTE
R$ 40.000,00..... 10 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Total da Administração Direta R$ 34.380.000,00
TOTAL GERAL: R$ 34.380.000,00

2 – POR FUNÇÕES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 -	LEGISLATIVA	R$ 1.300.000,00
04 -	ADMINISTRAÇÃO	R$ 5.632.000,00
08 -	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R$ 1.360.000,00
10 -	SAÚDE	R$ 7.882.000,00
12 -	EDUCAÇÃO	R$ 9.645.000,00
13 -	CULTURA	R$ 470.000,00
15 -	URBANISMO	R$ 110.000,00
16-	HABITAÇÃO	R$ 500.000,00
17 -	SANEAMENTO	R$ 190.000,00
18 -	GESTÃO AMBIENTAL	R$ 390.000,00
20 -	AGRICULTURA	R$ 600.000,00
23 -	COMERCIO E SERVIÇOS	R$ 40.000,00
25 -	ENERGIA	R$ 20.000,00
26 -	TRANSPORTE	R$ 100.000,00
27 -	DESPORTO E LAZER	R$ 182.000,00
31-	INFRA-ESTRUTURA RURAL E URBANAR	$ 5.919.000,00
99 -	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R$ 40.000,00

TOTAL DA DESPESA R$ 34.380.000,00

POR CATEGORIA ECONÔMICA
Administração Direta

28.817.500,00..... DESPESAS CORRENTES
5.522.500,00..... DESPESAS DE CAPITAL
40.000,00..... RESERVA DE CONTINGENCIA

Total da Administração Direta....	34.380.000,00
TOTAL GERAL:.....	34.380.000,00

ART. 4º O Executivo Municipal está autorizado a:

a) – Abrir créditos suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento da despesa, nos termos do Art. 7° da Lei Federal n° 4.320/67, utilizando como fonte de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação;
II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias, desde que não comprometidas;
III – superávit financeiro do exercício anterior.

b) – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previsto na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei.

c) – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação considerada a tendência do exercício.

Parágrafo Único Excluem-se deste limite os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais especificas aprovadas no exercício.

ART. 5º Não onerará o limite previsto no artigo anterior os créditos destinados:

I - a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à pessoal e encargos, inativos e pensionistas; e
II - a cobrir insuficiência nas dotações orçamentárias à conta de recursos vinculados à educação e à saúde.

ART. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

ART. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Poconé - MT, 23 de Dezembro de 2009.

CLÓVIS DAMIÃO MARTINS
Prefeito Municipal de Poconé

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE:

Contrato n.º 245/2009
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA
Objeto: Aquisição de veiculo Ambulância tipo A com as seguintes características: Veiculo 0 KM, tipo furgão flex ambulância, conforme Licitação modalidade Carta Convite n° 057/2009.
Valor: R$ 51.800,00 (cinqüenta e um mil e oitocentos reais)
Prazo: 08/12/2009 à 08/03/2010
Dotação Orçamentária: 185 - 06.001.10.302.0015.1037-4490.52.00.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Contrato n.º 246/2009
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: TRANSPORTADORA OREGOM LTDA
Objeto: Recuperação de rodovia vicinal, conforme Licitação modalidade Carta Convite n° 059/2009.
Valor: R$ 80.643,90 (oitenta mil seiscentos e quarenta e três reais e noventa centavos)
Prazo: 10/12/2009 à 10/01/2010
Dotação Orçamentária: 384 – 10.003.26.782.0027.1076-4490.39.00.00.00.00 – OUTROS ERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA

Contrato n.º 247/2009
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: SERGIO DE FRANÇA (MINERAÇÃO OREGON)
Objeto: Recuperação de rodovia vicinal, conforme Licitação modalidade Carta Convite n° 060/2009.
Valor: R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais)
Prazo: 10/12/2009 à 10/01/2010
Dotação Orçamentária: 384 – 10.003.26.782.0027.1076-4490.39.00.00.00.00 – OUTROS ERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA.

Contrato n.º 248/2009
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: MAXIMUS CONSTRUTORA LTDA
Objeto: Construção e recuperação de estradas vicinais padrão alimentadora na comunidade Agroana Giral – obra de arte (ponte, manilhamento) no município de Poconé, conforme Licitação modalidade Carta Convite n° 052/2009.
Valor: R$ 80.748,70 (oitenta mil setecentos e quarenta e oito reais e setenta centavos).
Prazo: 10/12/2009 à 10/01/2010
Dotação Orçamentária: 385 – 10.003.26.782.0027.1076-4490.51.00.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

Contrato n.º 249/2009
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: MIKASA ENGENHARIA & COMERCIO LTDA
Objeto: Construção de uma padaria comunitária no Bairro João Godofredo no Município de Poconé-MT, conforme Licitação modalidade Carta Convite n° 061/2009.
Valor: R$ 87.864,06 (oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e seis centavos)
Prazo: 14/12/2009 à 14/02/2010
Dotação Orçamentária: 362 – 10.003.15.451.0027.1073-4490.51.00.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

Contrato n.º 250/2009

Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: JK CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA
Objeto: Construção de Um Laboratório Municipal, no Município de Poconé – MT, conforme objeto da Licitação na Modalidade Tomada de Preço n.º 15/2009.
Valor: R$ 248.147,84 (Duzentos e Quarenta e Oito Mil, Cento e Quarenta e Sete Reais e Oitenta e Quatro Centavos)
Prazo: 15/12/2009 à 15/04/2010
Dotação Orçamentária: 239 – 06.002.10.304.0017.2038 - 4490.51.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇOES

Atenciosamente.

Clóvis Damião Martins
Prefeito Municipal de Poconé

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO:

O setor de publicação, vem no exercício das atribuições que lhe confere, torna público a retificação do objeto do extrato de Termo de Contrato n° 248/2009, publicado no dia 21 de dezembro de 2009, página 235, **onde se lê** objeto: O presente Contrato tem por objeto a construção e recuperação de estradas vicinais padrão alimentadora na comunidade Agroana Giral – obra de arte (ponte, manilhamento) no município de Poconé, **lê se** O presente Contrato tem por objeto a construção e recuperação de estradas vicinais padrão alimentadora na comunidade Agroana Giral.

Atenciosamente.

Clóvis Damião Martins
Prefeito Municipal de Poconé

Prefeitura Municipal de Ponte Branca

LEI N.º 400 – DE 08 DE JANEIRO DE 2010.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL e dá outras providências.

JAQUELINA SOARES PIRES, Prefeita Municipal de PONTE BRANCA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte LEI.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no Orçamento vigente, abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, até o montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o art. 42, da Lei nº 4.320/64, destinado ao pagamento de despesas com a premiação do torneio de jogos promovidos pela Prefeitura, criando-se a seguinte dotação orçamentária:

02.130 – SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER
2781290102.102 – Manter as Atividades do Esporte
3390310000 – Premiações Culturais: Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras R$ 10.000,00

Artigo 2º - Para cobertura do Crédito referido no artigo anterior serão utilizados recursos por anulação parcial de dotações do orçamento vigente.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Ponte Branca aos 08 de janeiro de 2010.

ORIGINAL ASSINADO
JAQUELINA SOARES PIRES
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos

PORTARIA Nº. 297/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Eliane Magalhães de Carvalho, aprovada no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 25 de Janeiro de 2009 e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 026/2001 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 089/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Eliane Magalhães de Carvalho** a partir de 31 de dezembro do cargo de **Apoio Administrativo** na Creche Municipal "Pequeno Príncipe", lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 298/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Olivia Correa Lopes, aprovada no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 26 de abril de 2009 e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 064/2003 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 090/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Olivia Correa Lopes** a partir de 31 de dezembro do cargo de **Fiscal de Vigilância Sanitária**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 299/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Carlos Aparecido Pacheco, aprovado no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 26 de abril de 2009 e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 064/2003 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 091/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Carlos Aparecido Pacheco** a partir de 31 de dezembro do cargo de **Gari**, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 300/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Matilde Silveira, aprovada no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 26 de abril de 2009 e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 026/2001 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 093/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Matilde Silveira** a partir de 31 dezembro do cargo de **Apoio Administrativo** na Escola Municipal "Gustavo Adolfo Wilke", lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 301/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Willian Rodrigues de Araujo, aprovado no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 03 de maio de 2009 e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 026/2001 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 094/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Willian Rodrigues de Araújo** a partir de 31 de dezembro do cargo de **Monitor Esportivo** no Departamento de Esportes, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 302/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Valdeni Marques Vieira, aprovado no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 26 de abril de 2009 e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 026/2001 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 095/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Valdeni Marques Vieira** a partir de 31 de dezembro do cargo de **Professor Educação Física**, no Departamento de Esportes, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 303/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Waldemilson Almeida da Silva, aprovado no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 03 de maio de 2009 e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 064/2003 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 096/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Waldemilson Almeida da Silva** a aprtir de 31 de dezembro do cargo de **Serviços Gerais**, no Distrito de Novo Paraná, neste Município, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 304/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonerar Aldo Arnaldo Mendes, aprovado no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 26 de abril de 2009 e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 064/2003 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 106/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Aldo Arnaldo Mendes** a partir de 31 de dezembro do cargo de **Agente de Saúde Ambiental**, **no Distrito de São João** neste Município, lotado na Secretaria Municipal Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Poxoréu

Portaria nº. 196, de 05 de janeiro de 2010.

Dispõe sobre a nomeação da comissão organizadora para organização de processo seletivo publico simplificado, conforme Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta nº 001/2008 com a Promotoria de Justiça e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POXORÉU – MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta nº 001/2008, a Lei nº. 1.213/2008 de 16 de maio de 2008 e a 1.344/2009 de 31 de dezembro de 2009.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear Comissão Especial para organizar o Processo Seletivo Publico para contratação temporária de professores e Merendeiras composta pelos seguintes membros:

- **Eunice Almeida Silva Rodrigues** – Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- **Maria AP. Miranda Coutinho de Souza** – Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- **Antonio Lelis de Azevedo Rocha** – Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- **Lina Rodrigues** – Representante da ASSEMP;
- **Paula Andréa Melo da Silva** – Representante da Secretaria Municipal de Administração;
- **Gaudêncio Filho Rosa de Amorim** – Representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
- **Agnaldo Francisco da Luz** – Representante da Controladoria Geral;

Art. 2° - A presente comissão terá o prazo de 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias para ultimar o certame.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréo, MT, 05 de janeiro de 2010.

Ronan Figueiredo Rocha
Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 05/01/2010.

Valdeniza Galvão de Arruda
Secretária de Administração

Portaria nº. 198, de 08 de janeiro de 2010.

Dispõe sobre a nomeação da comissão organizadora para organização de processo seletivo publico simplificado, conforme Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta nº 001/2008 com a Promotoria de Justiça e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POXORÉU – MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta nº 001/2008, a Lei nº. 1.213/2008 de 16 de maio de 2008 e a 1.344/2009 de 31 de dezembro de 2009.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear Comissão Especial para organizar o Processo Seletivo Publico nº 002/2010 para contratação temporária das vagas remanescentes da Secretaria de Saúde e Educação composta pelos seguintes membros:

- **Marco Antonio da Silva** – Representante da ASSEMP;
- **Valdeniza Galvão de Arruda** – Representante da Secretaria Municipal de Administração;
- **Gaudêncio Filho Rosa de Amorim** – Representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
- **Agnaldo Francisco da Luz** – Representante da Controladoria Geral;
- **João B. Bortolotte Xavier** – Representante da Secretaria de Saúde;

Art. 2° - A presente comissão terá o prazo de 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias para ultimar o certame.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréo, MT, 08 de janeiro de 2010.

Ronan Figueiredo Rocha
Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 08/01/2010.

Valdeniza Galvão de Arruda
Secretária de Administração

Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, **representada pelo Prefeito Municipal Sr. Nivaldo Ponciano Coelho, DECLARA Inexigível de licitação a empresa** CARLOS ANTÔNIO NUNES - EPP**, situada na Av. Mato Grosso, 001, Jardim Atlanta, Reserva do Cabaçal-MT, inscrita no CNPJ sob o nº 03.193.276/0001-21nos termos do processo de Inexigibilidade 01/2010 e torna público que firmará CONTRATO com a mesma para Aquisição de combustíveis e lubrificantes a serem utilizados na frota de veículos e máquinas da prefeitura municipal durante o ano de 2010.**

Reserva do Cabaçal-MT, 11 de Janeiro de 2010.

NIVALDO PONCIANO COELHO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Salto do Céu

DECRETO Nº 03 /2010
Data: 11 de JANEIRO de 2010

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. .

Osvaldo Katsuo Minakami, Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o Edital Complementar Nº 005/2009 que divulga o Resultado do Concurso Público Nº 001/2009 para o ingresso no quadro de servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Salto do Céu –MT. Realizado em 20/12/2009 e no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o Concurso Público Nº 001/2009 realizado em 20 de Dezembro de 2009 para os seguintes cargos:

Enfermeiro Padrão – 01 vaga

Candidato	Pontuação	Resultado
TATIANE LAET PINHEIRO	36	Classificado/Aprovado
VINICIUS RIBEIRO DE OLIVEIRA	34	Classificado
RENATA WEBER DA SILVA A. FOCKINK	32	Classificado
DEBORAH SAMPAIO NUNES DA SILVA	31	Classificado
GISELI BARBOSA GUILHERME	31	Classificado
LEIDY BATISTA CAITANO	31	Classificado
THIAGO CESAR DA SILVA CASTELO	31	Classificado
SIMONE CAMILA DA SILVA	30	Classificado
ISABELA CAROLINE SANCHES MIGUEL	28	Classificado

FRANCIELY CORDEIRO DE OLIVEIRA	26	Classificado
TATIANE ROMANINI	26	Classificado
AGNES MENEGASSI	26	Classificado
EDIVALDO RIBEIRO RODRIGUES	24	Classificado

Analista de Controle Interno – 01 vaga

Candidato	Pontuação	Resultado
VERA LUCIA ALVES SILVA	26	Classificado/Aprovado
ALAN CORDEIRO CLEMENTINO	24	Classificado

Bioquímico – 01 vaga

Candidato	Pontuação	Resultado
WANDERLAINE TESSINARI DA S. ZANOL	29	Classificado/Aprovado
DENISE YAEKO OKA	24	Classificado
CARINI VIEIRA SANCHES MIGUEL	24	Classificado
ROONEY BARROS DIAS	23	Classificado

Professor Pedagogia – 01 vaga

Candidato	Pontuação	Resultado
EDNALVA FRANCISCA DE OLIVEIRA	42	Classificado/Aprovado
CLAUDENICE SOUSA SANTANA	28	Classificado
MARIA HELENA DA SILVA	27	Classificado
MARIA ZÉLIA DE OLIVEIRA	25	Classificado

Agente Administrativo – 02 vagas

Candidato	Pontuação	Resultado
MICHELLE DAYHANE DE ANDRADE	36	Classificado/Aprovado
DORACI MARIA DOS SANTOS	35	Classificado/Aprovado
MARIO ANGELO FRADE MONTEIRO	33	Classificado
DANIELLA MAMEDES CABRAL VILELA	30	Classificado
NATALIA LEAL DE MELO	28,5	Classificado

Recepcionista – 04 vagas

Candidato	Pontuação	Resultado
DIUZA MARIA DA COSTA	31	Classificado/Aprovado
MYRIAM MYCHELLE MONTAY DE OLIVEIRA	28	Classificado/Aprovado
LALDICEIA CRISTOVAO DE OLIVEIRA	28	Classificado/Aprovado
VANUZIA JORGE DA SILVA	27	Classificado/Aprovado
ELOI PAMELA MARTINS TEIXEIRA	26	Classificado
LUCILENE RODRIGUES DA SILVA	25	Classificado
SIMONE ALVES CIPRIANO	25	Classificado
VANESSA APARECIDA HONÓRIO	25	Classificado
CLEIDE CASSEMIRA PEREIRA	23	Classificado

Técnico de enfermagem – 03 vagas

Candidato	Pontuação	Resultado
MARLUCIA RODRIGUES MARQUES	27	Classificado/Aprovado
VALDECY BATISTA ALVES	26	Classificado/Aprovado
ANDREA BATISTA DE ANDRADE	24	Classificado/Aprovado

Motorista Categoria D – 07 vagas

Candidato	Pontuação	Resultado
JAILTON BRANDOLFO FLORES	38,6	Classificado/Aprovado
EDNALDO FERREIRA TIENGO	35,8	Classificado/Aprovado
JOSE DIAS AMARAL	33	Classificado/Aprovado
UEMERSON PEREIRA DE MELO	31,2	Classificado/Aprovado
MANOEL FRADES FILHO	30,4	Classificado/Aprovado
JOSE CARLOS NASCIMENTO	30,2	Classificado/Aprovado
FERNANDO SANCHES PINHEIRO	29	Classificado/Aprovado
WELERSON CÂMARA	29	Classificado

Auxiliar de Serviços Gerais/Masculino – 04 vagas

Candidato	Pontuação	Resultado
VALDECI JANUARIO DA SILVA	36	Classificado/Aprovado
FÁBIO JUNIOR BARROS POLTRONIERI	30	Classificado/Aprovado
MANOEL ALVES FILHO	24	Classificado/Aprovado
OZEBIO MARTINS DA COSTA	20	Classificado/Aprovado

Guarda – 02 vagas

Candidato	Pontuação	Resultado
RONALDO LEAL DE OLIVEIRA	38	Classificado/Aprovado
GECE RODRIGUES DA COSTA	37	Classificado/Aprovado
ALEXANDRE B. BORTOLOZZO	37	Classificado
CLERISMAR NUNES DE ASSIS	36	Classificado
JHONES DE LIMA GOULART	36	Classificado
LIL PEREIRA VIEIRA	36	Classificado
JOAQUIM MARIA DIAS	36	Classificado
WESLEM DA SILVA PEREIRA	34	Classificado
JOSIANO DA SILVA OLIVEIRA	34	Classificado
VINCYS DELISON D. SILVA	34	Classificado
EDER INACIO MAMEDES	34	Classificado
EDSON MEROTTI	33	Classificado
VALMIR FERREIRA DOS SANTOS	33	Classificado
BENEDITO XAVIER DA SILVA	33	Classificado
JOÃO VANDERLEI F. MORAES	33	Classificado
PAULO MENDES SOARES	33	Classificado
JULIO CESAR DA COSTA SANTOS	33	Classificado
ADENILSON DE AMORIM PEREIRA	32	Classificado
EDIVALDO DALBEM CLARINDO	32	Classificado
ETENOGONIO JAKS MOREIRA DIAS	32	Classificado
ROGÉRIO AUGUSTO DA SILVA	32	Classificado
JADIR FRANCISCO DE OLIVEIRA	31	Classificado
RENATO ALVES DIAS	31	Classificado
VILSON ALVES DA SILVA	31	Classificado
JULIO DOS REIS FERREIRA	31	Classificado
MARLON DA SILVA MENDES	31	Classificado
ALAN PATRIK T. OLIVEIRA	30	Classificado
THIAGO VENUTI DE S. CALVARIO	30	Classificado
MAYKON JUNYO DE SOUZA SILVA	30	Classificado
JOSE JACINTO DA SILVA	29	Classificado
EDNEI WAGMACKER	28	Classificado
NILSON GONÇALVES RAMOS	27	Classificado
VITORINO CLARA DE SOUZA	27	Classificado
FABIO FELIPE DA SILVA	27	Classificado
ANDRE CARDOSO SILVEIRA	27	Classificado
AMARILDO FRIZZERA	26	Classificado
GELIO COSTA SANTOS	26	Classificado
GERALDO APERECIDO ANDRADE	26	Classificado
WAGNER RODRIGUES LOPES	26	Classificado
ANDRE DE SOUZA CAROLINO	26	Classificado
ZEQUIAS MARCELINO SANTOS	26	Classificado
LANDOALDO DE JESUS CHAVES	25	Classificado
VALCI PEREIRA DA SILVA	25	Classificado
CELIO TEODORO DIAS	25	Classificado
MAYCON DA SILVA MENDES	25	Classificado
JAIR SOARES PEREIRA	25	Classificado
SONIVAL RODRIGUES	24	Classificado
GEISON FERNANDES SILVA	24	Classificado
MARCOS BRAGA MENDANHA	24	Classificado
ALAN CARLOS ARAUJO SILVA	24	Classificado
ADILSON DE SOUZA	24	Classificado
CLAUDINALDO FIDELIS NOGUEIRA	23	Classificado
GEOVANE CARVALHO VALIM	23	Classificado
ENEAS ALBERTO	23	Classificado
JOVENIL FERREIRA DOS SANTOS	20	Classificado
JOAO BATISTA SILVA FRANCALINO	20	Classificado

Auxiliar de Serviços Gerais/Feminino – 03 vagas

Candidato	Pontuação	Resultado
ZILDA MARTINS TEIXEIRA	38	Classificado/Aprovado
DIANA DA SILVA GUIA SILVA	37	Classificado/Aprovado
MEIRILENE TIENGO CAMARA	36	Classificado/Aprovado
MICHELE DE PAULA	36	Classificado
SANDRA CRISTINA V. SANTOS	35	Classificado
ANA LUCIA POQUIVIQUI	35	Classificado
MARIA SUELY ALVES	34	Classificado
SIRLENE ANDRADE DE SOUSA	34	Classificado
MARIA JOSÉ PEREIRA	34	Classificado
MARIA DA ANUNCIAÇÃO N. SOUZA	34	Classificado
NILSIMAR FERREIRA	34	Classificado
BHEATRIZ HELLEN B. DE OLIVEIRA	34	Classificado
LILIANE CARVALHO VALIM	34	Classificado
MARCILENE PEREIRA DE OLIVEIRA	34	Classificado
EDNÉIA PINHEIRO DE SOUZA	34	Classificado
MYRIAM CRISTINA C. VALIM	34	Classificado
VANESSA DUTRA DA SILVA	33	Classificado
DEIRCE MARIA D. ANDRADE	33	Classificado
JOSIANE ALVES DE OLIVEIRA	33	Classificado
FABIANA SOUZA SANTANA	33	Classificado
EDIR NUNES DE OLIVEIRA ASSIS	32	Classificado
DHYLMA CRISSULA C. DA SILVA	32	Classificado
LUSNETE JORGE DA SILVA	32	Classificado
LUCIANA LOPES DA SILVA	31	Classificado
FATIMA DE JESUS VIANA DE SOUZA	30	Classificado
SANDRA RIBEIRO DE SOUZA	30	Classificado
ELISABETE DE SOUZA SILVA	30	Classificado
MARCIA REGINA CARDOSO	30	Classificado

MARILÚCIA LIMA R. VALES	29	Classificado
LUCINEIA ROSA DE ABREU COLAÇO	29	Classificado
IVANILDA DUTRA DE M. CHAVES	8	Classificado
MARCIA CRISTINA P. GONÇALVES	28	Classificado
ANA LINDAURA DE P. SANTANA	28	Classificado
GLEICE DA SILVA SOUZA	27	Classificado
LÉLIS SOUZA DA SILVA	27	Classificado
ZENILDA LOBATO DA SILVA	26	Classificado
LUCIMAR ALVES CONSTÂNCIA	24	Classificado
OZANIA PINHEIRO ROSA	24	Classificado
ELIZANGELA ALVES COSTA	24	Classificado
MARIA APARECIDA CARDOSO	24	Classificado
LUCIANA GOULART DE LIMA	24	Classificado
VANILZA COLAÇO DE OLIVEIRA	24	Classificado
PALMALIANA MARTINS DA COSTA	24	Classificado
MARIA APARECIDA DE C. DALBEM	23	Classificado
LUZIA DE ALMEIDA MOREIRA	23	Classificado
SIRLENE JOSE FERNANDES CUNHA	23	Classificado
MARLI DE SOUZA CAROLINO	23	Classificado
ADRIANA GOMES DOS SANTOS	22	Classificado
AESLIA GUEDES DE OLIVEIRA	22	Classificado
ANTONIA RODRIGUES S. CABRAL	22	Classificado
MARLEUSA G. SANTOS OLIVEIRA	22	Classificado
ODENICE BALBINO CAMARGO	21	Classificado
VANUZIA PAULA VIANA	21	Classificado

Art. 2º - Os cargos de técnico de Laboratório, Médico, Nutricionista, Engenheiro Civil e Químico, com inscrições abertas conforme Edital de Concurso Público Nº 001/2009 não tiveram candidatos(as) inscritos(as) para o Concurso Público.

Art. 3º - Os cargos de Assistente Social e Agente Comunitário de Saúde, com inscrições abertas conforme Edital de Concurso Público, e, com candidatos(as) inscritos(as) que não obtiveram Aprovação e/ ou Classificação conforme Edital Complementar Nº 005/2009 do Concurso Público.

Art. 4º O concurso Público terá o prazo de validade de 02 anos conforme estabelecido no Edital Nº 001/2009 do Concurso Público.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Salto do Céu/MT, 11 de Janeiro de 2010.

Osvaldo Katsuo Minakami
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

AVISO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU CNPJ: 15.024.011/0001-89 ENDEREÇO: RUA CARLOS LAET Nº 11 CEP:78270-000 BAIRRO CACHOEIRA VEM ATRAVÉS DESTE AVISAR:

CONTRATO N° 001/2009 - Contratação de Prestação de serviços profissionais como Monitora do PETI. Contratada: JUCILENE SILVA PEREIRA. Valor R$ 4.980,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009

CONTRATO N° 002/2009 – Contratação de Prestação de serviços profissionais como Monitora do PETI. Contratada: LUCINEIA ROSA DE ABREU. Valor R$ 4.980,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 003/2009 – Contratação de Prestação de serviços profissionais como Coordenadora do API, APD e ASSE. Contratada: MIRIAN FERREIRA CONRADO. Valor R$ 6.000,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 004/2009 – Contratação de Prestação de serviços profissionais como Gestora do bolsa família. Contratada: SONIA MARIA DE OLIVEIRA. Valor R$ 6.000,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 005/2009 – Contratação de Prestação de serviços profissionais como Coordenadora do PETI. Contratada: NATALIA LEAL DE MELO. Valor R$ 7.200,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 006/2009 – Contratação de Prestação de serviços profissionais como Monitora do PETI. Contratada: ROSINEIA VIEIRA DE SOUZA. Valor R$ 4.980,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 007/2009 - Prestação de serviços de agente comunitário de saúde em atendimento das atividades essenciais do município pela Secretaria Municipal de Saúde, ficando a disposição do (PACS) Programa Agente Comunitário de Saúde. Contratada: AURIANE ALVES PRATA OLIVEIRA. Valor R$ 6.972,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 008/2009 - Prestação de serviços de agente comunitário de saúde em atendimento das atividades essenciais do município pela Secretaria Municipal de Saúde, ficando a disposição do (PACS) Programa Agente Comunitário de Saúde. Contratada: EDILAINE DALBEM DA SILVA. Valor R$ 6.972,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 009/2009 - Prestação de serviços de agente comunitário de saúde em atendimento das atividades essenciais do município pela Secretaria Municipal de Saúde, ficando a disposição do (PACS) Programa Agente Comunitário de Saúde. Contratada: ELIANE DA SILVA BARBOSA. Valor R$ 6.972,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 010/2009 - Prestação de serviços de agente comunitário de saúde em atendimento das atividades essenciais do município pela Secretaria Municipal de Saúde, ficando a disposição do (PACS) Programa Agente Comunitário de Saúde. Contratada: ELICINEYA COSTA VIANA,. Valor R$ 6.972,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 011/2009 - Prestação de serviços de agente comunitário de saúde em atendimento das atividades essenciais do município pela Secretaria Municipal de Saúde, ficando a disposição do (PACS) Programa Agente Comunitário de Saúde. Contratada: EUNICE MARREIRO SOARES. Valor R$ 6.972,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 012/2009 - Prestação de serviços de agente comunitário de saúde em atendimento das atividades essenciais do município pela Secretaria Municipal de Saúde, ficando a disposição do (PACS) Programa Agente Comunitário de Saúde. Contratada: LUCILENE JACINTO DE MELO. Valor R$ 6.972,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 013/2009 - Prestação de serviços de agente comunitário de saúde em atendimento das atividades essenciais do município pela Secretaria Municipal de Saúde, ficando a disposição do (PASCAR) Programa Agente Comunitário de Saúde de Assentamento Rural. . Contratado: MARCOS LEMOS. Valor R$ 6.972,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 015/2009 - Prestação de serviços de agente comunitário de saúde em atendimento das atividades essenciais do município pela Secretaria Municipal de Saúde, ficando a disposição do (PACS) Programa Agente Comunitário de Saúde. Contratada: NUBIANE ALVES DA SILVA BUENO. Valor R$ 6.972,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 016/2009 - Prestação de serviços de agente comunitário de saúde em atendimento das atividades essenciais do município pela Secretaria Municipal de Saúde, ficando a disposição do (PASCAR) Programa Agente Comunitário de Saúde de Assentamento Rural. . Contratado: SILVANIA DE SOUZA CAROLINO. Valor R$ 6.972,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 017/2009 - Prestação de serviços de agente comunitário de saúde em atendimento das atividades essenciais do município pela

Secretaria Municipal de Saúde, ficando a disposição do (PACS) Programa Agente Comunitário de Saúde. Contratada: TANIA MARIA DE SOUZA MARTINS. Valor R$ 6.972,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 018/2009 - Prestação de serviços de agente comunitário de saúde em atendimento das atividades essenciais do município pela Secretaria Municipal de Saúde, ficando a disposição do (PACS) Programa Agente Comunitário de Saúde. Contratado: ADNEI GONÇALVES RAMOS. Valor R$ 6.972,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009

CONTRATO N° 019/2009 - Prestação de serviços de agente comunitário de saúde em atendimento das atividades essenciais do município pela Secretaria Municipal de Saúde, ficando a disposição do (PACS) Programa Agente Comunitário de Saúde. Contratada: ADRIANA MARIA DE OLIVEIRA. Valor R$ 6.972,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 020/2009 - Prestação de serviços de agente comunitário de saúde em atendimento das atividades essenciais do município pela Secretaria Municipal de Saúde, ficando a disposição do (PACS) Programa Agente Comunitário de Saúde. Contratada: LAURA QUIRINO DE ANDRADE. Valor R$ 6.972,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 021/2009 - Prestação de serviços de agente comunitário de saúde em atendimento das atividades essenciais do município pela Secretaria Municipal de Saúde, ficando a disposição do (PASCAR) Programa Agente Comunitário de Saúde de Assentamento Rural. . Contratado: MARIA JOSE DE OLIVEIRA. Valor R$ 6.972,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 022/2009 - Prestação de serviços de agente comunitário de saúde em atendimento das atividades essenciais do município pela Secretaria Municipal de Saúde, ficando a disposição do (PACS) Programa Agente Comunitário de Saúde. Contratada: REGILAINE ALVES GARCIA SANTANA. Valor R$ 6.972,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 023/2009 - Prestação de serviços profissionais como Agente Comunitário. Contratada: LUCÉLIA GUSTAVO DA SILVA. Valor R$ 6.972,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 024/2009 - Prestação de serviços profissionais como Agente Comunitário. Contratada: ANGELICA SANTANA CASTELAN. Valor R$ 6.972,00. Período de 02/01/2009 a 31/12/2009.

CONTRATO N° 025/2009 – Contratação de um profissional especializado em serviços de assessoria técnica advocatícia; referente ao processo licitatório 001/09, convite 001/09. Contratado: ADAILTON DA SILVA PERES. Valor R$ 10.740,00. Período de 14/01/2009 á 14/04/2009.

CONTRATO N° 026/2009 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de informática, com aquisição de licença de uso ou cessão de uso, de treinamento do usuário, manutenção e suporte e atualizações dos softwares, referente ao processo licitatório 002/09, convite 002/09. Contratado: JUSSEMAR REBULI PINTO – ME. Valor R$ 54.000,00. Período de 14/01/09 á 31/12/09.

CONTRATO N° 027/2009 - Prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica contábil de execução orçamentária e contabilidade pública, bem como assessoria e consultoria administrativa, referente ao processo licitatório 003/09, convite 003/09. Contratado: FASSIL ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. Valor R$ 54.000,00. Período de 02/02/09 á 31/12/09.

CONTRATO N° 028/2009 - Prestação de serviços especializados de Médico Clinico Geral para atendimento das atividades essenciais dos munícipios pelo (PSF) Programa Saúde da Família, pelo Sistema Único de Saúde, referente ao processo licitatório 004/09, convite 004/09. Contratado: PAULO CESAR STEFANI. Valor R$ 62.703,00. Período de 14/01/09 á 14/04/09.

CONTRATO N° 029/2009 - PRESTACAO DE SERVICOS PROFISSIONAIS DE CONSULTORIA AO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E EXECUCAO DE CONTROLE INTERNO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU. CONTRATADO: ADVANCED COMERCIO, PLAN. E CONSTRUÇOES LTDA. VALOR: R$ 30.000,00, PERIODO 02/02/2009 A 31/12/2009.

CONTRATO Nº 030/2009- PRESTACAO DE SERVICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA CONTABIL DE EXECUCAO ORCAMENTARIA E CONTABILIDADE PUBLICA, BEM COMO ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA. CONTRATADO: FASSIL ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. VALOR R$ 54.000,00. PERIODO 02/02/2009 A 31/12/2009.

CONTRATO Nº 031/2009- AQUISICAO DE COMBUSTIVEL (DIESEL / GASOLINA). CONTRATADO: M. R. V. MORAES-ME. VALOR R$ 77.630,00. PERIODO 03/02/2009 A 03/05/2009.

CONTRATADO Nº 032/2009- PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS NA REALIZACAO DE REFORMA ADMINISTRATIVA (REVISAO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS/ ESTRURA ADMINISTRATIVA.CONTRATADO: ADVANCED COMERCIO, PLAN. E CONSTRUÇOES LTDA. VALOR: R$ 12.000,00, PERIODO 04/02/2009 A 05/05/2009.

CONTRATADO Nº 033/2009- PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA NO ACOMPANHAMENTO E LEVANTAMENTO DE INFORMACOES DE ICMS A VIGORAR EM 2010 NA PREFEITIRA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU. CONTRATADO: ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA. VALOR R$ 45.000,00. PERIODO 05/02/2009 A 31/12/2009

CONTRATADO Nº 034/2009- CONTRATACAO DE UMA EMPRESA CAPACITADA PARA PRESTACAO DOS SERVICOS DE GESTAO E ORGANIZACAO DA SISTEMATICA DE ARRECADACAO MUNICIPAL DE TRIBUTOS, COM O CONCOMITANTE FORNECIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS NECESSARIOS A EXECUCAO DOS SERVICOS, BEM COMO DA METODOLOGIA TECNICA PARA A RACIONALIZACAO DA FISCALIZACAO E COBRANCA E O CONSEQUENTE INCREMENTO NA ARRECADACAO DO IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN). CONTRATADO: ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA. VALOR R$ 50.000,00. PERIODO 09/02/2009 A 31/12/2009.

CONTRATO Nº 035/2009- AQUISICAO DE MEDICAMENTO E MATERIAL MEDICO HOSPITALAR. CONTRATADO: HERMOM HOSPITALAR LTDA.VALOR R$ 77.977,99. PERIODO 10/02/2009 A 31/12/2009.

CONTRATO Nº 036/2009- LOCACAO DE 2 ONIBUS PARA REALIZACAO DO TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA ZONA RURAL.CONTRATADO: GABRIEL FRADES DA SILVA. VALOR R$ 4.000,00 PERIODO:11/02/2009 A 20/03/2009.

CONTRATO Nº 037/2009- LOCACAO DE 2 ONIBUS PARA REALIZACAO DO TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA ZONA RURAL.CONTRATADO: GABRIEL FRADES DA SILVA. VALOR R$ 4.000,00 PERIODO: 11/02/2009 A 20/03/2009.

CONTRATO Nº 039/2009- A EXECUÇAO DE SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS DO MUNICIPIO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO NA ESPECIALIDADE DE NUTRICIONOSTA PARA A ELABORACAO DE CARDAPIOS ALIMENTARES. CONTRATADO: KATIA PRISCILA DA SILVA. VALOR R$ 7.990,00. PERIODO 02/03/2009 A 31/12/2009.

CONTRATO Nº 040/2009- PRESTACAO DE SERVICOS MOVEL PESSOAL, COMPREENDIDO NA AREA DA PRESTADORA MEDIANTE A CESSAO DE USO DE APARELHOS EM COMODATO. **CANCELADOONTRATO Nº 041/2009**- PRESTACAO DE SERVICOS DE PUBLICACAO DE MATERIA DE

INTERESSE DESTA ADMINISTACAO. CONTRATADO M. D. TRINTADE – ME VALOR R$ 7.000,00. PERIODO 02/03/09 A 31/012/2009.

CONTRATO Nº 042/2009- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURISTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL. VALOR R$ 10.179,30.

CONTRATO Nº 044/2009- PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE BIOQUIMICA PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS DOS MUNICIPIOS CONTRATADO: R.Z ANALISE E CONSULTORIA LTDA. VALOR R$ 2.880,00. PERIODO 10/03/2009 A 31/12/2009.

CONTRATO Nº 045/2009- PRESTACAO DE SERVICOS PARA REALIZACAO DO TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE PUBLICA DE ENSINO. CONTRATADO: FRADES DA SILVA & ROCHA LDTA – ME. VALOR R$ 79.315,50. PERIODO 20/03/31/12/2009

CONTRATO Nº 046/2009- PRESTACAO DE SERVICOS COMO MONITOR DE ESPORTE DO PETI, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL. VALOR R$ 4.200,00 PERIODO 04/05/2009 A 15/012/2009.

CONTRATO Nº 047/2009 REGISTRO DE PREÇOS 001/2009 - SELECAO DE MELHOR PROPOSTA OBJETIVANDO O FORNECIMENTO FUTURO E FRACIONADO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU. CONTRATADO: B. ROSA BISPO - EPP VALOR R$ 834.420,20 **ESTIMADO** PERIODO 20/05/2009 A 20/05/2010.

CONTRATO Nº 048/2009 - LOCACAO DE UM IMOVEL COMERCIAL, DESTINADO A DEFENSORIA PUBLICA. CONTRATADO: SINDICATO RURAL DO VALE DE RIO BRANCO. VALOR R$ 5.600,00. PERIODO 19/05/2009 AS 29/12/2009.

CONTRATO Nº 049/2009- LOCACAO DE UM IMOVEL COMERCIAL, DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR. CONTRATADO: APARECIDO CRISPIM DA CONCEIÇÃO. VALOR R$ 2.400,00. PERIODO 24/06/2009 A 15/12/2009.

CONTRATO Nº 050/2009- PRESTACAO DE SERVICOS PROFISSIONAIS COMO EDUCADORA SOCIAL DO PROGRAMA PRO JOVEM ADOLESCENTE. CONTRATADO: JULIANA APARECIDA BATISTA SOARES. VALOR R$ 3.000,00. PERIODO 25/06/2009 A 15/12/2009.

CONTRATO Nº 051/2009- REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E FRACIONADA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL. VALOR: 206.411.09. PERIODO: 07/07/2009 A 07/07/2010.

CONTRATO Nº 052/2009- CONTRACAO DE SERVICOS ESPECIALICADOS DE ENGENHARIA PARA DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS.CONTRATADO TERRAVAN CONSTRUÇOES. VALOR R$ 514.379,30. PERIODO 09/07/2009 A 09/11/2009.

CONTRATO Nº 053/2009 - Dispõe a entrega de recursos pelo Município de Salto do Céu ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso - CISOMT, para a manutenção da administração do Consórcio, bem como aquisição de serviços de saúde nas especialidades contratadas. CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE. VALOR R$ 21.396,00. PERIODO: 02/01/2009 A 31/12/2009.

CONTRATO Nº 054/2009- Compra de 01 (uma) área de terra, situada no perímetro urbano do município de Salto do Céu, com uma área de 2,42 ha (dois hectares, quarenta e dois ares), constituído em uma área de 24.200 m^2 (vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados), destina-se a implantação de um projeto de loteamento, com infra-estrutura e urbanização.CONTRATADO: VANILDO CORADETE RAMPAZO. VALOR 60.000,00. PERIODO 08/08/2009 A 31/12/2009.

CONTRATO Nº 055/2009- CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM VEICULO TIPO ONIBUS. CONTRATADO:VIAÇÃO R. R. TUR LTDA – ME. VALOR R$ 6.000,00. PERIODO: 18/08/2009 A 18/09/2009**.**

CONTRATO Nº 056/2009- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ARQUITETURA E URBANISMO. CONTRATADO: WEIMAR QUIRINO MATOS. VALOR R$ 6.800,00. PERIODO 18/08/2009 A 31/12/2009.

CONTRATO Nº 057/2009- CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE CARNE EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DE SAUDE, AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E OBRAS. CONTRATADO: LECI LPOES DA SILVA. VALOR R$ 23.600,00 PERIODO: 24/08/2009 A 24/12/2009.

CONTRATO Nº 058/2009- CONTRATAÇÃO DE MEDICO CLINICO GERAL EM ATENDIMENTO AO PSF I. CONTRATADO: JOÃO GUILHERME DONANZAN REINATO. VALOR: 55.980,00. PERIODO: 02/09/2009 A 02/12/2009.

CONTRATO Nº 059/2009 - CONTRATAÇÃO DE MEDICO CLINICO GERAL EM ATENDIMENTO AO PSF II. CONTRATADO: SAMIR YOSHIO MATSUMOTO BISSI. VALOR: 55.980,00. PERIODO: 02/09/2009 A 02/12/2009.

CONTRATO Nº 060/2009- CONTRATAÇÃO DE EMDICO CLINICO GERAL EM ATENDIMENTO AO HOSPITAL MUNICIPAL. CONTRATADO: PAULO CEZAR STEFANI. VALOR R$ 63.000,00. PERIODO: 2/09/2009 A 02/12/2009.

CONTRATO Nº 061/2009- SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA OBJETIVANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO FUTURA E FRACIONADA DE MATERIAS DE PAPELARIA. CONTRATADO: ALECIR CRISTINA AMARO. VALOR R$ 87.000,00. PERIODO: 30/09/2009 A 30/03/2010.

CONTRATO Nº 062/2009- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO TECNICO SOCIAL. CONTRATADO: T. ALVES-ARCACONSULTORIA SOCIAL. VALOR R$ 3.000,00. PERIODO: 23/09/2009 A 29/10/2009.

CONTRATO Nº 063/2009- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECILAIZADOS EM MATERIAL GRAFICOS. CONTRATADO: GRAFICA S. J. ART'S GRAFICA LTDA-ME. VALOR R$ 26.500,00. PERIODO 23/09/2009 A 31/12/2009.

CONTRATO Nº 064/2009- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CURSOS ARTESANAIS COM PALITOS DE PICOLÉ. CONTRATO: WILSON ROBERTO ALEXANDRE. VALOR R$ 1.600,00. PERIODO 05/10/2009 A 05/11/2009.

CONTRATO Nº 065/2009- Prestação de serviços profissionais como Gestora do Bolsa Família junto a Secretaria Municipal de Ação Social. CONTRATADO JULIANA APARECIDA SOARES BATISTA. VALOR R$ 1.000,00. PERIODO: 03/11/2009 A 31/12/2009.

CONTRATO Nº 066/2009- Prestação de serviços de sonorização, divulgação e propaganda, visando à publicidade dos atos públicos do Município de Salto do Céu. CONTRATADO: SYLVIO PINHEIRO DA SILVA. VALOR R$ 1.200,00. PERIODO: 03/11/2009 A 31/12/2009.

CONTRATADO Nº 067/2009- Prestação de serviços de agente comunitário de saúde em atendimento das atividades essenciais do município pela Secretaria de Saúde, ficando a disposição do (PACS), Programa Agente Comunitário de Saúde. CONTRATADO: ODIVALDO SILVA DA CRUZ. VALOR: 1.162,00. PERIODO: 03/11/2009 A 31/12/2009.

CONTRATO Nº 068/2009- Prestação de serviços profissionais como Monitor do Esporte do PETI, junto a Secretaria Municipal de Ação Social. CONTRATADO: CRISTIANO ALVES DA SILVA. VALOR R$ 1.200,00. PERIODO: 03/11/2009 A 31/12/2009.

CONTRATO Nº 069/2009- Contratação de Empresa Especializada em Organização e Elaboração de Concurso Publico, no Município de Salto do Céu.CONTRATADO: FASSIL ASSESSORIA E CONSULTORIA .VALOR R$ 25.000,00. PERIODO: 16/11/2009 A 31/12/2009.

CONTRATO N º 070/2009- LOCAÇÃO DE 1 (UM) IMOVEL COMERCIAL. DESTINA-SE AO CENTRO DE REABILITAÇÃO DOM AQUINO. CONTRATADO: MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA. VALOR R$ 697,50. PERIODO: 01/12/2009 A 31/122009.

SALTO DO CEU, 31 DE DEZEMBRO DE 2009.

DIUZA MARIA DA COSTA
COMISSÃO PERMANENTE DE L ICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Santo Afonso

DECRETO Nº 001/2010

SÚMULA: ATUALIZA, CONVERTE E CORRIGE OS VALORES DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS, REGULAMENTA O LICENCIAMENTO E O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA, DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Sílvio Souto Felisbino, Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, observando as disposições contidas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica Municipal e no Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Artigo 1º Ficam atualizados, convertidos, e corrigidos os valores dos tributos municipais de Santo Afonso-MT, para o exercício de 2010, reajustando nos moldes deste decreto a Tabela de Tributação do Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 010/98, de 28 de Dezembro de 1998), ate a data de 30 de março de 2010 período em que a lei complementar 006 de 2009 entrará em vigor.

Artigo 2º A base de cálculo na qual incide os valores dos tributos municipais, quantificados em UFIR – Unidade Fiscal de Referência, extinta em 27 de Outubro de 2000, fica convertida em moeda corrente do país e corrigida no último exercício de acordo com o índice de preços ao consumidor – IPC (FIPE) acumulado nos últimos 12 meses, de novembro de 2008 a novembro de 2009.

Artigo 3º O valor da taxa de licença para localização e funcionamento de estabelecimento de produção, comércio, indústria e prestação de serviços é devido em função do Poder de Polícia do Município, exteriorizado pela atividade municipal de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança ou tranqüilidade pública, fica regulamentado em Anexo integrante deste decreto, de acordo com a Tabela II do Código Tributário sofrendo as alterações pertinentes.

Artigo 4º Fica regulamentado por este decreto o licenciamento e os horários de funcionamento do comércio e da indústria, para efeito da cobrança de alvará de competência do município de Santo Afonso – MT.

Artigo 5º Nenhum estabelecimento comercial, industrial ou prestação de serviços poderá funcionar no município sem previa licença da prefeitura, concedida a requerimento dos interessados mediante o pagamento dos tributos devidos.

Parágrafo único**.** O requerimento deverá especificar com clareza o ramo de atividade do comércio, da indústria ou de prestação de serviços.

Artigo 6º A licença para funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres será sempre precedido de exame do local e da aprovação da autoridade sanitária competente.

Parágrafo único. A autorização de que trata o artigo anterior será expedida pela autoridade sanitária do município de acordo com as leis estaduais e federais.

Artigo 7º Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o alvará em lugar visível e exibirá a autoridade competente sempre que o exigir.

Artigo 8º A licença poderá ser cassada quando:

I – se tratar de negócio diferente do requerido;

II – como medida preventiva à bem da higiene, da moral ou do sossego público.

III – se o licenciado se negar a exibir o alvará a autoridade competente, quando solicitado a fazer;

IV – Por solicitação de autoridade competente, provadas os motivos que fundamentou a solicitação;

§ 1° Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2° Poderá ser igualmente fechado e apreendido as mercadorias de todo estabelecimento que exerce atividades sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceitua este decreto.

Artigo 9º O exercício do comércio ambulante ou eventual dependerá sempre de licença especial, que será concedida de conformidade com as prescrições da legislação tributaria do município.

§ 1° O vendedor ambulante ou eventual não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito à apreensão da mercadoria em seu poder.

§ 2° Ficam isentos os vendedores ambulantes que estiverem comercializando produtos hortigranjeiros produzidos no município.

Artigo 10 Às infrações ao disposto neste decreto serão sancionadas com multa no valor de 100 (cem) a 200 (duzentos) por cento (100 a 200 %) sobre o valor do tributo, sem prejuízo do recolhimento da referida taxa, se aplicando especialmente as pessoas sujeitas às disposições desta lei que:

I - iniciarem atividades ou praticarem ato sujeito à taxa de licença para funcionamento antes da concessão desta;

II - deixarem de apresentar quaisquer declarações ou a fizerem com dados anexados ou omissão de elementos indispensáveis à apuração da taxa devida, na forma e nos prazos estabelecidos pela legislação pertinente, sem prejuízo das sanções criminais cabíveis;

III - recusarem de qualquer forma ou dificultarem a exibição de anúncio, da declaração de dados ou de quaisquer outros documentos fiscais, embaraçarem a ação fiscal ou sonegarem documentos para apuração da taxa;

Parágrafo único. Para as infrações às normas tributárias municipais (CTM) e à este decreto que não forem cominadas penalidades específicas, fica prevista a multa de 30 (trinta) por cento (30 %) sobre o valor do tributo incidente sobre a atividade do infrator, observada as regras para incidência da taxa ou do tributo devido.

Art. 11 A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços do centro urbano do município, observados os preceitos da legislação federal que regulam o contrato de duração e as condições de trabalho, obedecerá aos seguintes horários:

De segunda a sexta:
Das 06:00 às 17:00 horas, indústria em geral;
Das 07:00 às 19:00 horas, armazéns, mercearias e supermercados;
Das 07:00 às 18:00 horas, demais setores do comercio;
Das 07:00 às 24:00 horas, bares, restaurantes e similares;

Aos sábados:
Das 06:00 às 18:00 - indústria em geral;
Das 07:00 às 19:00 - armazéns, mercearias e supermercados;
Das 07:00 às 18:00 - demais setores do comercio;
Das 07:00 às 24:00 – bares, restaurantes e similares;

Comercio ambulante: seguirá legislação estadual vigente.

Parágrafo único. O horário para abertura e fechamento de bares, restaurantes e similares até as 24:00 (vinte e quatro) horas, pode ser prorrogado mediante requerimento para funcionamento em horário especial, pagando as taxas previstas, desde que não venha a comprometer a tranqüilidade pública, os bons costumes ou a saúde pública;

Artigo 12 Os hotéis, pensões, hospedarias, postos de gasolina e lubrificação e farmácia poderão ter horário especial para abrir e fechar,

mas sempre com a faculdade de atender ao público, a qualquer hora, sempre que houver solicitação.

Artigo 13 Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Santo Afonso – MT, aos 8 dias do mês de janeiro de 2010, 19º da Emancipação Político-Administrativa.

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO

MARCOS ADRIANO FELISBINO
Secretário Municipal Fazenda

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

ANEXO

TABELA II

LANÇAMENTO E COBRANÇA DE TAXA DE LICENÇA

1 – TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

REGIÃO-01 - CENTRO

ATIVIDADES	QUANT. FIXA EM REAL POR ANO
1) industriais	
a) Extração de minerais	89,54
b) Extração de minerais não metálicos	89,54
c) Minerais não metálicos	179,11
d) Metalúrgica	89,54
e) Madeira	179,11
f) Mobiliário/Marcenaria	89,54
g) Borracha/Couros/Peles	89,54
h) Química, Perfumaria, Sabões e Velas	179,11
i) Têxtil e Matérias Plásticas	89,54
j) Produtos Farmacêuticos e Veterinários	89,54
l) Vestuários, Calçadas e Artefatos de Tecidos	89,54
m) Produtos Alimentícios	89,54
n) Bebidas, Álcool Etílico, Vinagre.	179,11
o) Editorial e gráfica	89,54
p) Demais estabelecimentos industriais	89,54
2 – Comércio Atacadista	
a) Produtos Alimentícios em geral	107,47
b) Produtos Extrativismos de origem mineral bruto	107,47
c) Produtos Extrativos de origem vegetal	268,66
d) Produtos Extrativos de origem vegetal	179,11
e) Tecidos, roupas feitas, calçados.	143,28
f) Material Elétrico e de comunicações, móveis e eletrodomésticos	143,28
g) Produtos Veterinários	89,54
h) Máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos industriais, comerciais e agrícolas e peças em geral	143,28
i) Combustíveis e lubrificantes em geral	268,66
j) Produtos farmacêuticos em geral	179,11
l) Bebidas e fumo	143,28
m) Demais estabelecimentos de comércio atacadista	89.54
3) Comercio Varejista	
a) Produtos alimentícios em geral	89,54
b) Produtos Extrativos de origem mineral bruto	179,11
c) Produtos Extrativos de origem Vegetal	268,66
d) Ferragens, Metalúrgicos e materiais de Contração	179,11
e) Tecidos, roupas feitas, calçados	143,28
f) Material elétrico e de comunicações, móveis e eletricidade	143,28
g) Produtos veterinários.	89,54
h) Máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos industriais, comerciais e agrícolas e peças em geral	143,28
i) Combustíveis e lubrificantes em geral	268,66
j) Produtos químicos e farmacêuticos em geral	179,11
l) Bebidas e fumo	179,11
m) Joalheiros e relojoaria	179,11
n) Bar, restaurante, churrascaria, hot dog	53,73
o) Demais estabelecimentos de comércio varejista	53,73
4) Prestação de Serviço	
a) Estabelecimentos de crédito, instituição financeira, banco empresa de seguro, (matriz, sucursal, sede, filial, agenciai e quaisquer outras dependências)	268,66
b) Empresas permissionárias ou concessionárias de serviço público	268,66
c) Hospital clinica médica e veterinária e casa de saúde	89,54
d) Estabelecimento que explore diversões pública, mediante utilização de equipamento ou aparelho eletrônico ou não	179,11
e) Profissionais liberais, inclusive trabalhador autônomo	53,73
f) Demais modalidades de prestação de serviços	53,73

REGIÃO-02 – DEMAIS LOCALIDADES

ATIVIDADES	QUANT. FIXA EM REAL POR M2
1) Indústrias	
a) Extração de minerais	53,73
b) Extração de minerais não metálicos	53,73
c) Minerais não metálicos	89,54
d) Metalúrgica	53,73
e) Madeireira	89,54
f) Mobiliaria	53,73
g) Borracha/ couro/ Pele de animais	89,54
h) Química, perfumaria, sabões e velas	89,54
i) Têxtil, madeira e plásticas	53,73
j) Produtos alimentícios	53,73
l) Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	53,73
m) Produtos alimentícios	53,73
n) Bebidas, álcool etílico, vinagre	89,54
o) Editorial e gráfica	53,73
p) Demais estabelecimentos industriais	53,73
2) Comércio Atacadista	
a) Produtos alimentícios em geral	71,63
b) Produtos extrativos de origem mineral bruto	107,47
c) Produtos extrativos de origem vegetal	179,11
d) ferragens, metalúrgicos e materiais de construção	143,28
e) Tecidos, roupas feitas, calçados	125,37
f) Material elétrico e de comunicação, móveis e eletrodomésticos	125,37
g) Produtos veterinários	71,63
h) Máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos industriais, comerciais e agrícola e peças em geral	125,37
i) combustíveis e lubrificantes em geral	179,11
j) Produtos químicos e farmacêuticos em geral	143,28
l) Bebidas e fumo	89,54
m) Demais estabelecimentos do comercio atacadista	89,54
3) comércio varejista	
a) Produtos alimentícios em geral	53,73
b) Produtos extrativos de origem mineral bruto	71,63
c) Produtos extrativos de origem vegetal	107,47
d) Ferragens, metalúrgicos e materiais de construção	89,54
e) Tecidos, roupas feitas, calçados	73,53
f) Material elétrico de comunicação, movéis e eletrodomésticos	71,63
g) Produtos veterinários	53,73
h) Máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos industriais, comerciais e farmacêuticos em geral	89,54
i) Combustíveis e lubrificantes em geral	268,66
j) Produtos químicos e farmacêuticos em geral	89,54
l) Bebidas e fumo	89,54
m) Joalheira e relojoaria	89,54
n) Bar, restaurante, churrascaria, hot-dog	35,82

o) Demais estabelecimentos de comércio varejista 35,82

4) Prestação de Serviço

a) Estabelecimentos de crédito, instituição financeira, banco, empresa de seguro, (matriz, sucursal, sede, filial, agencia e quaisquer outras dependências) 179,11

b) Hospital, clinica médica e veterinária e casa de saúde 71,63

c) Estabelecimento que explore diversões públicas, mediante utilização de equipamento ou aparelho eletrônico ou não 89,54

d) Beneficamente limpeza, conservação, restauração, e construção civil 53,78

e) Profissionais liberais, inclusive trabalhador autônomo 35,82

f) Autônomos feirantes e ambulantes 35,82

g) Demais modalidades de prestação de serviços 35,82

2 – TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAIS EM HORÁRIO ESPECIAL

MODALIDADES	QUANT. FIXA EM REAL
a) Diárias	17,90
b) Mensal	89,54
c) Anual	537,35

3 – TAXA DE LICENÇA PARA APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARTICULARES

Modalidade de comercialização – por dia	
A pé	53,73
Em lugares fixos: barracos, praças, ruas etc	8954
Em veículos até 05 toneladas	125,37
Em veículos com capacidade superior a 05 toneladas	179,11

4 – TAXA DE LICENÇA PARA APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARTICULARES

Modalidades Quant. Real

a) Aprovação de projetos de urbanização para área de até 10.000 m², incluindo-se os destinados a vias e logradouros públicos 716,47

b) Para áreas superiores a 10.000 m², incluindo-se as destinadas a vias e logradouros públicos e a instalação de serviços públicos, além da importância fixada no item anterior, pela excedente, por 10.00 m² ou fração 0,71

c) Autorização de desmembramento por área:

Até 200.00 m²	53,73
De 201.00 a 500.00m²	89,54
De 501 a 1.000.00m²	125,37
De 1.001.00 a 5.000.00m²	179,11
De 5.001.00 a 30.000.00m²	322,40
De 30.001.00 a 50.000.00m²	537,35
Acima de 50.000.00m², por hectare	125,37
d) Averbação	17,90
e) Alinhamento de poste, por unidade	17,90
f) Certidão de demolição	17,90
g) Localização de lote	35,82
h) Taxa de solicitação de copia de mapas	53,73

6 – TAXA DE LICENÇA DE PUBLICIDADE

Meios de publicidade Alíquota em Real

1) Publicidade por meio de placas, painéis, cartazes, letreiros e similares:

a) afixada na parte externa de edifícios, por m² ou fração 0,89

b) Colocados em qualquer local desde que visíveis das vias e logradouros públicos, por m² ou fração 0,89

c) Em estabelecimento do terceiros ou locais de freqüência públicas, por m² ou fração 0,89

d) Em veículos, por unidade, por ano 89,54

e) Pintado em faixas colocadas na via pública, por unidade, período máximo de 07 (sete) dias 17,90

2) Publicidade por meio de projeções de filmes, dispositivos ou similares:

a) Em recinto fechado, por dia 17,90

b) Em logradouros públicos, por dia 17,90

3) Propaganda:

a) Por meio de alto – falante, por dia 53,73

b) Oral meio de instrumentos musicais ou por animais, por dia 17,90

7 – TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DO SOLO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Quant. Real

1) Espaço ocupado por balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes, mas feiras, vias e logradouros públicos ou como depósito de materiais ou estabelecimento privativo de veículos, inclusive para comerciais em locais designados pela prefeitura, por prazo e a critério desta:

a) por dia e por m²	0,89
b) por mês e por m²	1,60
c) por ano e por m²	80,59

2) Espaço ocupado com mercadorias, nas férias sem uso de qualquer móvel ou instalação, por dia e por m² 0,89

3) Espaço ocupado com mercadorias, nas feiras sem uso de qualquer móvel ou instalações, por dia e por m 0,89

4) Espaço ocupado por circos e parques de diversões, por semana e por m² 0,89

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO

MARCOS ADRIANO FELISBINO
Secretário Municipal de Fazenda

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 002/2010.

SÚMULA: ATUALIZA OS VALORES DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS, PARA EFEITO DA COBRANÇA DO ITBI COMPETÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Sílvio Souto Felisbino, Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, observando as disposições contidas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica Municipal e no Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Artigo 1º Ficam atualizados os valores dos tributos, para efeito de cobrança do Imposto sobre transmissão *inter vivos* de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos – ITBI, de competência da Prefeitura Municipal de Santo Afonso – MT, para o exercício de 2010, em atendimento da tabela de tributação do Código Tributário Municipal.

Artigo 2º A base de cálculo na qual incide os valores dos tributos municipais em UFIR – Unidade Fiscal de Referência, extinta em 27 de Outubro de 2000, fica convertida em moeda corrente do país e corrigida nos últimos anos de acordo com o índice de preços ao consumidor – IPC (FIPE).

Parágrafo único. Para efeito de correção dos preços de trata este artigo, será calculado o acumulado do IPC (FIPE) entre os meses de novembro de 2008 a novembro de 2009, e terá vigência da data de publicação deste edital ate 30 de março de 2010, período em que a lei complementar 006/2009 entrará em vigor.

Art. 3º Valor do imóvel rural por alqueire medida Paulista, classificado por região do Município:

REGIÃO I – Água Branca, Viola, Sepotubinha, São Domingos, Maria Joana, Santa Rosa, Corre Água, Acorizal, Desaperta, Córrego do Cavalo, Córrego do Cipó, Córrego do Areias:

Valor - R$ - 5.500,59 (cinco mil quinhentos reais e cinqüenta e nove centavos)

REGIÃO II – Rio Mata Verde, Amarelinho, Tenente Lira, Sonho Azul, Água Limpa, Córrego do Limão, Araputanga, Fazenda Rio Preto, Fazenda Quybyquyra, Fazenda Vilar, Fazenda Boa Esperança:

Valor - R$ - 3.850,41 (três mil e oitocentos e cinqüenta reais e quarenta e um centavos).

REGIÃO III – Rio das Tocas, Rio Formoso, Rio Cartucho, Rio Pequizeiro, Rio Vermelho, Rio Caititu, Rio Piau:
Valor - R$ - 3.300,35 (três mil trezentos reais e trinta e cinco centavos).

Parágrafo único. A Base de cálculo e alíquota do ITBI rural, conforme dispõe o Art. 35, do Código Tributário Municipal será a seguinte:

I – Classe do valor do Imóvel em		R$:
A – Até	R$10.000,00	1 %
B – Acima de	R$10.000,00	2 %

Artigo 4º O valor do imóvel urbano predial será por metro quadrado por m² de construção, e avaliados de acordo com as seguintes especificações abaixo:

ZONA VERDE

Valor do imóvel área construída – alvenaria	
Classe (a) - Fino	R$ 124,35
Classe (b) - Médio	R$ 103,62
Classe (c) - Popular	R$ 82,90
Madeira	
Classe (a) – Médio	R$ 51,81
Classe (b) – Popular	R$ 36,26

ZONA AZUL

Valor do imóvel área construída – alvenaria	
Classe (a) - Fino	R$ 103,62
Classe (b) - Médio	R$ 82,90
Classe (c) - Popular	R$ 62,17
Madeira	
Classe (a) – Médio	R$ 51,81
Classe (b) – Popular	R$ 36,26

ZONA AMARELA E AMARELO CLARO

Valor do imóvel área construída – alvenaria	
Classe (a) – Fino	R$ 82,90
Classe (b) – Médio	R$ 62,17
Classe (c) – Popular	R$ 51,81
Madeira	
Classe (a) – Médio	R$ 41,45
Classe (b) – Popular	R$ 31,08

ZONA MARROM, LILÁS E CINZA

Valor do imóvel área construída – alvenaria	
Classe (a) – Fino	R$ 72,53
Classe (b) – Médio	R$ 51,81
Classe (c) – Popular	R$ 41,45
Madeira	
Classe (a) – Médio	R$ 36,26
Classe (b) – Popular	R$ 25,90

ZONA VERMELHA

Valor do imóvel área construída – alvenaria	
Classe (a) – Fino	R$ 82,90
Classe (b) – Médio	R$ 62,17
Classe (c) – Popular	R$ 51,81
Madeira	
Classe (a) – Médio	R$ 36,26
Classe (b) – Popular	R$ 25,90

Artigo 5° O valor do imóvel urbano territorial por metro quadrado fica instituído por zoneamento, conforme distinguido na Planta Genérica de Valores, de acordo com as seguintes especificações abaixo:

Zonas:

· Verde-	R$ 3,10
· Azul-	R$ 2,30
· Amarelo	R$ 1,86
· Amarelo Claro	R$ 1,86
· Marrom	R$ 1,72
· Lilás	R$ 1,72
· Cinza	R$ 1,72
· Vermelho	R$ 1,86

Parágrafo Único. A Base de Calculo da Alíquota do ITBI Urbano, conforme dispõe o Art. 35, do Código Tributário Municipal, será a seguinte:

I – Classe de Valor do Imóvel em reais:	
A – Até R$ 10.000	1 %
B – Acima de R$ 10.000	2 %

Artigo 6º Ficam fixados os seguintes valores para emissão dos documentos abaixo relacionados:

I – Documento de Arrecadação Municipal – DAM	Valor – R$ 3,30
II – Certidão Negativa -	Valor – R$ 5,51
III – Taxa de Expediente -	Valor – R$ 5,51
IV – Taxa de Número Residencial -	Valor – R$ 5,51
V – Certidão de Inteiro Teor -	Valor – R$ 5,51
VI – Alvará	Valor – R$ 5,51

Artigo 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Santo Afonso – MT, aos 08 dias do mês de janeiro de 2010, 19º da Emancipação Político-Administrativa.

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO

MARCOS ADRIANO FELISBINO
Secretário Municipal de Fazenda

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 003/2010

LANÇAMENTO DA DÍVIDA ATIVA DE I.P.T.U. (IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, REFERENTE AO EXERCICÍO DE 2009.

O Senhor Silvio Souto Felisbino, Prefeito Municipal de Santo Afonso, no uso e gozo de suas atribuições legais, em conformidade com as normas constantes do Código Tributário Municipal, suas alterações e as disposições constantes das demais leis tributárias,

TORNA PÚBLICO QUE:

I – fica lançada e inscrita na dívida ativa do município de Santo Afonso-MT, os proprietários ou possuidores contribuintes que não efetuaram o pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, referente ao exercício de 2009.

II – ficam Notificados os Srs. Contribuintes, devedores do IPTU/ 2009, deste lançamento e da inscrição da dívida ativa municipal, na forma da lei.

III – Os contribuintes devedores do IPTU/2009 podem saldar suas dívidas referentes ao IPTU 2009 no prazo de 30 dias a partir da data de publicação deste edital.

IV – O não cumprimento do artigo anterior por parte dos contribuintes devedores, acarretará a inserção na Dívida Ativa desta

Municipalidade, no protesto em Cartório, na sua inscrição na SERASA e na cobrança judicial, conforme autoriza a legislação.

Registre-se, comunique-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Santo Afonso – MT, aos 08 dias do mês de janeiro de 2010, 19º da Emancipação Político-Administrativa.

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO

MARCOS ADRIANO FELISBINO
Secretário Municipal de Fazenda

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO – 004/2010

Lançamento do I.P.T.U. 2010 (Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana).

O Senhor Silvio Souto Felisbino, Prefeito Municipal de Santo Afonso Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais e em cumprimento às normas do Código Tributário, Lei Complementar Municipal n.° 006 de 28 de dezembro de 2009 publicada no dia 30 de dezembro de 2009.

TORNA PÚBLICO QUE:

I – ficam notificados os (as) Senhores (as) Contribuintes do lançamento do I.P.T.U. (Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano) do Exercício fiscal de 2010;

II – o pagamento poderá ser realizado em parcela única com desconto ou dividido em 06 (Seis) parcelas, com o seguinte vencimento:

1ª Parcela: Única 20% de desconto – mês de março
2ª Parcela: Única 15% de desconto – mês de abril
3ª Parcela: Única 10% de desconto – mês de maio
4ª Parcela: 001 de 006 – mês de junho
5ª Parcela: 002 de 006 – mês de julho
6ª Parcela: 003 de 006 – mês de agosto
7ª Parcela: 004 de 006 – mês de setembro
8ª Parcela: 005 de 006 – mês de outubro
9ª Parcela: 006 de 006 – mês de novembro

III – o pagamento total do imposto, feito no prazo do vencimento da primeira parcela gozará de 20 % (vinte por cento) de desconto; na segunda parcela gozará de 15 % (quinze por cento) de desconto; e na terceira parcela gozará de 10 % (dez por cento) de desconto, conforme art. 91 inciso III da Lei Complementar Municipal nº 006/2009.

IV – o não pagamento do I. P. T. U. na data do vencimento acarretará na incidência de correção monetária, multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês.

V – ficam os (as) Senhores (as) Contribuintes cientes, de que, caso não recebam o carne para pagamento do IPTU 2010 em suas residências, que os mesmos estarão à disposição do Contribuinte na Secretaria de Cadastro Arrecadação e Fiscalização Tributária, instalada na Prefeitura Municipal, Rua Pedro Álvares Cabral, nº 155, Centro, Santo Afonso – MT, e que o não recebimento do carnê na residência não estende os benefícios do item III deste Edital, e também não impede a aplicação do item IV quanto aos Contribuintes que pagarem em atraso, inclusive a inscrição do respectivo débito na dívida, se for o caso.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Prefeitura Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, aos 08 dias do mês de janeiro de 2010, 19º da Emancipação Político-Administrativa.

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO

MARCOS ADRIANO FELISBINO
Secretário Municipal de Fazenda

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

Prefeitura Municipal de São José do Povo

CONTRATOS DE DEZEMBRO/2009

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 069/2009

Contratado (a): FÁBIO GOMES
Objeto: Prestação de serviços como Gari, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras de São José do Povo - MT.
Valor Mensal: R$ - 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais)
Vigência: 12/2009 à 06/2010

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 070/2009

Contratado (a): REGINA RECIDIVI DE ALENCAR
Objeto: Prestação de serviços como Fisioterapeuta, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São José do Povo - MT.
Valor Mensal: R$ - 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)
Vigência: 12/2009 à 06/2010

LEI Nº 451/09 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

Estima a receita e fixa a despesa do Município de São José do Povo para o exercício de 2010 e dá outras providências.

JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de São José do Povo, usando as atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade do Município de São José do Povo para o exercício de 2010 estima a Receita e fixa a Despesa em R$ 8.782.000,00 (oito milhões e setecentos e oitenta e dois mil reais), com Redutor da Receita para Formação do FUNDEB no valor de R$ 1.108.000,00 (um milhão e cento e oito mil reais), totalizando um Orçamento real de R$ 7.674.000,00 (sete milhões e seiscentos e setenta e quatro mil reais), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Artigo 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, com o seguinte desdobramento:

01 – RECEITAS CORRENTES	R$	8.342.000,00
Receita Tributária	R$	159.000,00
Receita de Contribuição	R$	507.000,00
Receita Patrimonial	R$	93.000,00
Receita de Serviços	R$	79.000,00
Transferências Correntes	R$	7.432.000,00
Outras Receitas Correntes	R$	72.000,00
02 – RECEITAS DE CAPITAL	R$	440.000,00
Alienação de Bens	R$	10.000,00
Transferência de Capital	R$	430.000,00
SOMA	R$	8.782.000,00
REDUTOR PARA O FUNDEB	R$	1.108.000,00

TOTAL ..... R$ 7.674.000,00

Artigo 3º - A Despesa da Administração direta será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programa de Trabalho", "Natureza da Despesa", integrantes desta Lei.

1 – POR FUNÇÕES DO GOVERNO

Legislativo .....R$ 426.000,00
Essencial a Justiça .....R$ 33.200,00
Administração .....R$ 1.491.000,00
Assistência Social .....R$ 442.000,00
Previdência Social ..... R$ 685.500,00
Saúde .....R$ 1.596.000,00
Trabalho ..... R$ 52.000,00
Educação ..... R$ 1.774.300,00
Cultura ..... . R$ 29.000,00
Urbanismo ..... R$ 60.000,00
Habitação ..... R$ 50.000,00
Saneamento ..... R$ 188.000,00
Agricultura .....
Comércio e Serviços ..... R$ 10.000,00
Energia .....R$ 20.000,00
Transporte .....R$ 167.000,00
Desporto e Lazer .....R$ 74.000,00
Encargos Especiais .....R$ 239.000,00
Reserva de Contingência.....R$ 220.000,00

TOTAL ..... R$ 7.674.000,00

2 – POR ÓRGÃO DO GOVERNO E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO.... .... R$ 426.000,00

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO ..... R$ 4.074.000,00

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE..... R$ 1.596.000,00

04 – SECRETARIA MUN. DE PROMOÇÃO SOCIAL..... R$ 223.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA..R$ 570.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ..... R$ 565.000,00

09 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA..... R$ 220.000,00

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO..... R$ 426.000,00

01 - Gabinete do Presidente..... . R$ 209.000,00
02 - Secretaria da Câmara ..... R$ 217.000,00

02 – PREFEITURA MUNICIPAL ..... R$ 4.074.000,00

10 - Gabinete do Prefeito..... R$ 298.200,00
30 – Secretaria Municipal de Administração.....R$ 555.000,00
40 - Secretaria Municipal de Fazenda.....R$ 711.000,00
50 - Secretaria Mun. de Transporte, Obras e Serviços Públicos ..R$ 572.500,00
60 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura..... R$ 1.233.300,00
70 - Secretaria Mun. de Desporto, Lazer e Turismo .....R$ 89.000,00
80 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Amb..... R$ 134.000,00
90 – Departamento Municipal de Água e Esgoto – DAE..... R$ 196.000,00
140 – Secretaria Municipal de Promoção Social ..... R$ 285.000,00

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ..... R$ 1.596.000,00
110 - Fundo Municipal de Saúde..... R$ 1.596.000,00

04 – SECRETARIA MUN. DE PROMOÇÃO SOCIAL. R$ 223.000,00
120 – Fundo Municipal de Assistência SocialR$ 223.000,00

05 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA R$ 570.000,00
130 - Fundo Ensino Fundam Valorização do Magistério– FUNDEB R$ 540.000,00
150 – Fundo do Salário Educação ..... R$ 30.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO..... R$ 565.000,00
100 - Fundo Municipal de Previdência – FUNPREV ..... R$ 565.000,00

06 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA..... R$ 220.000,00

TOTAL..... R$ 7.674.000,00**OR PROGRAMA**
- 1010 – Processo Legislativo ..... R$ 426.000,00
- 2010 – Administração Superior ..... R$ 265.000,00
- 3010 – Representação Jurídica do Município ..... R$ 33.200,00
- 5010 – Administração e Planejamento ..... R$ 10.000,00
- 5020 – Gestão do Sistema de Administração ..... R$ 545.000,00
- 5030 – Gestão do Sistema Previdenciário ..... R$ 565.000,00
- 6010 – Controle Financeiro ..... R$ 420.000,00
- 6020 – Encargos Especiais..... R$ 291.000,00
- 7010 – Cidade Limpa ..... R$ 10.000,00
- 7020 – Cidade Bonita ..... R$ 20.000,00
- 7030 – Malha Viária Urbana ..... R$ 60.000,00
- 7040 – Trânsito Racional..... R$ 3.000,00
- 7050 – Malha Viária Rural ..... R$ 164.000,00
- 7070 – Gestão do Sistema de Infra-Estrutura Urbana R$ 325.500,00
- 8010 – Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental R$ 429.300,00
- 8020 – Manutenção e Revitalização do Ensino Infantil R$ 18.000,00
- 8030 – Apoio Educacional ..... R$ 695.000,00
- 8040 – Gestão do Sistema de Educação ..... R$ 92.000,00
- 8050 – Difusão Cultural ..... R$ 29.000,00
- 8060 – Manutenção do Ensino Básico ..... R$ 540.000,00

- 8070 – Desenvolvimento do Turismo..... R$ 10.000,00
- 8080 – Desenvolvimento do Esporte ..... R$ 23.000,00
- 8090 – Gestão do Sistema de Desporto e Lazer R$ 56.000,00
- 9010 – Desenvolvimento Agrícola e Pecuário ... R$ 124.000,00
- 9110 – Atenção Básica à Saúde ..... R$ 525.000,00
- 9120 – Atenção a Média e Alta Complexidade Ambul. e Hospitalar R$ 822.000,00
- 9130 – Assistência Farmacêutica ..... R$ 20.000,00
- 9140 – Vigilância em Saúde..... R$ 24.000,00
- 9150 – Gestão em Saúde ..... R$ 205.000,00
- 9210 – Atenção a Criança e ao Adolescente ..... R$ 117.000,00

9230 – Assistência ao Idoso ..... R$ 30.000,00
- 9240 – Enfrentamento a Pobreza ..... R$ 24.000,00
- 9260 – Gestão do Sistema de Assistência Social .. R$ 211.000,00
- 9270 – Morar Melhor .....R$ 50.000,00
- 9280 – Apoio à Família..... R$ 76.000,00
- 9300 – Saneamento Básico ..... R$ 5.000,00
- 9310 – Abastecimento de Água ..... R$ 191.000,00
- 9999 – Reserva de Contingência..... R$ 220.000,00

TOTAL ..... R$ 7.674.000,00

4 – POR CATEGORIA ECONÔMICA

- Despesas Correntes..... R$ 6.536.000,00
- Despesas de Capital..... R$ 568.000,00

SOMA. .....R$ 7.104.000,00

- **RESERVA DE CONTINGÊNCIA..... R$ 220.000,00**
- RESERVA DO RPPS..... R$ 350.000,00

TOTAL ..... R$ 7.674.000,00

Artigo 4º - O Orçamento de Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da administração direta e indireta, seus órgãos e fundos, estima a Receita e fixa a Despesa em R$ 2.723.500,00

(dois milhões e setecentos e vinte e três mil e quinhentos reais), assim discriminadas:

08 – Assistência Social	R$	442.000,00
09 – Previdência Social .....;;.....	R$	685.500,00
10 – Saúde.....	R$	1.596.000,00
TOTAL	R$	2.723.500,00

Artigo 5º - De acordo com o art. 42 da Lei nº 4320/64, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **CRÉDITOS SUPLEMENTARES**, considerando-se recursos para fins deste artigo, desde que não comprometidos, os previstos no artigo 43 e seus incisos, da Lei nº 4320/64:

a) Até o limite de 22% (vinte e dois por cento) do montante da Despesa Fixada através do art. 1º desta Lei, para atender o reforço de dotações insuficientes, exceto pessoal e encargos,

b) Até o limite de 8% (oito por cento) do montante da Despesa Fixada através do art. 1º desta Lei, para atender o reforço de dotações de pessoal e encargos e amortização da dívida.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2.010.

Artigo 7º - Revogam-se às disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,
São José do Povo, 23 de dezembro de 2009.

JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 113<<>>/2009- DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009

"Designa Comissão de Administração de bens Patrimoniais da Prefeitura Municipal de São José do Povo para zelar pelos bens patrimoniais do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores FUNPREV."

JOAO BATISTA DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e

Considerando a necessidade da instituição de comissão para zelar pelos bens patrimoniais do FUNPREVI;

Considerando a inexistência de pessoal lotado na unidade administrativa do FUNPREVI;

RESOLVE:

Art. 1º Adotar a Comissão de Administração de Bens Patrimoniais nomeada pela Prefeitura Municipal de São José do Povo, **Portaria nº094 do dia 30/09/2009**, para fazer também o levantamento de todos os bens do FUNPREV sua avaliação e se necessário declará-los inservíveis.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
São José do Povo, 31 de Dezembro de 2009

JOAO BATISTA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO
CNPJ: 32.972.424/0001-04

TERMO DE RATIFICAÇÃO

JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de São José do Povo, **RATIFICA** o processo de **DISPENSA** de Nº 01/2009 emitido pela Comissão Permanente de Licitação, para aquisição de imóvel para construção de unidade escolar, fundamentado no inciso 10 do artigo 24 da Lei 8666/93.

São José do Povo,16 de Dezembro de 2009.

João Batista de Oliveira
Prefeito Municipal

Endereço: Rua José Salmen Hanzé, 924 Bairro: Centro.
CEP: 78.773-000 – São José do Povo -MT Fone: (66) 3494 1113

Prefeitura Municipal de São José Quatro Marcos

PORTARIA Nº 088 DE 04 DE JANEIRO DE 2010

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JOÃO ROBERTO FERLIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICíPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - Constituir a Comissão Permanente de Licitação, para receber, examinar e julgar todos os documentos de habilitação, proposta de cadastramento de licitantes e demais procedimentos relativos às licitações, conforme Inciso XVI, do Artigo 6º da Lei Federal 8.666/93, no âmbito do Poder Executivo Municipal e seus fundos, como seguem:

Presidente: **JOSE CARLOS NEVES**
Vice Presidente: **DEJAIR AZAMBUJA MARTINS**
Secretaria: **JUSENIR DA SILVA MOTA**
Membro: **AGNALDO ALBERTO NASCIMENTO**
Suplente: **SINESIO GREGORIO DA SILVA**

Artigo 2º Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
AOS 04 DE JANEIRO DE 2010

JOÃO ROBERTO FERLIN
Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº. 089 DE 04 DE JANEIRO DE 2010

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOREM A EQUIPE RESPONSAVEL POR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO E DEFINE ATRIBUIÇÕES.

JOÃO ROBERTO FERLIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e considerando as disposições contidas do Decreto 01 de 02 de janeiro de 2007, na Lei Municipal nº. 1.093 de 09 de dezembro de 2005, bem como a Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002,

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar servidores para compor a equipe da Prefeitura Municipal, responsável pela licitação na modalidade PREGÃO e definir suas funções e atribuições:

I – Representante do Comprador:

Ø JOÃO ROBERTO FERLIN

II – Pregoeiros:

Ø AILTON PAULA DE ARRUDA

Ø ENEIAS VIDOTI

III – Equipe de Apoio:

Ø JOSE RODRIGUES DA SILVA

Ø ROSANGELA APARECIDA CORREA

Ø ADEMIR MILER

Ø EDICARLA VENTUROLI ZANCANARO

Artigo 2º - São atribuições do representante do comprador

I – Determinar a abertura de licitação na modalidade de pregão;

II – Administrar as compras e contratações no âmbito da Prefeitura Municipal;

III – Decidir os recursos com atos do pregoeiro;

IV – Homologar o resultado da licitação e promover a celebração do contrato.

Artigo 3º - São atribuições do Pregoeiro:

I – Zelar pela legalidade, moralidade e eficiência do certame licitatório;

II – Auditar os processos e propor alterações, caso necessário, visando atendimento a legislação;

III – Consolidar entendimentos, visando a celeridade nas licitações;

IV – Aprovar, após o crivo da Assessoria Jurídica, e assinar o Edital;

V – Determinar a publicidade da licitação, na conformidade da legislação;

VI – Receber, examinar e decidir, dentro de sua competência, sobre recursos;

VII – Credenciar os interessados a participar do pregão;

VIII – Receber os envelopes da proposta de preços e da documentação de habilitação;

IX – Realizar a abertura, exame e classificação das propostas de preços;

X – Conduzir os procedimentos relativos aos lances e a escolha da proposta ou do lance de menor preço;

XI – Exigir habilitação de fornecedor vencedor;

XII – Adjudicar o objeto do certame ao licitante vencedor;

XIII – Propor penalização de fornecedor, no âmbito da sessão de licitação, caso ocorra descumprimento da legislação;

XIII – Elaborar e assinar a ata da licitação na modalidade pregão;

XIV – Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

XV – Informar sobre os recursos interpostos contra seus atos e outros;

XVI – Encaminhar o processo de devidamente instruído, após adjudicação, ao Representante do Comprador, visando a homologação e a contratação;

Artigo 4º - É atribuição da equipe de apoio assistir o pregoeiro na condução trabalhos relativos ao certame licitatório e:

I – Buscar permanentemente esmerar-se no conhecimento da licitação e aplicação;

II – Cumprir as determinações do Pregoeiro, desde que manifestadamente legais;

III – Instruir e viabilizar o processo licitatório com os documentos e anexos necessários para atender à legislação;

IV – Operar o Sistema de Pregão;

V – Responsabilizar-se pela montagem do processo;

VI – Levar ao conhecimento do Pregoeiro qualquer ato ou informações que possa impactar na licitação;

VII – Notificar com antecedência o pregoeiro, na ordem constante do inciso II do Artigo 1º ;

VIII – Substituir o pregoeiro impedido ou com ausência justificada, pelo seu imediato, e nomeando o substituído para o pregão subseqüente.

Artigo 5º - Fica autorizada a substituição de Pregoeiro, quando em impedimento legal ou ausência plenamente justificada e deferida pelo seu superior imediato devendo a substituição ser anotada dos autos.

Artigo 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
AOS 04 DE JANEIRO DE 2010

JOÃO ROBERTO FERLIN
Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 103 DE 07 DE JANEIRO DE 2010

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CONCURSADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JOÃO ROBERTO FERLIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICíPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR para exercer o cargo AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS, os Senhores JOICE KELI DIDONI, ROZIANE ALVES CORREIA e LINDOCLECIO BESARRIA DA SILVA, fazendo jus ao vencimento do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
AOS 07 DE OUTUBRO DE 2009

JOÃO ROBERTO FERLIN
Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

EXTRATRO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT, comunica as empresas que às 09:00 h, do dia 22/01/2010, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 05/2010, e receberá os envelopes de habilitação e de proposta de preço visando a **"Produtos e Higiênico e Limpeza.** O Edital completo e seus anexo poderão ser adquirido na Prefeitura através de REQUERIMENTO, Maiores informações pelo telefone 3 251 – 1138, no horário comercial

AILTON PAULA DE ARRUDA,
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Tabaporã

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2009

O Pregoeiro e a equipe de apoio, da Prefeitura Municipal de Tabaporã – MT, torna publico aos interessados que, o processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial n° 06/2009, cujo Objeto é: Contratar profissional para dar treinamento e qualificar servidores, Cuja abertura se deu as 08:00 hs do dia 11/01/2010, e sagrou-se vencedora do certame, a empresa, M C U CARVALHO ME, inscrita no CNPJ nº 07.169.676/0001-52, com sede na Rua das cerejas nº 341, sala 03, Edifício Estoril, Bosque da Saúde, Cidade de Cuiabá-MT. Com a proposta no de R$ 26.785,00 (vinte e seis mil e setecentos oitenta e cinco reais) Tabapora - MT. 11 de Janeiro de 2010.

PREGOEIRO
Lauro Josney Corrêa

Prefeitura Municipal de Tapurah

EXTRATO DE CONTRATOS DEZEMBRO/2009
CONTRATO Nº 130/2009

Tomada de Preços nº 020/2009; Dotação Orçamentária: (152) PARTE: **DENTAL CENTRO OESTE LTDA**; OBJETO: aquisição de materiais farmacológicos, material de consumo e material de limpeza, higienização, lavanderia e produtos descartáveis para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde deste município. VALOR: **R$ 1.685,98 (Mil Seiscentos e Oitenta e Cinco Reais e Noventa e Oito Centavos)**. PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/12/2009 À 31/12/2009. ASSINATURA: 02/12/2009.

CONTRATO Nº 131/2009

Tomada de Preços nº 020/2009; Dotação Orçamentária: (152) PARTE: **DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**; OBJETO: aquisição de materiais farmacológicos, material de consumo e material de limpeza, higienização, lavanderia e produtos descartáveis para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde deste município. VALOR: **R$ 3.181,38 (Três Mil Cento e Oitenta e Um Reais e Trinta e Oito Centavos)**. PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/12/2009 À 31/12/2009. ASSINATURA: 02/12/2009.

CONTRATO Nº 132/2009

Tomada de Preços nº 020/2009; Dotação Orçamentária: (152) PARTE: **BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA**; OBJETO: aquisição de materiais farmacológicos, material de consumo e material de limpeza, higienização, lavanderia e produtos descartáveis para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde deste município. VALOR: **R$ 5.204,88 (Cinco Mil Duzentos e Quatro Reais e Oitenta e Oito Centavos)**. PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/12/2009 À 31/12/2009. ASSINATURA: 02/12/2009.

CONTRATO Nº 133/2009

Tomada de Preços nº 020/2009; Dotação Orçamentária: (152) PARTE: **STOCK DIAGNOSTICOS LTDA**; OBJETO: aquisição de materiais farmacológicos, material de consumo e material de limpeza, higienização, lavanderia e produtos descartáveis para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde deste município. VALOR: **R$ 5.395,40 (Cinco Mil Trezentos e Noventa e Cinco Reais e Quarenta Centavos)**. PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/12/2009 À 31/12/2009. ASSINATURA: 02/12/2009.

CONTRATO Nº 134/2009

Tomada de Preços nº 020/2009; Dotação Orçamentária: (152) PARTE: **DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NATURAIS LTDA**; OBJETO: aquisição de materiais farmacológicos, material de consumo e material de limpeza, higienização, lavanderia e produtos descartáveis para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde deste município. VALOR: **R$ 1.291,76 (Mil Duzentos e Noventa e Um Reais e Setenta e Seis Centavos)**. PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/12/2009 À 31/12/2009. ASSINATURA: 02/12/2009

CONTRATO Nº 135/2009

Tomada de Preços nº 020/2009; Dotação Orçamentária: (152) PARTE: **MARTINS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**; OBJETO: aquisição de materiais farmacológicos, material de consumo e material de limpeza, higienização, lavanderia e produtos descartáveis para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde deste município. VALOR: **R$ 671,73 (Seiscentos e Setenta e Um Reais e Setenta e Três centavos)**. PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/12/2009 À 31/12/2009. ASSINATURA: 02/12/2009

CONTRATO Nº 136/2009

Tomada de Preços nº 020/2009; Dotação Orçamentária: (152) PARTE: **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BEVILAQUA LTDA**; OBJETO: aquisição de materiais farmacológicos, material de consumo e material de limpeza, higienização, lavanderia e produtos descartáveis para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde deste município. VALOR: **R$ 3.471,68 (Três Mil Quatrocentos e Setenta e Um Reais e Sessenta e Oito Centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/12/2009 À 31/12/2009. ASSINATURA: 02/12/2009

CONTRATO Nº 137/2009

Tomada de Preços nº 020/2009; Dotação Orçamentária: (152) PARTE: **MEDGOIAS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**; OBJETO: aquisição de materiais farmacológicos, material de consumo e material de limpeza, higienização, lavanderia e produtos descartáveis para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde deste município. VALOR: **R$ 1.355,00 (Mil Trezentos e Cinqüenta e Cinco Reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/12/2009 À 31/12/2009. ASSINATURA: 02/12/2009

TERMO ADITIVO 026/2009 - PRIMEIRA TERMO DE RE - RATIFICAÇÃO

AO CONTRATO 125/2009; PARTE: ***KRAUSE E KRAUSE LTDA-ME***; Objetivo: a alteração do prazo para execução da obra estendendo o mesmo em mais 30(trinta) dias, cujo prazo para entrega da obra, objeto do presente contrato, passará a ser no dia 20 de janeiro de 2010.ASSINATURA: 18/12/2009.

TERMO ADITIVO 027/2009 - PRIMEIRA TERMO DE RERRATIFICAÇÃO

AO CONTRATO 075/2008; PARTE: **CONSTRUTORA IMPACTO LTDA**; Objetivo: a retificação das **CLÁUSULAS QUARTA em seu item 4.4**, **QUINTA em seu item 5.1 e SEXTA** contrato original nº 075/2008. ASSINATURA: 25/11/2009.

Tapurah-MT, 31 de dezembro de 2009. ARLANE PEREIRA - DIRETORA DE CONTRATOS

Prefeitura Municipal de União do Sul

DECRETO Nº 591, DE 05 DE JANEIRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, do Exercício Financeiro de 2010.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e embasado no inciso I, do art. 4º, da Lei Municipal nº 370, de 02 de dezembro de 2009 (Lei Orçamentária do Exercício de 2010);

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto, no Orçamento Geral do Município, do exercício financeiro de 2010, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 85.100,00 (oitenta e cinco mil e cem reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

08.002 – DIVISÃO DE TRANSPORTE

(225) 26.782.0014.1.034–4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações R$ 85.100,00.

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto, fica anulada igual importância das seguintes dotações orçamentárias:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

08.001 – DIVISÃO DE URBANISMO

(202) 15.451.0011.1.028–4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações R$ 85.100,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 05 de janeiro de 2010.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de várzea Grande

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2010 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO TOTAL DO ITEM, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MASSA ASFÁLTICA TIPO CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE), PARA ATEDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO, com realização prevista para o dia 21 de Janeiro de 2010, às 09h00min (horário de Mato Grosso). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande - Comissão Permanente de Licitação, nos dias úteis das 14h00min às 17h30min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 40,00 - não restituível e gratuitamente, no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Luciano Raci de Lima- Pregoeiro. Marcos José da Silva- Sec. Municipal de Administração.Várzea Grande-MT, 12 de Janeiro de 2010.

REAVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS n. º010/2009.

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, através da Comissão Permanente de Licitação, após decisão jurídica onde determina repetição do processo licitatório e epígrafe, torna público que realizará a Licitação Tomada de Preços nº. **010/2009**, tendo como objeto **Contratação de empresa capacitada em elaboração de projeto básico de engenharia para pavimentação e drenagem,** com realização prevista

para **28/01/2010 às 14h00min**. O edital completo e demais esclarecimentos estarão à disposição dos interessados na sala de Licitação das 14h00min às 17h00min, pela quantia não reembolsável de R$ 50,00 (cinqüenta reais). Várzea Grande – MT, 11 de Janeiro de 2010. Nadir Martins Araújo - Presidente CPL.

Consórcios Intermunipais

ESTADO DO MATO GROSSO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 08.051.612/0001-151-15, com sede administrativa no município de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, para efeito de cumprimento aos artigos 207 e 209 da Constituição Estadual/MT e 31 e 37 da Constituição Federal, torna público a quem possa interessar para efeitos de cumprimento que o Plano de Trabalho Anual de 2010, que permanecerá pelo prazo de 60 (sessenta) dias a partir de 8 de janeiro de 2010 a disposição de qualquer contribuinte.

Campo Verde, 8 de janeiro de 2010.

Atenciosamente,

DIMORVAN ALENCAR BRESCANCIM
PRESIDENTE DO CIDESASUL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
DO MÉDIO ARAGUAIA – CODEMA

EXTRATOS DOS CONTRATOS DE RATEIO 2010.

(1) Objeto: repasse financeiro pelo MUNICÍPIO, ao CODEMA, para organização e operacionalização do CODEMA e adoção de políticas integrada voltada para a melhoria da qualidade de vida de suas populações e do desenvolvimento urbano, econômico, social e ambiental nos municípios que compõem o Consórcio.

Local/Data: Água Boa, 02/01/2010

N°: 01 - Município: Água Boa
N°: 03 - Município: Campinápolis
N°: 05 - Município: Querência
N°: 07 - Município: Ribeirão Cascalheira
N°: 09 - Município: Nova Xavantina
N°: 11 - Município: Nova Nazaré
N°: 13 - Município: Cocalinho
N°: 15 - Município: Canarana
N°: 16 - Município: Gaúcha do Norte

(2) Objeto: consecução das ações previstas no Convênio nº 029/2008 firmado entre a SINFRA, Consórcio **Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Médio Araguaia - CODEMA e a AMM,** que possui como finalidade formalizar entendimentos entre as partes no sentido de unirem esforços e recursos para a execução dos serviços de manutenção e conservação de rodovias, integrantes da malha viária estadual, contida na área geográfica dos Municípios que constituem o Consórcio, consoante as disposições do Termo de Cessão de Equipamentos Rodoviários N° 003/2008 entre SINFRA e CONSÓRCIO.

Local/Data: Água Boa, 02/01/2010

N°: 02 - Município: Água Boa
N°: 04 - Município: Campinápolis
N°: 06 - Município: Querência
N°: 08 - Município: Ribeirão Cascalheira
N°: 10 - Município: Nova Xavantina
N°: 12 - Município: Nova Nazaré
N°: 14 - Município: Cocalinho
N°: 16 - Município: Canarana

CIDESASUL
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental da Região Sul

ALTERAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO – EXERCÍCIO 2010

Fica o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental da Região Sul, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada, nos termos do artigo da Lei 4.320/64 e em conformidade com a Lei Complementar 101/2000, conforme aprovado através de ata do CIDESASUL, na data de 28/11/2009.

DIMORVAN ALENCAR BRESCANCIM – Presidente
JÁDER FRANCISCO DEL RICARDI – Diretor Executivo
DANIEL EUJACIO TEIXEIRA – Contador

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Av. Hist. Rubens de Mendonça, 3920, Morada do Ouro
CEP: 78.000-070 Cuiabá-MT
Fone: (65)2123-1200

Portal: www.amm.org.br

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DA AMM

Orientação para publicação
De acordo com as instruções normativas do Jornal Oficial dos Municípios de 04 de maio de 2006, os documentos deverão ser encaminhados à Coordenação de Comunicação até as 12 horas do dia anterior a publicação, digitalizados em disquete, CD ou enviadas para o e-mail: jornaloficial@amm.org.br

Atendimento Externo:
De segunda à sexta-feira – Das 8 às 12 horas
Das 13h30 às 17 horas

Distribuição: Via Correio

Jornal Oficial dos Municípios
Gerência de Comunicação: Malu Sousa (65) 2123-1244
Editoração Eletrônica:Noides Cenio da Silva
Atendimento:Silvio Luiz Gomes da Silva (65) 2123-1270
Impressão: Asuir Nunes da Silva
E-mail: **jornaloficial@amm.org.br**